



galp energia | relatório e contas 2003

“Olhar é pensar” Salvador Dalí

Olhar significa estar atento, significa observar. Só quem faz da observação constante, sistemática e rigorosa uma disciplina, consegue apresentar soluções inovadoras onde a criatividade, a capacidade de antecipação e a excelência estão presentes.

Olhar nos olhos de alguém que nos olha, implica estabelecer uma relação que, na Galp Energia, queremos que seja de confiança.

Por isso, é olhos nos olhos que assumimos uma responsabilidade social e ambiental.

É olhos nos olhos que satisfazemos o cliente.

É olhos nos olhos que lideramos e motivamos a nossa equipa.

É olhos nos olhos que crescemos sustentadamente.

E é olhos nos olhos que cumprimos todos os dias a nossa missão:

Criar valor para o Accionista, satisfazer o Cliente, contribuir para o bem estar da Sociedade.





Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	7
Comissão Executiva	14
A Galp Energia	16
Factos Relevantes	18
1. Principais Indicadores	26
2. Unidades de Negócio	28
2.1. Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística	30
2.2. Galp Retalho	33
2.3. Galp Empresas	36
2.4. Galp Transgás	39
2.5. Galp Gás	43
2.6. Outras Unidades de Negócio	45
3. Suportes para a Criação de valor	50
4. Mercados Petrolífero e do Gás Natural	62
5. <i>Performance</i> Económica e Financeira	66
6. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício	80
7. Declarações	84
8. Referências Finais	85
9. Proposta de Aplicação de Resultados	86
Anexos	88
Relatório sobre o Governo da Sociedade	90
Contas Consolidadas	102
Contas Individuais	188
Excerto da Acta da Assembleia Geral	221

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

É com justificada satisfação que se tornam públicos o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2003.

Num ano que se tem de considerar particularmente difícil, uma vez que dado início à reestruturação do sector energético português (processo no qual a Galp está profundamente envolvida), a empresa pode apesar de tudo revelar uma excelente *performance*. Sem dúvida o melhor ano até agora da sua já longa história.

Seja qual for o ângulo do qual se faça a análise, a verdade é que se assistiu em 2003 a uma nova aceleração do

excelente comportamento já anteriormente verificado em 2002. Todos os dados disponíveis e todos os indicadores deles obtidos o demonstram sem ambiguidade. A Galp continua em progresso.

Face aos resultados obtidos, é de inteira justiça destacar o mérito da actuação da Comissão Executiva. Mas é sobretudo de assinalar a capacidade, o esforço e dedicação de todos os que trabalham nesta casa. Tal como eu, sentirão uma ponta de orgulho pelo contributo que prestaram àquilo que é legítimo qualificar como sendo um êxito colectivo.



O Presidente do Conselho de Administração

Joaquim Ferreira do Amaral

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Ferreira do Amaral', written over a horizontal line.



Um percurso de três anos

O ano de 2003 culmina um ciclo de forte valorização e de bons resultados da Galp Energia e de cada uma das suas áreas de negócio individualmente, na sequência da implementação iniciada em 2001 do plano estratégico delineado para a companhia e cujas principais linhas de força eram:

- A maximização das sinergias entre petróleo e gás natural;
- A racionalização e rentabilização dos activos afectos à refinação e logística dado representarem mais de metade dos activos da Galp;
- A construção e consolidação de uma plataforma ibérica transformando a Galp numa empresa de referência nesse espaço, ultrapassando definitivamente a dimensão nacional;
- O desenvolvimento e consolidação do negócio do gás natural;
- Uma cultura orientada para o mercado, para o cliente, para a inovação e para os resultados;
- A modernização e valorização da marca Galp, um dos activos mais importantes da empresa, a par da sua base de clientes.

Três anos volvidos de intenso trabalho penso que a Galp se pode orgulhar de ter conseguido executar esse plano estratégico, com resultados inequívocos e sustentados. A conjugação do *turnaround* conseguido na área mais madura do petróleo com o forte crescimento alcançado no gás natural, permitiu à empresa atingir ou mesmo ultrapassar todas as metas de rentabilidade e valorização que se havia fixado, de forma sustentada. Com efeito, a empresa apresenta hoje um perfil, um *track record* e um potencial de valorização adicional que constitui sem dúvida um *investment case* atraente para o mercado.

Os principais indicadores operacionais, económicos e financeiros melhoraram de forma muito expressiva nos últimos três anos o que traduz o sucesso das políticas implementadas e a adesão e a confiança crescente da nossa base de clientes. Nestes três anos, os clientes de gás atingiram os 2,5 milhões e os clientes da rede Galp com cartão passaram de 1,1 milhões para 1,4 milhões, um crescimento muito expressivo.

Entre 2000 e 2003 os resultados líquidos aumentaram 5 vezes, passando de 45 milhões de euros para 247 milhões de euros. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) subiu de 3,4% em 2000 para 15,9% em 2003, situando-se ao nível das melhores empresas internacionais. A rentabilidade do capital empregue (ROCE) aumentou de 3,1% em 2000 para 7,7% em 2003, acima do custo de capital, sendo o primeiro ano em que se criou valor para os accionistas.

Com o objectivo de tornar mais visível a rentabilidade dos activos, de conferir maior transparência às contas e tornar a empresa mais atractiva foram assumidos custos de reestruturação superiores a 280 milhões de euros nos últimos quatro anos, reduzindo os resultados reportados de forma equivalente.

A estrutura de capitais da Galp Energia registou também uma evolução muito positiva. O rácio *debt to equity* reduziu-se de 1,59 em 2000 para 1,18 em 2003, colocando a Galp mais próxima dos *peers*. Em 2003, é de destacar a operação de securitização de recebíveis da Petrogal no montante de 210 milhões de euros, uma operação inovadora no sector não financeiro que permitiu tornar mais equilibrada a estrutura da dívida e reduzir custos financeiros, para além de diversificar as fontes de financiamento, tendo como alvo uma base de investidores totalmente nova e colocando a empresa no mercado de capitais internacional.

Destaque também para o Programa de Redução de Custos (PRC), que entrou no dia a dia da Galp Energia e criou uma maior consciência interna sobre a importância da racionalização dos custos, gerando uma forte pressão para a manutenção de uma estrutura de custos equilibrada e apropriada à dimensão do negócio da Galp Energia. O efeito do PRC é visível na evolução dos custos operacionais entre 2000 e 2003 que, a preços de 2000, reduziram cerca de 51 milhões de euros. Em 2003, concretizaram-se 113 acções de redução de custos que permitiram poupar cerca de 41 milhões de euros.

Uma das acções mais marcantes do período em destaque foram os investimentos na marca Galp, apostando na sua modernização, o que contribuiu decisivamente para a renovação da imagem da empresa. Em Portugal, os principais valores que pretendemos associar à nossa

marca – dos quais destaco a inovação - são hoje bem reconhecidos e consolidados. Em Espanha, somos a empresa com maior rácio de notoriedade espontânea relativa (face à quota de mercado) entre as empresas do sector, o que constitui um suporte indispensável para o crescimento nesse mercado. O valor da marca Galp aumentou cerca de 50%, entre 2001 e 2003, atingindo um valor de 450 milhões de euros em 2003, colocando-se entre as 4 marcas mundiais que mais se valorizaram nos últimos 3 anos. Estes resultados mostram quão oportuno e acertado foi o reposicionamento da marca realizado nos últimos anos.

De salientar ainda que a Galp Energia tem sido uma empresa de referência no domínio da inovação, com o objectivo de “descomoditizar” a relação com o cliente. Entre outras iniciativas, realce-se que foi a primeira empresa em todo o mundo a usar a tecnologia biométrica na relação com o cliente, o que lhe valeu um prémio de inovação e o reconhecimento internacional e foi também a primeira empresa ibérica a lançar um cartão recarregável de pagamento. A inovação e a criatividade ao nível de produtos, serviços e modelos de negócio deve ser uma das capacidades em desenvolvimento permanente, aí residindo a principal vantagem competitiva das empresas de menor dimensão, por definição mais ágeis e flexíveis.

As Unidades de Negócio

Aprovisionamento, Refinação e Logística

De uma área muito focada no investimento e na produção, a Galp ARL transformou-se num negócio orientado para o mercado e para o cliente, capaz de avaliar oportunidades e concretizar alternativas importantes para o sucesso global da Galp Energia, consolidando ainda a excelência técnica e operacional e a segurança.

A orientação para resultados foi reforçada pela necessidade deste negócio gerar *cash flows* mais estáveis, dada a volatilidade das margens de refinação. Entre 2001 e 2003, o Resultado Líquido da Galp ARL aumentou 4 vezes, o ROCE 7 vezes, o *Free Cash Flow* 9 vezes, tendo o EBITDA por colaborador duplicado.

Esta *performance* beneficiou de uma conjuntura internacional favorável na actividade de refinação em 2003, mas foi sobretudo conseguida à custa de factores internos pois, avaliado a margens de *mid cycle*, o *Free Cash Flow* da Refinação aumentou cerca de 120 milhões de euros entre 2001 e 2003.

O Plano de Melhorias Contínuas cuja implementação se iniciou em 2001 tem tido uma contribuição crucial para este negócio ao manter uma carteira de iniciativas que visam desafiar permanentemente a eficiência operacional. Este programa já representou um impacto positivo de 75 milhões de euros nos resultados operacionais e, sobretudo, vem consolidando uma cultura de excelência operacional.

Os resultados obtidos permitiram tornar a Refinaria do Porto num negócio de *Cash Flow* líquido positivo e colocar a Refinaria de Sines numa posição de *near leader* no mercado europeu.

Devo sublinhar ainda a capacidade de retirar, de uma forma segura, um maior retorno dos activos da refinação. Em 2003, foi batido o *record* de produção anual na Refinaria de Sines. No início de 2004, foram já batidos novos máximos mensais quer na Refinaria de Sines, quer na do Porto.

Foi também uma mudança profunda neste negócio o trabalho realizado de optimização da logística ibérica. A prioridade deixou de ser a optimização logística no “rectângulo” português mas antes no “quadrado” ibérico, suportando uma expansão sustentada da empresa na Península Ibérica. O desenvolvimento de opções logísticas em Espanha, através da utilização das possibilidades oferecidas pela Companhia Logística de Hidrocarburos, onde se veio a adquirir uma participação, do desenvolvimento de *swaps* de produtos com operadores espanhóis e a aquisição da Petroval, um moderno terminal na costa valenciana, permite à Galp fazer o abastecimento dos vários mercados com a opção logística mais adequada, reduzindo significativamente os custos de aprovisionamento no mercado espanhol. Esta estratégia de logística ibérica criou as bases necessárias para o crescimento futuro dos negócios comerciais em Espanha numa base competitiva.



Retalho

A Galp Retalho tem vindo a realizar com sucesso a optimização da rede de postos ibérica, fazendo o reposicionamento em Espanha e operando uma forte racionalização na rede em Portugal.

Para o reposicionamento no mercado espanhol, sendo a opção por um conjunto de regiões estratégicas em lugar de uma presença difusa em todo o território espanhol, foi decisivo o êxito das operações de *swaps* realizadas e a obtenção de importantes postos através de vitórias em concursos públicos em Espanha, onde a Galp Energia já surge como um *player* relevante. Este esforço ainda não está terminado, dado que a Galp necessita de conseguir uma quota de mercado mínima de 8% em cada uma daquelas regiões, sendo que a consolidação ibérica exige a continuação do aproveitamento de oportunidades de crescimento que se venham a perspectivar no mercado espanhol, designadamente por aquisição de uma rede concorrente que permita à Galp antecipar as suas metas.

Em Portugal, foi possível manter os mesmos volumes de vendas com uma rede menor, o que fez elevar o índice de eficiência da rede (MER) de 1,21 em 2002 para 1,36 em 2002. Esta melhoria da eficiência da rede foi conseguida numa conjuntura económica que se revelou bastante adversa em termos de mercado de combustíveis, com os mais fracos níveis de crescimento dos últimos anos.

Para tal foi decisiva a renovação de imagem levada a cabo, a capacidade de inovação, a oferta de novos produtos e serviços, as novas parcerias e todas as iniciativas que ajudaram a aprofundar o relacionamento e a conhecer melhor as necessidades dos nossos clientes.

O negócio *non fuel* tem revelado um forte dinamismo e níveis de crescimento significativos a vários níveis (forte aumento do número de lojas e do volume de vendas por loja), residindo aqui o maior potencial de crescimento da área de retalho em Portugal. No final de 2003, o *non fuel cover ratio* era de 76%, o que significa que 76% dos custos operacionais nos postos com lojas estão cobertos pela margem gerada pelo negócio *non fuel*. Este indicador mostra a importância deste negócio para o retorno dos activos e rentabilidade global do Retalho.

Empresas

A Galp Empresas tem vindo, ano após ano, a consolidar a orientação para o cliente num segmento extremamente competitivo, mantendo-se na linha da frente na oferta das soluções mais adequadas às necessidades dos clientes, a preços e em condições comerciais competitivas, demonstrando as capacidades necessárias para manter (e nalguns produtos até reforçar) a liderança de mercado.

Em 2003, consolidou a política comercial, reviu a estrutura organizativa para uma melhor resposta ao mercado, lançou novas linhas de produtos, serviços e conceitos de Distribuição e desenvolveu novas soluções de *pricing*, mais ajustadas às necessidades dos clientes. Numa conjuntura de crise que afectou o sector empresarial, a Galp Empresas conseguiu registar um crescimento significativo no volume de vendas ibéricas (particularmente em Espanha, onde cresceu 30% face ao ano anterior e obteve um *record* de 800 mil toneladas de produtos vendidos) e fazer a angariação de alguns clientes estratégicos.

A Galp Empresas reforçou entretanto significativamente a sua presença no mercado espanhol, através da aquisição da BP Enérgica - vendas de 550 mil toneladas, 30 mil clientes médios e 1,5 mil grandes clientes que permitirão à Galp atingir uma quota de 11% no mercado grossista espanhol - que se finalizou já durante 2004.

Aprovisionamento e Transporte de GN

A introdução do Gás Natural em Portugal foi feita com enorme sucesso. Em 2003, em apenas cinco anos portanto, foram atingidas algumas metas só previstas no Contrato de Concessão para o ano de 2010: um volume de vendas de 3,5 bcm/ano, representando o gás natural mais de 11% do consumo de energia primária em Portugal.

Esta antecipação de metas foi também alcançada ao nível dos indicadores de eficiência operacional, estando Portugal no topo dos países europeus com melhores rácios de eficiência operacional.

O desenvolvimento de infra-estruturas críticas (Terminal

GNL e Armazenagem Subterrânea) foi realizado nos prazos e custos previstos e dentro dos níveis de segurança e qualidade requeridos.

A forte orientação para o cliente e a disciplina nos custos e investimentos realizados permitiram não só um elevado crescimento, mas também níveis de rentabilidade alinhados com o que foi previsto na concessão.

Distribuição de Gás

O mercado português de GPL sofreu uma erosão (-17% nos últimos 5 anos) devido à entrada do Gás Natural. A Galp Gás tem sabido contrariar esta tendência através do aproveitamento de oportunidades em Portugal, que nos permitiram até reforçar ligeiramente a quota de mercado. Em Espanha, criaram-se entretanto as bases para um crescimento sustentável no negócio GPL, tendo em conta as especificidades deste mercado ao nível do GPL engarrafado, onde a Repsol continua a dominar com mais de 90% do mercado.

A necessidade de uma estrutura de custos mais eficiente para competir levou a uma redução de 8% nos custos operacionais nos últimos 3 anos, o que é significativo num negócio tão maduro.

A criação de maior flexibilidade logística, o aprofundamento das relações com a rede de revenda e a melhoria da qualidade de serviço e do nível de satisfação do cliente foram outras das prioridades definidas para o negócio de GPL que foi possível implementar com sucesso.

Na Distribuição de Gás Natural ultrapassaram-se os 750 mil clientes, num contexto estrito de rentabilização dos activos existentes, buscando a saturação da rede instalada. Uma vez que a rede de distribuição se começa a alargar para áreas com menor potencial de mercado deverá verificar-se uma maior selectividade nos investimentos.

Tem sido igualmente importante o esforço de penetração em segmentos de maior valor, tipicamente aqueles que apresentam maiores consumos específicos.

A verticalização do sector da Distribuição está

praticamente concluída, colocando os indicadores de eficiência operacional ao nível dos *peers*.

Espanha e a Dimensão Ibérica

Embora tenha cada vez menos significado falar-se de mercado espanhol, uma vez que o posicionamento da Galp Energia é claramente ibérico, é importante evidenciar a melhoria sustentada dos resultados em Espanha como fruto do reposicionamento estratégico da Galp Energia levado a cabo nos últimos 3 anos, após uma presença de 25 anos (comemorados em 2004) da Petrogal/Galp neste mercado.

Entre 2001 e 2003 o volume de vendas triplicou, as vendas *non fuel* aumentaram 6 vezes e o número de clientes com cartões subiu 4,5 vezes.

Apesar de se estar ainda aquém dos níveis de rentabilidade desejados, para o que é crucial atingir uma dimensão crítica, a Galp Energia registou em Espanha, em 2003, pelo segundo ano consecutivo, resultados líquidos positivos, demonstrando a eficácia das políticas implementadas. De facto, a combinação da definição de áreas geográficas chave e o reforço da presença nessas áreas através dos *swaps* de rede, com uma política de aprovisionamento/logística orientada para o espaço ibérico, as alterações organizacionais levadas a cabo, a racionalização e redução de custos e uma política de financiamento mais adequada, permitiram à Galp Espanha abandonar o histórico de resultados negativos, sendo todavia imprescindível atingir as metas em termos de dimensão crítica por forma a obter uma adequada rentabilização dos activos, sendo urgente efectuar uma grande aquisição e consolidar a marca Galp em Espanha.

Pessoas

Todos os resultados obtidos neste período foram possíveis porque assentaram no “activo” principal da Galp Energia : as Pessoas.

Os colaboradores, individualmente ou em equipa, souberam entender os desafios lançados, aceitaram os ambiciosos objectivos que foram sendo colocados e responderam com muito profissionalismo, entusiasmo e dedicação.



A construção de uma “Cultura Galp Energia”, menos funcional e mais dirigida para o trabalho em rede e em equipa, orientada para o cliente, foi fundamental para a concretização dos objectivos. São exemplos desta nova cultura alguns projectos como o *Market Intelligence*, o Plano de Redução de Custos e o *Value Creation Office* (VCO), horizontais à empresa e que, lançados há três anos, continuam a ser vectores de referência para a obtenção de melhores *performances*. Como denominador comum destes projectos esteve a partilha interna de melhores práticas, a possibilidade de criar uma visão integrada da cadeia de valor, a capacidade de aprender com os erros do passado e a atitude para estar permanentemente a desafiar o que temos e a ousar trazer novas ideias e mais iniciativas.

Foi esta cultura a grande responsável pelos resultados obtidos nos 3 últimos anos de que muito nos orgulhamos e que são o justo retorno de um esforço ímpar realizado pela empresa como um todo.

Creio ser possível hoje dizer que a Galp Energia é uma realidade inteiramente diferente do seu ponto de partida, a junção das empresas nacionais de petróleo e gás, sendo o seu valor substancialmente superior ao que seria de esperar da mera adição dos dois negócios. A estratégia delineada demonstrou ser fortemente criadora de valor para a empresa, para os seus accionistas, colaboradores e clientes.

A Galp é hoje uma empresa de referência e incontornável no mercado ibérico, tendo definitivamente ultrapassado as fronteiras portuguesas. Sendo certo que existe ainda um esforço de consolidação neste novo contexto a ser efectuado no curto prazo, a Galp é hoje uma empresa ibérica com potencial de crescimento em termos internacionais, designadamente nos mercados de língua oficial portuguesa, como Angola, Moçambique e Brasil, onde significativos esforços em termos de racionalização mas também de constituição e reforço de parcerias e desenvolvimento de novas oportunidades foram efectuados. A plataforma que foi possível desenvolver ao longo dos últimos anos é suficientemente robusta e dinâmica para potenciar uma nova fase de internacionalização da empresa.

A capacidade de atrair e realizar parcerias que proporcionem oportunidades adicionais de criação de valor será um elemento chave para o desenvolvimento futuro da empresa. A vocação atlântica de Portugal que já levou outras empresas portuguesas a estratégias de sucesso pode ser uma opção interessante para a Galp, uma vez vencido o desafio ibérico.

Considero que está a concluir-se um ciclo que mudou definitivamente a face da empresa e a posiciona para outros e novos desafios. Sei que detém os activos mais importantes para vencer esses desafios – as pessoas que nela trabalham, a capacidade de inovar e de permanentemente se reinventar, uma marca e uma imagem de prestígio, uma valiosa base de clientes. Uma empresa com um carácter forte.



O Presidente da Comissão Executiva

António Mexia

Comissão Executiva

Em cima da esquerda para a direita:

Dr. Federico Ermoli

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz

Em baixo da esquerda para a direita:

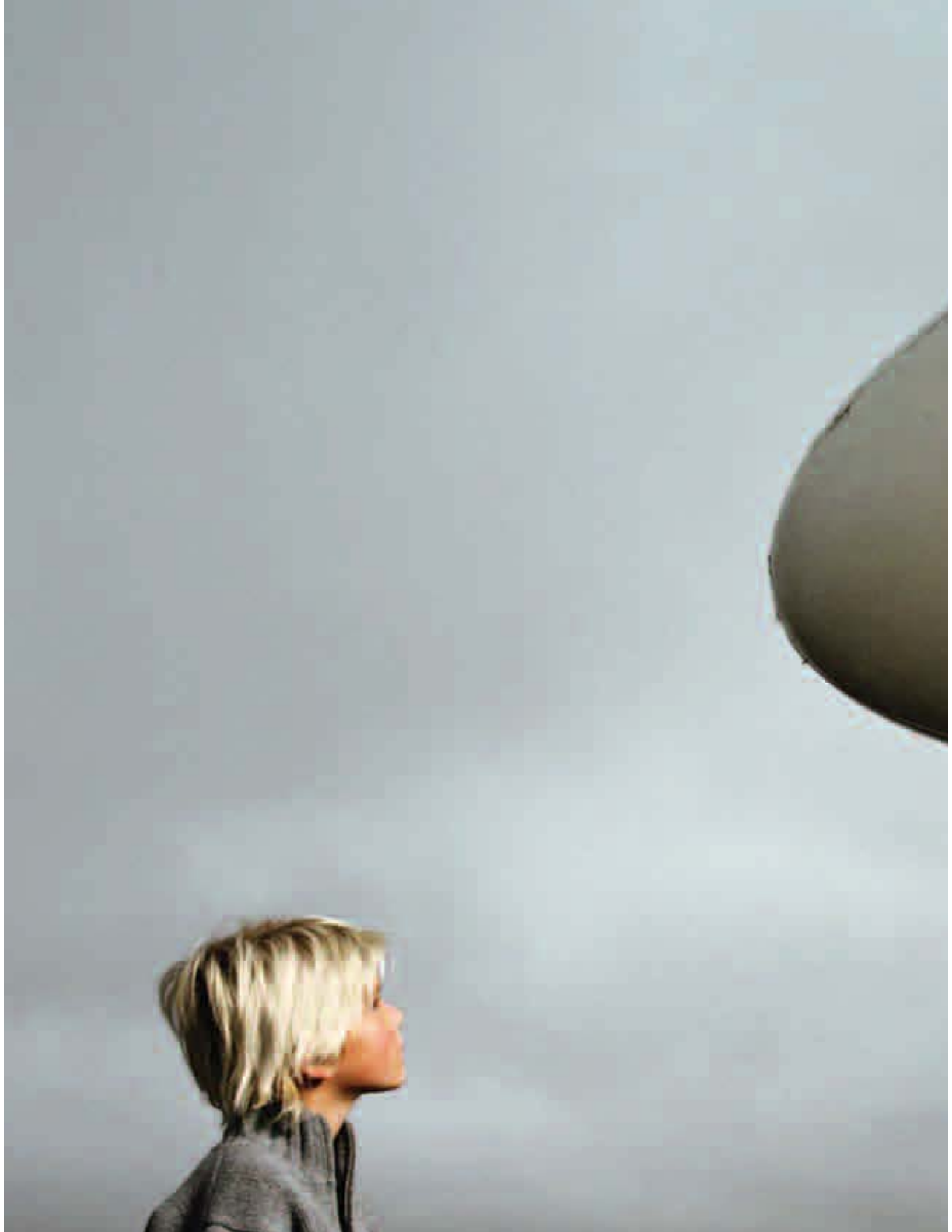
Eng. Giancarlo Rossi

Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia

Eng. Mário Manuel Machado de Abreu









GALP ENERGIA

“A grande viagem da descoberta
consiste em não procurar novas paisagens
mas sim ver com outros olhos”.

Marcel Proust

Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2003 a composição dos Órgãos Sociais da Galp Energia, para o mandato 2002-2004, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. João António de Moraes Silva Leitão

Vice-Presidente:

Dr. Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Dr. Luís Miguel Pires Costa

Conselho de Administração

Presidente:

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Vice-Presidentes:

Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais

Eng. Mário Manuel Machado de Abreu

Dr. Federico Ermoli

Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa ⁽²⁾

Dr. Angelo Taraborrelli ⁽¹⁾

Eng. Camillo Gloria

Eng. Giorgio Puce

Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos ⁽³⁾

D. José Luis del Valle Doblado ⁽⁴⁾

Comissão Executiva

Presidente:

Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia

Vogais

Eng. Giancarlo Rossi

Eng. Mário Manuel Machado de Abreu

Dr. Federico Ermoli

Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz

Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo

Fiscal Único

Efectivo

António Dias & Associados, SROC n.º 43, com sede nas Amoreiras, Torre 1, 7.º, Lisboa, representada pelo Dr. António Marques Dias, ROC n.º 562

Suplente

Dr. Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, residente na Praceta Miguel Torga, n.º 5, 1.º Esquerdo, em Setúbal, ROC 992

(1) Cooptado em reunião de 13 de Março de 2003, por força da renúncia apresentada na mesma data pelo Eng. Domenico Dispenza

(2) Cooptado em reunião de 18 de Junho de 2003, por força da renúncia apresentada em 22 de Maio pelo Eng. Francisco de la Fuente Sanchez

(3) Cooptado em reunião de 18 de Junho de 2003, por força da renúncia apresentada em 22 de Maio pelo Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

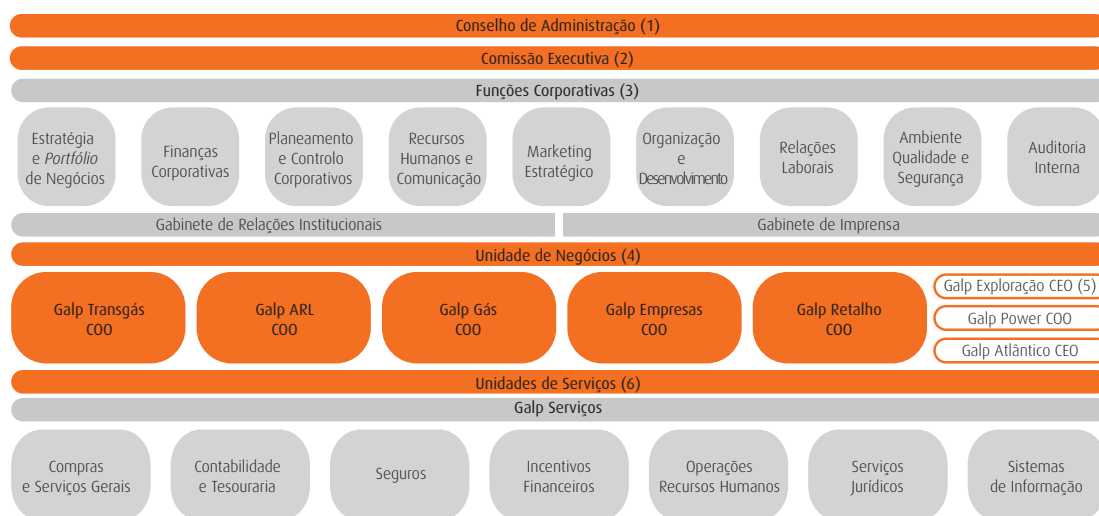
(4) Cooptado em reunião de 18 de Junho de 2003, por força da renúncia apresentada na mesma data por D. José Ignacio Sanchez Gálan



Orgânica e Modelo de Governo

Em 2003 a Galp Energia consolidou a nova organização funcional adoptada no ano anterior, assente nos princípios de horizontalidade, flexibilidade, simplicidade e eficácia, delegação de responsabilidade e desenvolvimento de competências.

Modelo de Governo



(1) Define a Visão, a Missão e os Valores; Define Estratégia e o *Portfólio* de Negócios (*core vs non core businesses*, M&A, Alianças e Parcerias); Aprova a estratégia e estabelece os objectivos de criação de valor do conjunto dos negócios; Define o enquadramento organizativo e societário e aprova investimentos de elevado montante ou risco

(2) Aprova a estratégia, estabelece os objectivos de criação de valor e desafia a *performance* das UN; Promove a captura de sinergias entre UN; Aloca os recursos chave (plano de investimentos, política financeira, RHT); Gere os Recursos Humanos de Topo; Define a estratégia da Marca; Estabelece objectivos de criação de valor para cada negócio; Controla o cumprimento dos objectivos fixados; Define políticas transversais do Grupo

(3) Apoiam CE/CA na definição da estratégia corporativa e na gestão dos Recursos - Chave; Propõem políticas transversais do Grupo (Marca, RH, Finanças, Organização, Planeamento, etc)

(4) Define a estratégia da UN (depende de aprovação da CE/CA da Galp Energia); Gestão dos recursos necessários à implementação da estratégia; Responsáveis por atingirem os resultados acordados com o CA; Cada UN é responsável pelo respectivo P&L

(5) Unidades de Gestão temporárias dedicadas à realização de um objectivo transversal

(6) Prestação de serviços às UN em condições competitivas de preço e de nível de serviço

Factos Relevantes do Sector Energético Ocorridos em 2003

Reestruturação do Sector Energético (RSE)

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 193-A/2003, de 26 de Dezembro - Aprova o caderno de encargos relativo à 3.ª fase de reprivatização do capital social da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., estipulando a alienação à REN, mediante venda directa, de acções representativas de 18,3% do capital social da Galp: 4,8% alienadas pelo Estado e os restantes 13,5% pela CGD.
- Decreto-Lei n.º 124/2003, de 20 de Junho - Aprova a 3.ª fase do processo de reprivatização da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., prevendo a alienação de acções de categoria B (ordinárias) representativas de uma percentagem não superior a 18,3% do capital social da Galp.
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de Maio - Define as linhas gerais do quadro estratégico e organizativo do sector energético.
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 63/2003, de 28 de Abril - Aprova as orientações da política energética portuguesa e revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2001 de 19/10.
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 14/2003, de 9 de Janeiro - Estabelece orientações estratégicas para a reorganização do sector energético e nomeia um encarregado de missão para propor as linhas de reorganização do sector, a política de alianças empresariais, bem como a estruturação das operações que as permitem concretizar.

Concorrência

- Lei n.º 18/2003 de 11 de Junho - Aprova o regime jurídico da concorrência.
- Decreto-Lei n.º 10/2003 de 18 de Janeiro - Cria a Autoridade da Concorrência, cabendo-lhe assegurar o respeito pelas regras de concorrência, tendo em vista o funcionamento eficiente dos mercados, a repartição eficaz dos recursos e os interesses dos consumidores.

Liberalização dos Combustíveis Líquidos

- Portaria n.º 1423-F/2003 de 31/12 - Liberaliza os preços de venda ao público da gasolina sem chumbo IO 95, do gasóleo rodoviário e do gasóleo colorido e marcado. Revoga a Portaria n.º 1226-A/2001, de 24 de Outubro.

Regulamentação do Sector do Gás Natural

- Encontra-se em fase de discussão pública um documento preliminar preparado pela ERSE, denominado "Anúncio de Proposta de Regulamentação do Sector do Gás Natural", tendo sido objecto de comentários de ordem geral por parte dos respectivos operadores, incluindo Transgás e Distribuidoras Regionais.

Factos Relevantes da Galp Energia do Exercício de 2003



Acordo entre o Governo e a ENI sobre a Privatização da Galp Energia

Em 2 de Janeiro de 2003 o Governo anunciou a celebração de um acordo com a ENI prevendo o *“adiamento da data inicialmente estabelecida para o IPO da Galp Energia para até 31 de Dezembro de 2003”*.

Conforme o comunicado emitido pelo Ministério da Economia naquela data, do acordo resultou ainda a disponibilidade revelada pela ENI para *“reapreciar os termos da parceria estratégica”*.

Avaliação do Acordo de Parceria Estratégica com a ENI

Na reunião de 13 de Março de 2003, o Conselho de Administração aprovou com dez votos a favor e cinco contra, o relatório elaborado, a seu pedido, pela Comissão Executiva sobre a avaliação da implementação do Acordo de Parceria Estratégica celebrado entre a Galp e a ENI,



tendo sido de imediato desencadeado o mecanismo de conciliação previsto naquele Acordo.

O Conselho de Administração, na sua reunião de 18 de Junho de 2003, deliberou submeter a deliberação dos accionistas *“a posição a ser tomada pela Galp Energia face à ENI em resultado da análise e conclusões do Conselho de Administração relativamente à execução do Acordo de Parceria Estratégica”*.

Depois de suspensa a pedido do accionista Estado no dia 24 de Julho de 2003, com fundamento na necessidade de *“alcançar um consenso o mais alargado possível dos accionistas sobre a matéria”*, no dia 31 de Julho de 2003, por proposta do Estado, a Assembleia Geral deliberou por maioria, com a abstenção do representante da accionista Portgás, *“aguardar que sejam submetidas a esta Sociedade as conclusões das conversações em curso sobre o assunto entre o Estado e a ENI e com os demais accionistas da Sociedade”* e *“exonerar de qualquer responsabilidade os membros do Conselho de Administração da Galp pelo cumprimento pela Sociedade da deliberação anterior”*, garantindo *“que não se venha no futuro a pedir responsabilidades aos administradores por não terem exercido o seu dever de zelo na sequência da deliberação do Conselho de Administração”*.

A Assembleia Geral reunida no dia 16 de Dezembro de 2003, para continuar os trabalhos iniciados no dia 24 de Outubro de 2003, deliberou aprovar por maioria de 66,66% com os votos favoráveis do Estado, CGD, EDP, Iberdrola, Portgás e Setgás e com os votos contra da ENI, a proposta do Estado nos seguintes termos:

“não sendo possível à Sociedade e ao Grupo ENI chegarem a um acordo transaccional para a divergência existente a propósito do (in)cumprimento pela ENI do Acordo de Parceria Estratégica, a Sociedade deveria então proceder, não antes de 31 de Janeiro de 2004, de acordo com os mecanismos previstos na cláusula 10.ª do Acordo de Parceria Estratégica, remetendo a questão para resolução pelo tribunal arbitral.”

Deliberações da Assembleia Geral da Galp Energia Relativas à Reestruturação do Sector Energético (RSE)

A pedido do accionista Estado Português realizou-se no dia 24 de Outubro de 2003 a Assembleia Geral da Galp Energia, com a seguinte Ordem do Dia:

- “1. Deliberar sobre a posição a ser tomada pela Sociedade relativamente à execução do Acordo de Parceria Estratégica celebrado entre a Sociedade e o Grupo ENI na sequência das conclusões a que conduziram as conversações entretanto mantidas entre o Estado Português e o Grupo ENI sobre o assunto;*
- 2. Deliberar sobre a posição da Sociedade face ao Plano de Reestruturação do Sector Energético (RSE) perfilhado pelo Estado Português nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de Maio;*
- 3. Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a Sociedade.”*

Esta Assembleia Geral foi suspensa uma primeira vez a pedido do accionista ENI, invocando que decorrem conversações entre o Estado e os restantes accionistas da Empresa quanto à RSE, com impacto directo em decisões a tomar na reunião de AG, e de modo a permitir às várias partes continuar a desenvolver esforços na procura de um entendimento; este requerimento da ENI foi aprovado por unanimidade.

A reunião da Assembleia Geral continuou os seus trabalhos no dia 28 de Novembro de 2003, da qual se extraem as seguintes conclusões:

- Mediante proposta da EDP, foi aprovada, com a abstenção da Iberdrola e os votos favoráveis dos restantes accionistas, a inversão da ordem dos pontos da ordem do dia, passando o ponto n.º 1 para n.º 2 e vice-versa;
- Quanto ao “novo” ponto 1 da ordem do dia, o Estado apresentou uma proposta à AG que se sintetiza nos seguintes termos: (i) Adesão dos accionistas aos objectivos do quadro estratégico e organizativo do sector energético português, constantes da RCM n.º 68/2003, de 10 de Maio; (ii) Recomendar ao Conselho de Administração que execute as medidas necessárias à concretização do plano de RSE descrito na RCM n.º



68/2003, no que aquele plano é relevante para a Sociedade e, em especial, no que se refere: a) desenvolvimento da actividade da Sociedade enquanto operador energético centrado no exercício da actividade petrolífera, e b) à transmissão do negócio do gás natural da Sociedade, através da venda total ou parcial da GDP ou da promoção de um processo de cisão da Sociedade, e de forma que salvguarde uma estrutura financeira da Sociedade adequada à prossecução da sua actividade centrada no negócio do petróleo e à defesa dos interesses legítimos dos seus accionistas. Esta proposta foi aprovada por maioria de 62,66%, com os votos favoráveis do Estado, CGD, EDP, Portgás e Setgás e com os votos contra da ENI e da Iberdrola.

A sessão da Assembleia Geral de 28 de Novembro de 2003 foi suspensa, tendo continuado os seus trabalhos no



dia 16 de Dezembro de 2003, para discussão e deliberação sobre o ponto 2 da ordem do dia (anterior ponto 1) (vide Nota anterior relativa à Avaliação do Acordo de Parceria Estratégica com a ENI).

Aprovação da 3.ª Fase da Reprivatização da Galp Energia

O Decreto-Lei n.º 124/2003 de 20 de Junho aprovou a 3.ª fase do processo de reprivatização da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., prevendo a alienação de acções de categoria B (ordinárias) representativas de uma percentagem não superior a 18,3% do respectivo capital social.

Através da Resolução n.º 193-A/2003 de 26 de Dezembro, o Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos relativo à 3.ª fase de reprivatização do capital social da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., estipulando a alienação à REN, mediante venda directa, de acções representativas de 18,3% do capital social da Galp: 4,8% alienadas pelo Estado e os restantes 13,5% pela CGD.

Alterações na Estrutura Accionista da Galp Energia

No dia 31 de Dezembro de 2003, a Parpública – Participações Públicas, S.G.P.S., S.A., adquiriu ao Estado 1.240.774 acções correspondente a 0,748% do capital social da Galp Energia.

Em cumprimento da Resolução de Conselho de Ministros n.º 193-A/2003 de 26 de Dezembro, que aprovou a 3.ª fase de reprivatização da Galp Energia, a REN – Rede Eléctrica Nacional, SA adquiriu 30.350.573 acções de categoria B da Galp Energia, correspondente a 18,3% do respectivo capital social, das quais 22.388.282 foram adquiridas à Caixa Geral de Depósitos que deixou de ser accionista da Galp Energia, e as restantes 7.962.291 acções ao Estado.

Estabelecimento a Favor da EDP de uma Call Option sobre as Participações Directas e Indirectas Detidas pela GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e pela GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A. na Portgás.

Por contrato celebrado em 14 de Novembro de 2003 a GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., e a GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A., atribuem à EDP ou a terceira entidade por esta designada, o direito de opção de compra da totalidade das acções representativas do capital social da Portgás e

dos respectivos direitos inerentes que aquelas sociedades detenham ou venham a deter até à data da realização da respectiva compra e venda, as quais devem corresponder, no mínimo, a 46,625% do capital social da Portgás e dos inerentes direitos de voto, bem como da totalidade dos créditos de Suprimentos que aquelas sociedades igualmente detenham ou venham a deter sobre a Portgás até à data da realização da compra e venda.

O preço de referência da operação é de 86.400.000 euros.

No caso da terceira entidade designada pela EDP desenvolver ou integrar um grupo societário que desenvolva uma actividade concorrente com as actividades da Galp Energia nas fileiras do petróleo e/ou do gás natural, a designação dessa entidade fica condicionada à autorização expressa da Galp Energia, sendo considerados concorrentes da Galp Energia qualquer grupo societário ou sociedade que detenha uma quota de mercado, nas fileiras do petróleo e/ou do gás natural, superior a 5% (cinco por cento) do negócio de qualquer uma daquelas mesmas fileiras na Península Ibérica.

A realização da compra e venda fica condicionada à obtenção das autorizações do concedente e das entidades financiadoras, se for o caso, bem como das autoridades da concorrência.

A Opção de Compra apenas poderá ser exercida até ao dia 31 de Dezembro de 2004, sendo este prazo automaticamente prorrogado até ao decurso do prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de celebração do Contrato, no caso de, em 31 de Dezembro de 2004, se encontrar em execução, mas ainda não se encontrar concluído, o processo de reestruturação do sector energético português, em conformidade com os objectivos definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2003, de 10 de Maio, e nos demais termos que vierem a ser fixados pelas entidades e órgãos competentes, considerando-se processo de reestruturação do sector energético português o processo, qualquer que seja a sua natureza, tendente à colocação do negócio de distribuição do gás natural, agora sob o controlo da Galp Energia, sob o controlo maioritário, directo ou indirecto, da EDP.

A Opção de Compra caducará automaticamente no caso de não ser exercida nos prazos previstos.

Terminal Oceânico de Leixões

A Petrogal contratou em 1996 os serviços da Visser Smit Hanab para a construção de um terminal oceânico em Leixões. Dado à falta de adequabilidade do terminal construído ao local e às condições meteorológicas prevalentes e face aos custos incorridos a Petrogal decidiu accionar a Visser em Tribunal Arbitral. Em 4 de Novembro de 2003 o tribunal arbitral decidiu-se a favor do Grupo Petrogal, condenando a Visser a instalar um novo Terminal Oceânico no local devido, no prazo de 9 meses. O Tribunal considerou ainda que a Petrogal teria direito a ser ressarcida dos custos directos suportados com este projecto. (Vide Nota 45 do ABDR).

De acordo com o modelo de governo em vigor, cabe ao Conselho de Administração, a decisão sobre as matérias de gestão consideradas de maior importância e impacto para a sociedade e para a Galp Energia:

- Definir a estratégia e modelo de negócios;
- Definir o enquadramento organizativo e societário;
- Definir a configuração do *portfólio* de negócios;
- Promover a captura de sinergias entre negócios;
- Alocar recursos corporativos-chave (recursos humanos de topo e recursos financeiros);
- Aprovar investimentos de elevado montante ou risco;
- Estabelecer objectivos de criação de valor para cada negócio;
- Controlar o cumprimento dos objectivos fixados;
- Definir políticas de grupo.

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente da sociedade e do Grupo, de acordo com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

As Funções Corporativas apoiam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na definição e implementação das políticas de Grupo, na gestão dos recursos corporativos chave e na melhoria da *performance* das Unidades de Negócio e compreendem as áreas da Estratégia e *Portfólio* de Negócios, Finanças Corporativas, Planeamento e Controlo Corporativos, Recursos Humanos e Comunicação, Organização e Desenvolvimento, Marketing Estratégico, Ambiente Qualidade e Segurança, Auditoria Interna, Relações Laborais, Gabinete de Relações Institucionais e Gabinete de Imprensa.

As Funções Corporativas reportam ao Presidente da Comissão Executiva, Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia, com excepção das Finanças Corporativas e do Planeamento e Controlo Corporativos, que reportam ao Vogal da Comissão Executiva, Eng. Giancarlo Rossi.

Na sequência da eleição do novo Conselho de Administração para o mandato de 2002-2004 foi tomada a decisão de atribuir ao Presidente a competência pela Auditoria Interna.

As Unidades de Negócio desenvolvem as actividades operacionais dos negócios que integram o *core business* do Grupo: Galp Transgás (aprovisionamento, transporte e venda ao mercado eléctrico e às Distribuidoras Regionais de gás natural), Galp ARL (aprovisionamento, refinação e logística de produtos petrolíferos e petroquímicos), Galp Gás (distribuição de gás), Galp Empresas (venda de produtos petrolíferos e gás natural aos grandes Clientes industriais) e Galp Retalho (venda ao retalho de combustíveis e *non fuel*).

Cada uma das Unidades de Negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão correntes e operacionais, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela Galp Energia, no âmbito do qual se definem em concreto as orientações estratégicas, os planos de negócio e investimento e os orçamentos anuais.

As Unidades de Negócios são dirigidas pelos seguintes Vogais da Comissão Executiva:

- Galp ARL – Eng. Mário Abreu;
- Galp Transgás – Dr. Federico Ermoli;
- Galp Gás – Dr. Rui Cartaxo;
- Galp Empresas – Eng. Guido Albuquerque;
- Galp Retalho – Dr. Nuno Moreira da Cruz.

A Unidade de Serviços Galp Serviços presta serviços essenciais às actividades do Grupo nas áreas das Compras, Contabilidade e Tesouraria, Seguros, Incentivos Financeiros, Operações de Recursos Humanos, Serviços Gerais, Serviços Jurídicos, Sistemas de Informação e ainda Formação Profissional e Desenvolvimento de Competências.



A Unidade de Serviços é dirigida pelo Eng. Giancarlo Rossi.

A organização funcional da Galp Energia compreende ainda Projectos, que constituem Unidades de Gestão temporárias dedicadas à realização de um objectivo claramente definido como relevante e transversal para o Grupo. Os projectos mais relevantes desenvolvidos durante o ano de 2003 foram o Programa de Redução de Custos (PRC), o *Value Creation Office* (VCO) e o Modelo Integrado de Gestão de Investimentos e Projectos (MIP).

Nas sociedades do Grupo dominadas directa ou indirectamente pela Galp Energia, dependem de aprovação da Administração desta as decisões consideradas fundamentais, designadamente, a definição das seguintes políticas:

- Gestão da Cadeia de Valor;
- Aprovisionamento, Transporte, Armazenagem e Fornecimento de Petróleo e Gás Natural;
- Preços e Tarifas;
- Investimentos;
- Financiamento;
- Marketing, Comunicação e Imagem;
- Ambiente, Qualidade e Segurança;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Sistemas Informação e de Comunicações e Comércio Electrónico;
- Recursos Humanos, incluindo, Política de Desenvolvimento Pessoal e Profissional e Política Remunerativa;
- Seguros;
- Fundos de Pensão;
- Automóvel;
- *Outsourcing*.





RELATÓRIO DE GESTÃO

“Ver não é acreditar. Acreditar é ver”.

Robert Pirsing

1. Principais Indicadores

1.1. Indicadores Económicos e Financeiros

(milhares de euros)	2000	2001	2002	2003
Volume de negócios consolidado	6.780.229	6.880.138	6.911.175	7.413.548
(1) EBITDA	593.933	508.463	532.987	649.191
(2) EBITDA ajustado	563.920	576.376	578.816	691.732
(3) Margem de EBITDA	11,3%	9,6%	10,7%	12,2%
(4) Margem de EBITDA ajustada	10,8%	10,8%	11,7%	13,0%
(5) EBIT	218.996	146.244	209.372	334.510
(6) EBIT ajustado	188.983	269.185	255.201	377.051
(7) Margem de EBIT ajustada	3,6%	5,1%	5,1%	7,1%
Resultado Líquido	45.155	96.853	114.521	247.446
(8) <i>Cash Flow</i>	463.105	355.435	395.515	495.057
(9) <i>Cash Flow</i> ajustado	418.261	332.821	390.341	463.757
(10) ROA após impostos	2,6%	1,6%	2,4%	3,7%
(11) ROE	3,4%	7,1%	8,0%	15,9%
(12) ROE ajustado	7,4%	5,7%	10,3%	13,9%
(13) ROACE	3,1%	4,3%	4,7%	7,7%
(14) ROACE ajustado	4,7%	3,7%	5,6%	6,8%
(15) Capital Empregue Médio	3.240.499	3.480.593	3.563.859	3.610.429
(16) Dívida Líquida Média	1.927.249	2.125.099	2.130.112	2.054.559
(17) Capital Próprio Médio	1.313.250	1.355.494	1.433.747	1.555.870
(18) Necessidades de Financiamento	-484.240	-21.638	-6.651	240.092
(19) Dívida Líquida / EBITDA	3,2x	4,2x	4,0x	3,2x
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	3,4x	3,7x	3,7x	3,0x
(20) EBITDA / Juros Líquidos	8,2x	6,0x	7,3x	13,1x
EBITDA ajustado / Juros Líquidos	7,8x	6,8x	8,0x	14,0x
(21) <i>Gearing</i>	61,3%	59,7%	58,8%	54,2%
(22) <i>Debt to equity</i>	158,5%	148,1%	142,9%	118,3%
(23) Autonomia Financeira	23,3%	25,0%	25,1%	27,6%

Fórmulas de cálculo

- (1) - Resultados Operacionais + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Provisões
- (2) - Resultados Operacionais (Lifo) + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Provisões + Equivalência patrimonial gasodutos estrangeiros
- (3) - EBITDA / Volume de negócios excluindo ISP
- (4) - EBITDA ajustado / Volume de negócios excluindo ISP
- (5) - Resultados Operacionais
- (6) - Resultados Operacionais (Lifo) + Equivalência patrimonial gasodutos estrangeiros
- (7) - EBIT ajustado / Volume de negócios excluindo ISP
- (8) - Resultados Líquidos + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Variação de Provisões
- (9) - Resultados Líquidos (Lifo) + Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo + Variação de Provisões - Mais valias
- (10) - EBIT * (1 - taxa de IRC) / Activo Líquido Médio
- (11) - Resultado Líquido / Capital Próprio Médio
- (12) - (Resultado Líquido (Lifo) - Mais valias + Provisões p/ reestruturação) / Capital Próprio Médio
- (13) - [Resultado Líquido + Resultados Financeiros s/ equiv. Patrimonial * (1- taxa de IRC)] / Capital Empregue Médio
- (14) - [Resultado Líquido (Lifo) - Mais valias + Provisões p/ reestruturação + Resultados Financeiros s/ equiv. Patrimonial * (1- taxa de IRC)] / Capital Empregue Médio
- (15) - [Capital Próprio + Dívida Financeira (*) - Disponibilidades - Accionistas (Activo)] a valores médios
- (16) - Dívida Líquida Média = (Dívida Líquida ano n-1 + Dívida Líquida ano n) / 2
- (17) - Capital Próprio Médio = (Capital Próprio ano n-1 + Capital Próprio ano n) / 2
- (18) - Resultado Líquido + Amortizações do Exercício + Variação de Imobilizado + Investimento em Fundo de Maneio (inclui suprimentos)
- (19) - Dívida Líquida Média / EBITDA
- (20) - Juros Líquidos = Juros pagos (outros que não empresas do grupo e associadas) - Juros recebidos (outros que não empresas do grupo e associadas)
- (21) - (Dívida Financeira (**)) - Disponibilidades - Accionistas (Activo)) / Capital Empregue com Interesses Minoritários
- (22) - (Dívida Financeira (**)) - Disponibilidades - Accionistas (Activo)) / Capital Próprio com Interesses Minoritários
- (23) - Capital Próprio com Interesses Minoritários / Activo Líquido
- (*) - Dívida Financeira inclui dívida bancária de curto, médio e longo prazo e suprimentos



1.2. Indicadores Operacionais

	2000	2001	2002	2003
Vendas de produtos petrolíferos (*) (milhões de tons)	7,3	7,1	6,9	6,9
Vendas Totais Gás Natural (milhões de m³)	2.243	2.485	3.005	3.443
Carteira de Clientes (n.º)				
- GN (Industrial) (**)	171	199	223	232
- Clientes Distribuição GN	472.913	572.713	670.662	758.075
- Fast Galp (cartões activos)	858.585	953.441	997.241	1.100.000
- Galp Frota (Portugal)	230.000	255.272	248.843	269.800
- GPL Domésticos (estimativa)	1.800.000	1.750.000	1.700.000	1.700.000
- GPL Indústria/Comércio/Serviços (estimativa)	4.273	4.310	4.770	4.600
Retalho Mercado Ibérico				
- Número de postos rodovia	1.284	1.261	1.127	1.090
- Volume de vendas (milhares de m³)	3.078	3.196	3.120	3.131
Venda Média por Posto Abastecimento (Continente) (milhões de lt)	2,4	2,5	2,8	3,1
Matéria Prima Tratada nas refinarias (milhões de tons)	12,5	13,3	13,0	13,7
Extensão da Rede de Gás Natural (Km)	7.647	8.884	9.930	10.905
- Transporte	1.434	1.450	1.458	1.546
- Distribuição	6.213	7.434	8.472	9.359
Número de Efectivos Galp Energia On site (****)	5.170	4.880	5.031	5.390
Número de Efectivos Galp Energia Off Site (****)	4.346	3.830	3.668	3.487

(*) Exclui concorrência, inclui CPPE.

(**) Na óptica da Cadeia de Medida (contadores)

(***) Inclui todas as empresas do Universo Galp Energia

(****) Exclui Galpgest, SA, Galpgest, Lda e Gesoil





UNIDADES DE NEGÓCIO

“A beleza está nos olhos de quem vê”.

Margaret Wolfe Hungerford

2. Unidades de Negócio

2.1. Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística

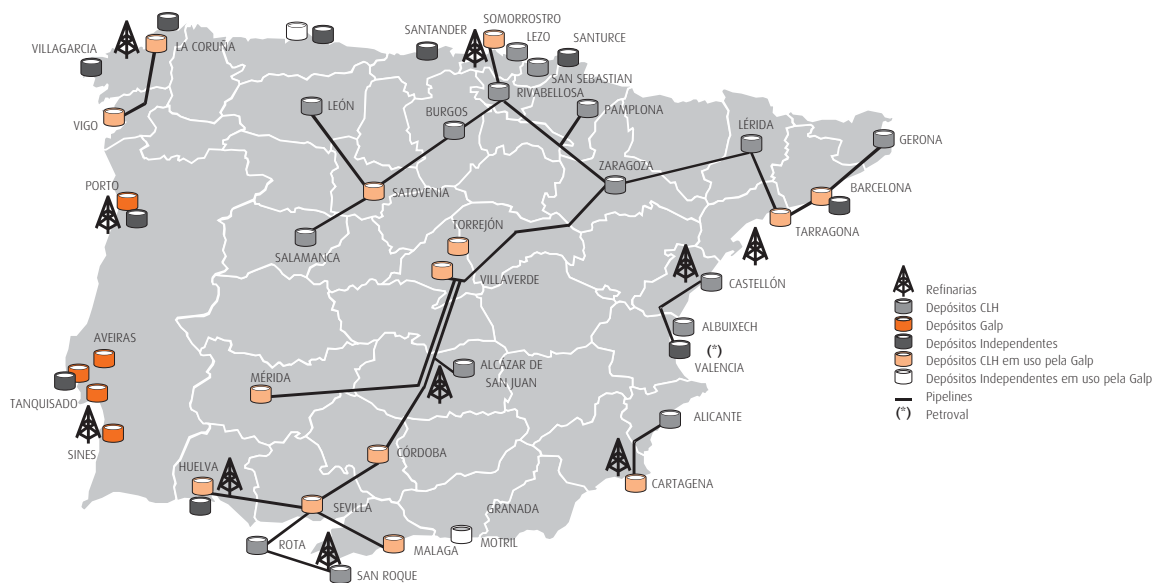
A Galp ARL conseguiu ao longo dos últimos três anos passar de um negócio muito focado no investimento e na produção para um negócio orientado para o cliente, comandado pelo mercado, capaz de avaliar oportunidades e tomar decisões de *make or buy it*. Adicionalmente, reforçou a orientação para os resultados e para a obtenção de *cash flows* mais estáveis e adoptou uma política de investimentos mais selectiva e ajustada à elevada volatilidade a que este negócio está sujeito.

Em 2003, a actividade da ARL centrou-se em torno das seguintes prioridades:

- Melhoria da eficiência operacional
- Optimização da logística ibérica
- Desenvolvimento da abordagem "Market Intelligence"

Ao nível da eficiência operacional alargou-se o Plano de Melhorias Contínuas, no âmbito do qual se desenvolveram uma série de iniciativas que foram responsáveis por cerca de 75 milhões de euros de Resultados Operacionais. Alguns exemplos dos resultados obtidos:

- Refinaria do Porto - aumento dos rendimentos e produção na fábrica de óleos base, aumento da produção de gasóleo e redução significativa nas sobrestadias;
- Refinaria de Sines - optimização dos rendimentos na Unidade *Visbreaker* e capacidade do FCC e aumento da fiabilidade;
- Logística - optimização da tancagem em Portugal (Aveiras e Tanquisado) e redução dos custos de transporte em Espanha;
- Produtos/Mercados - Renegociação dos contratos de *Supply*.





Na sequência da aquisição em 2002 de uma participação de 5% na Companhia Logística de Hidrocarburos - CLH, a operação da Galp em Espanha foi alavancada nesta alternativa logística. A prioridade deixou de ser a optimização logística no "rectângulo" português e passou a ser o "quadrado" ibérico, a Galp passou a poder abastecer os vários mercados com a opção logística mais adequada e conseguiu ainda reduzir os custos de transporte no mercado espanhol. Esta estratégia de logística ibérica criou as bases necessárias para o crescimento futuro dos negócios comerciais em Espanha numa base competitiva.

Em 2003 assistiu-se à consolidação dos processos de gestão integrada da margem Galp Energia numa abordagem de mercado proactiva e conjunta com os negócios comerciais. Desenvolveu-se a política de gestão de risco, com o objectivo de garantir uma menor volatilidade dos *Cash Flows* associados à margem de refinação utilizando ferramentas de actuação nos mercados de futuros e *over the counter* (OTC).

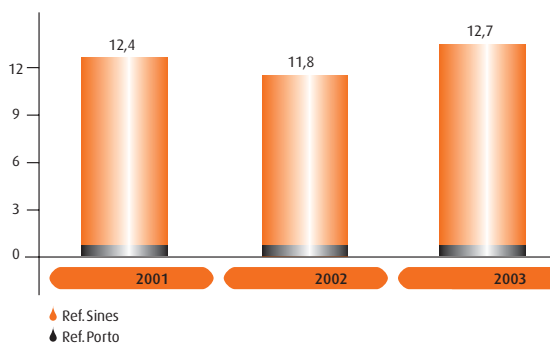
A criação de uma estrutura mais descentralizada, com grupos de trabalho/equipas de projecto com poder de decisão sobre aspectos específicos da *performance* da Unidade (Investimentos, Custos, Margens, Sistemas de Incentivos/KPI's, Ambiente, Qualidade e Segurança, entre outros) foi também determinante para a melhoria dos resultados.

O enfoque na criação de valor, o aprofundamento de uma cultura de responsabilização e a melhoria da comunicação foram assim aspectos chave para a actividade desenvolvida em 2003.

Ao nível do Aprovisionamento e Trading, em 2003 a Galp Energia adquiriu 12,7 milhões de toneladas de Petróleo Bruto para o seu aparelho refinador.

Petróleo Bruto Tratado

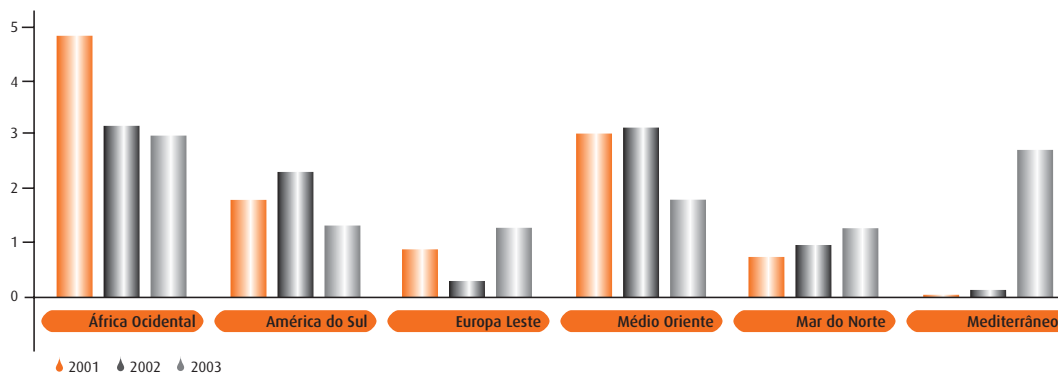
(milhões de tons)



Prosseguindo com uma política de diversificação das fontes de abastecimento, a aquisição de petróleo foi distribuída por diversas áreas geográficas.

Crude Importado por Zona de Origem (TM)

(milhões de tons)



O volume de vendas de 2003 atingiu 14,2 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 3% face ao ano anterior. Apesar de se terem registado menores vendas aos concorrentes (-6% que em 2002), as vendas para Clientes, Exportações e Bancas permitiram mais do que compensar esse decréscimo.

Balço do Crude e Produtos Galp (Ibérico)

(milhões de tons)

	2001	2002	2003
Refinação			
Crude	12,4	11,8	12,7
Nafta	0,5	0,6	0,5
Outras Matérias Primas	0,4	0,7	0,5
Produção	13,3	13,0	13,7
Produtos Refinados	12,3	12,1	12,8
Compras de Produtos (*)	1,8	1,4	1,9
Var. existências	-0,1	0,2	-0,5
Produtos Disponíveis	14,0	13,8	14,2
Vendas Galp			
Concorrentes	4,9	4,7	4,4
Clientes (**)	7,1	7,0	7,2
Exportações (***)	1,2	1,3	1,6
Bancas	0,8	0,8	0,9
Total	14,0	13,8	14,2

(*) Inclui Espanha

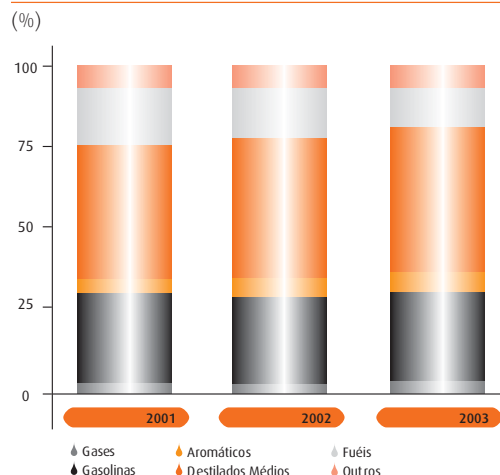
(**) Exclui Espanha

Em 2003 as quantidades exportadas aumentaram 19% relativamente a 2002, sendo cerca de 700 mil toneladas de gasolinas destinadas ao mercado Norte-Americano.

Ao nível da actividade de Refinação, as quantidades de petróleo bruto e outras matérias-primas tratadas nas duas Refinarias durante 2003, atingiram os 13,7 milhões de toneladas (+6% do que em 2002), assegurando a oferta de cerca de 88% do mercado português.



Estrutura de Produção



O ano de 2003 evidencia uma melhoria significativa da fiabilidade na Refinaria de Sines (98,8% em 2003 e 92,3% em 2002), que permitiu alcançar um máximo histórico de tratamento de Petróleo Bruto de 9,6 milhões de toneladas, registando uma taxa de utilização de 87%, posicionando a Refinaria de Sines próximo das *leaders* europeias.

Estes resultados foram impulsionados ao nível operacional por:

- Entrada em funcionamento de uma nova caldeira;
- Optimização da unidade de *Visbreaking*;
- Alargamento do sistema de controlo avançado ao FCC (*Fluid Catalytic Cracking*) e Destilação de Vácuo II o que permitiu o aumento de carga da unidade FCC bem como a melhoria da sua fiabilidade;

A Refinaria do Porto alcançou, em 2003, os melhores resultados dos últimos anos, registando *Cash Flow* Líquido positivo.

Este facto resulta do sucesso na implementação da estratégia que visa minimizar os constrangimentos provocados pelo mau tempo no aprovisionamento de matérias-primas e produtos na Refinaria do Porto. Em 2003, o porto de Leixões registou um número de dias *record* de operacionalidade com redução significativa dos custos associados a sobrestadias e paragens.



Em 2003 realizou-se a Paragem Geral Programada da Refinaria do Porto que permitiu melhorar significativamente algumas das limitações operacionais existentes.

Esta operação foi efectuada dentro do tempo e do custo previsto.

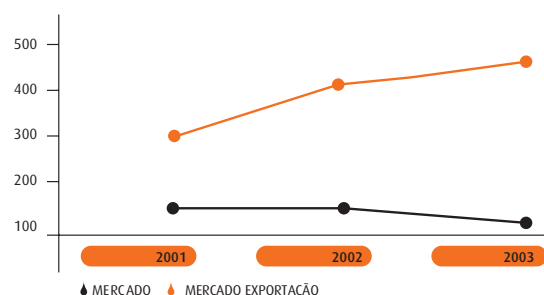
A nível ambiental refira-se que, desde Janeiro de 2003, as refinarias passaram a estar sujeitas ao cumprimento de um valor limite de emissões e teor de enxofre no resíduo processual combustível. Durante o ano 2003 ambas as refinarias cumpriram o limite estabelecido.

Nos últimos três anos os resultados da refinação melhoraram essencialmente devido aos factores endógenos: utilizando margens de refinação *mid cycle* verificou-se um aumento de cerca de 120 milhões de euros no *Free Cash Flow*, entre 2001 e 2003.

As vendas de produtos Químicos em 2003 atingiram 534 mil toneladas (+3% face a 2002). No Mercado Ibérico (Distribuição) teve lugar um decréscimo de 10 mil toneladas (-14%) face a 2002, devido à quebra na procura de algumas indústrias (sectores das tintas e vernizes) e à menor produção de parafinas na Fábrica de Óleos.

Petróleo Bruto Tratado

(milhões de tons)



Também a crescente utilização dos solventes hidrogenados e desaromatizados, em substituição dos actualmente produzidos, veio influenciar os resultados.

O Mercado de Exportação e Contratos apresentou, pelo segundo ano consecutivo, um incremento das vendas de 33 mil toneladas (+9%) face a 2002, devido a um

funcionamento fiável e à maior taxa de utilização da Fábrica de Aromáticos, em virtude de uma melhoria sensível nas margens destes produtos.

Ao nível da Logística a Galp Energia continuou a realizar importantes investimentos na adaptação da armazenagem para constituição de *stocks* estratégicos.

Em 2003 prosseguiram os trabalhos de construção de um parque para armazenagem de produtos brancos e pretos da Companhia Logística Combustíveis da Madeira na Zona Franca do Caniçal - Ilha da Madeira que permitirá reforçar a actividade logística desta Região Autónoma.

O acesso à rede de oleodutos da CLH, a utilização de alguns dos seus parques de armazenagem e expedição e a utilização dos seus terminais portuários permitiu alcançar uma maior flexibilidade na logística ibérica e capacidade de abastecer o mercado espanhol em condições competitivas.

Relativamente à componente de sistemas, no ano de 2003 prosseguiu-se com o *Roll Out* do Projecto TPS - *Transport Planning System* que veio automatizar a Programação da Distribuição, uma das funções mais importantes da área da Logística. Este sistema permite, para além da optimização de rotas, gerir o *stock* das posições e prever quantidades óptimas para entrega às unidades comerciais.

2.2. Galp Retalho

A Galp Retalho tem procurado nos últimos anos impulsionar o crescimento do negócio, a procura de novas soluções para o cliente (inovação), a descomoditização do negócio e a construção de uma marca sólida, muito associada a este negócio da Galp Energia.

Em 2003 a Galp Retalho definiu como principais prioridades:

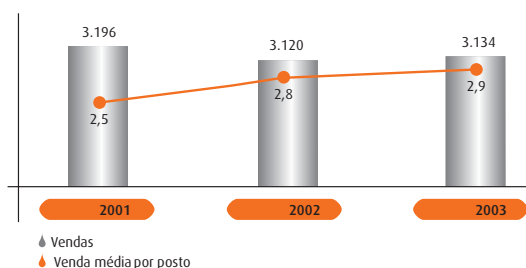
- Optimização da rede de postos ibérica, através do reposicionamento da rede em Espanha e racionalização em Portugal;
- Crescimento do negócio *non fuel* ibérico
- Aprofundamento da relação com o cliente

O Reposicionamento Ibérico no negócio de venda de combustíveis foi materializado essencialmente por uma operação de troca de postos em Portugal com outros operadores em Espanha (*SWAPS*) e uma racionalização da rede de retalho em Portugal, actualmente mais optimizada e eficiente que a média do mercado (melhoria do MER) e com melhores índices de remuneração de activos (ROCE) que o verificado em anos anteriores.

Com uma rede de 1.090 postos (em Portugal e Espanha) a Galp Energia abasteceu mais de 3 milhões de metros cúbicos de combustíveis. Estes volumes foram obtidos com um menor número de postos, em virtude da estratégia de racionalização da rede. A venda média por posto cresceu de 2,5 mil metros cúbicos em 2001, para 2,9 mil metros cúbicos em 2003 (+14%), posicionando a rede da Galp Energia como a 5ª rede de retalho com maior volume de vendas por posto, na Europa Ocidental.

Vendas Retalhos (Mercado Ibérico)

(milhares de m³)



Em Portugal foram encerrados/vendidos 127 postos e inaugurados 19 novos postos, havendo uma redução líquida de 108 postos. Com uma rede mais optimizada e eficiente foi possível manter a quota de mercado e aumentar o MER (medida de eficiência da rede) de 1,21 para 1,36, entre 2002 e 2003. Em Portugal o ano de 2003 ficou ainda marcado pela preparação da empresa para o processo de liberalização dos preços dos combustíveis que viria a acontecer no início de 2004.

N.º de Postos	2001	2002	2003
Total	1.261	1.128	1.090
Portugal			
Continente	1.031	916	808
Madeira	19	18	17
Açores	32	32	32
Espanha	179	162	233

Ao nível da optimização da rede ibérica destacam-se os seguintes factos:

- Concretização da operação de *swaps*, processo que envolveu a troca com a Cepsa e a Total Fina Elf de 79 postos em Espanha por cedência de 78 Galp em Portugal e que, em conjunto com o reforço da rede própria, permitiu melhorar o controlo nas operações e concentrar posições nas 6 regiões alvo em Espanha;
- Reforço dos COCO's (mais 22 postos ibéricos);
- Aumento dos volumes vendidos em Espanha (+6%), com a entrada em funcionamento 81 novos postos e o encerramento de 10 (aumento líquido +71 postos em 2003);
- Conclusão da operação ibérica de *rebranding*. Na totalidade foram objecto de alteração de imagem mais de 800 postos;
- Potenciação do programa de fidelização em Espanha através do cartão *Fast*, que conduziu a um incremento significativo nas vendas de combustível nos postos aderentes;
- Racionalização da rede ibérica em Espanha continuou a reforçar-se a presença em 6 zonas-alvo tendo em vista o objectivo de alcançar uma quota de mercado de 8% nesses mercados;
- Lançamento do Cartão *GalpPayCard* em Portugal e em Espanha (primeiro cartão pré-pago de combustíveis a nível ibérico);
- Lançamento do Cartão Galp Frota Ibérico;
- Extensão a Espanha do Programa Estrela. Este programa pretende dotar as estações de serviço Galp com uma



dupla componente de rapidez de atendimento e atenção ao cliente com o objectivo de melhoria de serviço. Os pilares fundamentais deste Programa assentam no estabelecimento de uma boa comunicação e formação adequada.

A Galp Retalho apostou de uma forma clara no negócio do *non fuel* introduzindo no mercado o conceito de loja Tangerina e expandindo a rede de lojas M24.

O negócio *Non Fuel* ibérico teve um crescimento de cerca de 40% em 2003 tendo para tal contribuído:

- A abertura de 11 Lojas M24 e de 13 Lojas Tangerinas em Portugal.
- O desenvolvimento dos conceitos de loja M24 e Tangerina no mercado espanhol. Em 2003 foram colocadas em funcionamento 4 e 10 lojas respectivamente;
- Aumento do volume de vendas por loja em 15% nos últimos três anos;

Nº Lojas (Ibérico)	2001	2002	2003
Tangerina	0	6	29
M24	27	50	65
Total	27	56	94

- A abertura de 2 novos centros Midas, totalizando 6 em funcionamento no final de 2003;
- A instalação das 2 primeiras máquinas de *Dog Wash* em Portugal, serviço já com bastante sucesso no mercado espanhol.

O aprofundamento da relação com o cliente continuou suportado por uma série de iniciativas que visaram um melhor conhecimento do cliente e a adaptação da oferta de produtos e serviços:

- O programa de fidelização de Clientes da Galp Energia – *fastgalp* - registou um significativo aumento da base de Clientes. Atingiram-se os 1,1 milhões de Clientes *fast* activos (+10%), em virtude das 150 mil novas adesões ao programa. Face ao ano anterior verificou-se



um aumento de 25% do ritmo de adesão de novos Clientes;

- Foram igualmente importantes as parcerias que se concretizaram durante o ano de 2003 e tiveram impactos favoráveis nas vendas de combustíveis, como a efectuada com a SONAE Distribuição;
- Indo ao encontro dos seus valores na vertente de responsabilidade social a Galp Energia desenvolveu um serviço de apoio aos deficientes motores, no sentido de lhes proporcionar os mais altos índices de autonomia e qualidade de serviço, quer no abastecimento de combustíveis, quer nos serviços de apoio auto e de loja. Este tipo de serviços permite que os deficientes motores encartados, possam usufruir dos produtos e serviços disponibilizados nos postos de abastecimento que trabalham em regime de *self-service*;
- Programa de Excelência Operacional - *Fast & Friendly* - orientado para a rapidez e qualidade de serviço;
- Melhores produtos com qualidade superior (aditivção);
- Expansão da oferta de cartões, com o inovador Pré-Pago.



Em 2003 completou-se cerca de 90% do processo de *rebranding* em 785 postos, muito importante para a criação de um novo relacionamento com os clientes.

2.3. Galp Empresas

2.3.1. Desenvolvimento de Negócio

A Galp Empresas tem desenvolvido nos últimos anos uma clara visão da cadeia de valor do negócio, assegurando um negócio coordenado com as soluções logísticas e por forma a garantir aos respectivos clientes os melhores produtos, soluções e serviços a preços e condições comerciais competitivas.

Em 2003 a Galp Empresas desenvolveu em particular as seguintes prioridades:

- Consolidação da nova política comercial e reestruturação organizativa;
- Desenvolvimento de novas linhas de produtos, serviços e conceitos de distribuição;
- Reforço da orientação para o cliente;
- Crescimento de vendas em Espanha.

A consolidação da nova política comercial assentou na:

- Introdução e uniformização das melhores práticas de actuação comercial, potenciando a eficácia da força comercial (referências comuns por segmento);
- Avaliação e compensação da força comercial de forma transparente e em função dos resultados (Sistema de Objectivos e Incentivos);
- Angariação de clientes estratégicos em diversos segmentos, promovendo a melhoria da qualidade das respectivas carteiras;
- Gestão do risco de crédito, recuperação da dívida e gestão do imobilizado, fomentando melhores práticas e procedimentos que se traduziu na redução dos prazos médios, tanto em Portugal como em Espanha;



enquanto que a reestruturação organizativa se saldou numa:

- Reorganização interna (40% dos colaboradores alteraram funções) a fim de adequar as capacidades do negócio às necessidades do cliente, privilegiando a atenção e serviço ao cliente, em geral e em particular na Criação do CORE (Centro Operacional de Relacionamento) com o objectivo de aumentar a eficiência dos processos de suporte, permitindo o enfoque da estrutura comercial na actividade de vendas e melhorar o serviço prestado ao cliente.

No âmbito do desenvolvimento de produtos, serviços e conceitos de distribuição foram incentivadas as políticas de descomoditização que favorecem a retenção de clientes em que se destaca:

- Desenvolvimento de novas linhas de produtos de Lubrificantes Auto de nível internacional e de Galp *Care e Expert*, acompanhadas das melhores práticas de gestão da unidade fabril de produção;
- Criação de uma estrutura própria denominada Soluções e Serviços que se pretende autosustentada, vocacionada para a liderança do sector da assistência técnica;
- Criação, desenvolvimento e implementação do conceito (*Last Mile*) de distribuição directa de gasóleo ao domicílio Galp *Serviexpress* em Espanha e Portugal.

Uma maior orientação para o cliente final, com equipas de vendas mais focalizadas, um aumento da eficácia comercial e o reforço da estratégia de consolidação contratual e de *cross-selling* foram essenciais para o reforço na liderança dos produtos comercializados, tendo sido possível, numa conjuntura de mercado adversa, uma ligeira subida das quotas de mercado dos produtos petrolíferos. Também no mercado industrial de gás natural se registou um crescimento das vendas e do número de clientes servidos.

Em 2003, ano de recessão económica, a Galp Empresas registou em Portugal volumes de vendas de produtos petrolíferos de cerca de 3 milhões de toneladas, representando um acréscimo de aproximadamente 1% face a 2002. No gás natural as vendas aumentaram 7%

face ao ano anterior, atingindo 1,21 bcm, tendo a base de clientes industriais crescido cerca de 5% em relação a 2002.

Em Espanha, mercado onde a Galp Empresas procura ganhar dimensão crítica, registou-se um forte crescimento, com as vendas a aumentarem cerca de 30% face ao ano transacto, atingindo-se um volume *record* de cerca de 800 mil toneladas de produtos petrolíferos comercializados.

2.3.2. Linhas de Negócio Galp Empresas

Em 2003, apesar da crise económica e das dificuldades verificadas em vários sectores industriais, as vendas de Gás Natural ao segmento Industrial evoluíram favoravelmente, o que possibilitou o crescimento em termos de volumes e do número de clientes ligados. De referir a contratação de mais 10 novos clientes que irão gerar vendas anuais de 120Mm³ (em ano cruzeiro), entre os quais se salienta uma importante central de cogeração – Portucel Viana Energia.

	2000	2001	2002	2003
Volume contratado (milhões de m ³ /ano)	1.168	1.313	1.424	1.481
Volume fornecido (milhões de m ³)	735	950	1.122	1.210
Nº Clientes Fornecidos (*)	151	170	190	189

(*) Óptica da Unidade de Produção

De entre os factos mais significativos de 2003 salientam-se:

- Introdução de novas condições contratuais, em particular, na renovação de um significativo número de contratos, com a introdução dos novos tarifários;
- Obtenção de um nível de 78% na avaliação da Satisfação de Clientes, o que constitui um estímulo e um desafio no relacionamento com os Clientes de Gás Natural;
- Encerramento de algumas unidades de produção e racionalização dos consumos energéticos, por parte de clientes industriais, em sectores mais expostos à crise económica.

No sector dos derivados do petróleo, particularmente no que respeita ao fuelóleo de utilização industrial, registou-se uma diminuição do volume de vendas de aproximadamente 14%, relativamente a 2002, como principal consequência da sua substituição pelo gás natural e redução da actividade industrial verificada.

Neste mercado a abordagem comercial centrou-se na consolidação contratual e *cross-selling*, com especial destaque para o reforço das vendas de lubrificantes e gasóleo em empresas industriais.

O negócio de Lubrificantes procurou adequar as suas linhas de produtos às solicitações mais exigentes do mercado, e em simultâneo procedeu à melhoria interna de processos para melhor responder ao mercado.

Na área comercial foi decisiva a introdução de novas plataformas tecnológicas que permitiram autonomizar a Força de Vendas e melhorar o apoio e serviço ao cliente.

Ao nível do *Marketing* assegurou-se o apoio aos clientes nas suas acções promocionais, a presença em Congressos e Feiras e a realização de campanhas promocionais a diversos canais de vendas.

A área de Produção e Logística adoptou o SAP PPPI e WM para a melhoria do controlo produtivo e toda a gestão de *stocks*.

Apesar da recessão que atingiu o mercado de lubrificantes (-5%) foi possível à Galp Energia manter o mesmo volume de vendas do ano anterior (cerca de 29 milhões de toneladas).

Ainda durante o presente exercício, a Galp Energia revalidou a Certificação do Negócio de Lubrificantes pela ISO 9001, já de acordo com os requisitos mais exigentes da Norma de 2000, em termos de satisfação dos clientes e de processos de negócio.

No âmbito da Extra-Rede, a actividade do segmento Empreiteiros em 2003 foi caracterizada por uma fortíssima desaceleração do Mercado de Obras Públicas, que quebrou 25% relativamente ao ano de 2002.

No que diz respeito às vendas em Espanha, o ano de 2003 fica marcado como sendo o melhor de sempre, em quantidades de betumes vendidas pela Galp (110 mil toneladas) e resultados operacionais superiores a 2 milhões de euros.

Ainda na Extra-Rede e apesar da crise económica, as vendas no mercado de Transportes evoluíram favoravelmente, com um crescimento de volumes de gasóleo (+3%) e manutenção do volume de vendas de lubrificantes.



No segmento de Revenda de combustíveis, o lançamento em Janeiro de 2003 do gasóleo de aquecimento veio contribuir para a maior visibilidade do segmento em Portugal levando a estruturar e reposicionar a presença da Galp.

Este reposicionamento foi concretizado pela consolidação contratual da rede de revenda e pela criação de um novo serviço de distribuição de combustíveis ao domicílio com uma marca (Galp *Serviexpress*) a nível ibérico, que iniciou a sua operação em Portugal e Espanha no final do ano em apreciação.

O mercado de Aviação em Portugal, nomeadamente o movimento de passageiros nos aeroportos portugueses, revelou em comparação com anos anteriores um fraco crescimento global de 1,6%. Em consequência, a procura total de *jets* nos aeroportos nacionais cresceu



5,4% no ano acompanhado no entanto por um decréscimo da procura nas Bases Aéreas (-23,6%) em virtude de aquisições extraordinárias realizadas em finais de 2002.

As vendas de *Jets* da Galp Energia no exercício em apreço situaram-se 9,2% acima do ano anterior ultrapassando o crescimento do mercado como resultado de uma política comercial agressiva e permitindo recuperar a quebra de fornecimento nas Bases Aéreas.

A entrada em operação da extensão da rede de hidrante no Aeroporto de Lisboa, a continuidade da execução do programa plurianual de renovação da frota de veículos de abastecimento a aeronaves e a conclusão do processo de transição para a norma ISO 9001:2000 do Sistema de Qualidade dos Combustíveis de Aviação, constituíram factores chave da melhoria continuada das operações.

O mercado dos combustíveis da Marinha sofreu um acréscimo de cerca de 12% relativamente a 2002, devido principalmente à animação do movimento de paquetes no Porto de Lisboa e ao acréscimo de exportações para o porto de Gibraltar. Nos gasóleos de bancas e pescas, verificou-se um ligeiro acréscimo de 3,3%, enquanto que o mercado de fuelóleo de bancas foi responsável por um incremento de cerca de 16%, relativamente ao ano anterior.

As vendas da Galp Energia, neste mercado, registaram um acréscimo da ordem dos 25% em relação ao ano de 2002. Este incremento foi obtido na generalidade dos segmentos de mercado, com particular relevância nas Bancas Estrangeiras, Armadores de Comércio e Rede de Mar.

A aquisição à APS do Parque de Bancas de Sines é um aspecto relevante de 2003 e vai permitir uma maior flexibilidade de operação no futuro.

Outro factor chave da melhoria do negócio foi o registo como Armador de Tráfego Local, passando a assumir a gestão directa das barcas de apoio às bancas marítimas. Foi adquirida para o efeito uma barcaça para o Porto de Lisboa e afretado outra barcaça de maiores

dimensões para a operação nos portos de Sines, Setúbal e Lisboa.

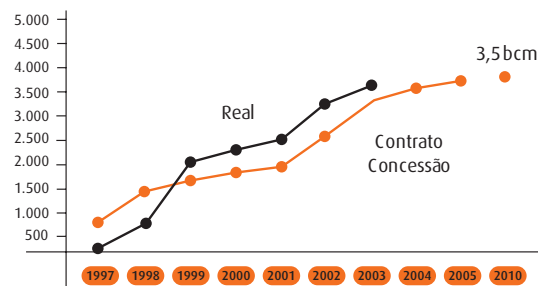
No decurso do ano procedeu-se à remodelação dos postos de Mar da Póvoa de Varzim e de Peniche e a construção de um novo posto na marina de Albufeira. Ascende a 43 o número total de postos de rede de mar com bandeira Galp, no Continente e Regiões Autónomas.

2.4. Galp Transgás

Desde a introdução do Gás Natural em Portugal, o mercado tem registado fortes níveis de crescimento, dado o reconhecimento das vantagens económicas e ambientais desta forma de energia. As estatísticas dos últimos seis anos sobre a evolução do mercado da energia primária mostram que o Gás Natural atingiu já um peso de 11,1%, aumento que pode ser explicado pela sua crescente competitividade face às restantes energias. *O buil up* do negócio de Gás Natural permitiu antecipar 7 anos de volumes de GN em Portugal, face às metas definidas no contrato de concessão, praticamente atingido-se já em 2003 o volume previsto para 2010 (3,5 bcm).

Antecipação da Penetração do GN

Vendas
(milhões de m³)



O desenvolvimento das infra-estruturas críticas, nos prazos e custos previstos, a orientação para o cliente e a disciplina nos custos e investimentos realizados permitem a este negócio mostrar não só elevado crescimento, mas também níveis de rentabilidade em linha com o previsto nas concessões.

Durante o ano de 2003 a Galp Transgás continuou a orientar as suas prioridades de actuação para:

- Conclusão dos principais investimentos de infra-estruturas de transporte e armazenagem de Gás Natural (GN);
- Preparação do *unbundling* de funções relativas ao Gás Natural.

Em 2003 concluíram-se investimentos importantes como o Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Sines e a ligação desta infra-estrutura à rede nacional através do Gasoduto Sines-Setúbal (Lote 7).

O desenvolvimento da estruturação do mercado do Gás Natural a nível europeu e as normativas no que respeita à separação das contas criou a oportunidade da empresa lançar dois projectos internos, com o objectivo de implementar um sistema ABC (*Activity Based Costing*) e reestruturar o Imobilizado de acordo com as necessidades derivadas da separação das actividades.

No que diz respeito ao andamento do mercado, destaca-se que face a 2002 se verificou uma retracção dos volumes de GN vendidos no segmento Eléctrico (-19%), pois no ano anterior tinha sido possível efectuar elevadas vendas de GN (excedentes facultativos), devido ao baixo nível de hidraulicidade, consequência de um inverno seco. Esta situação climática não se repetiu em 2003 e registou-se a mencionada redução das vendas ao mercado Eléctrico, as quais são fortemente influenciadas pelas condições meteorológicas adversas, que impulsionam a utilização de energia hídrica, em detrimento da energia térmica fornecida pela Transgás.

O fornecimento ao segmento Industrial (+8%) e ao segmento Doméstico (+12%) revelou crescimento em 2003.

O ano fica também marcado como sendo o primeiro em que foram vendidas cargas de *trading* com algum significado (538 milhões de m³, que representam 16% das vendas totais), as quais contribuíram para fechar o ano com volumes totais 15% acima de 2002.

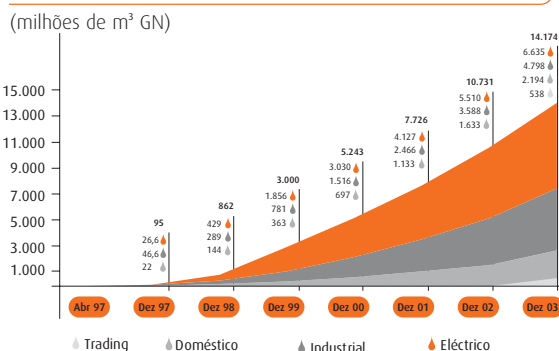
Em coerência com a própria estratégia de diversificação das fontes de Aprovisionamento, a Transgás obteve um maior equilíbrio entre as fontes de abastecimento (GN e

GNL), passando de uma relação 86%/14% em 2002 para 73%/27% em 2003; este resultado, que se irá consolidar nos próximos anos, deriva da progressiva disponibilidade de GNL adicional, prevista nos contratos de importação assinados com o fornecedor nigeriano.

Com o objectivo de conferir maior flexibilidade ao próprio aprovisionamento, de o ajustar às necessidades e condições de mercado e de aproveitar as oportunidades pontuais de compra que aparecem no mercado internacional, a Transgás negociou um contrato de curto prazo com a Shell, realizou um *swap* de gás com a empresa Gás Natural e efectuou uma compra *spot* de GNL à ENI.

O mercado de Gás Natural continuou a demonstrar uma tendência de crescimento em 2003. O consumo de Gás Natural em Portugal atingiu este ano 3.443 Mm³, cerca de 15% acima dos valores do ano anterior.

Evolução das Vendas Acumuladas da Transgás

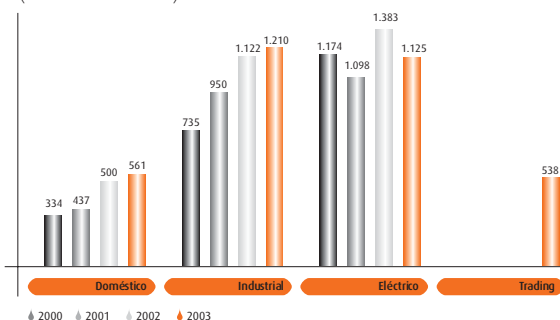


O mercado Eléctrico, pela primeira vez, não foi o mais representativo, passando o mercado Industrial a ocupar esse lugar no *portfólio* de vendas da Transgás, com cerca de 35% do total do volume de vendas, comparativamente com 33% do mercado Eléctrico.



Evolução do Volume Vendas Anual Transgás

(milhões de m³ GN)



No final de 2003 a Transgás estava a fornecer GN a 232 clientes industriais (segmento de clientes com consumos anuais superiores a 2 milhões de m³), com um aumento de 9 clientes ligados face ao ano anterior.

No mês de Outubro alcançaram-se novos *records* de vendas, com o valor mensal de entregas de 300 milhões de m³ de GN e um volume diário de entregas que atingiu 11 milhões m³.

Ao nível do fornecimento é ainda de salientar a assinatura, em Dezembro de 2003, do Contrato de Fornecimento de Gás Natural a longo prazo à Central Termoeléctrica do Ribatejo (TER), celebrado com a EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. (EDP Produção), para um volume de 1.200 milhões de m³ de GN.

Em termos de infra-estruturas, em 2003 prosseguiu-se a expansão do Sistema de Transporte de Alta Pressão destacando-se o comissionamento e colocação em serviço do Gasoduto Sines-Setúbal, no mês de Outubro. Com a chegada ao Terminal de Sines, no dia 26 de Outubro, do primeiro navio com GNL (proveniente da Nigéria), e depois de realizadas as operações iniciais de arrefecimento e enchimento daquela instalação, no dia 4 de Novembro verificou-se, com pleno sucesso, o início da emissão de GN do Terminal para o Sistema de Transporte.

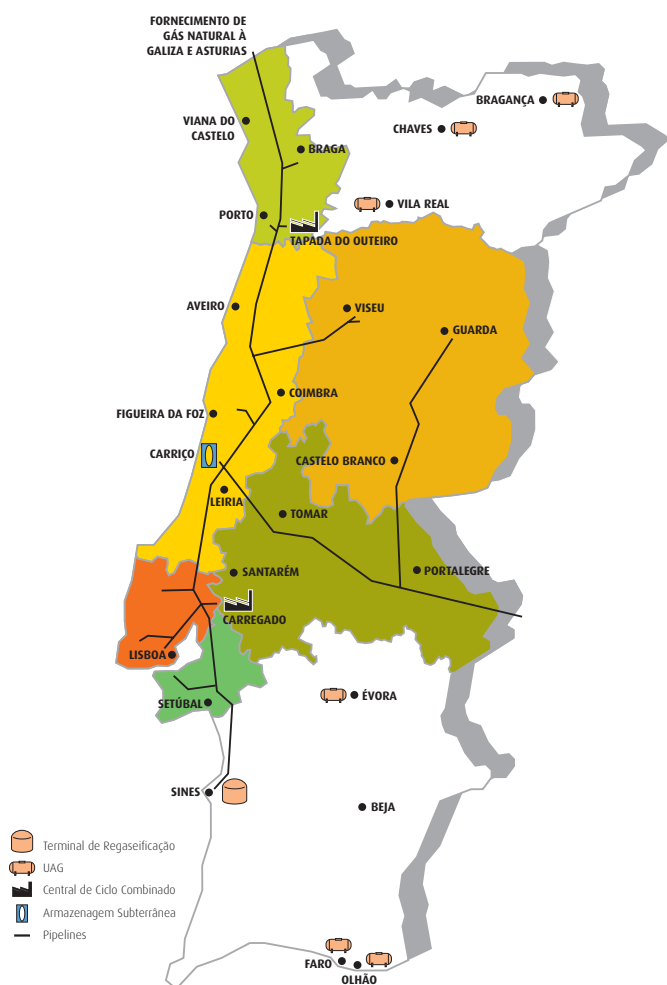
Com a conclusão da construção dos 86 km do gasoduto de ligação do Terminal de GNL à rede existente, a infra-estrutura de transporte de GN em alta pressão da Transgás fica praticamente concluída. Esta infra-estrutura compreende uma rede de distribuição de GN em alta

pressão com a extensão de 1.404 Km, (1.194 Km de *trunkline* e 210 Km de ramais industriais).

Em 2003 concluiu-se igualmente a construção do Ramal Industrial do Carregado e respectiva estação de regulação e medida, que permitiram iniciar o fornecimento de Gás Natural à Central de Ciclo Combinado da TER (Termoeléctrica do Ribatejo), e a construção do Ramal Industrial dedicado para a Rações Valouro.



Rede de Transporte Nacional



Para o Projecto de construção da Armazenagem Subterrânea no Carriço (Pombal) foi decidido um aumento do investimento planeado, para conseguir um significativo aumento da capacidade de armazenagem (+39%), o que se irá traduzir numa diminuição do custo de investimento por metro cúbico de GN armazenado. A conclusão da primeira fase deste projecto está prevista para 2004, e a infra-estrutura permitirá não só responder com flexibilidade ao previsível crescimento da procura, como também garantir as reservas estratégicas no país.

Foi ainda importante a certificação obtida pela Transgás SA em termos de Ambiente e Qualidade.

Os indicadores de eficiência operacional mantiveram em 2003 a evolução positiva dos últimos anos.

KPI (milhares de m ³)	2000	2001	2002	2003
Vendas / Km de Rede	1.168	1.313	1.424	1.481
Vendas / Empregado	735	950	1.122	1.210

Não obstante a quebra registada nas vendas ao segmento Eléctrico, em 2003 o indicador "Vendas / Empregado" manteve uma evolução favorável, em resultado do aumento global do volume de vendas.

Da mesma forma, apesar do crescimento registado em 2003 na rede de transporte da Transgás (+88 km), a evolução do indicador "Vendas / Km de Rede" mostra o crescente nível de utilização da capacidade das infra-estruturas instaladas.

O ano de 2003 ficou também marcado pela construção do primeiro projecto de Micro-cogeração em Portugal. Trata-se de uma instalação pioneira no país e a terceira instalada na Península Ibérica, destinada à produção de energia em segmentos de mercado como piscinas, complexos desportivos, pequenas unidades hoteleiras, clínicas e, de um modo geral, instalações do sector terciário e pequena indústria com necessidades simultâneas de energia eléctrica e térmica.



2.5. Galp Gás

2.5.1. - Distribuição de Gás Natural

A distribuição de Gás Natural centrou a sua actuação em 2003 nas seguintes vertentes prioritárias:

- Saturação de rede e aumento do consumo específico;
- Racionalização dos Investimentos;
- Verticalização e aumento de eficiência operacional;
- Recuperação do recebimento de fundos comunitários (POE);
- Melhoria da satisfação dos clientes.

Enquadradas nestas prioridades, salientam-se as seguintes iniciativas desenvolvidas em 2003:

- Dinamização do mercado de aquecimento central por via:
 - De uma recalibração tarifária que implicou uma descida média do preço do gás natural em cerca de 10% para este segmento, o que somado à descida já efectuada em 2003, representa uma redução em dois anos de cerca de 20%;
 - Do lançamento de uma nova fórmula promocional mais apelativa para a solução Conforto Garantido (serviço chave-na-mão para orçamentação e instalação de aquecimento central);
 - Do reforço dos canais de distribuição e comunicação;
 - Do lançamento de um serviço de manutenção de aquecimento central "Assistênciafast Conforto Garantido".
- Enfoque na melhoria da qualidade de serviço prestado ao cliente, através de:
 - Reestruturação do sistema actual de avaliação da satisfação do cliente em todos os segmentos de mercado e para os diversos serviços prestados;
 - Lançamento de uma nova modalidade de Assistência Técnica na lógica integrada "one-stop-shop";

- Calibração e lançamento de novos modelos de estimativa de consumos facturados.

- Reforço da eficácia comercial com o lançamento de um extenso programa de formação técnica-comportamental às equipas de angariadores comerciais, e com a introdução de diversos incentivos à eficiência e qualidade do serviço de angariação/conversão nos cadernos de encargos para os empreiteiros;
- Reforço da competitividade no segmento não doméstico através da implementação de duas novas tarifas para os clientes industriais e do terciário;
- Consolidação do Projecto de Verticalização com a captação de sinergias adicionais, através da uniformização de práticas e procedimentos técnicos e de procurement, ao nível de todas as Distribuidoras Regionais, sendo de destacar:
 - Projecto de centralização de SCADA (Sistema computadorizado de aquisição de dados das redes para o centro de despacho) e atendimento de chamadas urgentes;
 - A uniformização dos procedimentos para selecção de Empreiteiros de construção;
 - Coordenação das actividades técnicas e de concursos de empreitadas das Distribuidoras Regionais.
- Implementação e Certificação de Sistemas Integrados de Gestão do Ambiente, da Qualidade e da Segurança nas empresas Beiragás e Tagusgás.

No final de 2003 a base agregada de Clientes de Gás Natural atingia os 758,1 mil (+13,0% e +87.413 Clientes face ao final de 2002). O volume de vendas atingiu os 575 milhões m³ (+11,7% do que em 2002). A extensão da rede de distribuição de GN atingiu os 9.359 Km, tendo a mesma verificado um acréscimo de 887 Km no decurso deste ano.

Total Distribuição GN	2000	2001	2002	2003	2003 vs 2002
Volume de Vendas (milhões de m ³)	333	444	515	575	72,5%
Nº Clientes Ligados (milhares)	472,9	572,7	670,7	758,1	60,3%
Km de Rede Instalada	6.213	7.434	8.472	9.359	50,6%

O ano 2003 constituiu mais um ano de melhoria da eficiência operacional da Distribuição de GN. Os crescentes níveis de eficácia e eficiência aproximam este negócio dos níveis de *performance* das congéneres da Europa do Sul.

KPI	2000	2001	2002	2003
Nº Clientes / Km de Rede Secundária (n.º)	85	86	87	89
Nº Clientes / Empregado (n.º)	803	996	1.112	1.266
Vendas / Empregado (milhares de m³)	566	772	854	960

O indicador "Nº Clientes / Km de Rede Secundária" evidencia uma evolução favorável nos últimos anos.

Em 2003, a captação de clientes foi superior ao ritmo de expansão da rede de distribuição, traduzindo a política seguida de "saturação" das redes, ou seja, os esforços desenvolvidos no sentido de privilegiar a captação de clientes sobre a rede já existente, por forma a maximizar a utilização das infraestruturas de distribuição de Gás Natural.

Também os indicadores "Nº Clientes / Empregado" e "Vendas / Empregado" revelam uma evolução muito positiva, traduzindo a crescente penetração no mercado, o aumento do consumo médio por cliente e também a racionalização de custos que tem vindo a ser seguida, em especial na Lisboagás).

PORTGÁS

*46,63%
Clientes: 126,2 Mil
Volume Vendas: 163 Mm³
Rede Primária: 263 Km
Rede Distribuição: 1.759 Km

LUSITANIAGÁS

*85,04%
Clientes: 107,5 Mil
Volume Vendas: 136 Mm³
Rede Primária: 233 Km
Rede Distribuição: 2.201 Km

LISBOAGÁS

*100%
Clientes: 405,8 Mil
Volume Vendas: 197 Mm³
Rede Primária: 77 Km
Rede Distribuição: 2.944 Km

SETGÁS

*45%
Clientes: 91,5 Mil
Volume Vendas: 48 Mm³
Rede Primária: 95 Km
Rede Distribuição: 1.015 Km

*Participação Galp Energia

BEIRAGÁS

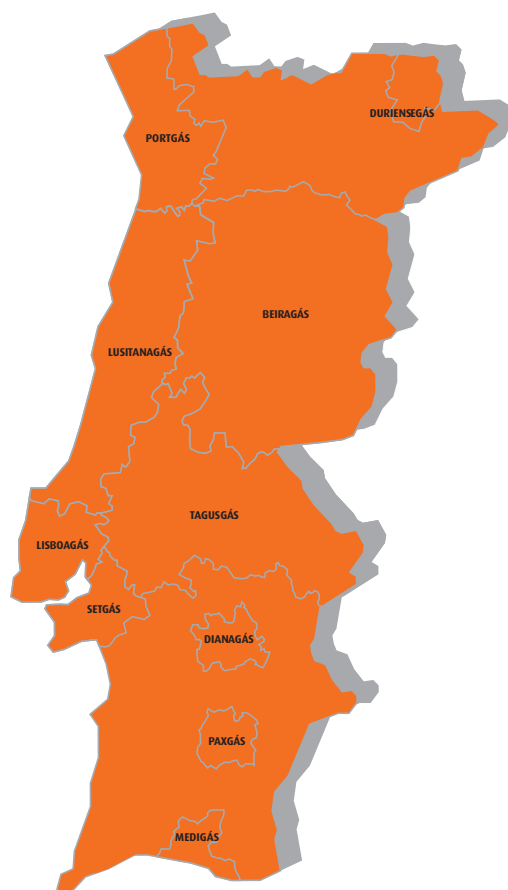
*59,04%
Clientes: 13,1 Mil
Volume Vendas: 9 Mm³
Rede Primária: 36 Km
Rede Distribuição: 225 Km

TAGUSGÁS

*40,91%
Clientes: 6,5 Mil
Volume Vendas: 11 Mm³
Rede Primária: 122 Km
Rede Distribuição: 215 Km

UAD'S

Clientes: 7,4 Mil
Volume Vendas: 6 Mm³
Rede Distribuição: 2.201 Km



Total da Distribuição (Sector)

Clientes: 758,1 Mil
Volume Vendas: 575 Mm³
Rede Primária: 826 Km
Rede Distribuição: 8.532 Km



2.5.2. - GPL

O mercado português do GPL diminuiu 17%, entre 1998 e 2003, devido à introdução do Gás Natural. A Unidade do GPL tem procurado minimizar estes efeitos procurando compensar com novas oportunidades em Portugal e com o lançamento de uma estratégia de crescimento em Espanha. Simultaneamente, a necessidade de criar uma estrutura de custos mais eficiente, foi também uma meta conseguida já que os custos operacionais deste negócio baixaram cerca de 8% nos últimos 3 anos.

Em 2003 as prioridades do negócio do GPL centraram-se em:

- Posicionamento ibérico;
- Flexibilidade logística;
- Relacionamento com Rede de Revenda;
- Qualidade de serviços e nível de satisfação de cliente, com oferta de novos serviços.

Durante o ano de 2003 o negócio de GPL reforçou o posicionamento ibérico, prosseguindo uma estratégia de consolidação da liderança no mercado português e de crescimento no mercado espanhol, destacando-se:

- Consolidação de uma estrutura organizativa iberizada;
- Lançamento dos projectos destinados à modernização do parque de Perafita, na região do Porto, e à instalação de um parque de enchimento de gás em garrafas em Sines;
- Nomeação de 15 novos distribuidores de gás em garrafas a operar no mercado espanhol;
- Alargamento do programa excelência de serviços e programa estrela a todos os pontos de venda de gás em garrafas;
- Lançamento do seguro de cliente Galp Gás, com cobertura alargada, para todos os clientes de gás em garrafas. No domínio da segurança efectuou-se ainda

uma promoção para a revisão periódica das instalações de gás dos clientes;

- Lançamento de duas linhas telefónicas, de custo reduzido, dedicadas à utilização dos clientes em situações de emergência e para pedidos de esclarecimentos comerciais;
- Abertura de um portal na Internet para parceiros de negócio, designadamente revendedores de gás em garrafas;
- Criação de um plano de comunicação com um posicionamento mais próximo do cliente, para todos os pontos de venda de gás em garrafas;
- Lançamento de inquéritos para apuramento do Índice de Satisfação dos Clientes (ISC) de GPL em todos os segmentos, quer para o gás em garrafas quer para o gás a granel;
- Desenvolvimento do negócio de Propano canalizado (em Portugal e Espanha).

O volume de vendas de GPL atingiu as 430 mil toneladas em 2003 (-3.0% do que em 2002).

2.6. Outras Unidades de Negócio

Galp Exploração e Produção

Entre os factos que marcaram a actividade de E&P em Angola durante o ano de 2003 salientam-se:

- No Bloco 14 novos poços confirmaram a existência de petróleo em quantidades importantes; concluiu-se a paragem iniciada em 2002 para melhoria da FPSO e foram adjudicados os contratos relacionados com o Projecto de Desenvolvimento dos Campos de Benguela, Belize, Lobito e Tomboco (Fase 1);
- Na "Unidade KA-IMI", zona de exploração conjunta entre o Bloco 14 e o Bloco Haute Mer(Rep. Congo) a primeira sondagem de pesquisa revelou a presença de uma acumulação de petróleo;

- A produção de petróleo, proveniente exclusivamente do Bloco 14, cifrou-se em 1,80 milhões de barris, contra os 1,92 milhões de barris de 2002. Essa redução deveu-se essencialmente ao atraso verificado na conclusão dos trabalhos relativos à manutenção programada;
 - Foram investidos cerca de 40 milhões de euros no Bloco 14 em 2003;
 - Uma diminuição das reservas provadas (desenvolvidas e não desenvolvidas) de 52,4 para 50,6 milhões de barris, devido à produção de 1,8 milhões de barris provenientes do campo do Kuito. As reservas prováveis aumentaram 6,3 milhões de barris (de 114,3 para 120,6) e as reservas possíveis aumentaram 8,4 milhões de barris (de 175,6 para 184);
 - O Bloco 1 continuou sem produzir devido à obstrução da linha de expedição.
- Relativamente à actividade E&P desenvolvida no Brasil no ano de 2003, destaca-se:
- Nos Blocos BM-S-8 e BM-S-11 terminou o primeiro período de pesquisa tendo as respectivas *Joint Venture* decidido prosseguir para a segunda fase, a qual envolve a realização de duas sondagens de pesquisa;
 - No Bloco BM-S-21 foi terminada a aquisição sísmica. Relativamente ao Bloco BM-S-24 foi concluído o processo de Farmin tendo a Petrogal Brasil ficado com uma participação de 20%. Em ambos os Blocos o programa de pesquisa incluiu uma campanha de aquisição sísmica 3D.





Galp Power

Ao longo do ano de 2003 a Galp Power desenvolveu actividades respeitantes aos seguintes Projectos:

- Carriço Cogeração - o comissionamento foi finalizado no mês de Março de 2003 e permitiu o arranque da Central à potência de projecto, de forma a permitir a execução dos previstos testes conjuntos com a Fábrica da Renoeste;
- ENERGIN - a Central da Energin encontra-se em exploração comercial desde Março de 2001. Desde então todo o fornecimento de vapor e energia eléctrica à fábrica da SOLVAY é assegurado pela ENERGIN;
- Parque Eólico da Pampilhosa da Serra - foram dados passos significativos com a *Renewable Energy Systems* no que se refere à finalização a aquisição do Projecto e o respectivo financiamento;
- Sociedade Central de Cervejas - (Powercer) - constituição da Sociedade Powercer, uma parceria entre a Galp Power e a Finerge;
- Refinaria de Sines - Deu-se início ao projecto da nova central de Cogeração da Refinaria de Sines.

Galp Atlântico

- Com a chegada do navio LNG *Port Harcourt* no dia 26 de Outubro, foi alcançada uma das principais metas do projecto - o início do comissionamento do Terminal de GNL de Sines com vista à subsequente entrada em operação comercial;
- Durante todo o ano, todas as atenções da Transgás Atlântico se concentraram no cumprimento dos prazos de construção inicialmente definidos e na constituição e preparação de uma equipa capaz de levar a bom termo o arranque da operação de recepção, armazenagem e regasificação de GNL;
- Em Janeiro, foi acordado com o consórcio construtor um plano de recuperação dos atrasos dos trabalhos com implementação imediata e com resultados que começaram a ser consolidados em Março. Em Abril, a

equipa de operações estava recrutada a 80% tendo simultaneamente sido iniciado o programa de formação e treino operacional;

- A Conclusão Mecânica das áreas mais relevantes foi feita nas seguintes datas: entre os dias 13 de Setembro e 30 de Outubro para a zona de Processo, o dia 25 de Outubro para o Cais de acostagem e para o primeiro reservatório de GNL e o dia 2 de Dezembro para o segundo;
- O Certificado de 'Pronto para Arranque' (*'Ready For Start-Up'*) necessário à recepção do primeiro navio para o arrefecimento das instalações e realização dos testes de *performance*, foi emitido parceladamente entre os dias 15 de Outubro e 16 de Dezembro;
- O arrefecimento das instalações e em particular do primeiro reservatório de GNL foi iniciado no dia 26 de outubro, por um período de 9 dias, com o início da emissão de gás para a rede nacional de alta pressão no dia 4 de Novembro. Durante este período, foram consumidos cerca de 100 mil GJ de gás natural;
- O Terminal de GNL de Sines, procedeu, ainda durante o exercício de 2003, à descarga de mais dois navios metaneiros, tendo o segundo sido destinado ao arrefecimento do segundo reservatório de GNL no dia 30 de Novembro;
- Durante o ano de 2003, o Terminal de GNL de Sines, descarregou um total de 9.378.377 GJ, tendo exportado para a rede um total de 6.841.471 GJ;
- A empresa continuou a demonstrar uma grande preocupação relativa à Segurança no trabalho, tendo sido registados apenas 4 pequenos incidentes e um rácio de LTIf igual a 2,12;
- O ano de 2004 irá ficar marcado pela entrada em operação comercial do Terminal de GNL, a emissão do certificado de 'Pronto para Operações' (*'Ready For Operations'*) após a conclusão dos testes de *performance* dos equipamentos da 1ª fase, na 1ª semana do ano, e a emissão do certificado 'Recepção Provisória' após a conclusão dos testes de *performance* dos equipamentos da 2ª fase no final do mês de Janeiro;

- Para 2004, está igualmente prevista o *unbundling* do sector do gás natural. Tendo a Transgás Atlântico sido criada separadamente da empresa concessionária da importação, fornecimento e transporte de gás natural em alta pressão, Transgás, não se antecipam quaisquer efeitos ao nível contabilístico e operacional sobre o Terminal de GNL de Sines;
- Do ponto de vista económico, o início da operação comercial dará lugar ao início da facturação da taxa de capacidade e de processamento à Transgás, enquanto único utilizador da infra-estrutura, assim como a Patrimoniação do Imobilizado em Curso, o que irá provocar um impacto significativo nas rubricas da demonstração de resultados, nomeadamente o verdadeiro início dos proveitos operacionais, acréscimo das amortizações do exercício, decréscimo dos resultados financeiros por via da não capitalização dos custos de financiamento.
- Espera-se uma estabilização do investimento e consequentemente da dívida de financiamento, sendo no entanto de prever um aumento dos Custos Financeiros.

Galp África

A presença da Galp Energia em África é assegurada através de empresas associadas ou contratos de fornecimento de produtos em operação regular nos PALOPs.

O ano de 2003 neste segmento foi marcado pelos seguintes eixos de acção:

- Reforço do sistema de controlo interno das associadas;
- Continuação da política de racionalização dos activos;
- Optimização operacional;
- Procura de novos segmentos de desenvolvimento do negócio.

Paralelamente a uma política de rigor no controlo das respectivas actividades, foi conseguido desenvolver projectos de racionalização de activos bem como novos segmentos de negócio sem esquecer o desenvolvimento de negócios existentes, entre os quais se destaca:

Em Angola, prosseguiu-se com o negócio da distribuição de combustíveis encontrando-se em exploração 7 postos da Sonangal tendo-se iniciado ainda a construção de 2 novos postos e com a produção e distribuição de químicos para a agricultura e usos domésticos (Agran). No âmbito do retalho rodoviário destaca-se a assinatura a 29 de Outubro 2003 de um protocolo de colaboração entre a Galp e a Sonangol no sentido do desenvolvimento mútuo das redes de Estações de Serviço das empresas participadas Sopor e Sonangal nos respectivos países.

Em Moçambique destaca-se a construção, remodelação e *rebranding* de 8 Postos de Abastecimento, totalizando presentemente a afiliada 19 postos em exploração destacando-se a inauguração a 23 de Outubro 2003 no Maputo da 1ª Loja Tangerina.

Foram ainda assinados importantes contratos de fornecimento de Lubrificantes com concessionários automóveis, construtoras e transportadoras.

No que se refere à logística, foi dada continuação ao Projecto de modernização das Instalações de armazenagem e enchimento de garrafas de LPG do Parque da Matola visando a sua reabilitação, o aumento das condições de segurança e da sua capacidade de produção, estando prevista a sua conclusão no 1º semestre de 2004.

Na Guiné Bissau, a economia continuou a ser muito penalizada por uma contracção da actividade. Em consequência, a Petromar e a Petrogás, associadas da Petrogal Guiné Bissau, registaram vendas abaixo do previsto, mantendo no entanto a sua quota de mercado. De referir como aspecto positivo a reabertura do Posto de Canchungo, depois de um período de paragem de dois anos. Actualmente a Petromar explora 8 postos de abastecimento.

Em Cabo Verde a Galp Energia continuou a actuar através da sua associada (33%) Enacol operando no mercado interno, bancas marítimas e aéreas, GPL e lubrificantes de marca Galp.

Contando com uma rede de revenda de 23 postos de abastecimento, a Enacol oferece aos seus clientes outros serviços tais como lojas com produtos diversos, cafetaria



e estações de serviços. Como consequência do desenvolvimento deste pequeno país durante 2003 há a registar um aumento substancial das vendas na generalidade dos produtos em cerca de 20% passando a quota de mercado da Enacol de 32% para 36% em 2003, subdividida em 42% no mercado interno e 30% no mercado externo. Ao longo de 2003 foi ainda dada prioridade à reestruturação organizacional da Enacol.

Timor Lorosae

No ano de 2003, foram ainda iniciados contactos com o governo de Timor Lorosae no sentido da Galp Energia apoiar o processo de criação de uma empresa de distribuição de combustíveis nesse país.







SUORTES PARA CRIAÇÃO DE VALOR

Quem é que vê a face humana mais correctamente
o fotógrafo, o espelho ou o pintor?

Pablo Picasso

3. Suportes para a Criação de Valor

3.1. Inovação

Numa envolvente competitiva cada vez mais forte e em mudança acelerada, a Galp Energia tem procurado antecipar os desafios, através de uma aposta clara na Inovação. A maior exigência por parte dos mercados e das autoridades reguladoras está a colocar uma pressão sobre as margens e sobre os níveis de serviço e fiabilidade das empresas, que obriga à revisão do modelo de relacionamento com os clientes, com os fornecedores e outros parceiros na cadeia de valor, com os empregados e com as redes de conhecimento e inovação.

Durante o ano de 2003 continuaram a ser lançadas várias iniciativas relacionadas com a inovação de produtos, serviços e processos do negócio.

Produtos e Serviços

Na sequência das iniciativas dos anos anteriores, em 2003 continuou a privilegiar-se a inovação na relação com o Cliente. A Galp Energia destacou-se por um conjunto de projectos inovadores, que reforçaram a imagem de dinamismo na procura de novas soluções:

- **Biometria** – É uma inovação a nível mundial, que consiste na utilização de tecnologia biométrica (reconhecimento da impressão digital) na relação com o Cliente e estabelecimentos de transacções. Esta iniciativa pretende transformar a forma como o cliente se relaciona com a marca Galp, convertendo a experiência de compra num momento interactivo e de grande comodidade. Numa primeira fase arrancou com um carácter promocional; na fase seguinte será intensificada a forma de pagamento com o simples toque de um dedo. A Galp Energia é a primeira empresa petrolífera do mundo a aplicar esta tecnologia na relação com os seus clientes;
- **Galp TV** – Foi criado um canal multimédia, para servir cerca de 100 postos Galp, com a difusão de informação e conteúdos destinados aos automobilistas. É uma forma de reforçar e segmentar a comunicação com os clientes nos mais de 100 milhões de contactos que se registam anualmente em toda a rede Galp;

- **Galp Mobile** – Foi desenvolvida uma parceria com a *Microsoft* e TMN, destinada a lançar o primeiro *Smartphone* em Portugal através do qual a Galp fornece vários serviços de mobilidade aos automobilistas;
- **B2B (*Business to Business*)** - Direccionado para uma maior aproximação a empresas fornecedoras e clientes, foram desenvolvidas várias plataformas transaccionais como o Galp Frota *Online*, o *e-Procurement*, *order-to-cash*, Galp *Paycard Online* e Galpnet que apresentam níveis de adesão muito significativos;
- **B2C (*Business to Consumer*)** - Foram desenvolvidas várias plataformas com o objectivo de levar o negócio Galp até ao cliente final através de meios digitais (Portal Galp, Portal *Fast Access*, Pagina WAP da Galp Energia, Loja virtual LisboaGás).

Processos de Negócio

A Galp Energia prosseguiu em 2003 com algumas iniciativas/projectos transversais ao Grupo que traduzem novas abordagens aos processos de negócio, reflectem uma nova cultura ou forma de trabalhar em equipa (redes multidisciplinares) ou visam aportar novos desafios ao processo de criação de valor. De entre essas iniciativas destacam-se:

- **Market Intelligence** - Voltado para a actuação na cadeia de valor *Oil* e para o reforço da competitividade da Galp no mercado;
- **Modelo de Gestão de Investimentos e Projectos (MIP)** - Dirigido à política de investimentos e selecção das oportunidades mais rentáveis e ao acompanhamento e gestão operacional dos projectos de investimento em curso;
- **Programa de Redução de Custos (PRC)** - Vocacionado para a optimização da estrutura de custos e melhoria da eficiência operacional, incutindo na organização uma cultura de custos;
- **Value Creation Office (VCO)** - Direccionado para a implementação da estratégia através do desafio

contínuo de novas iniciativas geradoras de valor para a Galp Energia.

Como denominador comum destes projectos está:

- A visão Integrada dos processos/negócios;
- A partilha das melhores práticas entre as várias Unidades de Negócio;
- A capacidade de aprendizagem com os “erros” do passado e de utilização dos novos conhecimentos para *benchmarking* e desafio interno;
- Um maior enfoque na rentabilidade dos negócios e na criação de valor para a Galp Energia.

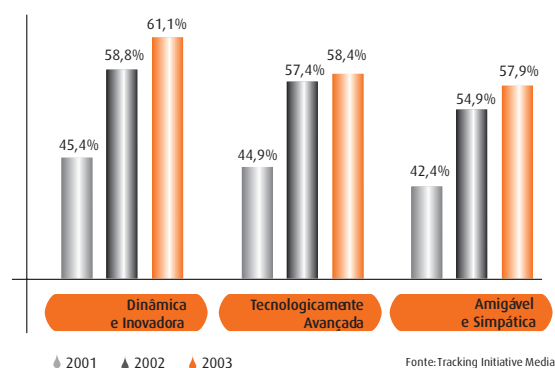
3.2. Identidade e Marca

A Galp Energia consolidou em 2003 a nova identidade corporativa lançada em 2002, potenciando a marca como um forte elo entre o negócio e o cliente, constituindo um factor diferenciador.



A conclusão do processo de *rebranding*, a implementação da nova política de patrocínios, a renovação da comunicação publicitária e a aposta no lançamento de produtos e serviços inovadores contribuíram para consolidar o novo posicionamento da marca Galp Energia, agora suportada mais claramente nos valores “Dinâmica e Inovadora”, “Tecnologicamente Avançada” e “Amigável e Simpática”.

Valores Associados à Marca Galp Energia



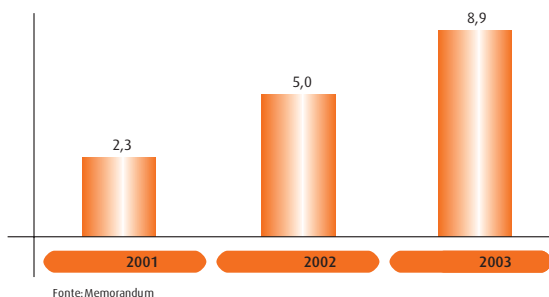
O processo de *rebranding* consistiu na aplicação da nova identidade em vários suportes, desde o material de escritório, sinalética de edifícios (15 edifícios), portal Galp Energia, veículos comerciais (110 veículos), veículos de distribuição de combustíveis e gás (1.120 veículos), lojas de gás (300 lojas e 19.500 pontos de venda), oficinas (200 oficinas) e embalagens de lubrificantes (mais de 300 produtos), fardamento, cartões de fidelização e postos de abastecimento (cerca de 900 postos de abastecimento).

Os patrocínios foram concentrados em torno de um conjunto restrito de prioridades mais alinhadas com os valores da Galp Energia, a capacidade de gerar tráfego nos pontos de venda, a exposição mediática, o nível de exclusividade e o retorno e custos previstos.

Ao nível do retorno publicitário, a nova estratégia de patrocínios da Galp Energia permitiu alcançar um retorno médio de 8,9 vezes o investimento, cerca de quatro vezes o retorno alcançado em 2001 (2,3 vezes o investimento).

Retorno dos Patrocínios

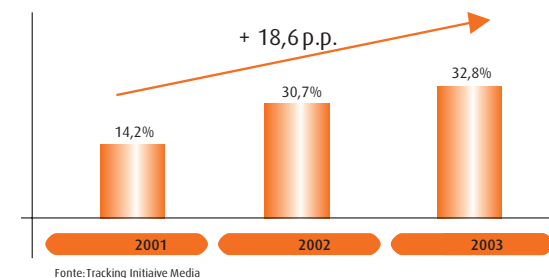
(retorno / investimento)



O ano de 2003 foi também pautado por uma racionalização dos custos globais de marketing, por uma redução de investimentos e pela optimização de condições de compra de meios publicitários, produções gráficas e trabalhos com agências de publicidade.

Apesar da redução de gastos, a eficácia da comunicação viu-se reforçada, atingindo os níveis de notoriedade publicitária os valores mais altos de sempre.

Notoriedade Publicitária Galp / Galp Energia



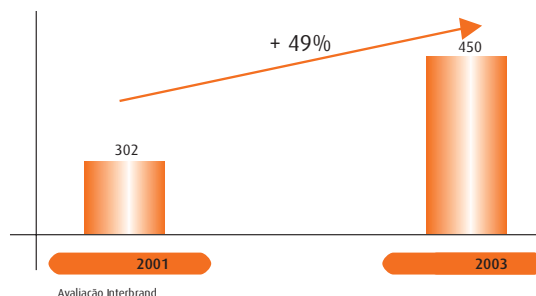
No que se refere à valorização da marca, o reposicionamento da Marca Galp/Galp Energia permitiu uma valorização de 49% nos últimos 3 anos.

O *portfólio* de marcas da Galp/Galp Energia foi avaliado em 450 milhões de euros à data de 31 de Dezembro de 2003 pela *Interbrand*, consultora líder mundial em avaliação de marcas. Este valor representa assim, uma valorização de 49% face a Janeiro de 2001, cuja avaliação

se situou nos 302 milhões de euros. A valorização mais significativa, de 77%, verificou-se na área do retalho.

Valor da Marca Galp / Galp Energia

(milhões de euros)



Os níveis de valorização registados entre 2001 e 2003 colocam a Galp Energia no grupo das 4 empresas, quando se analisam as 100 marcas mais valiosas do mundo, que registaram maiores valorizações nos últimos 3 anos.

3.3. Clientes

A Galp Energia continuou a privilegiar em 2003 o desenvolvimento de iniciativas dirigidas à satisfação das necessidades e melhor relacionamento com a base de clientes:

- Instalação de um sistema de pagamento rápido nas bombas que proporcionam maior rapidez no serviço dos postos Galp - *Pay&Go*;
- Lançamento do primeiro cartão pré-pago de combustíveis a nível ibérico - *Paycard* - para utilização exclusiva nos Postos de Abastecimento Galp, destinado às pequenas e médias empresas e condutores particulares, com características técnicas inovadoras que permitem a troca de informações em tempo real com o *Contact Center* e com os sistemas de suporte ao negócio da empresa. Foram ainda disponibilizados dois serviços para gestão dos cartões (Linha de Atendimento Galp *Paycard* e Galp *Paycard Online* - www.galppaycard.com);



- Extensão a Espanha do Programa Estrela vocacionado para a melhoria do nível de serviço e atendimento ao cliente nas Estações de serviço Galp;
- Desenvolvimento, em parceria com a ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas – de um serviço de apoio a deficientes motores proporcionando-lhes altos índices de autonomia e qualidade de serviço, quer no abastecimento de combustíveis, quer nos serviços de apoio auto e loja;
- Implementação na LisboaGás em colaboração com o ITG – Instituto Tecnológico de Gás - de um novo modelo de assistência *Fast on Call* que é um serviço para solucionar rapidamente as situações de emergência em casa dos clientes;
- Renovação do seguro de cliente gratuito de gás em garrafa, com aumento do montante de cobertura do seguro.

Para reforçar a interacção com o cliente final através de soluções *web based*, foram disponibilizadas, as seguintes plataformas :

- O portal da Galp Energia – <http://www.galpenergia.com> - tem informação actualizada sobre a empresa e o grupo para o público em geral;
- O portal *Fastaccess* - <http://www.fastaccess.pt> - fornece informação relevante para o automobilista;
- Página WAP da Galp Energia - <http://wap.galpenergia.com> - permite pesquisar os Postos Galp via telemóvel, em Portugal ou Espanha;
- Loja Virtual da LisboaGás - <http://www.lojasgasnatural.com> - disponibiliza a Ciber-Conta para os clientes da LisboaGás.

Em 2003 o portal Galp Energia teve um total de 17,7 milhões de *pageviews* (+21% que em 2002), mais de um milhão de visitas (+86% que 2002) e mais de 251 mil visitantes-*unique* IP's (+75% que 2002).

As campanhas *on line* registaram elevados níveis de adesão: "Jogue futebol positivo" (140 mil códigos

enviados via *web* e 270 mil via SMS) e seguro Cliente Galp Gás (1.200 adesões via *web*).

O *Contact Center* da Galp Energia assegurou com êxito a extensão do atendimento ao grande público dentro dos actuais conceitos de relacionamento B2C da Galp Retalho (Cartão de fidelização *fast*, Cartão Galp Frota, Cartão *Paycard*, serviço de Apoio ao Cliente, programa *Fast & Friendly*), utilizando o suporte CRM do Grupo, fazendo o tratamento de canais que gerem os contactos de correio, fax, e-mail e net e aferindo níveis de serviço que permitem monitorar o grau de *performance*.

Foram efectuados inquéritos regulares aos clientes que permitiram mostrar os resultados positivos associados a este modelo de atendimento. Adicionalmente, manteve-se o serviço de *call-center* da LisboaGás e Setgás e desenvolveram-se trabalhos de apoio ao Marketing do Gás Natural, à Galp Empresas (Gasóleo de Aquecimento, *Serviexpress*, inquéritos), aos portais do Grupo e ao GPL.

Em 2003 foram atendidos e realizados, respectivamente, cerca de 756 mil e 301 mil contactos telefónicos. Foram ainda recebidos e realizados cerca de 380 mil contactos através de outros canais.



Durante 2003 o *portfolio* de clientes Galp Energia continuou a crescer. Os clientes totais de GN ultrapassaram a barreira dos 750 mil, o que representa um crescimento de 13% face a 2002 e de 60% face a 2000. No segmento *Oil*, aumentou o nível de fidelização dos clientes pois no final de 2003 existiam praticamente cerca de 1,37 milhões de cartões activos, face a cerca de 1,25 em finais de 2002.

Carteira de Clientes	2000	2001	2002	2003
(nº)				
GN (Industrial)	171	199	223	232
Clientes Distribuição GN	472.913	572.713	670.662	758.075
Cartões	1.088.585	1.208.713	1.246.084	1.369.800
- Fast Galp (cartões activos)	858.585	953.441	997.241	1.100.000
- Galp Frota (Portugal)	230.000	255.272	248.843	269.800
GPL	1.804.273	1.754.310	1.704.770	1.704.600
- GPL Domésticos (estimativa)	1.800.000	1.750.000	1.700.000	1.700.000
- GPL Indústria/Comércio				
/Serviços (estimativa)	4.273	4.310	4.770	4.600

(*) Na óptica da Cadeia de Medida (contadores)

3.4. Pessoas

O ano de 2003 foi eleito o ano da comunicação na Galp Energia. Foram convidados 1.500 colaboradores para participarem nas actividades do programa TEAM – Todos Empenhados Alcançamos Mais. Este programa iniciou-se em 2001 com o objectivo de suportar, através das pessoas, o processo de mudança cultural da Galp Energia e desenvolver os Valores corporativos de rentabilidade, orientação para o Cliente, responsabilidade social e ambiental, liderança e inovação.

A etapa mais significativa do Programa Team em 2003 foi o lançamento da Expedição Galp Energia. Sob o lema “Uma Onda de Energia”, a Expedição desenrolou-se nas margens de três rios ibéricos – Tejo, Guadiana e Douro – durante 3 meses, com o objectivo principal de demonstrar quais os factores críticos de sucesso da Energia Positiva.

No âmbito dos benefícios pós-emprego e numa perspectiva de constante modernização, a Galp Energia criou um novo Plano de Pensões que responde efectivamente às necessidades das pessoas e à actual realidade empresarial, nomeadamente no que respeita à existência de condições de usufruto dos benefícios

concedidos pelo Plano mesmos para os colaboradores que não se reformem ao serviço da empresa e à previsibilidade dos custos em que a empresa incorre por conceder este tipo de benefício.

Este novo Plano de Contribuição Definida entrou em vigor em 2003 e prevê o pagamento de benefícios nas situações de reforma por velhice, invalidez ou morte.

Os colaboradores efectivos das empresas Petrogal, Lisboaagás, GDP S.G.P.S. e Galp eNova, optaram entre a inclusão nos actuais planos de Benefício Definido actualmente em vigor nas empresas, ou a sua inclusão no novo Plano de Contribuição Definida.

Ao abrigo deste Plano a empresa efectua contribuições de 3%, incidentes sobre o valor do salário pensionável de cada colaborador, podendo também o colaborador efectuar contribuições para este Plano de Pensões. Nestas condições a empresa contribuirá adicionalmente para o Plano com uma contribuição de valor igual à contribuição do colaborador até ao limite de 1% do seu salário pensionável.

Ao nível da comunicação interna, para além da revista Iniciativa e da newsletter semanal Energia da Semana, foram criadas a *newsletter* Energia das Refinarias, uma publicação quinzenal destinada aos colaboradores das Refinarias e a Energia Extra, para informações pontuais que justificam uma comunicação imediata a todo o Grupo Galp Energia.



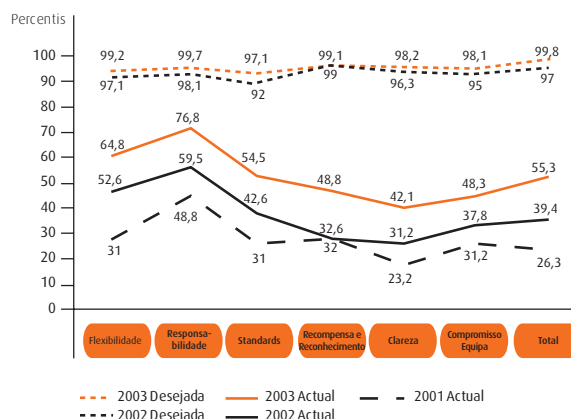


Durante o ano de 2003, foram desenvolvidos internamente dois importantes seminários sobre conhecimentos técnicos - Refinação e Gás Natural - com o objectivo de, através da partilha de conhecimentos de colaboradores das áreas de *Oil* e Gas, ajudar a desenvolver um entendimento e linguagem comuns sobre os principais negócios da Galp Energia. Cada seminário foi frequentado por cerca de 250 colaboradores durante todo o ano.

Ao nível da Gestão de Recursos Humanos, no ano 2003 foi dada especial atenção à mobilidade profissional dos colaboradores do Grupo, tendo-se implementado uma política de concursos internos que permitiu satisfazer as necessidades da organização e, em simultâneo, concretizar muitas expectativas individuais de mudança profissional. O programa de concursos internos foi lançado em 2003 e insere-se na Política de Desenvolvimento Pessoal e Profissional que, desde 2001, tem sido eleita como pilar da Gestão de Recursos Humanos da Galp Energia.

No âmbito da Política de Desenvolvimento deu-se continuidade à parceria, iniciada em 2002, com o INSEAD, tendo-se realizado a 2ª Edição do “*The Galp Strategic Leadership Development Programme*”, que ocorreu em Março e Junho em Fointainebleu e envolveu 32 Quadros de diversas empresas do Grupo. No âmbito deste programa, que pretende promover o desenvolvimento de competências e conhecimentos de gestão, liderança e inovação, foram desenvolvidos um conjunto de trabalhos aplicados à Galp Energia que contaram com o *sponsorship* e apoio dos professores do Insead.

O modelo cultural predominante registou fortes mudanças nos últimos 2 anos. O diagnóstico de Cultura organizacional realizado em 2003 permitiu observar que, em 2 anos, a Galp Energia se transformou numa empresa em que a flexibilidade, a inovação, o trabalho em equipa e a orientação para resultados se sobrepuseram claramente a valores associados a controlo, estabilidade e *status*, que caracterizavam a empresa no ano de 2001.

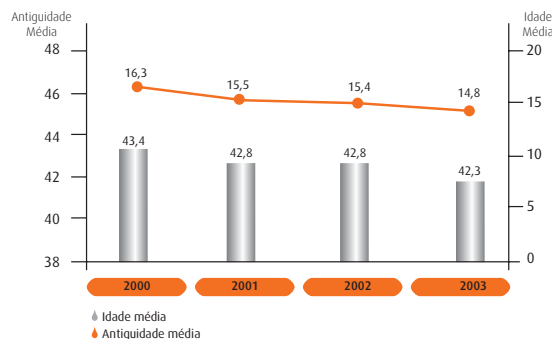


Também na vertente de Clima organizacional são de realçar os resultados obtidos em 2003 através de questionários anuais efectuados a um grupo de cerca de 300 Quadros da Galp Energia. Desde o ano de 2001 tem sido possível avaliar continuamente a atmosfera de trabalho, de acordo com um conjunto de vectores com impacto directo na *performance* organizacional, como também, e fundamentalmente, suportar a tomada de acções que optimizem o processo de mudança e melhoria contínua. Os resultados relativos ao ano de 2003 demonstram uma evolução muito positiva dos resultados globais da Galp Energia, actualmente mais orientada para os seguintes factores de clima organizacional: Flexibilidade, *Standards* e Recompensa.

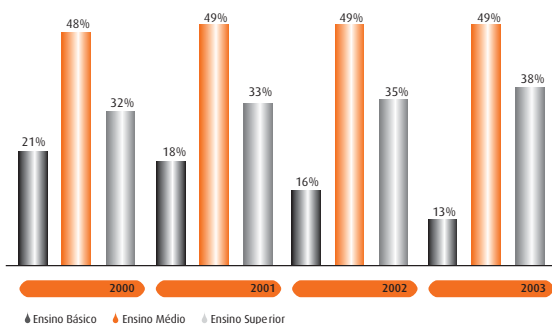
Nos últimos quatro anos tem-se vindo a registar um rejuvenescimento da estrutura etária dos colaboradores da Galp Energia acompanhada de uma evolução favorável da estrutura de qualificações, onde se registaram, conjuntamente, diminuições da percentagem de colaboradores com Ensino Básico e aumentos da percentagem de colaboradores com Ensino Superior.

A população feminina também tem vindo a crescer entre 2000 e 2003, sendo que representam 25% no ano de 2003 face aos 21% de 2000 e 23% de 2002.

Idade média vs Antiguidade média



Habilitações literárias



O número de efectivos do grupo registou um crescimento face ao ano anterior de 330 colaboradores, reflexo da estratégia de expansão e crescimento em Espanha dos segmentos do Retalho e Empresas. No entanto, excluindo os colaboradores dos postos de combustíveis de retalho, o número de efectivos reduziu-se em 210 face a 2002 e em 855 face a 2000, sendo cerca de 277 da Unidade de Aprovisionamento, Refinação e Logística.

Indicadores de Recursos Humanos	2000	2001	2002	2003
Nº Effectivos Galp Energia On Site	5.170	4.880	5.031	5.390
Nº Effectivos Galp Energia Off Site	4.346	3.830	3.668	3.487

3.5. Responsabilidade Social e Ambiental

Ao longo do ano 2003 a Galp Energia deu continuidade à sua actuação no domínio social, promovendo projectos de carácter humanitário a nível interno, atribuindo

donativos, suportando iniciativas de mecenato e dando apoio a instituições e actividades de cariz social a nível externo.

O conceito de Responsabilidade Social interliga-se com o do próprio negócio Galp Energia, cabendo salientar iniciativas como o serviço de atendimento especial para deficientes motores nos postos de abastecimento, assim como a estruturação dum sistema que permite aos clientes fazer doações a instituições de solidariedade Social, através dos pontos do Cartão *Fast*. Outras iniciativas foram a oferta de gás para aquecimento das tendas de acolhimento aos sem abrigo e a doação de material informático a Escolas, Associações e Instituições várias.

No âmbito do “Ano Europeu da Pessoa com Deficiência”, foram desenvolvidas várias acções, destacando-se a parceria com o projecto da “Fundação Luís Figo”, o patrocínio do Movimento Paralímpico Galp Energia, o apoio ao Campeonato Europeu de Futebol de Deficientes Mentais de Atenas 2004, e a parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (CADIN).

A Galp prosseguiu uma política interna de solidariedade, promovendo várias actividades entre as quais se destaca:

- Recolha de livros escolares para Moçambique;
- Recolhas de sangue para o Banco do Instituto do Sangue;
- Substituição das ofertas de Natal por donativos a instituições de solidariedade em Portugal e Espanha.

A Galp Energia custeou os consumos de combustível das corporações de Bombeiros para o combate aos incêndios que se registaram por todo o país durante todo o ano, e particularmente, no Verão. Este apoio permitiu às referidas corporações libertar meios para o reforço e manutenção dos equipamentos de combate a incêndios.

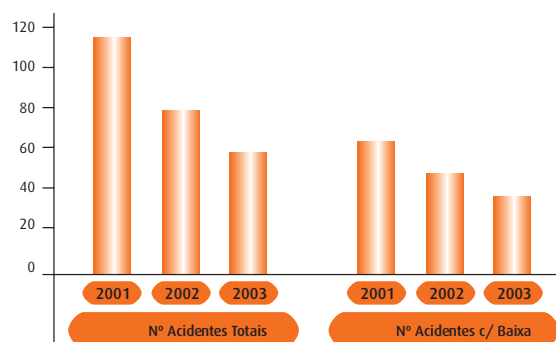
Tentando uma vez mais unir objectivos sociais e culturais, a Galp patrocinou diversos espectáculos, a publicação de livros e a realização de exposições.

O empenho demonstrado a todos os níveis da Empresa relativamente à Segurança permitiu alcançar uma



redução significativa da sinistralidade laboral de 28% dos acidentes de trabalho totais e de 25% dos acidentes com baixa.

Evolução Sinistralidade Laboral



Tendo a Galp Energia assumido como objectivo a Prevenção Rodoviária reforçou-se a formação em condução defensiva tendo ocorrido uma redução da sinistralidade rodoviária em 15% face a 2002.

Foi iniciada a implementação de um Sistema de Informação de Ambiente, Qualidade e Segurança (SIAQS) utilizando como ferramenta o eQRP - *Electronic Quality Resource Planning*.

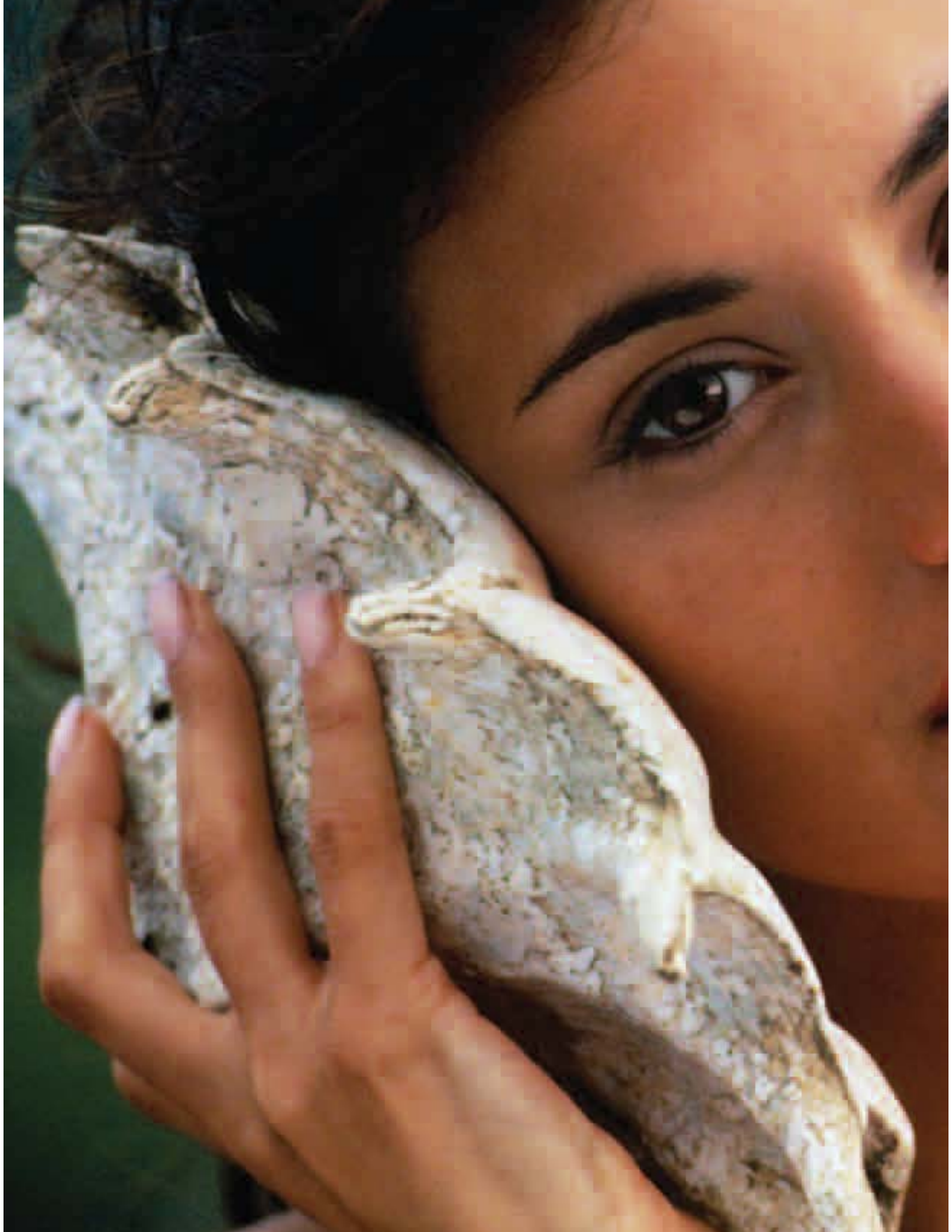
Do conjunto de acções de AQS desenvolvidas em 2003 destacam-se ainda:

- Transição para a norma NP EN ISO 9001:2000 dos Sistemas de Gestão da Qualidade de vários negócios (Lubrificantes, Combustíveis de Aviação, Óleos Base, entre outros);
- Certificação de dois novos Sistemas de Gestão integrados AQS (Beiragás e Transgás);
- Manutenção de qualificações e Acreditações existentes;
- Desenvolvimento de novos Sistemas de Gestão da Qualidade ou integrados AQS para obtenção da certificação em 2004 (Betumes);
- Avaliação sistemática de Ambiente e Segurança da Rede de Postos de Abastecimento da Galp em Espanha;
- Requalificação ambiental e de segurança em 217 Postos de Abastecimento do Retalho e Galp Empresas;
- Reconversão das condições de segurança de toda a rede, 29 posições, de GPL Auto.

Relativamente às alterações climáticas foi elaborado o Plano para apresentação ao Governo das perspectivas de emissão de CO₂ para o triénio 2005-2007, bem como as bases para o Plano Nacional de Redução das Emissões de SO₂, NO_x e partículas das Grandes Instalações de Combustão.

Iniciou-se em 1 de Janeiro de 2003 a produção e comercialização de fuelóleo com 1% de enxofre.







MERCADOS PETROLÍFERO E DO GÁS NATURAL

“Se não consegues ver o que
uma coisa significa, deves estar a vê-la
num ângulo errado”.

A. Christie

4. Mercados Petrolífero e do Gás Natural

Mercado Petrolífero

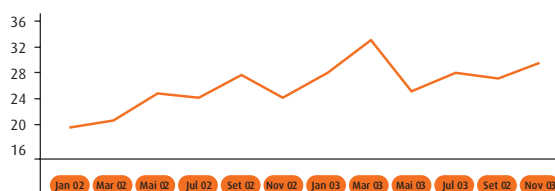
Internacional

Ao longo de 2003, a cotação do *crude* de referência (*brent dated*) continuou a registar valores elevados, com o preço médio anual a situar-se nos 28.8 USD/bbl, fechando o ano a 30.1 USD/bbl (31 Dezembro), cotação similar à de abertura do ano.

A procura de produtos petrolíferos registou em 2003 um crescimento de 2.2%, situando-se nos 78.6Mbbbl/dia. Este crescimento foi potenciado maioritariamente pelo bom desempenho de algumas economias asiáticas, com especial destaque para a China (crescimento de 11%). Os países da OCDE, estiveram condicionados por um fraco crescimento económico (em especial os países Europeus) o que se reflectiu num baixo crescimento da procura de *crude* nesta zona (1.5%).

Brent Dated

(USD / bbl)



Do lado da oferta, ao longo de 2003 registou-se um crescimento de 3,7%, situando-se nos 79.4Mbbbl/dia. Pelo terceiro ano consecutivo, assistiu-se a um controlo eficaz por parte da OPEP da cotação do seu cabaz de *crudes*, dentro dos objectivos da política de estabilidade de preços (cotação cabaz OPEP entre 22 USD/bbl e 28 USD/bbl), ajustando as respectivas quotas de produção à evolução da procura e aos acontecimentos políticos que foram condicionando os mercados energéticos. Este facto, sustentado pelas incertezas em torno do conflito iraquiano e a contínua tensão internacional, levou a que a cotação do *Brent* se situasse ao longo de 2003 maioritariamente acima dos 28 USD/bbl, contrariando as perspectivas de uma descida da sua cotação após a instabilidade provocada pelo conflito no Iraque nos primeiros meses do ano,

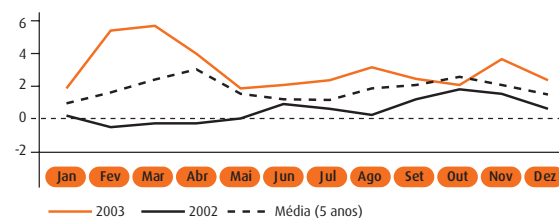
descida essa suportada pelo diferencial oferta-procura que continua a indicar a existência de excesso de *crude* no mercado (+0.8Mbbbl/dia em 2003 face a -0.2Mbbbl/dia em 2002).

O mercado de *Shipping* apresentou uma tendência de subida de preços ao longo de 2003, registando um aumento de 68% na cotação *World Scale* de navios de 80.000 toneladas ao longo de 2003. O crescimento mundial da procura de petróleo, aliado a uma diminuição do *out-put* na Venezuela, fruto da crise económica e das paragens do aparelho produtor, originou um acréscimo de cargas de longa distância (em especial do Médio Oriente). Esses factos não foram compensados por uma resposta do lado da oferta, uma vez que a construção de novos navios não conseguiu acompanhar as necessidades conjunturais de afretamento, pressionando assim o preço médio dos afretamentos para a subida.

Relativamente às margens de refinação, o ano de 2003 apresentou-se como um dos melhores dos últimos anos, registando um valor médio para uma margem de refinação teórica de Roterdão de 2.87 USD/bbl, bastante acima do valor de 0,58 USD/bbl registado em 2002, tendo a Margem Roterdão Hydroskimming registado o valor de 1,36 USD/bbl (constituindo o máximo dos últimos 5 anos).

Margens Refinação (Cracking) Rotterdam

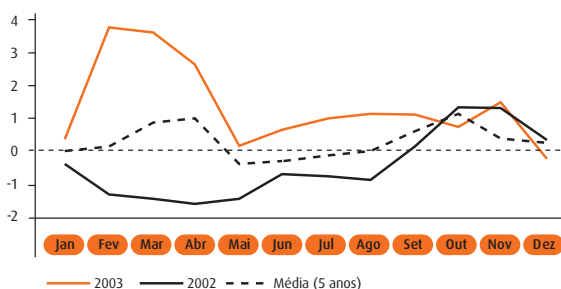
(USD / bbl)





Margens Refinação (Hydroskimming)

(USD / bbl)



Esta situação foi suportada pelo mercado de gasolinas, o qual registou elevados diferenciais face ao *Brent*, sustentados pela elevada procura registada nos EUA.

Também o mercado de destilados mostrou uma evolução positiva ao longo de 2003, estimulado no início do ano pelo conflito Iraquiano e pelo crescimento pontual da procura, assim como por alguns constrangimentos operacionais nos EUA que levaram a um aumento da procura de *Heating Oil*. No que diz respeito ao *Fuel*, apesar de algum crescimento extraordinário da procura no Verão devido ao aumento das necessidades de produção de electricidade na Europa (motivado pelo calor excessivo em 2003), o diferencial médio deste produto para o *Brent* registou uma quebra em relação ao ano anterior, motivado pela subida anormal do *crude* que esmagou a margem parcial para este produto.

Nacional

O comportamento vacilante da economia portuguesa no ano de 2003 teve um impacto significativo no consumo de produtos petrolíferos no mercado nacional, registando-se um crescimento baixo, cerca de 1%, com o consumo a rondar os 13.8 milhões de toneladas (sem produção eléctrica).

Este crescimento deve-se maioritariamente ao bom comportamento do mercado de Bancas (aéreas e marítimas) que após uma quebra muito acentuada no ano de 2001 (retracção após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001) registou finalmente uma recuperação crescendo globalmente perto dos 9% para os 1,4 milhões de toneladas.

O efeito da recessão económica em 2003 foi sentido especialmente no mercado de Gasolinas e Gasóleos auto, registando-se globalmente um crescimento nulo.

Nas Gasolinas, o mercado continuou a registar uma quebra em 2003, diminuindo mais de 2%, situando-se nos 2 milhões de toneladas. Pela negativa, destaca-se a evolução das vendas a retalho, que registaram uma descida superior a 3%, tendo sido as mais afectadas pelo efeito da recessão económica que foi acentuada pela continuação do efeito de substituição do parque automóvel por viaturas a gasóleo.



As vendas de gasóleo continuaram a registar, pelo segundo ano consecutivo, crescimentos muito baixos (cerca de 1%), tendo o consumo chegado aos 5,2 milhões de toneladas. As vendas no mercado empresarial foram as mais afectadas com o efeito da crise económica, uma vez que as vendas a retalho continuaram a ter uma ligeira ajuda proveniente do aumento do parque automóvel de viaturas particulares a gasóleo.

Os mercados de *Fuelóleo* e Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) continuaram a registar quedas acentuadas no ano de 2003. Este facto deve-se maioritariamente à crescente penetração do Gás Natural ao nível do consumo Empresarial e Doméstico, tendo este ano sido agravado pelo fraco crescimento económico. É ainda de destacar a quebra registada pelo segundo ano consecutivo no mercado de Betumes, fruto da diminuição do investimento público verificada no período.

Em 2003, as margens comerciais de produtos petrolíferos registaram valores próximos dos de 2002. A volatilidade das cotações internacionais de crude e dos produtos petrolíferos em 2003 não foi repercutida, na sua totalidade, nos preços finais de venda originando assim flutuações nas margens comerciais de alguns produtos (nomeadamente gasolinas e gasóleos).

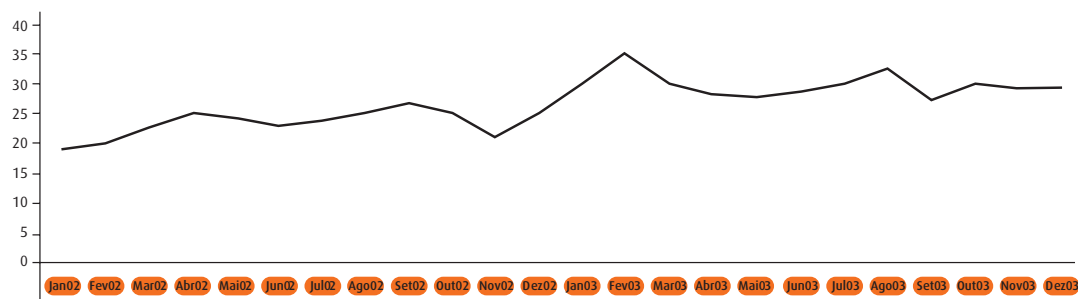
Mercado do Gás Natural

Os custos de aquisição do gás natural no Sul da Europa são condicionados pela evolução verificada nos mercados de *crude* e de produtos petrolíferos, aos quais estão indexadas as fórmulas de aquisição junto dos produtores.

A título de exemplo, o cabaz de “*crudes*” a que está indexado o preço de aquisição à Sonatrach, que foi durante 2003 o principal fornecedor da Galp Energia (com um peso superior a 70%), apresentou o seguinte comportamento:

Evolução do Cabaz Sonatrach

(USD / bbl)

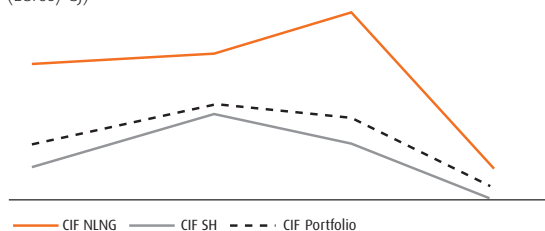




Assim sendo, o custo do gás natural do *portfólio* oscilou ao longo do ano, tendo subido ligeiramente no 2º trimestre e descido, abaixo do valor do início do ano, no último trimestre.

Evolução do Custo do Gás Natural

(Euros/GJ)



Esta evolução foi o reflexo das oscilações do nível dos indexantes acima referidas, do *time lag* implícito nas respectivas fórmulas de aquisição, e da taxa de câmbio Euro/USD. A esta última variável deveu-se em grande parte a descida nos preços verificada no decorrer do 2º semestre, tendo em conta a valorização do Euro face ao USD, apesar do crescimento do valor das cotações nos mercados petrolíferos.







PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA

“O mais difícil de ver é o que está
defronte dos nossos olhos”.

Goethe

5. Performance Económica e Financeira

5.1. Performance Económica

Galp Energia Individual

(mil euros)	2000	2001	2002	2003
Resultados Operacionais	-6.230	-12.863	-18.519	-17.943
Resultados Financeiros	50.006	107.427	139.528	261.950
Resultados Correntes	43.776	94.564	121.009	244.006
Resultados Extraordinários	-157	-1.013	-20.316	-622
Resultados Antes de Impostos	43.619	93.551	100.693	243.384
Imposto Apurado	1.535	3.302	13.827	4.061
Resultados Líquidos	45.154	96.853	114.520	247.445

Os resultados da Galp Energia S.G.P.S., S.A. (contas individuais) reflectem a estrutura de uma *holding* operacional que, para além de gerir as participações sociais, centraliza as principais funções corporativas do Grupo.

Em 2003, os Resultados Líquidos da Galp Energia S.G.P.S., S.A. atingiram 247,5 milhões de euros, que comparam com os 114,5 milhões de euros de 2002.

Os resultados do ano resultaram mais uma vez dos ganhos líquidos em empresas do Grupo (255,8 milhões de euros) contabilizados como resultados financeiros. Os Resultados Operacionais da *holding* foram negativos em 17,9 milhões de euros, registando uma melhoria face a 2002.

Os principais custos registaram-se ao nível dos fornecimentos e serviços de terceiros (31,2 milhões de euros) e despesas com pessoal (11 milhões de euros). A *holding* presta serviços de gestão às empresas do Grupo e cobra *fees* de gestão, a valores de mercado.

No que se refere à situação patrimonial, as principais variações no Balanço da Galp Energia S.G.P.S., S.A. ocorreram em termos de Activos, no aumento dos investimentos financeiros (+203,9 milhões de euros) resultante do ajustamento das participações em função dos resultados obtidos acompanhados por reduções de empréstimos a empresas do grupo (curto, médio e longo prazo) de 20 milhões de euros. Relativamente aos passivos, é de registar o aumento das dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazo no montante de 75 milhões de euros e o aumento das responsabilidades relativas ao pagamen-

to de imposto do exercício no montante de 86,6 milhões de euros.

Apesar da política de financiamento do Grupo ter sido, a partir de 2002, centralizada na Galp Energia, S.G.P.S., S.A. não se registaram no ano de 2003 aumentos nos empréstimos dado que, na generalidade, as empresas reduziram as suas necessidades de financiamento.

Galp Energia Consolidado

Os Resultados Líquidos consolidados da Galp Energia em 2003, ascenderam a 247,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 116% face ao ano anterior e traduz um percurso de crescimento sustentado dos resultados nos últimos 3 anos. A Galp Energia, como *holding* estratégica do sector *Oil & Gas*, foi capaz de aumentar os resultados em 447% desde o seu primeiro ano completo de actividade (mais do que quintuplicar o resultado num período de três anos). O Resultado Líquido de 2003 inclui um ajustamento referente a impostos diferidos no valor de 13,8 milhões de euros (impacto negativo) resultante da alteração das taxas de imposto (IRC) previstas pelo Governo.

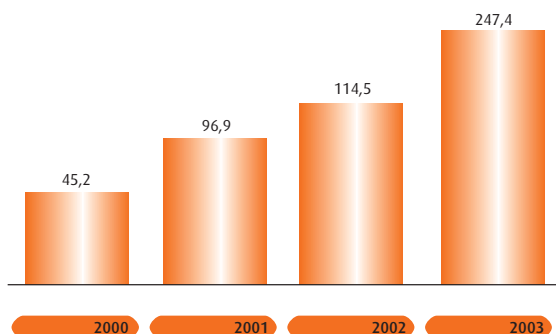




Relativamente aos indicadores de rentabilidade global, o ROE atingiu os 15,9%, dobrando o valor de 2002 e mais do que quadruplicando o valor de 2000. O ROCE continuou a crescer de forma sustentada situando-se nos 7,7%, representando um crescimento de 64% face ao ano anterior e dando uma inequívoca perspectiva de criação de valor na actividade global da Galp Energia.

Resultados Líquidos

(milhões de euros)

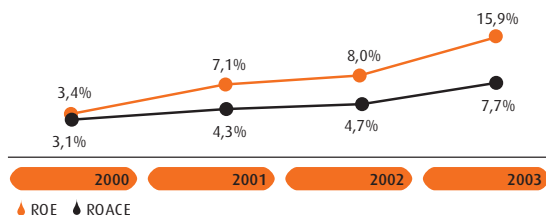


Estes resultados foram obtidos num cenário cambial adverso (depreciação do dólar em 2002/3) que penalizou fortemente a margem de refinação (em euros) e numa fase de retracção na economia portuguesa e mundial, com impacto negativo na procura de energia.

O ano de 2003 foi favoravelmente influenciado pela *performance* positiva da actividade de refinação. A par das melhores margens de refinação em USD (+73% face a 2002) obtidas num cenário de câmbio desfavorável (1,13 vs 0,95), foram capturadas melhorias operacionais significativas no aparelho refinador (75 milhões de euros). Nos negócios comerciais *Oil*, assistiu-se a um reforço do posicionamento competitivo em Portugal e ao reconhecimento da Galp Energia em Espanha, o que permitiu melhorar os resultados nestes negócios.

A evolução dos negócios do gás natural foi igualmente favorável em 2003. Depois de em 2002 se ter batido o *record* de vendas (3 bcm), em 2003 foram vendidos 3,4 bcm, representando um crescimento de 13% face a 2002.

Indicadores de Rentabilidade



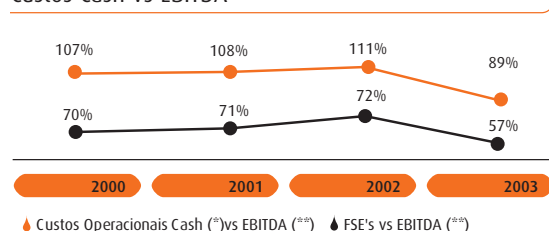
Demonstração de Resultados Consolidados

(milhares de euros)

	2000	2001	2002	2003	Variação 2003/2002		Variação 2003/2002	
					Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	6.780.229	6.880.138	6.911.175	7.413.548	502.373	7%	633.319	9%
Margem Bruta	1.178.911	1.074.932	1.135.452	1.243.386	107.934	10%	64.475	5%
FSE's	394.203	407.631	419.116	391.805	-27.311	-7%	-2.398	-1%
Custos com Pessoal	216.505	211.676	216.539	225.752	9.213	4%	9.247	4%
Outros Custos Operacionais	91.704	23.076	30.642	51.276	20.634	67%	-40.428	-44%
Outros Proveitos Operacionais	117.434	75.914	63.832	74.638	10.806	17%	-42.796	-36%
EBITDA	593.933	508.463	532.987	649.191	116.204	22%	55.258	9%
Amortizações e Provisões	374.937	362.219	323.615	314.681	-8.934	-3%	-60.256	-16%
EBIT	218.996	146.244	209.372	334.510	125.138	60%	115.514	53%
Resultados Financeiros	-75.656	-70.131	-56.607	-20.912	35.695	-63%	54.744	-72%
Resultados Extraordinários	-82.481	66.217	-12.946	55.502	68.448	-529%	137.983	-167%
Interesses Minoritários	-888	2.216	4.336	-2.995	-7.331	-169%	-2.107	237%
Resultados Antes de Impostos	61.747	140.114	135.483	366.105	230.622	170%	304.358	493%
Imposto sobre Rendimento	16.592	43.261	20.962	118.659	97.697	466%	102.067	615%
Resultados Líquidos	45.155	96.853	114.521	247.446	132.925	116%	202.291	448%

Para além da evolução favorável da Margem Bruta (+108 milhões de euros que em 2002), há a salientar a boa *performance* na racionalização de custos. O ano de 2003 evidencia uma clara tendência de redução dos custos operacionais (FSE's e Outros). Esta redução reflecte o sucesso obtido com o programa interno de redução de custos (PRC), lançado em finais de 2002. A maior eficiência de custos pode ser comprovada na redução do peso dos Custos *Cash* (FSE's, Pessoal e Outros Custos Operacionais) no EBITDA, que decresceu para os 89% no ano de 2003, o que representa uma redução de 22 p.p face ao ano 2002.

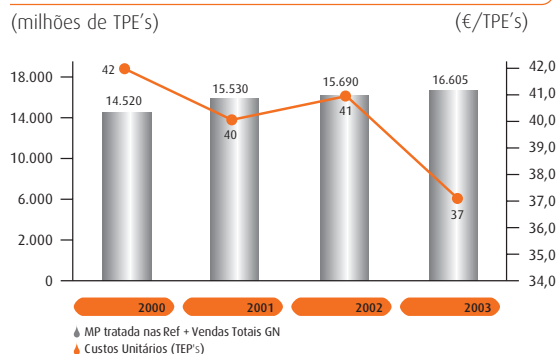
Custos Cash vs EBITDA



(*) - Custos Cash inclui FSE's, Pessoal (sem Fundo de Pensões), Outros Custos Operacionais (corrigidos do efeito Hedging)
 (***) - EBITDA Ajustado: Res. Operacionais (LIFO) + Amortizações + Provisões + Eq. Patrimonial de Gasodutos Estrangeiros

O ano de 2003 evidencia uma diminuição da base de custos e um aumento da eficiência operacional, traduzida pela diminuição progressiva dos custos operacionais unitários (por unidade de energia - TEP).

Custos Operacionais vs Nível de Actividade



Os principais *drivers* para a redução de custos foram a revisão de contratos, a orçamentação "base zero" de algumas categorias de custos e a racionalização dos consumos. A retracção do nível de actividade em algumas áreas específicas permitiu também poupanças em alguns custos variáveis, embora a contrapartida tenha resultado num maior impacto negativo (de margem não realizada).

Ao longo de 2003 foram concluídas 113 acções de redução de custos que permitiram poupar 40,6 milhões de euros na Galp Energia. Estas acções atravessaram a organização (Unidades de Negócio, Unidade de Serviços e Funções Corporativas) ao nível de várias categorias, como as de Marketing, Serviços Informáticos, Comunicações e Transportes.

Relativamente aos custos com Pessoal, no ano de 2003 registou-se um aumento de 9,2 milhões de euros. O aumento total da rubrica foi sobretudo motivado pelo acréscimo de custos face ao ano anterior com os Benefícios pós emprego no valor de 6,5 milhões de euros.

No que se refere a custos *non cash* (Amortizações e Provisões), no ano de 2003 registou-se um decréscimo de 8,9 milhões de euros. A política de racionalização de activos seguida pelo grupo teve um impacto favorável nas amortizações que reduziram 5,1 milhões de euros, quando comparadas com o exercício anterior. As provisões reduziram-se em 3,9 milhões de euros devido essencialmente ao facto do ano de 2002 ter sido um ano em que a desactivação de bens imóveis (Parques) aconselhou o recurso à constituição de provisões.

Os resultados operacionais contabilísticos evidenciam uma melhoria de 60% face a 2002. Analisando numa óptica de gestão, e que resulta essencialmente da consideração de ajustamentos relacionados com:

1. Decisões de carácter extraordinário contabilizadas em resultados operacionais, segundo normas contabilísticas vigentes;
2. Ganhos relativos a funções operacionais considerados como resultados de natureza financeira, designadamente



os relativos a participações minoritárias em sociedades veículo que não entram no processo de consolidação legal, mas que assumem um carácter operacional;

3. Adopção de critérios contabilísticos de valorização de existências de forma a assegurar a comparabilidade da informação entre 2000 e 2003 (actual metodologia LIFO Anual).

os Resultados Operacionais aumentaram 36% face a 2002 e 78% face a 2000.



Resultado Operacionais (EBIT)	2000	2001	2002	2003	Variação 2003/2002		Variação 2003/2000	
(mil euros)								
EBIT contabilístico	218.996	146.244	209.372	334.510	125.138	60%	115.514	53%
Correcções óptica contabilística (extraordinários)	19.050	66.492	17.942	-6.318	-24.260	-135%	-25.368	-133%
EBIT ajustado (extraordinários)	238.046	212.736	227.314	328.192	100.878	44%	90.146	38%
Resultados gasodutos + CLH	31.437	37.907	45.829	42.541	-3.288	-7%	11.104	35%
Alisamento pelas condições de mercado (LIFO)	-61.450	18.542	0	0	0	0%	61.450	-100%
EBIT ajustado (extr., LIFO anual e veículos)	208.033	269.185	273.143	370.733	97.590	36%	162.700	78%

Res. Operacional (Contabilístico)	2001	2002	2003	Var. 03/02	Var. 03/01
(mil euros)					
Refinação & Marketing	137.513	131.732	262.543	130.811	125.030
Aprov. Transporte GN	37.550	81.478	62.780	-18.698	25.230
Distribuição GN	-14.890	10.083	24.270	14.187	39.160
Exploração & Produção	7.358	12.366	7.599	-4.767	241
Outros (*)	-21.288	-26.287	-22.682	3.605	-1.394
Galp Energia	146.244	209.372	334.510	125.138	188.266

(*) Funções corporativas, funções de suporte e outras actividades (cogeração)

Res. Operacional (Gestão)	2001	2002	2003	Var. 03/02	Var. 03/01
(mil euros)					
Refinação & Marketing	210.617	156.337	264.506	108.169	53.889
Aprov. Transporte GN	84.757	127.307	97.040	-30.267	12.283
Distribuição GN	-2.960	10.760	24.270	13.510	27.230
Exploração & Produção	7.358	12.366	7.599	-4.767	241
Outros (*)	-30.587	-33.627	-22.682	10.945	7.905
Galp Energia	269.185	273.143	370.733	97.590	101.548

(*) Funções corporativas, funções de suporte e outras actividades (cogeração)



O segmento Refinação & Marketing apresentou o maior crescimento nos resultados de 2003, dado que registou um aumento de 130,8 milhões de euros face a 2002. Este aumento ficou a dever-se a uma componente endógena relacionada com melhorias e optimizações do aparelho refinador e logístico que permitiram aumentar a fiabilidade, cargas, rendimentos e também poupar custos.

Face a 2001, os Resultados Operacionais de Refinação e Marketing aumentaram 125 milhões de euros o que evidencia um aumento de resultados bastante significativo (cerca de 91%) e um nível de excelência operacional superior.

No que se refere à componente exógena, as margens de refinação (em euros) beneficiaram ligeiramente das condições de mercado, embora limitada pela Paragem Programada na Refinaria do Porto numa altura (Fev.03/Mar.03) em que as margens internacionais atingiam os valores máximos do ano.

Nas Unidades Comerciais *Oil*, registou-se um aumento global dos volumes e prosseguiu-se com a estratégia ibérica suportada por trocas de postos no caso do Retalho

e tirou-se partido das melhorias logísticas efectuadas no segmento Empresas.

No segmento de Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural, e apesar de se ter registado um crescimento nos volumes de 13%, o Resultado Operacional em 2003 ficou abaixo do verificado no ano anterior. O esforço de Investimento levado a cabo para a conclusão de projectos importantes e que, praticamente, fecham o ciclo de investimentos deste negócio foi penalizador em termos de resultados, dado que as Amortizações aumentaram 11,9 milhões de euros face ao ano anterior.

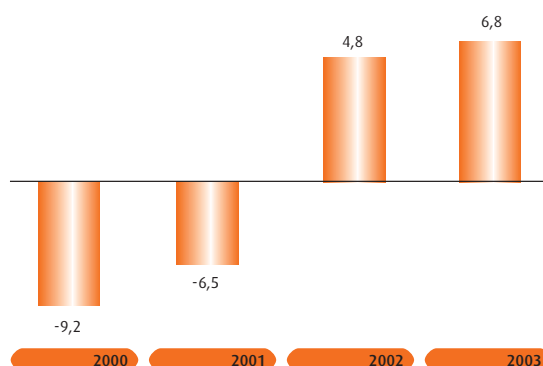
A Distribuição de Gás Natural registou um aumento dos Resultados Operacionais na ordem dos 14,2 milhões de euros (+141%) devido ao crescimento do negócio em 2003, que se traduziu num aumento do número de clientes em 87 mil e de vendas de +60 milhões de m³.

A actividade E&P gerou resultados operacionais menores que em 2002 devido à paragem do Bloco 14. No entanto, o volume de vendas do ano permitiu que a facturação em USD crescesse 11%, sendo penalizada nas contas pelo efeito cambial adverso.

Relativamente à actividade *Oil* em Espanha, a Galp Energia registou um crescimento de 42% no resultado operacional (óptica de gestão), passando de 4,8 milhões de euros para 6,8 milhões de euros, invertendo claramente a tendência de resultados operacionais negativos dos últimos anos.

Resultado Operacional

(milhões de euros)





As vendas de produtos petrolíferos refinados no mercado espanhol cresceram 24% em 2003, representando um acréscimo de vendas de 243 mil toneladas (um crescimento de 48% em dois anos).

Relativamente aos Resultados Financeiros, o ano de 2003 foi claramente mais favorável que o 2002, registando-se uma melhoria de 35,7 milhões de euros. Os resultados alcançados reflectem, essencialmente, o esforço de redução de dívida de 204 milhões de euros e um contexto de taxas de juro mais favoráveis que as do ano anterior com um impacto de 18 milhões de euros a nível de juros suportados. A Euribor 3m cotou-se no ano de 2003 a uma média de 2,3% enquanto que no ano anterior se tinha cifrado nos 3,4%. De salientar ainda o facto dos resultados do ano de 2002 estarem fortemente influenciados pela menos valia resultante da venda da ONI e que contribuiu negativamente com 19,2 milhões de euros.

As diferenças de câmbio liquidadas deterioraram-se face a 2002 em cerca de 15,8 milhões de euros. O comportamento instável do euro face ao dólar no ano de 2003 fez com que se tivessem registado perdas operacionais reais significativas relacionadas com compras a fornecedores e com disponibilidades. Estes impactos foram atenuados com ganhos em balanço resultantes da reavaliação de empréstimos em moeda estrangeira.

O bom desempenho dos Resultados Extraordinários encontra-se essencialmente associado à utilização de provisões constituídas para fazer face a custos relacionados com a reestruturação da empresa em 2002 (cerca de 37,8 milhões de euros, que penalizaram os resultados desse mesmo ano, e com Ganhos em Imobilizações de +26,1 milhões de euros (essencialmente mais valias registadas com a alienação de bens inseridos na operação de troca de postos a nível ibéricos - *SWAPS* - efectuada no final de 2003). Em termos líquidos, os Resultados Extraordinários melhoraram 68,4 milhões de euros.

O Resultado Líquido de 2003 inclui um ajustamento referente a impostos diferidos no valor de 13,8 milhões de euros (impacto negativo) resultante da alteração das taxas de imposto (IRC) previstas pelo Governo.

O Grupo Galp Energia tem vindo a apresentar as suas Contas, Individuais e Consolidadas de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Porém, em 19 de Julho de 2002, foi aprovado o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece, no essencial, que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as Sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com os Normativos Internacionais (IAS/IFRS).

Para responder a esta orientação a Galp Energia lançou um Projecto destinado à implementação dos IAS/IFRS no Grupo, com o apoio de uma firma de Consultoria Internacional. Com este projecto pretende-se preparar as contas consolidadas do Grupo em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* a partir de 2005, assim como assegurar os necessários comparativos referentes ao Exercício de 2004.



5.2. Performance Financeira e Gestão de Risco

Balanço e Estrutura Patrimonial

O Activo Líquido consolidado do Grupo Galp Energia, a 31 de Dezembro de 2003, ascendia a 6.069 milhões de euros, para um montante de Capitais Próprios de 1.651 milhões de euros.

Balanços (milhões de euros)	2001	2002	2003
Imobilizações Incorpóreas	458	475	507
Imobilizações Corpóreas	3.103	3.201	3.282
Investimentos Financeiros	242	232	224
Total Imobilizado	3.802	3.908	4.012
Dívidas de Terceiros MLP	73	65	40
Total Activo Fixo	3.875	3.973	4.052
Existências	623	655	719
Dívidas de Terceiros CP	733	856	780
Títulos Negociáveis	1	1	11
Dep. Bancários e Caixa	156	132	179
Acrésc. e Diferimentos	372	310	328
Total Activo Circulante	1.885	1.953	2.017
TOTAL ACTIVO	5.760	5.926	6.069
Capital Próprio	1.407	1.461	1.651
Interesses Minoritários	33	29	24
Provisões	350	319	274
Dívidas a Terceiros MLP	1.259	1.249	1.392
Dívidas a Terceiros CP	2.019	2.050	1.922
Acrésc. e Diferimentos	692	819	805
Total Passivo	4.353	4.466	4.418
TOTAL CP + Passivo	5.760	5.926	6.069

O activo consolidado atingiu um montante de 6.069 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003, registando um acréscimo de 143 milhões de euros face ao final de 2002. Este acréscimo resultou essencialmente do aumento de 81 milhões de euros das imobilizações corpóreas e 65 milhões de euros das existências.

O aumento das imobilizações justifica-se pela manutenção de um elevado nível de investimento no sector do Gás Natural.

O passivo consolidado situou-se nos 4.418 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 48 milhões de euros, face ao final de 2002. Este decréscimo foi

decisivamente influenciado pela variação negativa de 45 milhões de euros das provisões.

O aumento dos capitais próprios em 191 milhões de euros, foi devido essencialmente dos resultados do exercício.

Política de Financiamento

A Galp Energia, concluiu uma operação de securitização de recebíveis da Petrogal, no montante de 210 milhões de euros, sendo a primeira vez que uma operação deste género se realizou em Portugal por uma empresa industrial. Esta operação inovadora permitiu à Galp Energia diversificar as suas fontes de financiamento, chegando a uma base de investidores totalmente nova, colocando o nome da empresa no mercado de capitais internacional.

A empresa aplicou os fundos no reembolso de dívida de curto prazo, prolongando o perfil de reembolso da sua dívida global.

Os benefícios desta transacção para a Galp Energia foram múltiplos e transversais a diferentes áreas da empresa, tendo contribuído para a racionalização da *cash management* e política de crédito a clientes.

Distribuição da Dívida Financeira do Grupo



Relativamente à dívida da *Holding*, manteve-se relativamente estável face a 2002, situando-se nos 323 milhões de euros no final de 2003.



Estrutura da Dívida Consolidada

(milhões de euros)

	2001	2002	2003	2003-2002
Total Dívida CP	1.002	1.033	748	-286
Empréstimos Obrigacionistas	2	71	150	79
Empréstimos Bancários	1.001	923	557	-366
Outros empréstimos obtidos	0	40	41	1
Empresas do Grupo e Associadas	0	1	38	38
Total Dívida MLP	1.241	1.233	1.372	139
Empréstimos Obrigacionistas	327	256	310	53
Empréstimos p/ Títulos Particip.	11	11	0	-11
Empréstimos Bancários	897	959	1.057	98
Papel Comercial	6	6	5	-1
Empresas do Grupo e Associadas	0	0	0	0
Total Passivo Remunerado	2.244	2.266	2.120	-146
Disponibilidades	157	132	190	58
Empresas do Grupo e Associadas	0	26	13	-13
Dívida Líquida	2.087	2.134	1.930	-204

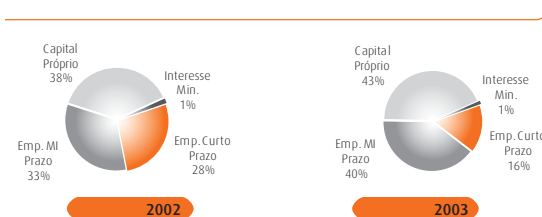
Em termos globais, a dívida da Galp Energia diminuiu 204 milhões de euros, em face do aumento do *Cash Flow* liberto em 2003.

A descida das taxas de juro que na Europa atingiram mínimos históricos, assim como a desvalorização do dólar, que terminou o exercício de 2003 perdendo cerca de 17% face ao euro, foram factores determinantes para a contenção dos custos financeiros. O custo médio da dívida da Galp Energia em 2003 situou-se nos 2,63%.

Estrutura de capitais

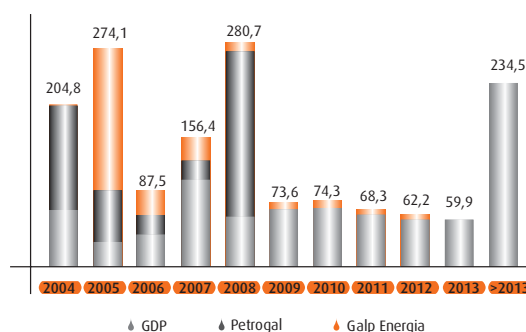
Em 2003, o capital próprio aumentou 13% e considerando a renovação do empréstimo obrigacionista de 94 no médio e longo prazo, constata-se que os empréstimos de curto prazo diminuíram em 42%, por contrapartida de um aumento de 23% do médio e longo prazo.

Estas alterações reforçaram a política de financiamento definida, no sentido de alargar as maturidades, diversificando as fontes de financiamento.



Perfil de Reembolsos da Dívida de Médio e Longo Prazo

(milhões de euros)



O recebimento de fundos comunitários de apoio ao investimento, no âmbito do POE, manteve-se a bom ritmo durante 2003, atingindo os 123 milhões de euros para sector do Gás Natural.

A Galp Energia, no âmbito do “Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal”, tem o direito de receber 74.820 mil euros do Ministério da Economia.

Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados na Petrogal nas refinarias do Porto e de Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo.

Fundos Comunitários

(milhões de euros)

	Recebidos	Por receber
Grupo GDP	123	34
Grupo Petrogal	0	75
Total Galp Energia	123	109

Investimento

No ano de 2003 a Galp Energia investiu, em termos agregados, cerca de 503 milhões de euros nos seus diversos negócios, o que representou um acréscimo de 2,5% face a 2002 mas uma redução de 23,6% face a 2001.

Unidade de Negócio (milhões de euros)	2001	2002	2003
Galp ARL	171,7	43,3	66,2
Galp Retalho	46,8	70,4	108,7
Galp Empresas	7,6	8,3	13,0
Galp Transgás	89,4	154,8	126,7
Galp Gás	277,7	185,6	134,8
Exploração & Produção	38,2	16,3	39,5
Geração & Cogeração	26,3	7,4	11,1
Outros	1,8	5,0	3,3
Total Agregado	659,5	491,3	503,2
Total Proporcional	584,5	443,9	466,8
Total Consolidado	558,7	426,7	466,3
Total Consolidado - sem Swaps	558,7	426,7	417,9

Nota : Valores incluem TPE's e Juros

Ajustando pela participação (%) que a Galp Energia detém no capital de cada uma das empresas, o investimento realizado em 2003 representou um esforço financeiro da ordem dos 466,8 milhões de euros (cerca de 93% do investimento total agregado).

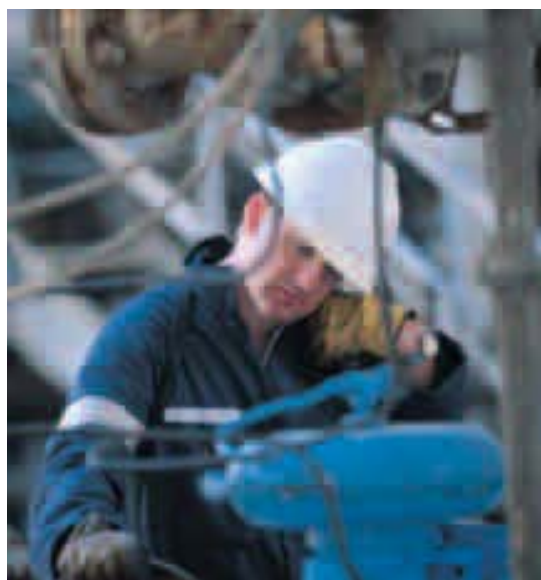
Atendendo a que cerca de 93% do investimento agregado de 2003 foi realizado em empresas em que a Galp Energia detém uma participação maioritária no capital, o montante de investimento reflectido nas contas consolidadas ascende a 466,3 milhões de euros.

A política de investimentos da Galp Energia continuou a assentar numa análise criteriosa das oportunidades de investimento para a fixação de prioridades na alocação dos recursos financeiros, com base no Modelo Integrado de Gestão de Investimentos e Projectos (MIP).

O montante de investimento dispendido no ano de 2003 esteve essencialmente ligado a:

Projectos Estratégicos, relacionados com:

- O desenvolvimento de infra-estruturas para o aprovisionamento e transporte de GN - Armazenagem de GN, Terminal de GNL e gasoduto de ligação do Terminal ao sistema rede de transporte de GN em alta pressão (116,1 milhões de euros);
- O reposicionamento da rede de combustíveis ibérica, através de operação de troca de postos (SWAPS) com a CEPSA e TOTAL - operação que envolveu a aquisição de 79 postos em Espanha à CEPSA e à Total (48,4 milhões de euros) e a cedência de 78 postos Galp em Portugal;
- A construção do parque de Armazenagem do Caniçal, na Madeira (22,4 milhões de euros);
- **Projectos de Conformidade**, orientados para o cumprimento das exigências legais e ambientais nas Refinarias de Sines e Porto e especificações *Auto-Oil* (9,5 milhões de euros);
- **Projectos de Substituição / Manutenção**, designadamente no que se refere à Substituição de Pipelines na Refinaria do Porto (8,3 milhões de euros) e a investimentos executados no âmbito da Paragem Geral desta Refinaria (5,1 milhões de euros);





Projectos de Desenvolvimento de Negócio, orientados para:

- A racionalização e desenvolvimento da rede de postos do Retalho a nível ibérico (60,2 milhões de euros). Em 2003 foram inaugurados 19 postos em Portugal e 81 em Espanha ;
- O desenvolvimento do mercado de Gás Natural – através da expansão das infraestruturas de transporte e distribuição de GN, da conversão de clientes para GN e da implementação de projectos de cogeração (127,9 milhões de euros);
- O desenvolvimento da actividade de E&P (39,5 milhões de euros) - em especial no que diz respeito à exploração do Bloco 14 em Angola (34,2 milhões de euros).

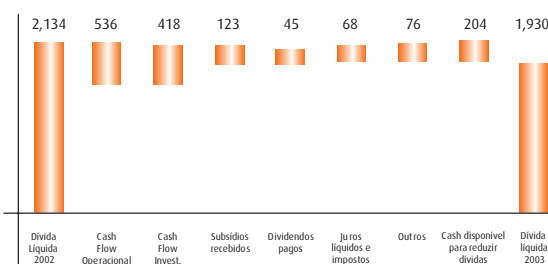
Projectos (milhões de euros)	2001	2002	2003
Armazenagem GN	18,8	22,1	10,0
Terminal GNL	43,5	95,0	81,3
Rede de Transporte GN (Lotes)	7,4	25,6	24,8
Distribuição GN (Transgás + Distribuidoras)	278,0	182,4	116,8
Auto-Oil (Refinação)	65,1	22,1	9,5
Substituição de Pipelines (Ref. Porto)	1,1	2,2	8,3
Paragem Geral (Ref. Porto)	-	0,9	5,1
Parque do Caniçal (CLCM)	-	0,6	22,4
Rede de Retalho	46,8	70,4	60,2
Swaps Retalho	0,0	0,0	48,4
Geração & Cogeração	26,3	7,4	11,1
Exploração & Produção	38,2	16,3	39,5
Total	525,3	445,3	437,4
% Investimento Total Agregado	80%	91%	87%

Nota : Valores incluem TPE's e Juros

Cash Flow e Financiamento do Investimento

O *Cash Flow* liberto pela Galp Energia permitiu reduzir a dívida do Grupo em 204 milhões de euros, mantendo-se o nível de investimento.

(milhões de euros)



Rátios Financeiros

	2001	2002	2003
EBITDA / Juros Líquidos	6,0 x	7,3 x	13,1 x
Dívida Líq. / EBITDA	4,2 x	4,0 x	3,2 x
Gearing	60%	59%	54%
Dívida Líq. / Cap. Próprio	148%	143%	118%
Autonomia Financeira	25%	25%	28%

O ano em análise apresentou melhorias substanciais em termos de rácios financeiros, em face de um acréscimo de 22% do EBITDA e um decréscimo de 32% dos Juros pagos líquidos. O Capital empregue manteve-se estável, reflectindo um acréscimo de 13% nos capitais próprios e interesses minoritários, por contrapartida de um decréscimo equivalente na dívida líquida.

Gestão Integrada de Risco

O Grupo Galp Energia está exposto a diferentes riscos de mercado, que resultam da sua actividade normal. Estes riscos resultam do comportamento das cotações internacionais dos produtos petrolíferos e do petróleo bruto, do comportamento das taxas de juro e da taxa de câmbio do USD contra o euro. Estes riscos afectam os activos, as responsabilidades e os *Cash Flows* futuros da empresa.

A Galp Energia tem definida uma política de gestão integrada do risco com o objectivo de minimizar a

volatilidade dos resultados da Empresa, resultante do comportamento das variáveis exógenas, assegurando uma rentabilidade mínima dos capitais empregues. O risco associado resulta das actividades físicas do negócio e por conseguinte é função do comportamento das variáveis exógenas e da relação entre estas.

Para identificação a Galp Energia utiliza o modelo de gestão integrada do risco desenvolvido em 1999 em conjunto com uma instituição financeira internacional, que, trabalhando com base nas séries históricas destas variáveis e na correlação entre estas, permite apurar o risco integrado ao nível da Galp Energia. Com este modelo é possível conhecer quais as coberturas naturais inerentes aos negócios e identificar os riscos efectivos associados à volatilidade destas variáveis exógenas.

O risco principal da Galp Energia encontra-se na margem de refinação. A política de gestão deste risco assenta na gestão da margem de refinação que não está coberta com a margem de comercialização, assumindo a empresa o risco do negócio integrado.

A gestão do risco incide sobre o comportamento dos preços dos produtos petrolíferos (*commodity risk*), sendo o risco associado ao momento de fixação do preço de compra e do preço de venda (*time lag risk*) analisado numa óptica do próprio negócio.

A implementação desta política está a ser feita com a diferenciação das funções de execução das operações de cobertura, das funções de controle das mesmas, sendo responsabilidade da Comissão de Gestão de Risco a coordenação destas actividades e a análise do valor do risco com a definição das acções a desenvolver por forma a atingir os objectivos propostos.

A gestão destes riscos está a ser feita por recurso aos mercados organizados de futuros (NYMEX e IPE) e a operações directas com instituições financeiras internacionais e outras empresas petrolíferas. Manteve-se em 2003, a política de alisamento do preço de aquisição do petróleo bruto através do recurso ao mercado de futuros e de "*Contract for the difference*" por forma a que o preço de aquisição se aproxime da média das cotações de cada mês.

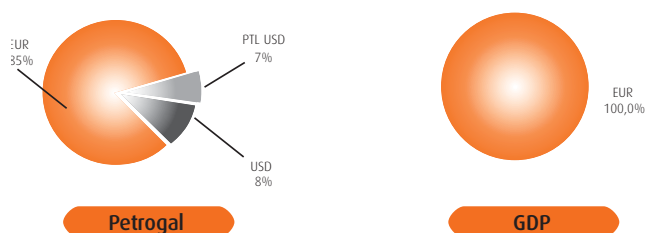
As operações de cobertura são feitas apenas sobre a exposição física subjacente. Estas operações são feitas com *counter parties* com rating de *investment grade*. Os instrumentos de cobertura que estão a ser utilizados protegem a empresa dos movimentos adversos do mercado permitindo no entanto tirar partido do risco positivo associado, ou seja da subida do mercado. Não são permitidas operações de *trading* no mercado do papel. Todas as operações de cobertura estão associadas à realidade física dos negócios.



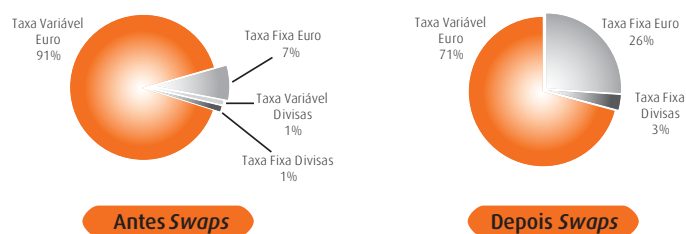


Ao nível da dívida o grupo Galp Energia continuou a utilizar a denominação em USD de parte da sua dívida para gerir a exposição à taxa de câmbio USD/EUR associada ao negócio. Tendo em conta o comportamento das taxas de juro continuou-se em 2003 a realização de operações de fixação da taxa de juro reduzindo assim a exposição dos *Cash Flows* ao comportamento desta variável. Dado o comportamento do mercado de taxa de juro foram igualmente privilegiados instrumentos que fixam o custo máximo permitindo tirar partido das taxas mais baixas de curto prazo.

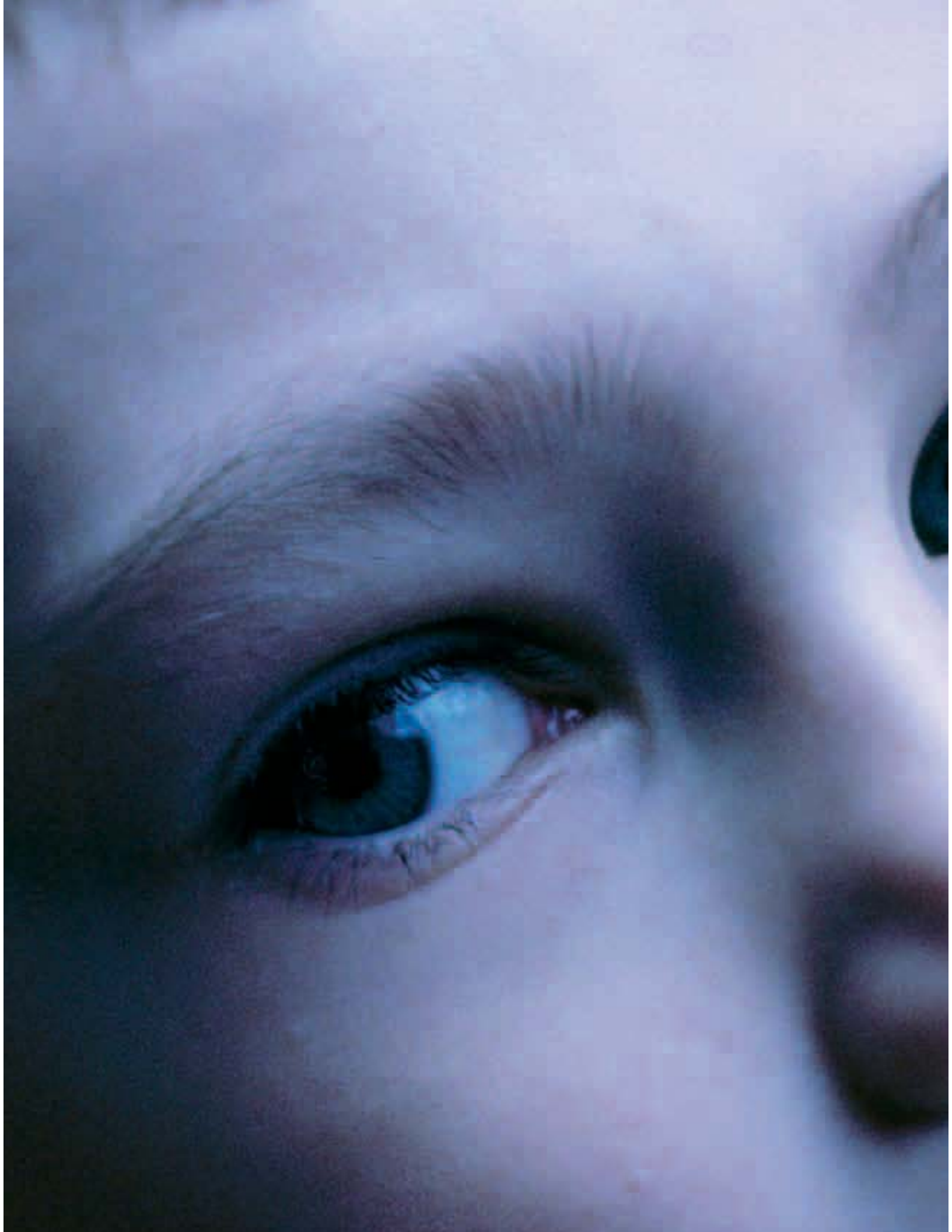
Exposição Cambial da Dívida



Exposição ao Risco de Taxa de Juro no Médio e Longo Prazo



O objectivo para 2004 é manter a política de gestão integrada do risco ao nível da Galp Energia, iniciada em 2003, de uma forma pro-activa, tendo em conta o risco integrado para o Grupo. Dar-se-á portanto, continuidade à identificação dos riscos efectivos de redução dos resultados esperados da Galp Energia, considerando as coberturas naturais intrínsecas ao próprio negócio gerindo a exposição efectiva.





FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

“Os líderes mantêm os olhos no horizonte
e não no ponto de partida”.

Waren G. Bennis

6. Factos Relevantes após o Encerramento do Exercício

Reservas de Produtos Petrolíferos

Decreto-Lei n.º 71/2004 de 25 de Março - Altera o Decreto-Lei n.º 10/2001, de 23 de Janeiro (estabelece as disposições aplicáveis à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo), permitindo alargar a capacidade de armazenagem de produtos de petróleo com recurso à constituição de reservas em países comunitários.

Impugnação Judicial de Deliberações da Assembleia Geral da Galp Energia

A Iberdrola interpôs uma acção no Tribunal de Comércio de Lisboa, pedindo a nulidade/anulação das deliberações relativas ao ponto sobre a reestruturação do sector energético tomadas na Assembleia Geral de 28.11.2003.

Em Fevereiro de 2004, a Galp Energia foi notificada da desistência do pedido de acção intentada pela Iberdrola.

Acordos entre Accionistas

Em 6 de Fevereiro de 2004, foi anunciado pelo Ministério da Economia, em Nota à comunicação social a conclusão de um acordo com a ENI, nos seguintes termos:

1. *“A EDP, ENI e REN tomam o negócio do gás natural da GALP (GDP) por aquisição ou cisão. A entrada directa destas empresas no negócio do gás natural deverá ser realizada com base no valor de referência de 1200 milhões de euros atribuído à totalidade dos activos do gás, incluindo os activos regulados que venham a ser transferidos para a REN.*
2. *Procede-se então ao destaque dos activos de transporte de gás, incorporados pela REN que, assim, sai da estrutura accionista da GDP. Os activos a incorporar na REN serão os que resultarem do quadro regulatório definido pelo Governo, ouvidas a ERSE e a Autoridade da Concorrência.*

3. *A EDP (51%) e a ENI (49%) passam a ser os únicos detentores da GDP (já sem os activos regulados).*

4. *O Estado e a ENI acordam a saída da ENI da área do petróleo, através da venda à Parpública da sua participação remanescente na GALP, sendo o pagamento respectivo efectuado até dois anos. Nesse prazo, a Parpública alienará aquela participação a entidade(s) privada(s).*

Este acordo é acompanhado de outro entre a EDP e a ENI relativo às transacções que as envolvem. Os presentes acordos darão lugar a contratos a celebrar até 31 de Março de 2004 sobre as transacções concretas que os consubstanciam.

A execução das transacções acordadas implicará a extinção do contencioso entre a Galp e a ENI.”

Na reunião de 5 de Março de 2004, o Conselho de Administração da Galp Energia tomou conhecimento dos acordos entre accionistas, tendo deliberado promover a sua execução e mandataram a Comissão Executiva para acompanhar todo o processo.

Na reunião de 30 de Março de 2004, o Conselho de Administração deliberou submeter à confirmação da Assembleia Geral os referidos acordos entre accionistas nos termos que lhe haviam sido transmitidos, bem como os contratos e deliberações necessárias à sua execução.

Na reunião de 30 de Março de 2004, a Assembleia Geral confirmou os termos dos acordos entre accionistas, aprovando os pressupostos e o *lay-out* das operações de separação dos negócios gasistas, e, em sua execução, os seguintes acordos e decisões:

- a) Adopção pela Galp Energia S.G.P.S., S.A. das medidas necessárias com vista a que seja concentrada na GDP a totalidade das participações detidas pela Petrogal, S.A. na Setgás, S.A. e na Lusitâniagás, S.A.;
- b) Adopção pela Galp Energia S.G.P.S., S.A. das medidas necessárias com vista a que a GDP venha a transmitir a totalidade da participação por ela detida na Beiragás e na Tagusgás;



- c) Transmissão da totalidade da participação detida pela Galp Energia, S.G.P.S., S.A.. no capital social da GDP (incluindo as participações referidas em a), pelo preço de 1.200.000.000 euros, à EDP, ENI e REN, passando estas a deter participações de 33,34%, 33,33% e 33,33% do capital social, respectivamente;
- d) Revogação por mútuo acordo dos acordos de parceria estratégica celebrados pela Galp Energia S.G.P.S., S.A. e ou suas subsidiárias e a ENI e a IBERDROLA;
- e) Celebração de um acordo de transacção entre a Galp Energia S.G.P.S., S.A. e a ENI pelo qual seja dado por encerrado o pré-litígio entre as duas sociedades com a consequente extinção de quaisquer pedidos ou reclamações ao mesmo associados;
- f) Aquisição pela Galp Energia S.G.P.S., S.A. de acções próprias representativas de 4% do capital da Sociedade, à accionista IBERDROLA pelo preço de 126.000.000,00 euros.

No dia 31 de Março de 2004 a Galp Energia formalizou com a EDP, a ENI e a REN o contrato de compra e venda da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A., bem como os restantes acordos, ficando a produção de efeitos dos mesmos sujeita a várias condições suspensivas (com realce para a publicação de um Decreto-Lei relativo à privatização da Sociedade a alienar e para a não oposição das Autoridades da Concorrência e das entidades concedente e financiadoras), condições essas que deverão verificar-se até 31 de Dezembro de 2004, sob pena de caducidade dos acordos celebrados. As condições de pagamento do preço das acções da GDP por parte de cada uma das entidades adquirentes são iguais, com excepção da ENI que será pago por transferência para a Galp Energia da parte do crédito – equivalente a 400.000.000 euros - que a ENI vai deter sobre a Parpública na sequência da alienação a que vai proceder da totalidade da sua participação de 33,34% na Galp Energia, nos termos de contrato de compra e venda assinado na mesma data.

É ainda do conhecimento público que à data da aprovação do presente Relatório de Gestão pelo Conselho de Administração, o Governo iniciou um concurso fechado com vista a alienar a participação de 33,34% a adquirir pela Parpública à ENI.



7. Declarações

1. Accionistas com participações qualificadas (Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais)

a) Accionistas com mais de um terço e menos de metade do capital:

ENI Portugal Investment, Spa	33,34%
Estado Português	29,26%

b) Accionistas com mais de um décimo e menos de um terço do capital social:

REN	18,3%
EDP Participações - S.G.P.S., SA	14,27%

2. Acções próprias (Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2003 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2003, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

3. Posição accionista dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização (Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Galp Energia não são titulares de acções ou obrigações da Sociedade ou de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo, não se tendo verificado em 2003 quaisquer transacções.

4. Negócios de Administradores com a Sociedade (Artigos 66.º alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2003 autorizações a membros do Conselho de Administração da Galp Energia para realização de negócios com a sociedade.

5. Exercício pelos Administradores de outras actividades (Artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2003, os administradores não exerceram, na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

Durante o exercício de 2003 os administradores não exerceram, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

6. Prestação de serviços a sociedades do Grupo e posições credores sobre sociedades participadas (Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro)

Ver as Notas 16 (Prestação de serviços a sociedades do Grupo) e 49 (Posições credoras sobre sociedades participadas) do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas Individuais.



8. Referências Finais



Durante o ano de 2003, o Conselho de Administração da Galp Energia S.G.P.S., S.A. beneficiou da colaboração empenhada dos accionistas, com especial destaque para o Estado Português, a ENI e a EDP.

É de salientar, com apreço, toda a cooperação prestada pelo Ministério das Finanças, pelo Ministério da Economia, e pelo Ministério do Ambiente.

Os agradecimentos do Conselho de Administração são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a Galp Energia, dos quais destacamos:

- Tribunal de Contas, a Direcção Geral do Tesouro e a Inspecção Geral de Finanças;
- Direcção Geral de Geologia e Energia;
- Instituto do Ambiente;
- Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos;
- As Instituições Financeiras, que continuaram a apoiar os Projectos da Galp Energia.

Por último, uma palavra especial de agradecimento para os nossos Clientes, Revendedores e Fornecedores pela preferência e confiança que em nós depositaram e a todos os Colaboradores do Grupo, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrados.



9. Proposta de Aplicação de Resultados

Os Resultados Líquidos da Galp Energia S.G.P.S., S.A., no exercício de 2003 foram de 247 445 768,96 Euros.

A Proposta de Aplicação de Resultados é a seguinte:

(euros)

a) Dotação à Reserva Legal (5%)	12.372.288,45
b) Distribuição de Dividendos	51.000.000,00
c) Resultados Transitados	184.073.480,51
Total	247.445.768,96

Lisboa, 6 de Maio de 2004

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Vice-Presidentes:

Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Federico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. Dr. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Eng. Angelo Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luis del Valle Doblado







ANEXOS

“Os homens confundem os limites
da visão com os limites do mundo”.

Arthur Schopenhauer

Relatório sobre o Governo da Sociedade

No seguimento das novas Recomendações emitidas pela CMVM e dos deveres de informação impostos pelo Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro, recentemente alterado pelo Regulamento n.º 11/2003 de 2 de Dezembro, a Galp Energia tem vindo a implementar um conjunto de melhorias ao nível do *Corporate Governance*.

Apesar da Galp Energia não ter as suas acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, o tratamento desta questão tem sido uma das preocupações da gestão da empresa, pelo que pela terceira vez consecutiva vem o Conselho de Administração divulgar sobre as práticas e estrutura do governo da sociedade.

I. Divulgação de Informação

1. Repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos no quadro do processo de decisão empresarial

A Galp Energia tem assumido um modelo de gestão assente numa clara separação de poderes entre Conselho de Administração, com poderes de supervisão, controlo e acompanhamento de questões de natureza estratégica e relacionamento entre accionistas e órgãos sociais da empresa, e Comissão Executiva, com tarefas operacionais de gestão corrente, visando a transparência e eficácia.

O modelo de gestão assenta ainda em cinco Unidades de Negócio sob a liderança e orientação de cada um dos Administradores Executivos, baseado nos princípios da horizontalidade, flexibilidade, simplicidade, eficiência e delegação de responsabilidade e visando a criação de valor, captação de sinergias intra e inter Unidades de Negócio.

- Galp Aprovisionamento, Refinação e Logística, que assegura a aquisição, transformação, armazenagem e fornecimento de petróleo bruto e produtos acabados, aos clientes internos (unidades comerciais) e a alguns clientes externos;
- Galp Transgás, que assegura a aquisição, transporte, armazenagem e fornecimento de GN (clientes internos

e grandes clientes externos) e é responsável pelo desenvolvimento das infra-estruturas de regaseificação de GNL (Terminal GNL);

- Galp Gás, que assegura a distribuição de gás;
- Galp Empresas, que assegura o fornecimento de soluções integradas multi-produto e multi-serviço;
- Galp Retalho, que desenvolve os negócios de combustíveis e *non fuel* através da rede de postos de abastecimento.

O modelo de gestão da Galp Energia integra ainda as seguintes Unidades de Gestão:

- Funções Corporativas;
- Serviços Partilhados;
- Projectos (Unidades de Gestão Temporárias).

As Funções Corporativas apoiam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na definição e implementação da estratégia corporativa, na gestão dos recursos corporativos fundamentais (humanos e financeiros), na definição de políticas globais para o Grupo e no desafio à *performance* das Unidades de Negócio.

A Unidade de Serviços constituída pela Galp Serviços apoia as actividades do Grupo, nomeadamente as Unidades de Negócio, nas áreas, entre outras, administrativa, financeira, jurídica, de seguros, de recursos humanos, de sistemas de informação e de formação, sendo responsável por assegurar um elevado grau de qualidade, eficiência e economia no cumprimento dos níveis de serviços acordados.

A par da implementação de uma organização com poucos níveis hierárquicos, o funcionamento do Grupo foi muito dinamizado por projectos transversais à Organização, formados por colaboradores de diferentes Unidades de Gestão e organizados em torno de um objectivo específico.



Dos principais projectos destacam-se os seguintes:

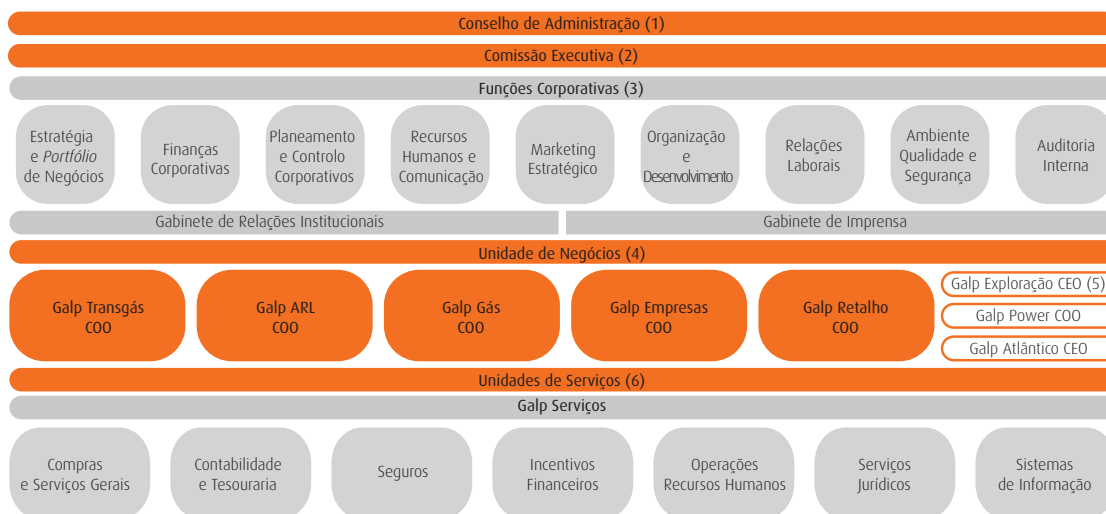
- *Value Creation Office (VCO)* – Identificação, priorização e acompanhamento de um conjunto de iniciativas que contribuem para a concretização da estratégia dos negócios e permitem capturar melhorias no *Cash Flow* operacional da Galp Energia.
- Programa de Redução de Custos (PRC) – Desenvolvimento de iniciativas de excelência operacional por forma a otimizar a estrutura de custos.
- Modelo Integrado de Gestão de Investimentos e Projectos (MIP) – Adopção de um modelo uniforme e integrado de Gestão de Investimentos e Projectos das várias Unidades de Negócio.

- Projecto *Bridge* - Projecto de *swaps* de postos de combustível com a Cepsa e Total, com o intuito do desenvolvimento da rede estratégica de postos em Espanha e a racionalização da rede em Portugal.

Nos organigramas seguintes apresentam-se o modelo de governo e organizacional da Galp Energia, com a repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial:



Modelo de Governo



- (1) Define a Visão, a Missão e os Valores; Define Estratégia e o *Portfólio* de Negócios (*core vs non core businesses*, M&A, Alianças e Parcerias); Aprova a estratégia e estabelece os objectivos de criação de valor do conjunto dos negócios; Define o enquadramento organizativo e societário e aprova investimentos de elevado montante ou risco
- (2) Aprova a estratégia, estabelece os objectivos de criação de valor e desafia a *performance* das UN; Promove a captura de sinergias entre UN; Aloca os recursos chave (plano de investimentos, política financeira, RHT); Gere os Recursos Humanos de Topo; Define a estratégia da Marca; Estabelece objectivos de criação de valor para cada negócio; Controla o cumprimento dos objectivos fixados; Define políticas transversais do Grupo
- (3) Apoiam CE/CA na definição da estratégia corporativa e na gestão dos Recursos - Chave; Propõem políticas transversais do Grupo (Marca, RH, Finanças, Organização, Planeamento, etc)
- (4) Define a estratégia da UN (depende de aprovação da CE/CA da Galp Energia); Gestão dos recursos necessários à implementação da estratégia; Responsáveis por atingirem os resultados acordados com o CA; Cada UN é responsável pelo respectivo P&L
- (5) Unidades de Gestão temporárias dedicadas à realização de um objectivo transversal
- (6) Prestação de serviços às UN em condições competitivas de preço e de nível de serviço

Face ao adiamento do IPO da Galp Energia, não se procedeu à criação do Gabinete do Investidor.

As relações com o Mercado de Capitais têm vindo a ser asseguradas pela Direcção de Organização e Desenvolvimento.

2. Sistema de controlo interno

Comissões específicas criadas na sociedade

Na Galp Energia funcionam comissões de controlo internas com funções de coordenação entre Unidades de Gestão.

O Comité de Investimentos analisa e acompanha a implementação da política de investimentos nos negócios, designadamente, quanto a projectos de natureza, montante e risco estrutural.

O Comité de Gestão do Risco tem como responsabilidade definir a forma de implementação da Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração e propor alterações à mesma, e ainda analisar a actividade de *hedging*.



Sistema de Controlo de Riscos

A estrutura corporativa da Galp Energia compreende uma Auditoria Interna vocacionada a avaliar de forma independente e sistemática a actividade das Unidades de Negócio, com o objectivo de minimizar os riscos, assegurando a eficácia dos processos de gestão e dos sistemas de controlo internos.

Por outro lado, a Direcção de Finanças Corporativas assegura a implementação da Política de Gestão de Risco aprovada e garante a gestão integrada do risco da Galp Energia, tendo como principais funções o apoio às Unidades de Negócio e Empresas participadas no que respeita ao comportamento esperado das variáveis exógenas e disponibilização da respectiva análise histórica.

A Galp Energia desenvolveu em 2003 uma política integrada do risco com o objectivo de assegurar uma rentabilidade mínima dos capitais empregues, reduzindo a volatilidade dos *Cash Flows* da Galp Energia.

Política de Distribuição de dividendos

A política de dividendos da Galp Energia tem em consideração diversos factores que afectam a sua actividade, nomeadamente, o seu plano de investimentos, estrutura de capitais, liquidez e a capacidade de geração de *Cash Flow* das suas operações.

Desta forma, a Galp Energia procura ter uma política de dividendos equilibrada, que reflecta o seu estado de desenvolvimento e que se enquadre nas práticas de mercado das empresas congéneres do sector.

Valor do dividendo por acção distribuído nos 3 últimos exercícios:

Exercício a que se refere o dividendo	2000	2001	2002
Dividendo por acção (euros)	0	0,23	0,26

Planos de atribuição de acções e de atribuição de opções de aquisição de acções

Está em vigor na empresa um Sistema de Incentivos de Topo baseado no cumprimento dos objectivos de criação de valor, que abrange cerca de 70 gestores do Grupo, incluindo os membros da Comissão Executiva, que no futuro poderá vir a incluir planos de atribuição de acções e de atribuição de opções de aquisição de acções, caso a empresa venha a ser cotada em bolsa.

3. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação financeira

A Galp Energia tem vindo progressivamente a adoptar a utilização de novas tecnologias para a difusão de informação



considerada relevante sobre a vida da sociedade, através da sua *homepage* (www.galpenenergia.com), incluindo informação financeira da sociedade e das principais empresas do Grupo.

Na intranet o portal myGalpenenergia continua a ser desenvolvido como plataforma de trabalho para todos os colaboradores, cujo conteúdo é inteiramente alimentado pelas Unidades de Gestão, através do qual são divulgadas informações relevantes.

4. Remunerações

Comissão de remunerações

As condições remuneratórias dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos eleita na Assembleia Geral realizada em 31 de Maio de 2000, composta pelo Estado Português, como Presidente, representada pelo Dr. José Salvado Mesquita, pela ENI, representada por Giovanni Bertucci e pela EDP, representada pelo Eng. António Pita de Abreu.

Remuneração do Auditor

A remuneração anual total do Auditor para as empresas do Grupo Galp Energia é de 690.000 euros, compreendendo serviços de revisão oficial de contas e auditoria, sendo que 25.733 euros correspondente ao custo com as contas individuais da Galp Energia.

II. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Nos termos do Artigo 10.º dos Estatutos da Galp Energia, podem participar nas Assembleias Gerais os accionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada 100 acções, podendo os accionistas com menor número de acções agrupar-se de modo a exercer o direito de voto, devendo para o efeito fazer-se representar por um só deles ou por outro accionista.

Aquela disposição permite a representação voluntária em reuniões da Assembleia Geral, devendo os accionistas

que pretendem fazer-se representar entregar até cinco dias antes da Assembleia Geral os instrumentos de representação, salvo no que respeita ao Estado.

Os Estatutos não prevêm expressamente o denominado “voto por correspondência”.

III - Regras societárias

Encontra-se em curso a elaboração de regras societárias/códigos de conduta dos órgãos da sociedade e de outros regulamentos internos, destinados a regular expressamente situações de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

O Contrato de Sociedade da Galp Energia não prevê restrições à transmissibilidade de acções.

O capital social da Galp Energia encontra-se representado por acções especiais pertencentes ao Estado Português (categoria A) e por acções ordinárias (categoria B).

Segundo o Artigo 4.º dos Estatutos, às acções da categoria A são inerentes os seguintes direitos especiais:

- a) Direito de, de acordo com o n.º 2 do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze ou mais membros;
- b) Direito de que quaisquer deliberações de alteração do contrato de sociedade, quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e, ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa o abastecimento do País de petróleo, gás ou produtos derivados dos mesmos não sejam aprovadas, nem em primeira nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos que lhes correspondam.

É do conhecimento público a existência de um Acordo Parassocial entre os accionistas detentores de participações qualificadas superiores a 30%: Estado Português e ENI Portugal Investments, SA.



Encontra-se em curso a elaboração de um Código de Ética para o Grupo Galp Energia, tendo em vista explicitar e formalizar padrões de comportamento alinhados com os valores do Grupo.

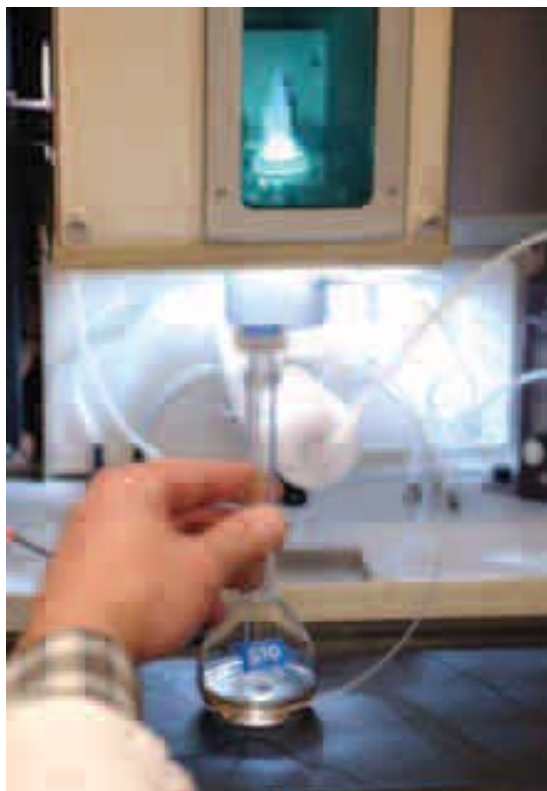
IV - Órgão de Administração

A composição do Conselho de Administração da Galp Energia é a seguinte:

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Presidente do Conselho de Administração

Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Presidente da Comissão Executiva

Eng. Giancarlo Rossi
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva



Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Vogal do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva

Dr. Federico Ermoli
Vogal do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva

Dr. Rui Nuno Tavares A. Moreira da Cruz
Vogal do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva

Eng. Guido M. Negrelli e Albuquerque
Vogal do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Vogal do Conselho de Administração
Vogal da Comissão Executiva

Prof. Dr. João de Deus R. S. Pinheiro
Vogal do Conselho de Administração

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Vogal do Conselho de Administração

Eng. Angelo Taraborrelli
Vogal do Conselho de Administração

Eng. Camillo Gloria
Vogal do Conselho de Administração

Eng. Giorgio Puce
Vogal do Conselho de Administração

Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
Vogal do Conselho de Administração

D. José Luis del Valle Doblado
Vogal do Conselho de Administração

Nos termos estatutários, o órgão de administração da Galp Energia pode ser composto por onze a vinte e um administradores. O actual Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral de 23 de Maio de 2002 para um mandato de três anos é composto por quinze membros, dos quais sete integram a Comissão Executiva.

Além das matérias que, nos termos do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho reservou para si um conjunto de matérias e assuntos considerados de maior importância e impacto para a sociedade e para o Grupo, a saber:

- Definir a estratégia e modelo de negócios;
- Definir o enquadramento organizativo e societário;
- Definir a configuração do portfolio de negócios;
- Promover a captura de sinergias entre negócios;
- Alocar recursos corporativos-chave (recursos humanos de topo e recursos financeiros);
- Aprovar investimentos de elevado montante ou risco;
- Estabelecer objectivos de criação de valor para cada negócio;
- Controlar o cumprimento dos objectivos fixados;
- Definir políticas de grupo.

Segundo o Artigo 16.º dos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração reúne-se pelo menos uma vez por trimestre. Durante o exercício de 2003 realizaram-se 8 reuniões.

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade, composta por sete Administradores, devendo reunir, pelo menos, duas vezes por mês. A Comissão Executiva realizou, em 2003, 48 reuniões.

Os membros da Comissão Executiva exercem as suas funções no Grupo em regime de tempo completo e cada um é responsável por determinadas Unidades de Gestão (Unidades de Negócio, Unidade de Serviços e Funções Corporativas), sem prejuízo da competência própria da Comissão Executiva, exercendo ainda o cargo de administração noutras sociedades do Grupo.

Em anexo, são indicadas as funções de administração que os membros do órgão de administração exercem noutras sociedades, incluindo do Grupo.

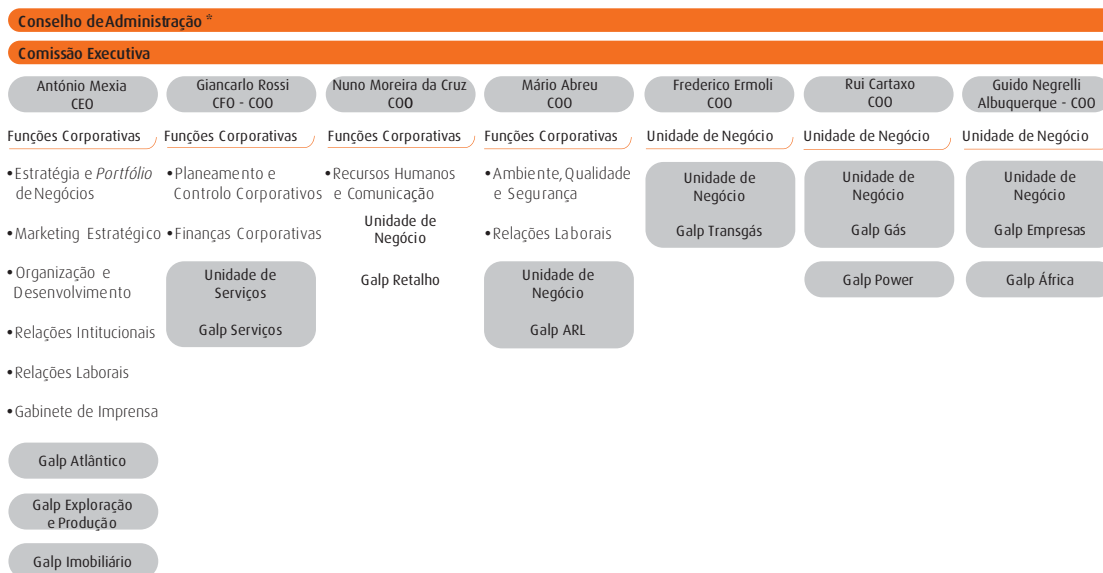
A informação das matérias e/ou decisões tomadas pela Comissão Executiva, em particular, sobre matérias de reserva de competência exclusiva da Galp Energia, são regularmente comunicadas ao Presidente do Conselho de Administração, tendo em conta as suas competências e responsabilidades legais e estatutárias, designadamente, na coordenação da actividade do órgão a que preside e na relação com os accionistas e com os restantes órgãos sociais.

O Presidente do Conselho de Administração assegura a coordenação deste órgão com a Comissão Executiva, dando-lhe conhecimento das deliberações desta com especial importância e submetendo-lhe a aprovação as que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação do Conselho. O Presidente do Conselho é ainda o responsável pela função corporativa de Auditoria Interna.

No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição das principais áreas de responsabilidade aos membros da Comissão Executiva:



CE - Repartição de Competências



* Função Corporativa de Auditoria Interna depende do Presidente do Conselho de Administração



Anexo ao Relatório sobre o Governo da Sociedade

Cargos sociais desempenhados pelos membros do Conselho de Administração em Sociedades, à data de 31 de Dezembro de 2003:

Presidente do Conselho de Administração:

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Administrador da Enersis, S.G.P.S., S.A.

Administrador da Cimianto, Sociedade Técnica de Hidráulica, SA

Administrador da LVT – Lisboa Vista do Tejo

Presidente da Comissão Executiva:

António Luís Guerra Nunes Mexia

Presidente do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal – PETROGAL, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Petrogal Española, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda

Presidente do Conselho de Administração da Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A.

Membro do Conselho Consultivo da Petrogal Brasil, Lda

Presidente do Conselho de Administração da Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.

Vogal da Comissão Executiva:

Giancarlo Rossi

Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal – PETROGAL, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Petrogal Española, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Galp Serviços Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.

Vogal da Comissão Executiva:

Mário Manuel Machado de Abreu

Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração de Petrogal Española, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.

Vogal da Comissão Executiva:

Federico Ermoli

Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Petrogal Española, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transgás Armazenagem – Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.



Vogal da Comissão Executiva:

Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração de Petrogal Española, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Transgás Indústria – Sociedade

Portuguesa de Fornecimento de Gás Natural à Indústria, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.

Presidente do Conselho de Gerência da Petrogal Guiné-Bissau, Lda

Presidente do Conselho de Gerência da Petrogal Angola, Lda

Presidente do Conselho de Gerência da Petrogal Moçambique, Lda

Presidente do Conselho de Gerência da Petrogal Cabo Verde, Lda

Vogal da Comissão Executiva:

Rui Nuno Tavares Moreira da Cruz

Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Petrogal Española, S.A.

Presidente do Conselho de Gerência da Sempre a Postos Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.

Vogal do Conselho de Administração da Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.

Vogal da Comissão Executiva:

Rui Manuel Janes Cartaxo

Vogal do Conselho de Administração de Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração de Petrogal Española, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Transgás, S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Água Solar Serviços de Energia Solar, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da Ecogen – Serviços de Energia Descentralizada, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Porten – Portugal Energia, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:

João de Deus Rogado Salvador Pinheiro

Professor Catedrático de Ciências de Engenharia, Universidade do Minho

Presidente da Assembleia Geral da World Movement Fund Portugal Presidente do Conselho de Administração da Lusotur Golfes

Membro do Conselho Superior da Fundação Ilídio Pinho

Presidente do Conselho Fiscal da SPAS

Presidente do Conselho Nacional da Indústria do Golfe

Encarregado de Missão para a Reforma da Administração Pública

Vogal do Conselho de Administração:

Camillo Gloria

ENI Trading Bv – Vogal do Conselho de Administração

ENI Portugal Investment, SpA – Vogal do Conselho de Administração

ENI UK Ltd – Vogal do Conselho de Administração

Tigaz – Vogal do Conselho de Administração

Union Fenosa Gas – Vogal do Conselho de Administração

Gvs - Membro do Conselho de Supervisão

Vogal do Conselho de Administração:

Giorgio Puce

(Não exerce outros cargos sociais)

Vogal do Conselho de Administração:

Angelo Taraborrelli

Deputy Chief Operating Officer Marketing of ENI – Refinery & Marketing Division

Vogal do Conselho de Administração:

Rui Manuel de Oliveira Horta e Costa

Administrador e membro da Comissão Executiva da EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

Administrador da EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada

Administrador da EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A
Administrador da Energia RE
Administrador da ONI, S.G.P.S., S.A.
Administrador da EDP Brasil, S.A.
Administrador da Hidrocantábrico
Presidente do Conselho de Administração da CENTRAL-e – Informação e Comércio Electrónico, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:

José Rodrigues Pereira dos Penedos

Presidente do Conselho de Administração da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.
Presidente da APE – Associação Portuguesa da Energia
Presidente do Conselho de Administração da ECONOLER, S.A.
Administrador da ENERFIN – Sociedade de Eficiência Energética, S.A.
Administrador da HIDRORUMO, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:

José Luís del Valle Doblado

Director de Estratégia e Membro do Comité de Direcção de Iberdrola S.A.
Vogal do Conselho de Administração de Dinners Club em Espanha







CONTAS CONSOLIDADAS

“Ver é dar uma direcção ao nosso olhar”.

Leonardo Da Vinci

Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		2003			2002
Activo	Notas	Activo bruto	Amort. e Prov.	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	25 e 27	49.753	(29.999)	19.754	22.887
Despesas de investigação e de desenvolvimento	25 e 27	8.309	(6.987)	1.322	2.291
Propriedade industrial e outros direitos	25 e 27	233.322	(91.845)	141.477	153.543
Reconversão de consumos para gás natural	25 e 27	267.312	(39.082)	228.230	208.349
Trespases	25 e 27	25.429	(10.332)	15.097	42
Diferenças de consolidação	10 e 27	69.487	(6.584)	62.903	59.087
Imobilizações em curso	27	37.706	-	37.706	28.418
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	184	-	184	-
		691.502	(184.829)	506.673	474.617
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	260.478	(6.394)	254.084	255.665
Edifícios e outras construções	27	674.549	(357.015)	317.534	335.272
Equipamento básico	27	4.531.024	(2.599.510)	1.931.514	1.899.117
Equipamento de transporte	27	32.526	(26.567)	5.959	10.164
Ferramentas e utensílios	27	4.988	(4.524)	464	597
Equipamento administrativo	27	114.141	(95.545)	18.596	27.861
Taras e vasilhame	27	148.833	(126.454)	22.379	30.714
Outras imobilizações corpóreas	27	96.168	(66.527)	29.641	95.893
Imobilizações em curso	27	695.196	-	695.196	522.701
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	6.221	-	6.221	23.089
Reintegrações a deduzir			-	-	-
		6.564.124	(3.282.536)	3.281.588	3.201.073
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	2	9.43	-	9.437	5.631
Empréstimos a empresas do grupo	2	3.095	(1.916)	1.179	9.241
Partes de capital em empresas associadas	3	93.951	-	93.951	85.778
Empréstimos a empresas associadas	3	96.443	-	96.443	86.870
Títulos e outras aplicações financeiras	27	52.083	(30.139)	21.944	42.087
Outros empréstimos concedidos	27	593	-	593	2.601
		255.602	(32.055)	223.547	232.208
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO:					
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes - conta corrente		165	-	165	39
Clientes - títulos a receber		555	-	555	3.555
Outros devedores	52	39.191	-	39.191	61.212
		39.911	-	39.911	64.806
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	50	220.115	(2.699)	217.416	247.547
Produtos e trabalhos em curso	50	14	-	140	771
Produtos acabados e intermédios	50	433.360	(1.446)	431.914	334.276
Mercadorias	50	70.430	(1.007)	69.423	71.712
Adiantamentos por conta de compras	50	477	-	477	298
		724.522	(5.152)	719.370	654.604
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		524.884	(45)	524.839	472.249
Clientes - títulos a receber		2.963	-	2.963	3.107
Clientes de cobrança duvidosa		62.199	(54.591)	7.608	6.575
Empresas do grupo	2	2.111	-	2.111	3.747
Empresas associadas	3	3.318	-	3.318	15.779
Empresas participadas e participantes	27	13	-	13	-
Adiantamentos a fornecedores		3.016	-	3.016	3.893
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		6.186	-	6.186	855
Estado e outros entes públicos	51	31.993	-	31.993	41.735
Outros devedores	52	202.65	(5.106)	197.552	308.483
		839.341	(59.742)	779.599	856.423
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	60	11.252	-	11.252	514
		11.252	-	11.252	514
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	60	171.397	-	171.397	127.574
Caixa	60	7.566	-	7.566	4.309
		178.963	-	178.963	131.883
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimos de proveitos	53	54.940	-	54.940	38.334
Custos diferidos	53	273.094	-	273.094	271.701
		328.034	-	328.034	310.035
Total de amortizações			(3.467.365)		
Total de provisões			(96.949)		
Total do activo		9.633.251	(3.564.314)	6.068.937	5.926.163

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida



Capital próprio, interesses minoritários e passivo	Notas	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	55 e 56	829.251	829.251
Prémios de emissão de ações	55	82.006	82.006
Diferenças de consolidação	10 e 55	81.254	81.254
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	10 e 55	(29.697)	(15.959)
Reservas:			
Reservas legais	55	27.923	22.198
Outras reservas	55	27.977	27.977
Resultados transitados	55	385.003	319.329
Resultado consolidado líquido do exercício	55	247.446	114.521
Total do Capital Próprio		<u>1.651.163</u>	<u>1.460.577</u>
Interesses minoritários	54	24.176	28.504
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Provisões para pensões	46	83.962	91.923
Provisões para seguros de vida e cuidados de saúde	46	100.988	99.154
Provisões para impostos	46	6.753	6.417
Outras provisões para riscos e encargos	46	82.493	121.242
		<u>274.196</u>	<u>318.736</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações	34	309.760	256.441
Empréstimos por títulos de participação	34	-	10.860
Dívidas a instituições de crédito	34	1.057.085	959.143
Fornecedores, conta corrente		-	-
Empresas participadas e participantes	27	14.778	11.806
Outros empréstimos obtidos	34	5.382	6.310
Fornecedores de Imobilizado, conta corrente	47	1.733	3.092
Outros credores	52	3.571	1.824
		<u>1.392.309</u>	<u>1.249.476</u>
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações	34	149.639	70.707
Empréstimos por títulos de participação	34	-	-
Dívidas a instituições de crédito	34	556.782	922.724
Adiantamentos por conta de vendas	50	220.767	233.222
Fornecedores, conta corrente		257.161	201.596
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		121.634	157.163
Fornecedores, títulos a pagar		51	2
Empresas do grupo	2	10.035	521
Empresas associadas	3	28.276	-
Empresas participadas e participantes	27	4.133	1.245
Adiantamentos de clientes		2.269	16
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		103.021	113.012
Fornecedores de imobilizado- Fact. recep. conferência		17.656	7.953
Estado e outros entes públicos	51	358.733	202.853
Outros empréstimos obtidos	34	41.166	39.904
Outros credores	52	50.956	99.153
		<u>1.922.279</u>	<u>2.050.071</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	53	108.219	115.305
Proveitos diferidos	53	696.595	703.494
		<u>804.814</u>	<u>818.799</u>
Total do capital próprio, interesses minoritários e do passivo		<u>6.068.937</u>	<u>5.926.163</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Frederico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luis del Valle Doblado

Demonstrações dos Resultados Consolidados por Naturezas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CUSTOS E PERDAS	NOTAS	2003	2002
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias		1.469.238	1.384.121
Matérias primas e subsidiárias		4.770.659	4.380.247
Fornecimentos e serviços externos		391.805	5.764.368
Custos com pessoal:			419.116
Remunerações		154.718	148.770
Encargos Sociais		27.630	21.171
Pensões		43.404	46.598
Outros		225.752	216.539
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	297.969	303.046
Provisões	46	16.712	20.569
Impostos		10.264	10.638
Outros custos e perdas operacionais		41.012	20.004
		7.223.411	6.754.280
(A) Perdas em Empresas do grupo e associadas	44	7.822	14.211
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	179	20.395
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	455	238
Outros	44	178.971	192.838
		7.410.838	6.981.962
(C) Custos e perdas extraordinários	45	32.202	67.441
(E) Imposto sobre o rendimento do exercício		7.443.040	7.049.403
Interesses minoritários	51	118.659	20.962
		2.995	4.336
(G) Resultado consolidado líquido do exercício		7.564.694	7.074.701
		247.446	114.521
		7.812.140	7.189.222

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida



PROVEITOS E GANHOS	NOTAS	2003	2002
Vendas de produtos e mercadorias:			
Mercadorias	36	2.266.818	1.944.702
Produtos	36	5.014.340	4.837.215
Prestações de serviços	36	132.390	129.258
Variação da produção		69.735	(11.355)
Trabalhos para a própria empresa		23.106	21.982
Proveitos suplementares		31.831	29.105
Subsídios à exploração		2	6
Outros proveitos e ganhos operacionais		19.699	12.739
(B)		7.557.921	6.963.652
Ganhos em empresas do grupo e associadas	44	30.632	34.961
Rendimento de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras			
Outros	44	63	102
Outros juros e proveitos similares			
Relativos a empresas do grupo e associadas	44	4.272	4.757
Outros	44	131.548	131.255
(D)		7.724.436	7.134.727
Proveitos e ganhos extraordinários	45	87.704	54.495
(F)		7.812.140	7.189.222
Resultados operacionais:	(B)-(A)	334.510	209.372
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	(20.912)	(56.607)
Resultados correntes:	(D)-(C)	313.598	152.765
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários:	(F)-(E)	369.100	139.819
Resultado consolidado líquido do exercício:	(F)-(G)	247.446	114.521

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Frederico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luís del Valle Doblado

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2003	2002
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		7.065.566	6.585.175
Pagamentos a fornecedores		(4.007.131)	(3.873.734)
Pagamentos ao pessoal		(209.089)	(165.442)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.288.726)	(1.303.812)
Fluxos gerados pelas operações		1.560.620	1.242.187
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(16.135)	(15.948)
Contribuições para o fundo de pensões	21	(26.579)	(48.653)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(17.390)	(17.302)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(1.249)	(490)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(948.763)	(629.255)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		550.504	530.539
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1.613	21.870
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(1.711)	(3.702)
Fluxos das actividades operacionais (1)		550.406	548.707
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		17.333	8.230
Imobilizações corpóreas		73.731	20.445
Imobilizações incorpóreas		1.055	2.517
Subsídios de investimento		122.824	54.778
Juros e proveitos similares		23.421	5.864
Dividendos		27.458	9.923
Empréstimos concedidos		1.002	-
266.824		101.757	
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(36.464)	(76.708)
Imobilizações corpóreas		(411.574)	(419.501)
Imobilizações incorpóreas		(86.486)	(55.706)
Empréstimos concedidos		(4.783)	(4.200)
(539.307)		(556.115)	
Fluxos das actividades de investimento (2)		(272.483)	(454.358)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.827.294	1.128.185
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		472	-
Juros e proveitos similares		758	5.548
Letras descontadas		12.128	22.699
1.840.652		1.156.432	
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.952.343)	(1.132.087)
Juros de empréstimos obtidos		(35.637)	(50.350)
Juros e custos similares		(29.967)	(29.646)
Dividendos/distribuição de resultados		(44.748)	(41.049)
Aquisição de acções (quotas) próprias		-	(5)
Reembolso de letras descontadas		(10.807)	(19.698)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(3.284)	(15.784)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(12.487)	(9.630)
Juros dos títulos de participação		(841)	(741)
(2.090.114)		(1.298.990)	
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(249.462)	(142.558)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		28.461	(48.209)
Efeito das diferenças de câmbio		4.748	7.312
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	60	(138.334)	(101.435)
Caixa e seus equivalentes no fim do período (a)	60	(105.125)	(142.332)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Frederico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque

Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luis del Valle Doblado

Demonstrações dos Resultados Consolidados por Funções para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)



	Notas	2003	2002
1. Vendas e prestações de serviços	36	7.413.548	6.911.175
2. Custo das vendas e prestações de serviços		(6.592.563)	(6.214.712)
Resultados brutos		820.985	696.463
3. Outros proveitos e ganhos operacionais		104.848	91.965
4. Custos de distribuição		(353.044)	(370.871)
5. Custos administrativos		(42.433)	(44.358)
6. Outros custos e perdas operacionais		(147.097)	(142.431)
Resultados operacionais		383.259	230.768
7. Custo líquido de financiamento		(39.502)	(75.534)
8. Ganhos (perdas) em filiais e associadas	44	22.810	20.750
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos		2.533	7.192
10. Resultados não usuais ou não frequentes		-	(43.357)
Resultados correntes		369.100	139.819
11. Imposto sobre resultados correntes	51	(118.659)	(20.962)
Resultados correntes após impostos		250.441	118.857
12. Resultados extraordinários		-	-
13. Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
14. Interesses minoritários		(2.995)	(4.336)
Resultados consolidados líquidos		247.446	114.521
Resultado por acção		1,49 Eur	0,69 Eur

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
 Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 Dr. Frederico Ermoli
 Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Giorgio Puce
 Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
 D. José Luís del Valle Doblado

Relato Financeiro Consolidado por Segmentos para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Distribuição de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Margem Bruta	105.217	108.616	86.320	72.285	886.792	782.177
Vendas	582.979	514.943	155.736	134.147	6.571.859	6.165.762
Inter-segmentais	66.292	56.493	-	-	3.728	2.592
Externas	516.687	458.450	155.736	134.147	6.568.131	6.163.170
CMVMC	(477.762)	(406.327)	(68.785)	(61.510)	(5.755.944)	(5.351.164)
Inter-segmentais	-	-	(64.581)	(58.071)	-	-
Externas	(477.762)	(406.327)	(4.204)	(3.439)	(5.755.944)	(5.351.164)
Produção	-	-	(631)	(352)	70.877	(10.519)
Acertos APETRO	-	-	-	-	-	(21.902)
Receitas	26.242	26.268	27.824	30.377	170.378	163.439
Inter-segmentais	1.684	2.906	4.427	8.351	20.533	29.461
Externas	24.558	23.362	23.397	22.026	149.845	133.978
Custos Variáveis	-	-	(27.132)	(26.835)	(170.006)	(186.593)
Inter-segmentais	-	-	(696)	(704)	-	-
Externos	-	-	(26.436)	(26.131)	(170.006)	(186.593)
Custos Fixos	(34.929)	(31.540)	(28.190)	(31.991)	(392.434)	(371.970)
Despesas de Funcionamento	(20.828)	(18.198)	(5.746)	(7.451)	(215.768)	(204.621)
Inter-segmentais	(1.622)	(11.709)	(18.037)	(2.108)	(57.346)	(14.218)
Externas	(19.206)	(6.489)	12.291	(5.343)	(158.422)	(190.403)
Encargos c/ Pessoal	(14.101)	(13.342)	(22.444)	(24.540)	(176.666)	(167.349)
Gastos não Desembolsáveis	(33.476)	(21.867)	(34.552)	(33.751)	(232.188)	(255.320)
Amortizações	(32.824)	(20.840)	(31.872)	(31.364)	(218.843)	(239.159)
Provisões	(652)	(1.027)	(2.680)	(2.387)	(13.345)	(16.161)
Outros Gastos	-	-	-	-	-	-
Resultados Segmentais	63.054	81.477	24.270	10.085	262.542	131.733
Réditos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Gastos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Resultados Operacionais	63.054	81.477	24.270	10.085	262.542	131.733
Custos Financeiros	(24.381)	(43.530)	(19.038)	(26.249)	(135.594)	(111.591)
Proveitos Financeiros	31.993	41.580	5.510	3.717	114.233	117.724
Resultados antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	70.666	79.527	10.742	(12.447)	241.181	137.866
Resultados Extraordinários	7.299	4.294	6.549	3.110	42.752	(26.693)
Imposto sobre o Rendimento	(26.788)	(29.068)	(8.406)	3.361	(88.296)	(12.443)
Interesses Minoritários	(27.505)	(1.502)	(1.166)	(546)	(658)	(2.460)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.672	53.251	7.719	(6.522)	194.979	96.270
OUTRAS INFORMAÇÕES	-	-	-	-	-	-
Activos do Segmento (1)						
Activo circulante	232.676	316.357	120.080	195.265	1.665.622	1.466.814
Activo fixo (2)	1.246.142	1.159.039	813.571	773.861	1.584.700	1.637.053
Investimento Financeiro (3)	118.690	119.175	36.875	35.004	47.852	52.009
Activo médio longo prazo	33.029	39.635	3.253	20.359	3.628	4.812
Activos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Activos Totais Consolidados	1.630.537	1.634.206	973.779	1.024.489	3.301.802	3.160.688
Passivos do segmento						
Passivo circulante	595.300	701.027	605.876	657.768	1.664.082	1.594.335
Passivo médio longo prazo	580.888	521.759	212.747	213.559	330.161	362.512
Provisões	7.315	6.629	31.104	37.910	230.699	267.947
Passivos da Empresa não Imputados	-	-	-	-	-	-
Passivos Totais Consolidados	1.183.503	1.229.415	849.727	909.237	2.224.942	2.224.794
Dispêndio em Capital Fixo (4)						

(1) Quantia líquida.

(2) Em Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(4) Durante o exercício económico.



Exploração e Produção		Outros		Eliminações		Consolidado	
2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002
38.012	43.754	162	377	(5.507)	(1.014)	1.110.996	1.006.195
38.388	44.126	2.284	3.927	(70.088)	(59.085)	7.281.158	6.803.820
-	-	68	-	(70.088)	(59.085)	-	-
38.388	44.126	2.216	3.927	-	-	7.281.158	6.803.820
-	-	(1.987)	(3.438)	64.581	58.071	(6.239.897)	(5.764.368)
-	-	-	-	64.581	58.071	-	-
-	-	(1.987)	(3.438)	-	-	(6.239.897)	(5.764.368)
(376)	(372)	(135)	(112)	-	-	69.735	(11.355)
-	-	-	-	-	-	-	(21.902)
34	262	81.419	65.181	(98.869)	(92.436)	207.028	193.091
101	240	72.124	51.478	(98.869)	(92.436)	-	-
(67)	22	9.295	13.703	-	-	207.028	193.091
(16.137)	(18.545)	(31.770)	(5.393)	696	1.092	(244.349)	(236.274)
(16.137)	(18.545)	(31.770)	(388)	696	1.092	-	-
-	-	-	(5.005)	-	-	(244.349)	(236.274)
(2.014)	(2.991)	(70.597)	(83.891)	103.680	92.358	(424.484)	(430.025)
(1.673)	(2.500)	(58.397)	(73.074)	103.680	92.358	(198.732)	(213.486)
(494)	(1.457)	(26.181)	(62.866)	103.680	92.358	-	-
(1.179)	(1.043)	(32.216)	(10.208)	-	-	(198.732)	(213.486)
(341)	(491)	(12.200)	(10.817)	-	-	(225.752)	(216.539)
(12.297)	(10.115)	(2.168)	(2.562)	-	-	(314.681)	(323.615)
(11.793)	(9.537)	(2.637)	(2.146)	-	-	(297.969)	(303.046)
(504)	(578)	469	(416)	-	-	(16.712)	(20.569)
-	-	-	-	-	-	-	-
7.598	12.365	(22.954)	(26.288)	-	-	334.510	209.372
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
7.598	12.365	(22.954)	(26.288)	-	-	334.510	209.372
(5.190)	(15.749)	(3.224)	(30.563)	-	-	(187.427)	(227.682)
5.979	5.935	8.800	2.119	-	-	166.515	171.075
8.387	2.551	(17.378)	(54.732)	-	-	313.598	152.765
9	86	(1.107)	6.257	-	-	55.502	(12.946)
(13)	-	4.844	17.188	-	-	(118.659)	(20.962)
-	-	26.334	172	-	-	(2.995)	(4.336)
8.383	2.637	12.693	(31.115)	-	-	247.446	114.521
-	-	-	-	-	-	-	-
73.138	78.945	383.618	427.785	(457.915)	(531.708)	2.017.219	1.953.458
115.195	91.936	28.653	13.801	-	-	3.788.261	3.675.690
565	670	19.565	25.351	-	-	223.547	232.209
-	-	-	-	-	-	39.910	64.806
-	-	-	-	-	-	-	-
188.898	171.551	431.836	466.937	(457.915)	(531.708)	6.068.937	5.926.163
13.315	4.057	306.550	443.392	(457.915)	(531.708)	2.727.208	2.868.871
30	42	268.368	151.604	-	-	1.392.194	1.249.476
3.107	3.342	1.971	2.907	-	-	274.196	318.735
-	-	-	-	-	-	-	-
16.452	7.441	576.889	597.903	(457.915)	(531.708)	4.393.598	4.437.082

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas Relativas ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2003

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Nota Introdutória

A Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, S.G.P.S., S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.; GDP-Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

O capital inicial da Galp, no montante de Euros 411.383.565, foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado outro aumento de capital social passando este para Euros 502.164.785.

Através do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho, é dado início ao processo de privatização da Galp, com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social em montante de Euros 327.085.850, subscrito pela Petrocontrol, S.G.P.S., S.A. (“Petrocontrol”), EDP – Electricidade de Portugal, S.A. (“EDP”), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para Euros 829.250.635.

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos – ENI Portugal Investment, Spa. (“ENI”) e Iberdrola, S.A. (“Iberdrola”) – assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Acções e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11%.

Através do Decreto Lei nº. 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp. Na sequência deste decreto, a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN) adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parpública - Participações Públicas S.G.P.S., S.A. adquiriu 0,75%. A estrutura accionista da Galp após estas operações encontra-se descrita na (Nota 57).

Em 31 de Dezembro de 2003 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias, a GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e respectivas subsidiárias, Galp Power, S.G.P.S., S.A. e respectivas subsidiárias e a Galp Serviços – Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A..



A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP.

As empresas subsidiárias que têm actividade de transporte e distribuição de gás natural, nomeadamente a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. , operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que terminam em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O Grupo Galp Energia tem vindo a apresentar as suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Porém, em 19 de Julho de 2002, foi aprovado o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece, no essencial, que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as Sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro preparem as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Normativos Internacionais (IAS/IFRS). Para responder a esta orientação a Galp Energia lançou um projecto destinado à implementação dos IAS/IFRS no Grupo , com o apoio de uma firma de consultoria internacional. Com este projecto pretende-se preparar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo em conformidade com as International Financial Reporting Standards a partir de 2005 e, bem como, os necessários comparativos relativos ao exercício de 2004.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de contas consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. Empresas Incluídas na Consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003 são como segue:

Denominação social	Sede	Proporção do capital detido pela Galp Energia nas empresas do grupo		
		Directa	Indirecta	Total
Empresa-Mãe:				
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	-	-	-
Subsidiária:				
Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Sub-Grupo Petrogal:				
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiárias:				
Petrogal Española, S.A. e subsidiárias:	Madrid	-	100,00%	100,00%
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Estación de Servicio Alcalá, S.L.	Madrid	-	100,00%	100,00%
Gasolinera Gon S.L.	Huelva	-	100,00%	100,00%
Galpfer - Distribución de Lubrificantes, S.L.	Vigo	-	51,00%	51,00%
CLG - Companhia Logística del Gas, S.A.	Madrid	-	50,00%	50,00%
Servixpress Distribucion, S.A.	Valencia	-	100,00%	100,00%
Gesoil, S.A.	Alcobendas	-	100,00%	100,00%
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Tipul - Soc. de Gestão de Navios, Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
S.M. Internacional-Transp. Marítimos, Lda.	Funchal	-	100,00%	100,00%
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A.	Amarante	-	50,00%	50,00%
Soturis - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Sapor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	Lisboa	-	51,00%	51,00%
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. e subsidiária:	Funchal	-	100,00%	100,00%
Gile - Galp International Trading Establishment	Liechtenstein	-	24,00%	24,00%
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e subsidiária:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Calageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	Elvas	-	50,00%	50,00%
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	Aveiras de Cima	-	65,00%	65,00%
C.L.T. - Companhia Logística de Term. Marítimos, Lda.	Matosinhos	-	100,00%	100,00%
Petrogal Brasil, Lda.	Recife	-	100,00%	100,00%
Petrogal Trading Limited	Dublin	-	100,00%	100,00%
Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiária:	Ponta Delgada	-	100,00%	100,00%
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	Ponta Delgada	-	55,83%	55,83%
Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiária:	Funchal	-	100,00%	100,00%
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	-	85,00%	85,00%
Galpmed - Mediação Seguros, Sociedade Unipessoal Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	Setúbal	-	100,00%	100,00%
TLG - Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	Sines	-	60,00%	60,00%
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	-	75,00%	75,00%
Combustíveis Líquidos, Lda.	Lisboa	-	75,00%	75,00%
Galp Investment - Fundo	Lisboa	(a)	(a)	(a)
Galp Investment Fund, PLC	Dublin	(a)	(a)	(a)
Sub-Grupo GDP:				
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%
Subsidiárias:				
Driftal - Plásticos de Portugal, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
GDP Distribuição, S.G.P.S., SA e subsidiárias:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Viseu	-	59,04%	59,04%
Gásfomento - Sistemas de Instalações de Gás, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Duriensgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Bucelas	-	75,00%	75,00%
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Aveiro	-	85,04%	85,04%
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Transgás, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias:	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A.	Setúbal	-	90,00%	90,00%
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	-	100,00%	100,00%
Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	Lisboa	-	88,00%	88,00%
Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	Loures	-	51,00%	51,00%
Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.	Sines	-	100,00%	100,00%
Transgás Armazenagem - Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Transgás Industria - Sociedade Portuguesa de Fornec. de Gás Natural à Industria, S.A.	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Sub-Grupo Galp Power:				
Galp Power, S.G.P.S., SA e subsidiárias:	Bucelas	100,00%	-	100,00%
Carrico Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Bucelas	-	64,99%	64,99%
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Bucelas	-	70,00%	70,00%
Água Solar, S.A.	Bucelas	-	95,00%	95,00%
Porten - Portugal Energia, S.A. e subsidiária:	Bucelas	-	100,00%	100,00%
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	Porto Alto	-	100,00%	100,00%

(a) No decurso do exercício de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC ("Fundo") no montante máximo de mEuros 210.000 (Nota 34), o qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações "Notes A" e mEuros 10.500 de obrigações "Notes B", as quais são remuneradas à taxa Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. As transacções são efectuadas com recurso a um outro veículo com sede em Portugal - Galp Investment - Fundo - o qual procede a compra dos recebíveis e à sua colocação junto do Galp Investment Fund PLC. Dado estes Fundos se configurarem como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas ao nível das IAS, relativamente a este tipo de operações, os activos e passivos dos Fundos, que são constituídos essencialmente pelas contas a receber de clientes da Petrogal e as obrigações emitidas pelo Fundo, respectivamente, foram consolidados na demonstrações financeiras do grupo.



Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 o perímetro de consolidação foi alterado conforme segue:

- (i) A subsidiária Petrogal Española, S.A. adquiriu duas novas sociedades: (i) em Setembro de 2003 a Serviexpress Petrogal Distribución, S.A., cuja a actividade é a distribuição de produtos derivados do petróleo e (ii) em Dezembro de 2003 a Gesoil, S.A., adquirida à Total España, S.A., que se dedica à exploração directa de postos de abastecimento.
- (ii) A subsidiária Galp Power, S.G.P.S., S.A. subscreveu 70% do capital social da Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., a qual foi constituída em Agosto de 2003 e cuja actividade consiste essencialmente na produção, sob a forma de cogeração, e a venda de energia eléctrica e térmica.
- (iii) A subsidiária Petrogal adquiriu 75% do capital social da Combustíveis Líquidos, Lda., cuja actividade consiste na exploração directa de postos de abastecimento.
- (iv) As subsidiárias, CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A., Água Solar, S.A. e Ao Sol - Energias Renováveis, Lda., passaram a ser incluídas no perímetro de consolidação, as quais no exercício de 2002 foram excluídas da consolidação por serem imateriais para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do grupo ao abrigo do n.º 1 do artigo 4º do Decreto - Lei n.º 238/91.

Ainda no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram integradas através de um processo de fusão por incorporação com efeitos a 1 de Janeiro de 2003 as seguintes subsidiárias, detidas pelo Grupo em 100% em 31 de Dezembro de 2002:

Empresa Incorporada	Empresa Incorporante
Cabo Ruivo Sociedade de Gestão de Instalações e Equipamentos, S.A.	Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.
Galpforma - Desenvolvimento e Formação de Recursos Humanos, S.A.	Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.
Galp eNova - Tecnologias e Sistemas de Informação e Comunicações, S.A.	Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.

Com excepção da C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A. ("C.L.C."), da CLG - Companhia Logística del Gas, S.A., da Sigás - Armazenagem de Gás A.C.E. e da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. que foram incluídas pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, todas as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea d) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (designação da maioria dos órgãos sociais no caso da GITE) e, nos demais casos, com base na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91 de 2 de Julho (maioria de direitos de voto).

2. Empresas Excluídas da Consolidação

As empresas excluídas da consolidação, que fazem parte da rubrica partes de capital em empresas do Grupo, as suas sedes sociais, a proporção do capital detido e o respectivo valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 são como segue:

Empresas do Grupo	Sede Social	% de participação	Total Activo	Total Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor contabilístico	
							2003	2002
Petrogal Angola, Lda.	Luanda	100% (a)	3.229	2.517	712	(36)	712	2.844
Petrogal Moçambique, Lda.	Maputo	100% (a)	8.910	2.692	6.218	911	6.218	1.673
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	Guiné-Bissau	100% (a)	2.525	2.347	178	33	178	145
Petrogal Cabo Verde, Lda.	São Vicente	100% (c)	(e)	(e)	(e)	(e)	50	50
Tagus Re, S.A.	Luxemburgo	100% (b)	24.424	22.148	2.276	1.029	2.276	-
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	85% (d)	(d)	(d)	(d)	(d)	-	212
Asa-Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	Lisboa	50% (c)	107	100	6	1	3	2
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A.	Setúbal	90% (d)	(d)	(d)	(d)	(d)	-	705
							9.437	5.631

(a) Empresas excluídas da consolidação por existirem restrições ao exercício pela Empresa-Mãe dos seus direitos sobre o património (alínea a) do nº 3 do artº 4º do D.L. 238/91). Em 31 de Dezembro de 2003, estas participações encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Empresa excluída da consolidação por exercer uma actividade de tal forma diferente que se revela incompatível com a apresentação de uma imagem verdadeira da situação das empresas incluídas na consolidação (nº4 do artº 4º do D.L. 238/91. Em 31 de Dezembro de 2003 esta participação encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial.

(c) Empresas excluídas da consolidação por serem imateriais para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo (nº1 do artº 4 do DL 238/91). Em 31 de Dezembro de 2003 estas participações encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial.

(d) Estas empresas deixaram de estar excluídas da consolidação no exercício de 2003 (Nota 1).

(e) Informação não disponível.

No decurso do exercício de 2003, a subsidiária Petrogal Moçambique, Lda., efectuou um aumento de capital realizado pela Petrogal no montante de mEuros 4.408, por conversão de suprimentos concedidos em exercícios anteriores.



Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 as empresas do Grupo tinham as seguintes contas a receber (a título de empréstimos, suprimentos e outras contas a receber) de empresas do Grupo excluídas da consolidação:

	2003	2002
Empréstimos a empresas do Grupo:		
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	1.778	2.046
Petrogal Angola, Lda.	1.317	1.585
Petrogal Moçambique, Lda.	-	4.768
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	-	1.766
Fast Access, S.A.	-	1.183
Água Solar, S.A.	-	20
	3.095	11.368
Provisões para contas a receber (Nota 46)	(1.916)	(2.127)
	1.179	9.241
Contas a receber de empresas do Grupo:		
Petrogal Angola, Lda.	1.151	19
Agran (a)	700	579
Petrogal Moçambique, Lda.	116	183
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	71	103
Petrogás Guiné-Bissau, Lda. (c)	31	-
Petromar (c)	19	-
Moçacor (b)	18	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	4	3
Asa-Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	1
Tagus Re, S.A.	-	2.850
Outros	-	9
	2.111	3.747

(a) Subsidiária da Petrogal Angola

(b) Subsidiária da Petrogal Moçambique

(c) Subsidiária da Petrogal Guiné - Bissau

Estes empréstimos a empresas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 não tinham plano de reembolso definido e não são remunerados.

Durante o exercício de 2003 ocorreu um aumento de capital social na Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A., no qual o Grupo não concorreu, ascendendo a participação em 31 de Dezembro de 2003 a 33,33% (50% em 31 de dezembro de 2002), pelo que deste modo passou a ser considerada como empresa associada (Nota 3).

As contas a pagar a empresas do grupo registadas no passivo a curto prazo, no montante de mEuros 10.035, referem-se essencialmente à conta a pagar à Tagus, RE, no montante de mEuros 10.029, pela aquisição de uma participação financeira representativa de 10,71% do capital social da Petrogal Española, S.A..

3. Empresas Associadas Incluídas na Consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas associadas e participadas do Grupo, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Proporção do Capital detido pela Galp Energia nas empresas			Valor contabilístico	
		Directa	Indirecta	Total	2003	2002
Enerfin - Soc. De Eficiência Energética, S.A. (a) (h)	Porto	-	25,12%	25,12%	-	1
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL (a)	Mindelo (Cabo-Verde)	-	32,50%	32,50%	5.593	5,184
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda. (a)	Lisboa	-	49,00%	49,00%	296	244
Brisa Access, S.A. (a) (h)	Cascais	-	15,00%	15,00%	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (c)	Setúbal	-	45,00%	45,00%	5.919	5.535
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (g)	Matosinhos	-	46,63%	46,63%	8.311	6.310
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. (i)	Santarém	-	40,91%	40,91%	1.225	1.665
Gasfomento Sur Andalucia, S.A. (b) (h)	Sevilha	-	40,00%	40,00%	-	18
Gasfomento Energia, SA (b)	Sevilha	-	22,00%	22,00%	13	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A. (d)	Madrid	-	33,04%	33,04%	15.955	15.160
Gasoduto Extremadura, S.A. (d)	Madrid	-	49,00%	49,00%	12.195	11.423
Metragaz, S.A. (d)	Marrocos	-	26,99%	26,99%	1.348	1.742
EMPL, LTD. (d)	Channel Islands	-	27,40%	27,40%	42.215	38.478
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (f) (h)	Bucelas	-	34,99%	34,99%	-	-
Central E, S.A. (h)	Lisboa	-	20,00%	20,00%	-	-
Fast Access, S.A.(a) (h)	Oeiras	-	33,00%	33,00%	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (f) (h)	Lisboa	-	35,00%	35,00%	-	18
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. (j)	Angra do Heroísmo	-	23,50%	23,50%	881	-
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.(e)	Luanda	-	49,00%	49,00%	-	-
					93.951	85.778
menos> provisão para partes de capital em empresas do grupo (Nota 46)		-			(3.955)	(915)
					89.996	84.863

(a) Participações detidas pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

(b) Participações detidas pela Gasfomento, S.A.

(c) Participação detida pela GDP Distribuição, S.A. e pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

(d) Participação detida pela Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.

(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Galp Power, S.G.P.S., S.A.

(g) Participações detidas pela GDP Distribuição, S.A. e pela GDP, S.G.P.S., S.A.

(h) Em 31 de Dezembro de 2003, foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos-partes de capital para as empresas que apresentavam capitais próprios negativos, conforme segue (Nota 46):

Central E, S.A	1.399
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	1.082
Fast Access, S.A.	743
Brisa Access, S.A	615
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	106
Gasfomento Sur Andalucia, S.A.	6
Enerfin - Soc. De Eficiência Energética, S.A.	4
	3.955

(i) Participação detida pela GDP Distribuição, S.A.

(j) Participação detida pela Saaga, S.A.

As participações nestas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de custos estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.



O movimento ocorrido na rubrica de Partes de capital em empresas do grupo e associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi o seguinte:

	Partes do capital em empresas do grupo	Partes do capital em empresas associadas
Saldo inicial	5.631	85.778
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício:		
Positivos	1.094	25.109
Negativos	(36)	(683)
	1.058	24.426
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias (Nota 55):		
- ajustamentos de conversão cambial	(1.600)	(7.816)
- outras variações nos capitais próprios:	(1.248)	-
	(2.848)	(7.816)
Dividendos distribuídos:		
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	-	(2.020)
Gasoduto Extremadura, S.A.	-	(1.683)
Metragaz, S.A.	-	(507)
EMPL, LTD.	-	(4.696)
Enacol, S.A.R.L.	-	(206)
	-	(9.112)
Reposição do valor de aquisição da participação financeira na Tagus Re por utilização da provisão para outros riscos e encargos e ganho pelo exercício da put option na venda da participação da Petrogal Española, S.A.	2.231	-
Aumento de capital na Petrogal Moçambique por conversão de suprimentos e aquisição da participação da Galp Exploração	4.408	-
Aquisição de 22% na Gasfomento Energia, S.A.	-	13
Aquisição de 10% na Gasfomento Sur Andalucia, S.A.	-	6
Realização de 23,50% do Capital da sociedade Terparque-Armazenagem de Combustíveis, Lda	-	881
	6.639	900
Outros	(1.043)	(225)
	9.437	93.951

O montante de mEuros 1.043 na rubrica Outros inclui essencialmente, mEuros 213 da subsidiária CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e mEuros 705 da subsidiária Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A., as quais, foram incluídas na consolidação no exercício de 2003 (Nota 2).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Grupo tinha as seguintes contas a receber relativas a empresas associadas:

Valores do activo	2003	2002
Empréstimos a empresas associadas:		
Gasoduto Al - Andaluz, S.A.	26.004	27.465
Portgás - Soc. de Produção e Distrib. de Gás, S.A.	25.125	24.912
Gasoduto de Extremadura, S.A.	20.973	24.202
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	12.505	2.044
Setgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	8.242	5.646
Fast Access, S.A.	1.183	-
Sonangalp - Soc. Dist. e Com. Combustíveis, Lda.	800	964
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.	790	736
Enacol, SARL	674	842
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	102	14
Enerfin - Soc. de Eficiência Energética, S.A.	45	45
	96.443	86.870
Contas a receber de empresas associadas:		
Tagusgás - Emp. Gás do Vale do Tejo, S.A.	3.139	11
Enacol, SARL	111	20
Fast Access, S.A.	41	-
Gasfomento Sur	11	-
Número Um	8	3
Gasfomento Energia	5	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	2	2
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1	119
Gasoduto Al - Andaluz, S.A.	-	2.039
Gasoduto da Extremadura, S.A.	-	972
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	-	12.586
Setgás- Soc. De Produção e Distribuição de Gás,S.A.	-	27
	3.318	15.779

Os empréstimos a empresas associadas não têm plano de reembolso definido e são remuneradas a taxas de mercado.

O montante de mEuros 3.139 a receber da associada Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. diz respeito essencialmente a um empréstimo no montante de mEuros 1.484 e a um adiantamento por conta do aumento do capital a realizar em 2004, no montante de mEuros 1.637, ambos concedidos pela GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A..

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2003, existem contas a pagar a empresas associadas e registadas no passivo a curto prazo no montante de mEuros 28.276, as quais respeitam essencialmente a um empréstimo obtido pela subsidiária Petrogal Trading Limited junto da EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited no montante mEuros 28.203, o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu reembolso previsto em 2004.



5. Empresas Consolidadas pelo Método Proporcional

As empresas consolidadas pelo método proporcional, suas respectivas sedes, os factos em que se baseia a Administração para utilizar este método de consolidação e a proporção do capital detido, são como segue:

Denominação social	Sede	Proporção do capital detido pela Galp Energia nas empresas do grupo		
		Directa	Indirecta	Total
CLC - Companhia Logística de Combustíveis, SA (a)	Aveiras	-	65,00%	65,00%
CLG - Companhia Logística del Gas, SA (b)	Madrid	-	50,00%	50,00%
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda (c)	Elvas	-	50,00%	50,00%
Sigás - Armazenagem de Gás, ACE (d)	Sines	-	60,00%	60,00%

(a) Tendo em consideração que em 1996 foi assinado entre os actuais accionistas um acordo de gestão conjunto desta subsidiária, o qual limita a acção do accionista maioritário, esta foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

(b) Participação indirecta detida pela Petrolgal Española, S.A.. Tendo em consideração que se trata de uma participação conjunta, não se verificando um predomínio de um accionista em relação ao outro, esta empresa foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

(c) Participação indirecta detida pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.. Tendo em consideração que se trata de uma participação conjunta, não se verificando um predomínio de um accionista em relação ao outro, esta empresa foi incluída na consolidação pelo método de integração proporcional por se considerar que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

(d) Tendo em consideração que esta empresa corresponde a uma entidade conjuntamente controlada, foi incluída na consolidação pelo método de consolidação proporcional (nº 4.3. da Directriz Contabilística nº 24 - Empreendimentos Conjuntos).

7. Número Médio de Pessoal

O número médio de pessoas ao serviço das empresas do Grupo, incluídas no perímetro da consolidação pelo método integral e proporcional, durante os exercícios de 2003 e 2002, foi de 5.443 e 4.878, respectivamente, ascendendo a 5.390 em 31 de Dezembro de 2003.

10. Diferenças de Consolidação e Ajustamentos de Partes de Capital

i) Diferenças de consolidação incluídas no capital próprio

O saldo desta rubrica foi originado, essencialmente pelo registo em 1999, dos impostos diferidos relacionados com as empresas do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte composição:

Participações	Diferenças de Consolidação	
	2003	2002
Petrogal, SA e suas subsidiárias	62.056	62.056
GDP S.G.P.S., SA e suas subsidiárias	19.198	19.198
	81.254	81.254

ii) Ajustamentos de partes de capital incluídos no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo devedor desta rubrica, no montante de mEuros 29.697, inclui os saldos acumulados dos ajustamentos da conversão para Euros das demonstrações financeiras das filiais e associadas expressas em moeda estrangeira e outras variações nos capitais próprios dessas mesmas empresas filiais e associadas.

A evolução dos saldos desta rubrica entre 31 de Dezembro de 2003, encontram-se justificados na Nota 55.

iii) Diferenças de consolidação incluídas no imobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica compreende as diferenças de consolidação apuradas em aquisições de participações financeiras, efectuadas após 1 de Janeiro de 1991, ou à data da primeira consolidação da Galp, conforme segue:

Subsidiária	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição		Diferenças de Consolidação
			%	Montante	
Número Um - Reparação de Automóvel, Lda.	2002	374	49,00%	64	310
Brisa Access, S.A.	2002	5.611	15,00%	73	5.538
CLH- Companhia Logística de Hidrocarburos S.A.	2002	61.500	5,00%	12.407	49.093
Gesoil, S.A. (Sociedad Unipersonal) (Nota1)	2003	14.990	100,00%	9.314	5.676
Combustiveis Liquidos,Lda.	2003	337	75,00%	(70)	407
Beiragás-Companhia de gás das Beiras S.A.	2003	55	0,47%	51	4
Lusitaniagás-Companhia Gás do Centro, S.A.	2002-2003	365	0,871%	207	158
Transgás-Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	a)	a)	a)	a)	8.004
Agua Solar-Serviços de Energia Solar, S.A.	2001	45	90,00%	24	21
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda	2000	115	100,00%	11	104
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	a)	a)	a)	a)	172
					69.487
Menos: amortizações acumuladas					(6.584)
					62.903



a) Este montante resulta de ajustamentos efectuados, em termos das contas consolidadas da Galp, nas demonstrações financeiras consolidadas da Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. e GDP S.G.P.S., S.A., pelo reconhecimento da diferença de consolidação no activo correspondente à diferença entre o custo de aquisição desta participação e os respectivos capitais próprios, na data da sua aquisição. Esta diferença de consolidação está a ser amortizada num período de 30 anos (até 2028), o qual corresponde ao período de concessão das subsidiárias.

Estas diferenças de consolidação são amortizadas durante um período de cinco anos, excepto para os caso das empresas do Grupo e associadas que estão dependentes de contratos de concessão, situações em que a amortização é efectuada em quotas constantes até ao final do período de concessão, que termina em 2028 e para o caso da CLH- Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A. que está a ser amortizado durante o período de vida útil esperada dos bens afectos à sua actividade, ou seja 20 anos.

iv) Diferenças de consolidação incluídas nos proveitos diferidos

Subsidiária	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição		Diferenças de Consolidação
			%	Montante	
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL	1997	2.516	32,50%	3.698	1.182
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	1999	29.928	100,00%	31.119	1.191
					2.373
Proveitos reconhecidos em resultados					(2.373)
Total (Nota 53)					

Estas diferenças de consolidação foram reconhecidas em resultados durante um período de cinco anos, o qual terminou em 2003.

15. Consistência de Aplicação dos Critérios Valorimétricos

Os principais critérios de valorimetria utilizados pelo Grupo, foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação e são os descritos na Nota 23.

18. Critérios de Contabilização das Participações Financeiras

A Galp adopta a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas:

- Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas, são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial ou à data de aquisição, se posterior.
- Destas diferenças, as respeitantes à primeira aplicação do método de equivalência patrimonial foram registadas no capital próprio na rubrica de diferenças de consolidação (Notas 10 e 55) e as respeitantes à aquisição, foram

registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de diferenças de consolidação, quando positivas, e como proveitos diferidos quando negativas, sendo amortizadas, durante o período médio de 5 anos, com excepção da respeitante à CLH- Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A. e das respeitantes às empresas dependentes de contratos de concessão (Nota 10).

- De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos e perdas do exercício (Nota 44). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.
- Conforme mencionado na Nota 23 q), o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das subsidiárias cujas demonstrações financeiras são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica de capital próprio "Ajustamentos de partes de capital" (Notas 10 e 55).
- Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou valor estimado da realização quando mais baixo, com excepção das participações da CLH- Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A. e Brisa Access, S.A., nas quais existe influência significativa, que se encontram registados pelo método de equivalência patrimonial.
- Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.
- As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 46).

As subsidiárias da Galp adoptaram, a partir de 1992 e 1993, a política contabilística de registar nas suas respectivas demonstrações financeiras individuais os investimentos financeiros em filiais e associadas, pelo método da equivalência patrimonial, nos termos da Directriz Contabilística n.º 9.

21. Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço Consolidado

Fundo de Pensões

Conforme referido na Nota 23.i), a Petrogal, Sacor Marítima e quatro empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A., LisboaGás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Driftal – Plastificantes de Portugal, S.A. e Gasfomento – Sistemas de Instalação de Gás, S.A.), transferiram para fundos de pensões autónomos ("Fundo de Pensões Petrogal", "Fundo de Pensões Sacor Marítima" e "Fundo de Pensões GDP") as suas responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Adicionalmente, por decisão da Petrogal, a partir de 1997, inclusive, o Fundo de Pensões Petrogal, passou a cobrir as responsabilidades pelo pagamento dos complementos de reforma para os reformados antecipadamente.



O Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades da Petrogal com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, segurança social dos pré-reformados, regime especial de flexibilidade de idade de reforma (Decreto – Lei 9/99), com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente, do prémio de reforma e outros benefícios de reforma tais como cuidados de saúde e seguros de vida. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões especificamente criadas para o efeito (Nota 46). Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Nota 46).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Petrogal e as empresas do Grupo GDP efectuaram dotações para os Fundos de Pensões respectivos, nos montantes de mEuros 22.235 e mEuros 4.344, respectivamente, para cobertura parcial das suas responsabilidades totais.

O valor mínimo das responsabilidades da Petrogal e do Grupo GDP, em 31 de Dezembro de 2003, calculadas de acordo com o método e pressupostos exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal ascende a mEuros 284.096 e mEuros 21.268, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e do Fundo de Pensões GDP, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora:

	Fundo de Pensões		
	Petrogal	Sacor Marítima	GDP
Disponibilidades, contas a receber e a pagar	30.664	181	2.778
Títulos do Estado	64.787	1.744	3.070
Obrigações diversas - Obrigações	82.864	1.835	4.525
Ações e títulos de participação nominais - Ações	13.778	174	640
Fundos de Investimento:			
Mobiliários	62.736	1.860	3.965
Imobiliários	8.863	358	1.363
Imobiliário (parte do Edifício Galp)	22.446	-	-
Total	286.138	6.152	16.341

A evolução do património dos fundos de pensões durante o exercício de 2003 foi a seguinte:

	Fundo de Pensões		
	Petrogal	Sacor Marítima	GDP
Saldo Inicial	267.576	5.810	15.195
Dotações efectuadas no exercício	22.235	-	4.344
Rendimento do fundo durante o exercício	18.475	442	1.352
Pensões pagas no exercício	(19.711)	(100)	(1.176)
Transferência	(2.437)	-	(3.374)
Saldo Final	286.138	6.152	16.341

		Petrogal	
		2003	2002
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%	5,50%
Taxa de rendimento dos activos	5,25%	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%	1,50%
Idade normal de reforma	65	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:			
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:			
Activos	28.785	28.228	
Pré-reformados	11.304	12.080	
Reformados antecipadamente	24.850	28.077	
Reformados e pensionistas	247.382	220.980	
Total	312.321	289.365	
Coberturas afectas ao fundo de pensões:			
Pelo património do fundo de pensões Petrogal	286.138	267.576	
Por acréscimos e diferimentos (Nota 53)	(59.024)	(51.083)	
Alteração de pressupostos e metodologia	11.298	17.084	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.i))	73.909	55.788	
Total	312.321	289.365	
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:			
Pré-reformas	28.571	34.931	
Reformas antecipadas	20.643	23.362	
Prémio de reforma	5.247	5.368	
Seguro social voluntário	1.021	1.677	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	7.814	6.934	
Total	63.296	72.272	
Coberturas por provisões (Nota 46):			
Pré-reformas	31.009	35.374	
Reformas antecipadas	25.991	27.406	
Prémio de reforma	5.662	5.293	
Seguro social voluntário	961	2.126	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	-	6.734	
Sub-Total	71.115	76.933	
Alteração de pressupostos e metodologia:			
Pré-reformas	1.848	2.773	
Reformas antecipadas	437	656	
Prémio de reforma	500	749	
Seguro social voluntário	(39)	(59)	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	337	519	
Sub-Total	3.083	4.638	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23.i)):			
Pré-reformas	(4.286)	(3.215)	
Reformas antecipadas	(5.785)	(4.700)	
Prémio de reforma	(915)	(674)	
Seguro social voluntário	99	(391)	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	(15)	(319)	
Sub-Total	(10.902)	(9.299)	
Total	63.296	72.272	



		GDP	
		2003	2002
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Taxa de rendimento dos activos	5,25%	5,50%	5,50%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%
Idade normal de reforma	65	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:			
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:			
Activos	13.796	16.164	
Pré-reformados	1.415	1.797	
Pensionistas	8.949	9.562	
Total	24.160	27.523	
Coberturas afectas ao fundo de pensões:			
Pelo património do fundo de pensões	16.341	15.195	
Por provisões	5.379	7.123	
Por acréscimos e diferimentos (Nota 53)	(65)	(46)	
Alteração de pressupostos	1.741	2.721	
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))	764	2.530	
Total	24.160	27.523	
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:			
Activos	81	-	
Reformados	6.977	7.082	
Com Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	249	309	
Total	7.307	7.391	
Coberturas por provisões (Nota 46):			
Activos	72	-	
Reformados	6.996	7.559	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	242	308	
Sub-Total	7.310	7.867	
Alteração de pressupostos:			
Reformados	1	5	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	(5)	(8)	
Sub-Total	(4)	(3)	
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 23i)):			
Activos (ex - empregados da GDP, S.G.P.S., S.A.)	12	-	
Com reformados	(22)	(483)	
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	11	10	
Sub-Total	1	(473)	
Total	7.307	7.391	

Os ex-colaboradores da empresa GDP S.G.P.S., S.A. apesar de terem optado pela transferência das suas responsabilidades para o novo fundo de pensões de contribuição definida da Galp Energia, S.G.P.S., S.A., mantiveram o direito à reforma antecipada de acordo com o artigo 9º do regulamento de pensões complementares de reforma e sobrevivência do Grupo GDP. Assim sendo, a empresa criou uma provisão para fazer face a esta responsabilidade.

	Outros	
	2003	2002
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Taxa de rendimento dos activos	5,25%	5,50%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Reserva (ex - empregados GDP S.G.P.S., S.A.)		
Responsabilidades totais:	178	-
Coberturas:		
Por provisões (Nota 46)	158	-
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23 i))	(6)	-
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 23 i))	26	-
	178	-

A evolução nas responsabilidades da Petrogal e GDP, com Pensões no exercício de 2003 foi como segue:

	Petrogal		
	Afectas ao Fundo de Pensões	Não afectas ao Fundo de Pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	289.365	72.272	361.637
Custo dos Serviços correntes	1.425	570	1.995
Custo dos Juros	15.535	3.488	19.023
Benefícios pagos no exercício	(19.711)	(18.562)	(38.273)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	7.886	7.886
Liquidações, Cortes e Transferências	(2.255)	(182)	(2.437)
Perdas/(Ganhos) Actuarias do exercício	27.962	(2.176)	25.786
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	312.321	63.296	375.617
CUSTOS DO ANO 2003			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	16.960	4.058	21.018
Reformas antecipadas iniciadas no ano	-	4.444	4.444
Mecanismo do corredor	5.520	(564)	4.956
Amortização da alteração de pressupostos	5.649	1.542	7.191
Retorno esperado dos activos	(14.601)	-	(14.601)
Liquidações, Cortes e Transferências	766	(177)	589
	14.294	9.303	23.597

O aumento das responsabilidades afectas ao Fundo de Pensões da Petrogal deve-se sobretudo ao aumento da pensão média dos pensionistas em 8,46% face a 2002.



GDP			
	Afectas ao Fundo de Pensões	Não afectas ao Fundo de Pensões	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	27.367	7.356	34.723
Custo dos serviços correntes	803	22	825
Custo dos juros	1.340	391	1.731
Benefícios pagos no exercício	(1.176)	(942)	(2.118)
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício	(829)	473	(356)
Liquidações, cortes e transferências	(3.365)	7	(3.358)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	(24.140)	7.307	31.447
CUSTOS DO ANO 2003			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	2.143	413	2.556
Amortização da alteração de pressupostos	858	(2)	856
Retorno esperado dos activos	(812)	-	(812)
Amortização do excesso de corredor	(10)	-	(10)
Liquidações, cortes e transferências	490	20	510
	2.669	431	3.100

Outros	
	Não afectas ao Fundo de Pensões
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	-
Custo dos serviços correntes	18
Custos dos juros	9
Transferências	151
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	178
CUSTOS DO ANO 2003	
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	27
Amortização da alteração de pressupostos	(3)
Amortização do excesso de corredor	1
Liquidações, cortes e transferências	134
	158

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2003, líquido do retorno esperado dos activos, no montante total de mEuros 8.188, foi registado pelas empresas acima mencionadas na rubrica de custos com o pessoal.

Na Petrolgal, o acréscimo das responsabilidades com pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 no montante de mEuros 7.886 teve como contrapartida: (i) a transferência do montante de mEuros 3.442 da provisão para reestruturação já reconhecida como custo em exercícios anteriores (Nota 46); (ii) o registo de custos com o pessoal do exercício no montante de mEuros 4.444.

As perdas e ganhos actuariais pelo acréscimo/redução das responsabilidades com Pensões, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos, reportadas a 1 de Janeiro de 2001, no montante de mEuros 42.220 e mEuros 162, respectivamente, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões respectivas - custo dos serviços passados não reconhecidos, e encontra-se a ser reconhecido como custo em resultados extraordinários num período de cinco anos. No exercício de 2003, a Empresa reconheceu custos na rubrica de custos extraordinários com a amortização daquele montante, no montante de mEuros 8.067 (Nota 45).

Derivado do excesso de corredor apurado a 31 de Dezembro de 2002, foi contabilizada na rubrica de custos com pessoal o montante de mEuros 4.946, correspondente à amortização do exercício de 2003.

Durante o exercício de 2003 a Galp Energia, S.G.P.S., S.A. criou um Fundo de pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do grupo. Os Grupos Petrogal e GDP deram a possibilidade aos seus colaboradores de solicitarem a transferência das suas responsabilidades para o fundo de pensões de contribuição definida da Galp Energia. Foram assim transferidos mEuros 5.795 relativos às responsabilidades por serviços passados dos aderentes, foi amortizado o valor de excesso de corredor e de alteração de pressupostos relativos a essas responsabilidades no montante de mEuros 660 na rubrica de custos extraordinários (Nota 45) e foi contabilizado como custo na rubrica de custos com o pessoal o montante de mEuros 409 relativo às contribuições do ano, em contrapartida de entrega à Sociedade Gestora deste fundo.

Como mencionado na Nota 23.i), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassam os limites definidos no “corredor” de 10%, e são amortizados, a partir do exercício subsequente em que apurados, conforme a seguir descrito.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do “corredor” e o intervalo máximo (10%) do mesmo.

Benefícios	Ganhos e Perdas não reconhecidos	Intervalo de “corredor” (10%)	Excesso para o Intervalo de “corredor”	Valor a reconhecer em 2004
Petrogal				
Complemento de Reforma (Fundo)	73.909	31.232	42.677	9.278
Pré-Reformas	(4.286)	2.857	(1.429)	(311)
Reformas Antecipadas	(5.785)	2.064	(3.721)	(809)
Prémio de Reforma	(915)	525	(390)	(85)
Seguro Social Voluntário	99	102	-	-
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	(15)	781	-	-
GDP				
Complemento de reforma (coberto pelo Fundo)	764	2.414	-	-
Complemento de reforma (não coberto pelo Fundo)	(10)	706	-	-
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	11	25	-	-

A totalidade de ganhos e perdas não reconhecidos, se superiores em valor absoluto ao intervalo de corredor (10% do valor das responsabilidades) seriam reconhecidos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos.

Na Petrogal, as responsabilidades com complementos de reforma excede o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante de mEuros 42.677. As responsabilidades com pré-reformas, reformas antecipadas e prémios de reforma excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, nos montantes de mEuros 1.429, mEuros 3.721 e mEuros 390, respectivamente. Estes montantes serão reconhecidos como custos e/ou proveitos em exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos que à data de 31 de Dezembro de 2003 é de 4,60 anos. Desta forma no exercício de 2003 serão registados custos, líquidos de proveitos, no montante de mEuros 8.073 resultantes da amortização do excesso de “corredor”.



No Grupo GDP, não foram apurados excessos de corredor. Desta forma no exercício de 2004 não serão registados custos derivados da amortização do excesso de corredor, uma vez que este se encontra dentro dos limites definidos.

Os compromissos financeiros assumidos pela Petrogal e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2003 são:

- mEuros 4.723 relacionados com encomendas não satisfeitas de imobilizações corpóreas;
- mEuros 3.759 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 286.138 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal;
- mEuros 63.007 e mEuros 32.724 de responsabilidades com o plano de pensões e cuidados de saúde e seguros de vida (Nota 46), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras, por se encontrarem dentro dos limites do “corredor” de 10% (Nota 23.i) e 23.j)) ou por corresponderem a excesso de “corredor” ainda não reconhecido na demonstração dos resultados;
- existem ainda investimentos relacionados com a actividade de pesquisa e desenvolvimento petrolífera em Angola e no Brasil, de montante ainda não quantificado.

No âmbito da legislação comunitária, a Petrogal tem vindo a desenvolver um Projecto de Reconfiguração Ambiental e Processual do Sistema de Refinação Nacional – Auto-Oil – com vista a cumprir por um lado as especificações de combustíveis, nomeadamente gasolinas e gasóleos, e por outro adequar o desempenho ambiental das Refinarias de acordo com a legislação prevista. Nesta data estima-se em mEuros 250.000 o valor necessário para as alterações introduzidas e a introduzir, dependendo ainda o valor final da concretização de algumas especificações ainda em discussão a nível europeu. Até ao final de 2003 já se dispenderam aproximadamente mEuros 138.000 neste projecto, estimando-se assim, dispendir até ao final do mesmo (em 2005) o montante de mEuros 112.000, dos quais estão já comprometidos mEuros 1.100.

Em relação ao Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental da Petrogal, assinado em 18 de Setembro de 1998 com os Ministérios do Ambiente e da Economia, foram já realizadas 168 acções durante o período de 1999–2003, que já representaram custos para a Petrogal no montante de mEuros 49.270 e projectos elegíveis como capitalizáveis em imobilizado no montante de mEuros 13.150.

O programa ao longo deste período foi sendo reanalisado e reajustado de acordo com as alterações estratégicas da Petrogal, as alterações processuais nas instalações, especialmente, no caso das Refinarias, e as recomendações dos estudos que foram sendo efectuados.

Para dar cumprimento aos objectivos preconizados no Protocolo acima mencionado, faltam realizar 21 acções, com um custo total previsto de 75.659, podendo este montante variar de acordo com as opções processuais adoptadas nas Refinarias e que se encontram em análise.

Os Compromissos financeiros assumidos pelo Grupo GDP e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2003 são:

- mEuros 16.341 de responsabilidades cobertas pelo Fundo de pensões GDP;
- mEuros 765 e mEuros 1.893 de responsabilidades com o Plano de pensões e cuidados de saúde e seguro de vida (Nota 46), respectivamente por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% (Notas 23.i) e 23.j)) ou por corresponderem a excesso de “corredor” ainda não reconhecido na demonstração de resultados;

- mEuros 31.282 referente a responsabilidades contratuais relativas a fornecedores de imobilizado, nomeadamente, no âmbito de construção de instalações de armazenagem subterrânea, gasodutos e demais infra-estruturas e equipamentos necessários à implementação da rede de transporte de gás natural e do terminal de gás liquefeito.

22. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2003 as responsabilidades do Grupo GDP por garantias prestadas ascendiam a mEuros 760.829 e 192.500 milhares de dólares americanos, das quais as mais significativas são:

- Garantias prestadas no montante de mEuros 612.127 a favor do Banco Europeu de relativamente aos empréstimos concedidos por estas entidades.
- Garantias prestadas ao Estado Português nos montantes de mEuros 10.664 e de mEuros 4 por um sindicato bancário liderado pela Caixa Geral de Depósitos para a celebração do contrato do serviço público de importação, transporte e fornecimento de Gás natural.
- Garantia prestada por um sindicato bancário liderado pelo Banco Santander relativamente a empréstimo concedido em moeda estrangeira no montante de mEuros 71.455.
- Garantias no montante de mEuros 7.751 constituídas a favor do Tribunal Tributário de 1ª Instância de Lisboa - 5º juízo 1ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa.
- Garantias no montante de mEuros 18.360 prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da Lisboaagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A..
- Garantias bancárias no montante de mEuros 39.904 referente à garantia das emissões realizadas pela Lisboaagás, ao abrigo do Programa de Papel Comercial Grupado GDP/Lisboagás.



- Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Transgás, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	Tipo	Totais de Créditos USD	Parte Transgás USD
BEI	Bancário	450.000	124.000
ICO	Fiança	200.000	54.800
Banco Santander	Fiança	50.000	13.700
		700.000	192.500

Em 31 de Dezembro de 2003, as garantias prestadas pela Petrogal, ascendiam a mEuros 132.134 essencialmente perante terceiros para empresas do grupo e associadas e as garantias bancárias ascendiam a mEuros 25.547. Adicionalmente, a Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas no montante de mEuros 473.691.

Em virtude do investimento realizado pela C.L.C. ter sido efectuado essencialmente através de “project finance”, o Consórcio Bancário que a financia, tinha assumido responsabilidades com uma garantia bancária prestada ao Banco Europeu de Investimentos no montante de mEuros 50.785 correspondendo mEuros 50.746 à parte de capital, e o remanescente no montante de mEuros 39 a juros vencidos e não liquidados.

23. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

Com excepção das subsidiárias mencionadas na Nota 5, as quais foram integradas pelo método proporcional, a consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no passivo na rubrica interesses minoritários. As diferenças de consolidação foram tratadas como se indica na Nota 10.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas incluem nas diferentes rubricas de despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento, de propriedade industrial e outros direitos, reconversão de consumos para gás natural, trespasses e diferenças de consolidação, essencialmente:

- Despesas incorridas com estudos, e projectos de desenvolvimento informático, despesas de organização, campanhas publicitárias institucionais de lançamento de gás natural, despesas de arranque (nomeadamente das refinarias) e de reestruturação e reorganização (Nota 25), as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período variável entre três a seis anos; excepto os trespasses de estações de serviços;
- Prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos GALP e encargos com direitos de superfície e concessões, os quais são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante o período de duração dos respectivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos);
- Diferenças de consolidação relativas à diferença entre o valor de aquisição de participações financeiras e o valor patrimonial equivalente das empresas adquiridas, as quais são amortizadas pelo método de quotas constantes durante um período de cinco anos, excepto para os casos das empresas do Grupo e associadas que estão dependentes de contratos de concessão, situações em que o período de amortização corresponde ao prazo de concessão que termina em 2028 para o caso da CLH- Companhia Logística de Hidrocarburos S.A. que está a ser amortizado durante o período de vida útil esperada dos bens afectos à sua actividade, ou seja 20 anos;
- Despesas relacionadas com direitos de passagem de gás e com a reconversão de consumos para gás natural, referentes a acções para penetração do gás natural no mercado, nomeadamente acções de comercialização e marketing que se consubstanciem na renovação, alteração ou adaptação de instalações e equipamentos de queima. Estas despesas estão a ser amortizadas no prazo que decorre desde a entrada em exploração até ao final de período de concessão, e que corresponde ao período de utilidade esperada;
- Despesas relacionadas com trespasses de estações de serviço são amortizadas por um período de 20 anos, excepto se quando se trata de estações de serviço arrendadas ou de direitos de superfície que, nestes casos são amortizados pelo período do respectivo contrato (Nota 25). Os restantes trespasses são amortizados período variável entre três a seis anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1996 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (ver Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquelas datas e as imobilizações corpóreas da Lusitaniagás encontram-se registadas ao custo de aquisição ou construção. O custo de aquisição/construção inclui o preço de factura, despesas de transporte e montagem e encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indirectos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção (ver alínea n) abaixo).

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo ou de reavaliação, pelo método das quotas constantes, aplicada anualmente a partir do exercício de entrada em funcionamento dos bens, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.



As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	Taxas		
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20%	-	3,13%
Edifícios e outras construções	2,00%	-	10,00%
Equipamento básico	2,20%	-	12,50%
Equipamento de transporte	16,67%	-	25,00%
ferramentas e utensílios	12,50%	-	25,00%
Equipamento administrativo	5,00%	-	33,33%
Taras e vasilhame	7,14%	-	33,33%
Outras imobilizações	6,25%	-	33,33%

Todas as empresas distribuidoras de gás natural e a Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., amortizam as infra-estruturas afectas ao gás natural por um período de 45 anos. Em conformidade com a política de uniformização fiscal e contabilística ao nível do Grupo Galp Energia, cujos pressupostos para a alteração do período de vida útil das infra-estruturas das redes de gás natural são idênticas para todas as concessionárias, a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. requereu em 2003 à Direcção Geral dos Impostos uma alteração do período de amortização de 32 para 45 anos, pois até então era a única distribuidora que vinha a amortizar as infra-estruturas afectas ao gás natural em 32 anos (taxa mínima permitida pela legislação fiscal em vigor). Assim no decurso do exercício de 2003, a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu a alteração da vida útil daquelas infra-estruturas para 45 anos, tendo esta sido efectuada de forma prospectiva de acordo com o período de vida útil remanescente. Caso a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. tivesse no exercício de 2003 continuado amortizar as infra-estruturas afectas ao gás natural em 32 anos, as amortizações do exercício e as amortizações acumuladas viriam aumentadas no montante de mEuros 3.963.

Nos exercícios de 1998 a 2002 a Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. e a Lusitaniagás Companhia de Gás do Centro, S.A. (esta última até 2000) aplicaram as taxas correspondentes a 50% das taxas máximas determinadas pelo número de anos de vida útil esperada do equipamento básico afecto ao gasoduto, devido ao facto de este estar a ser utilizado abaixo da sua capacidade normal.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como custos no exercício em que são incorridos. As reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos imobilizados, são registadas como imobilizações corpóreas e amortizadas às taxas correspondentes a vida útil residual das respectivas imobilizações.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente, essencialmente relacionados com as refinarias, são reconhecidos numa base de acréscimo no período compreendido entre duas reparações, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados respectiva por contrapartida da rubrica acréscimos de custos (Nota 53).

Actividade de exploração e produção petrolífera

As imobilizações corpóreas relacionadas com a actividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a:

- i) Custos incorridos com a exploração e desenvolvimento da área de exploração (“campo”), adicionados dos custos de estrutura e financeiros incorridos até à data do início da produção, os quais são capitalizados em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estes custos são transferidos de imobilizado em curso para imobilizado fixo, naquela data, e são amortizados de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (“proved developed reserves”) no final desse período, adicionadas da produção do período. Assim, os custos incorridos, desta natureza afectos a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificados em imobilizado em curso;
- ii) Custos de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) os quais são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após início da produção;
- iii) Todos os custos incorridos na fase de exploração de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de exploração e/ou desenvolvimento.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade registada no passivo e os juros, incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23 b), são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

O Grupo segue a política contabilística de registar os seus investimentos financeiros em empresas associadas como se indica na Nota 18.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto - Ao custo de aquisição, utilizando-se o LIFO (últimas entradas, primeiras saídas), aplicado a uma família composta por todas as ramas de todas as instalações, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – ao custo de aquisição utilizando-se o LIFO, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias, como método de custeio das saídas. O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro.



Materiais gerais – Encontram-se valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

ii) Produtos e trabalhos em curso

Encontram-se valorizados pelo custo de produção, incluindo materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

iii) Produtos acabados e intermédios

Produtos derivados do petróleo - as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizadas com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias primas e outras, pelos encargos com mão de obra directa e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o LIFO aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas como método de custeio das saídas.

A partir de 1 de Janeiro de 1999 as empresas do grupo Petrogal passaram a incluir na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto. Este imposto encontra-se valorizado ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas), como método de custeio das saídas.

Outros produtos acabados e intermédios - Encontram-se valorizados ao custo médio de produção, incluindo matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

iv) Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição que inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o LIFO para o gás natural e o custo médio ponderado para os derivados de petróleo e restantes mercadorias como método de custeio das saídas.

No caso da Transgás o custo de aquisição também engloba, para a sua determinação, os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Também a partir de 1 de Janeiro de 1999, as empresas do grupo passaram a incluir o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregados das restantes existências e são valorizados ao custo de aquisição específico.

As diferenças entre o valor por que se encontravam registadas as existências, em 31 de Dezembro de 2003, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização ou de mercado, quando mais baixo, foram reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados do exercício e encontram-se registadas na rubrica de provisão para depreciação de existências (Nota 46).

f) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

g) Especialização de exercícios

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e as despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Acréscimos e diferimentos (Nota 53).

h) Subsídios atribuídos para o financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas (reconversões para gás natural) são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Plano de Pensões

A Petrogal, a Sacor Marítima e quatro empresas do Grupo GDP (GDP Distribuição, S.G.P.S., S.A., LisboaGás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Driftal – Plastificantes de Portugal, S.A. e Gasfomento – Sistemas de Instalação de Gás, S.A.) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma (a situação de reforma antecipada foi assumida apenas pela Petrogal). Estas prestações, com excepção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem basicamente, ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da segurança social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades a Petrogal, a Sacor Marítima e as empresas do Grupo GDP, constituíram fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (“Fundo de Pensões Petrogal”, “Fundo de Pensões Sacor Marítima” e “Fundo de Pensões GDP”), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no activo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados (Nota 21). Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, regime especial de flexibilidade de idade de reforma (Decreto – Lei 9/99) e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma.

Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Notas 46).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos



reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de provisões para pensões (Nota 46).

No final de cada período contabilístico, as empresas acima mencionadas, obtêm estudos actuariais e comparam o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o valor de mercado do fundo de pensões e provisões específicas resultante do custo com serviços correntes, custo dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecida como ganhos ou perdas na demonstração de resultados do exercício respectivo.

Na Petrogal e nas empresas do Grupo GDP, a partir de 1 de Janeiro de 2001, os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Grupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei 9/99.

Por seu lado, as perdas e ganhos actuariais, pelo acréscimo/redução das responsabilidades, com Pensões, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos (Nota 21), reportadas a 1 de Janeiro de 2001, no montante de mEuros 42.220 e mEuros 162, respectivamente, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões para pensões – responsabilidades por contrapartida da conta de provisões para pensões – custo dos serviços passados não reconhecidos. Este saldo é reconhecido em resultados na rubrica de custos extraordinários e proveitos extraordinários durante um período de cinco anos, em quotas constantes, com início no exercício de 2001.

O método utilizado em 2001 consistia no registo de perdas e ganhos resultantes da alteração de pressupostos nas rubricas de acréscimos e diferimentos. A partir do ano 2002, inclusive, foi adoptada integralmente a metodologia

indicada na norma internacional de contabilidade nº 19, que introduz o conceito de passivo líquido, depois de contabilizados os custos e/ou proveitos relacionados com as pensões.

j) Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde e seguro de vida

Os encargos a suportar pela Petrogal, pelas empresas do Grupo GDP, pela Galp Serviços, pela Galp Power e pela Galp Energia com a prestação de cuidados de saúde e seguros de vida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para seguros de vida e cuidados de saúde (Nota 46). Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta provisão.

No final de cada período contabilístico, as empresas acima mencionadas obtêm os estudos actuariais e comparam o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar (Nota 46).

Até 31 de Dezembro de 2000, a diferença entre as responsabilidades e o montante das provisões específicas, resultante dos custos com serviços correntes, custos dos juros e ganhos e perdas actuariais, era reconhecido em resultados no exercício respectivo. A partir de 1 de Janeiro de 2001, o procedimento adoptado é idêntico ao mencionado na alínea 23.i) acima.

Os ganhos e perdas actuariais pelo acréscimo/redução das responsabilidades, resultantes da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos reportados a 1 de Janeiro de 2001, foram registadas no passivo nas rubricas de provisões para seguro de vida e cuidados de saúde - responsabilidades por contrapartida da conta de provisões para seguro de vida e cuidados de saúde - custos dos serviços passados não reconhecidos. Este saldo é reconhecido em resultados na rubrica de custos extraordinários durante um período de cinco anos, com início no exercício de 2001.

Também para os outros benefícios de reforma foi aplicado o conceito de passivo líquido, tal como mencionado na alínea 23.i) acima.

k) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços, com excepção dos saldos em moeda estrangeira cobertos por contratos de compra de moeda a prazo, "forwards", os quais foram convertidos às taxas de câmbio contratadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício.

Para as fixações de câmbio a prazo ("forwards") a Petrogal difere as diferenças de câmbio apuradas entre a taxa de câmbio "spot" no início do contrato e a taxa contratada, pelo período de vigência do referido contrato, imputando na demonstração dos resultados consolidados do exercício a parte que lhe corresponde.



l) Imposto sobre Produtos Petrolíferos (“ISP”) incluído nas vendas e custo das vendas

Na sequência de uma interpretação da Comissão de Normalização Contabilística sobre a Directriz Contabilística nº 22, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as empresas do Grupo Petrogal passaram a incluir no custo das vendas o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (“ISP”), em virtude deste passar a ser considerado como custo de compra dos produtos sujeitos ao mesmo.

m) Vendas de gás natural

O preço de venda do gás natural é convencionado pelo Governo através da fixação de preços efectuada pela Direcção Geral do Comércio e Concorrência. O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente, de acordo com a fórmula prevista no contrato de concessão. Com excepção da Lusitaniagás, as leituras, facturação e respectivas cobranças relacionadas com a actividade de distribuição do gás são feitas por empresas do Grupo EDP – Electricidade de Portugal e pelas empresas do grupo Galp, consoante se trate de pequenos ou grandes clientes, respectivamente.

As vendas de gás são mensalmente registadas na rubrica de acréscimos de proveitos com base na facturação esperada e corrigidas em resultados no período em que é efectuada a leitura.

n) Encargos financeiros

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os Investimentos em imobilizações, são imputados a Imobilizações em curso, na proporção dos custos totais incorridos naqueles investimentos, líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 28), sendo os restantes reconhecidos como custos na demonstração de resultados consolidados do exercício (Nota 44).

Os encargos financeiros incluídos nas imobilizações corpóreas são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos.

o) Capitalização de custos de estrutura

As empresas do Grupo GDP, por estarem na fase de construção das infra-estruturas do gás natural e lançamento daquele produto, procederam à capitalização dos custos de estrutura até ao início de entrada em operação daquelas infra-estruturas. Estes custos encontram-se registados, consoante as empresas, nas rubricas de imobilizações e custos diferidos.

p) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os montantes para efeitos de tributação.

Os activos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar. Na data de cada balanço é efectuado uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

q) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na capital próprio na rubrica de “Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas”. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos;
- ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração de resultados; e
- iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.



24. Cotações Utilizadas para Conversão em Euros

As demonstrações financeiras da Galp International Trading Establishment, as da Petrogal Trading Limited, as da EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. e as da Petrogal Angola e subsidiárias (expressas em Dólares dos Estados Unidos); as da Petrogal Brasil (expressas em Reais); as da Enacol, S.A.R.L. (expressas em Escudos de Cabo Verde); as da Metragaz, S.A. (expressas em Dirhams de Marrocos); as da Petrogal Guiné-Bissau e subsidiárias (expressas em Francos CFA); e as da Petrogal Moçambique e subsidiárias (expressas em Meticais) foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Vigente no final do ano:

Divisa	Taxas de Câmbio	
	2003	2002
Dólares Americanos	1,26	1,05
Reais do Brasil	3,66	3,68
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27
Dirhams de Marrocos	11,07	10,65
Francos CFA	655,96	655,96
Meticais de Moçambique	29.455,70	24.315,30

Média do exercício:

Divisa	Taxas de Câmbio	
	2003	2002
Dólares Americanos	1,13	0,95
Reais do Brasil	3,47	2,71
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27
Dirhams de Marrocos	10,84	10,40
Francos CFA	655,96	655,96
Meticais de Moçambique	26.608,38	22.064,92

25. Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento, Propriedade Industrial e Outros Direitos e Trespases

O Grupo tem vindo a registar nestas rubricas as seguintes naturezas de custo que em 31 de Dezembro de 2003, apresentavam os seguintes saldos:

	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Despesas de instalação:			
Despesas constituição e aumento de capital	2.296	(1.680)	616
Custos de reestruturação e reorganização	2.918	(2.656)	262
Protótipos e desenvolvimento de imagem para postos novos	8.781	(8.781)	-
Estudos Económicos Concessão e Campanha Gás Natural	13.181	(6.752)	6.429
Estudos e projectos	16.973	(5.266)	11.707
Campanhas publicitárias	615	(185)	430
Sistema informação gestão	1.868	(1.857)	11
Sistema de segurança	1.475	(1.223)	252
Outros	1.646	(1.599)	47
	49.753	(29.999)	19.754
Despesas de investigação e de desenvolvimento:			
Desenvolvimento de Programas	13	(10)	3
Serviços Gestão Integrada	2	(2)	-
Despesas promoção Marketing	3.494	(3.210)	284
Estudos energeticos	2.001	(1.252)	749
Trabalhos especializados rec.gás natural	1.069	(1.034)	35
Outros	1.730	(1.479)	251
	8.309	(6.987)	1.322
Propriedade industrial e outros direitos:			
Licença Central de Cogeração de Matosinhos	27	(27)	-
Direitos de superfície e concessões	109.974	(34.823)	75.151
Prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos GALP	56.679	(32.582)	24.097
Licenças de utilização de tecnologia	17.399	(9.785)	7.614
Direitos e Licenciamentos	28	(28)	-
Cessão Direitos - Contratos Fornecimento Gás	276	(43)	233
Patentes	2	(2)	-
Licenças de utilização	272	(216)	56
Direitos contratuais de Venda	4.177	(1.026)	3.151
Direitos Passagem	35.378	(5.794)	29.584
Outros produtos e licenciamentos	9.110	(7.519)	1.591
	233.322	(91.845)	141.477
Reconversão de consumos para gás natural:			
Marketing e Comunicação	303	(13)	290
Reconversão consumos para gás natural-domésticos	60.704	(7.232)	53.472
Reconversão consumos para gás natural-industrial	4.841	(536)	4.305
Reconversão consumos para gás natural-terciário	1.779	(148)	1.631
Reconversão consumos para gás natural	190.213	(26.985)	163.228
Reconversão do carregado	9.045	(4.149)	4.896
Sistemas de informação	427	(19)	408
	267.312	(39.082)	228.230
Trespases e diferenças de consolidação:			
Diferenças na aquisição partes capital (Nota 10)	69.487	(6.584)	62.903
Trespases de estações de serviços	25.231	(10.166)	15.065
Outros	198	(166)	32
	94.916	(16.916)	78.000
	653.612	(184.829)	468.783

Os trespases de estações de serviço, no montante de mEuros 25.231 dizem respeito, essencialmente, a aquisições da subsidiária Petrogal Española, S.A. e são amortizados num período de 20 anos, excepto quando se trata de áreas de serviço arrendadas ou direitos de superfície, os quais são amortizados pelo período do contrato.



27. Movimento no Activo Imobilizado

i) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o exercício de 2003, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Activo Bruto				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações Abates	Transf. e regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	48.883	713	(3.973)	4.130	49.753
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7.945	179	(57)	242	8.309
Propriedade industrial e outros direitos	249.822	4.235	(18.113)	(2.623)	233.321
Reconversão de consumos para gás natural	236.247	936	(2)	30.131	267.312
Trespases	1.366	14.266	(50)	9.847	25.429
Diferenças de consolidação (Nota 10)	65.025	2.991	(835)	2.306	69.487
Imobilizações em curso	28.418	49.267	-	(39.979)	37.706
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	184	-	-	184
	637.706	72.771	(23.030)	4.054	691.501
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	260.579	6.901	(14.044)	7.042	260.478
Edifícios e outras construções	679.004	18.543	(27.612)	4.614	674.549
Equipamento básico	4.295.802	38.349	(37.626)	234.499	4.531.024
Equipamento de transporte	36.741	597	(5.267)	455	32.526
Ferramentas e utensílios	4.930	117	(75)	16	4.988
Equipamento administrativo	117.742	2.194	(6.523)	728	114.141
Taras e vasilhame	157.089	407	(8.826)	163	148.833
Outras imobilizações corpóreas	206.876	3.851	(21.846)	(92.713)	96.168
Imobilizações em curso	522.701	315.152	-	(142.657)	695.196
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	23.089	1.273	-	(18.141)	6.221
	6.304.553	387.384	(121.819)	(5.994)	6.564.124

	Amortizações Acumuladas				
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações Abates	Transf. e regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	25.996	7.751	(3.560)	(188)	29.999
Despesas de investigação e de desenvolvimento	5.654	1.293	(24)	64	6.987
Propriedade industrial e outros direitos	96.279	18.893	(14.384)	(8.943)	91.845
Reconversão de consumos para gás natural	27.898	11.186	-	(2)	39.082
Trespases	5.938	261	(50)	4.183	10.332
Diferenças consolidação (Nota 10)	1.324	4.112	(834)	1.982	6.584
	163.089	43.496	(18.852)	(2.904)	184.829
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	4.914	1.483	(1)	(2)	6.394
Edifícios e outras construções	343.732	26.420	(13.030)	(107)	357.015
Equipamento básico	2.396.685	190.157	(31.322)	43.990	2.599.510
Equipamento de transporte	26.577	3.820	(4.037)	207	26.567
Ferramentas e utensílios	4.333	258	(73)	6	4.524
Equipamento administrativo	89.881	10.496	(4.884)	52	95.545
Taras e vasilhame	126.375	8.664	(8.584)	(1)	126.454
Outras imobilizações corpóreas	110.983	17.289	(18.019)	(43.726)	66.527
	3.103.480	258.587	(79.950)	419	3.282.536

Os aumentos verificados nas rubricas de imobilizações incorpóreas e corpóreas, no montante de mEuros 460.155, respeitam essencialmente a:

- mEuros 84.492 relativos à Unidade de Negócio – retalho, dos quais:
 - mEuros 16.658 correspondem à construção de novos postos;
 - mEuros 4.402 para a remodelação de postos já existentes;
 - mEuros 3.939 relativos às lojas de conveniência dos postos da Galp;
 - mEuros 14.403 respeitantes à alteração de imagem dos postos Galp que tem sido levada a cabo por todo o país;
 - mEuros 32.780 relativos à aquisição de novos postos em Espanha.
- A Refinação efectuou investimentos totais de mEuros 35.080, dos quais 49% realizados na refinaria do Porto, onde se inclui a substituição de pipelines no montante de mEuros 8.342 e o restante investimento foi efectuado na refinaria de Sines onde se inclui o projecto de Produção/Distribuição de vapor no montante de mEuros 4.565.
- Remodelação e manutenção de parques de combustível no montante aproximadamente mEuros 4.000.
- Na Aviação e Marinha foram efectuados investimentos de mEuros 4.014 e o Gás dispendeu aproximadamente mEuros 17.000, nomeadamente para a adaptação de redes, requalificação e aquisição de novas garrafas.
- Construção do centro Logístico de Combustíveis e das infra-estruturas de armazenagem e portuária na Madeira, no montante de mEuros 27.473.
- mEuros 25.079 relativos a custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola.
- mEuros 77.022 relativos a construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes, armazenagem subterrânea e outras infra-estruturas) de Gás Natural.
- mEuros 33.891 relativo a investimentos na comparticipação em redes partilhadas e reconversão para Gás Natural.
- mEuros 81.308 respeita aos montantes investidos na construção do Terminal de Gás Natural Liquefeito em Sines.
- mEuros 1.648 na construção da Central de Cogeração – Carriço.

A diferença entre o total do aumento das amortizações acumuladas e o custo com amortizações registado na demonstração dos resultados consolidados, decorre das amortizações das diferenças de consolidação registadas em custos financeiros, no montante de mEuros 4.112 (Nota 44).

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, Petrogal procedeu à alienação de postos de abastecimento no valor bruto de mEuros 42.313 (mEuros 25.406 de amortizações acumuladas). Foram também



abatidos bens de natureza incorpórea, nomeadamente participações e prémios de exclusividade, no montante de mEuros 11.901, os quais se encontravam totalmente amortizados.

No âmbito do processo de alteração de imagem da Petrogal – rebranding, foram abatidos elementos da antiga imagem, os quais tinham um valor líquido de mEuros 3.205, tendo sido utilizada a provisão constituída em exercícios anteriores para este efeito pelo mesmo montante (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos imobilizados afectos à actividade de exploração de petróleo bruto e respectivas amortizações acumuladas são como segue:

	Valores Brutos	Amortizações Acumuladas	Valores Líquidos
Imobilizações corpóreas:			
Custos de exploração e desenvolvimento relativos a áreas já em produção	127.643	(43.580)	84.063
Bónus de assinatura de áreas já em produção	993	(153)	840
Imobilizações em curso	83.820	-	83.820
	212.456	(43.733)	168.723

Os custos de exploração e desenvolvimento e bónus de assinaturas relativos a áreas já em produção, encontram-se classificados na rubrica de equipamento básico.

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo Galp possuía imobilizações corpóreas e incorpóreas implantadas em propriedade alheia, em poder de terceiros e reversíveis, sendo as mais significativas detalhadas como segue:

	Imobilizado corpóreo (valores brutos)	Imobilizado incorpóreo (valores brutos)
Implantada em propriedade alheia	2.105.422	87.440
Em poder de terceiros	585.198	111.482
Reversíveis a favor de terceiros (equipamentos localizados em postos de abastecimento)	180.390	52.132
Imobilizações no estrangeiro	188.003	8
Redes de distribuição de gás natural	174.619	-
Contadores de gás natural	24.422	-
Contadores de gás propano	15.437	-
Rede primária	33.846	-
Servidões	4.743	-
	3.312.080	251.062

A repartição das imobilizações em curso, corpóreas e incorpóreas (incluindo adiantamentos), em 31 de Dezembro de 2003, por projecto é como se segue:

Construção do terminal de gás natural liquefeito em Sines	257.822
Armazenagem subterrânea, redes e ramais industriais	92.093
Pesquisa de petróleo nos blocos 32 e 33 em Angola (inclui bónus de assinatura)	54.166
Renovação e expansão da rede	35.723
Bloco A-IMI & Bloco 14 - Congo e Angola	29.654
Construção de infra-estruturas portuárias e de armazenagem - Madeira	27.473
Construção de Centrais de Cogeração	25.353
Unidade de produção de hidrogénio - Refinaria de Sines	25.263
Outros projectos de construção de infra-estruturas de redes de gás natural	23.233
Investimentos industriais afectos às refinarias	14.106
Utilidades - produção / distribuição Vapor - Refinaria de Sines	12.723
Substituição de pipelines - Refinaria do Porto	11.719
Substituição e requalificação de garrafas GPL	9.292
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Sintra	7.485
Renovação da rede de distribuição no concelho de Lisboa	7.236
Alteração da imagem da rede de postos de abastecimento	6.812
Comparticipação em redes partilhadas e despesas de reconversão para gás Natural	6.754
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho da Amadora	5.771
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Cascais	5.221
Programa de segurança e ambiente nos postos de abastecimento e grandes clientes	5.116
Utilidades - rede eléctrica 10 kv - Refinaria de Sines	4.785
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Oeiras	3.789
Utilidades - rede água - Refinaria de Sines	2.881
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto	2.612
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Lisboa	2.329
Central termoelectrica do Ribatejo	2.018
Parque de Sines para GPL	1.993
Estudos e projectos para centro logístico de combustíveis - caniçal	1.923
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Odivelas	1.511
Dessulfuração do gasóleo Unidade 7000 - Refinaria do Porto	1.459
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Loures	1.356
Programa de modernização do enchimento de garrafas - GPL	1.196
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Vila Franca de Xira	1.124
Utilidades - Unidade de regeneração de aminas - Refinaria de Sines	1.099
Adaptação de tanques de Petróleo Bruto para Gasóleo - Refinaria do Porto	940
Substituição de Tubagens (Leixões) - Refinaria do Porto	921
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Mafra	745
Beneficiação da rede de Drenos - 2ª. Fase - Refinaria de Sines	700
Dessulfuração do gasóleo e gasolina - Refinaria de Sines	698
Unidade de Purificação Hidrogénio - Refinaria de Sines	668
Estudos e licenciamentos - Refinaria de Sines	571
Linha Transferência CC-H1 para CC-V1 - Refinaria de Sines	567
Construção de redes e reconversões de gás natural no concelho de Torres Vedras	539
Aumento eficiência Stripper Cat. FCC - Refinaria de Sines	498
Subst. Sobreaquecedor Vapor FC-E 11 - Refinaria de Sines	297
Utilidades - Sistema Rede de integração das Unidades HG, HD e HT - Refinaria de Sines	242
Aquisição de Patentes	184
Enchimento de Produtos Químicos - Refinaria do Porto	168
Outros Projectos	38.479
	739.307



ii) Investimentos financeiros

Títulos e outras aplicações financeiras

Os títulos e outras aplicações financeiras, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, tinham a seguinte composição:

	2003		2002	
	% de participação	Valor	% de participação	Valor
Títulos e outras aplicações financeiras :				
Títulos negociáveis e investimentos em imóveis (a)		18.271		18.395
ONI S.G.P.S., S.A. (c)	4,10%	19.865	4,15%	34.829
CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A. (b)	5,00%	12.504	5,00%	17.381
Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	2,00%	20	2,00%	20
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	1,82%	499	1,80%	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	1,82%	499	1,80%	499
Clube Financeiro Vigo	-	19	-	19
Omegás	5,00%	35	5,00%	35
Agene - Agência para a Energia, S.A.	10,98%	114	10,98%	114
Harii, S.G.P.S., S.A.	5,63%	249	5,63%	249
Cooperativa de Consumo do Pessoal da Petrolgal, CRL	0,07%	6	0,07%	6
Brisa Access, S.A. (b) (d)	15,00%	-	15,00%	-
Outros	-	2	-	-
		52.083		72.046
Amortizações acumuladas		(10.070)		(9.890)
Provisões para outras aplicações financeiras (Nota 46)		(20.069)		(20.069)
		21.944		42.087

(a) Imóveis adquiridos essencialmente em anos anteriores e não afectos à actividade principal do Grupo.

(b) Investimento financeiro registado pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tem registado uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 19.865 (Nota 46) relativamente a esta participação financeira. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a Galp exerceu a opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A. à EDP, encontrando-se a conta a receber no montante de 17.984 registada na rubrica outros devedores (Nota 52).

(d) Em 31 de Dezembro de 2003, o capital próprio desta participada apresentava-se negativo, pelo que se encontra constituída uma provisão para outros riscos e encargos, conforme descrito na Nota 3.

Em 31 de Dezembro de 2003 a grupo tinha as seguintes contas a receber relativas a empresas participadas e participantes:

Empréstimos concedidos:	
Brisa Access, S.A.	450
Outros	143
	593
Contas a receber:	
Brisa Access, S.A.	13

Em 31 de Dezembro de 2003 o grupo tinha as seguintes contas a pagar relativas a empresas participadas e participantes:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Enagás, S.A.	1.304	9.136
Italgás - Societa Italiana per il Gas, SPA	490	3.458
EDP Cogeração, S.A.	-	1.576
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.(a)	-	440
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.(c)	-	168
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.(b)	2.166	-
Outros	173	-
	4.133	14.778

(a) Empresa participada da Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem, de Gás, S.A.

(b) Accionista da CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

(c) Accionista da Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.

O montante de mEuros 3.458 registado a médio e longo prazo a pagar a Italgás - Societa Italiana per il Gas, SPA diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido. O montante de mEuros 490 registado a curto prazo diz respeito aos juros vencidos até 31 de Dezembro de 2003, os se estima reembolsar durante o exercício 2004.

O montante a pagar à Enagás, S.A. no total de mEuros 10.440 diz respeito a suprimentos obtidos pelas subsidiárias Gasoduto Braga - Tuy, S.A. e Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. no montante de mEuros 3.958 e mEuros 6.482, respectivamente, os quais vencem juros a taxas de mercado, encontrando-se classificado a curto prazo o montante de mEuros 1.304, correspondente, aos reembolsos a efectuar no exercício 2004.

O montante a pagar a EDP - Cogeração no total de mEuros 1.576 diz a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros a taxas de mercado.

28. Custos Financeiros Capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizações em curso de encargos financeiros, no montante de mEuros 7.068 (Nota 44), incorridos com empréstimos para financiamento de imobilizado durante o seu período de construção.

33. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 31 de Dezembro de 2003, as dívidas a terceiros a mais de cinco anos ascendiam a mEuros 581.258, mEuros 49.880 e mEuros 531.295, registadas nas rubricas de outros empréstimos obtidos, empréstimos por obrigações e empréstimos bancários de longo prazo, respectivamente (Nota 34).



34. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	2003		2002	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	135.194	285.228	557.562	264.782
Empréstimos externos	123.175	771.857	37.761	694.361
Descobertos bancários (Nota 60)	295.340	-	274.729	-
Linhas de crédito renováveis	3.073	-	52.672	-
	556.782	1.057.085	922.724	959.143
Outros empréstimos obtidos:				
Papel Comercial	39.904	-	39.904	-
IAPMEI	1.262	5.382	-	6.310
	41.166	5.382	39.904	6.310
Títulos de participação	-	-	-	10.860
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1994 - Petrogal, S.A.	149.639	-	-	149.639
1ª Emissão de 1996 - Petrogal, S.A.	-	-	47.984	-
2ª Emissão de 1996 - Petrogal, S.A.	-	-	20.963	-
Emissão de 1997 - Sacor Marítima, S.A.	-	-	1.760	7.042
Emissão de 1997 - GDP, S.G.P.S., S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 1998 - LisboaGás, S.A.	-	49.880	-	49.880
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	210.000	-	-
	149.639	309.760	70.707	256.441
	747.587	1.372.227	1.033.335	1.232.754

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos bancários e obrigações classificados em médio e longo prazo, têm o seguinte plano de reembolso previsto:

2005	272.512
2006	85.589
2007	154.316
2008	278.552
2009 e seguintes (Nota 33)	581.258
	1.372.227

Os encargos financeiros, relativos a juros de empréstimos, vencidos e não pagos até 31 de Dezembro de 2003, foram registados no balanço na rubrica de acréscimos de custos (Nota 53).

Os empréstimos bancários externos expressos em moeda externa em 31 de Dezembro de 2003, eram representadas pelas seguintes divisas (em milhares):

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Dólares Americanos	20.436	33.824

Papel Comercial

Os programas de Papel Comercial grupados GDP/GDL vencem-se em 2004, e são prorrogáveis automaticamente por períodos de 5 anos.

As emissões podem ser efectuadas em Euros ou em Divisas (USD, JPY e CHF).

No programa cujo agente é a Caixa Banco de Investimento e para as emissões em Euro a taxa de intervenção é a Euribor adicionada de 0,25%. Para as emissões em Divisas a taxa é a Libor adicionada de 0,375%.

No programa cujo agente é o Banco Comercial Português de Investimento a taxa de intervenção é a Euribor adicionada de 0,15%. Para as emissões em Divisas a taxa é a Libor adicionada de 0,375%.

Títulos de participação

Em 18 de Agosto de 2003 a Petrogal, por sua iniciativa procedeu ao reembolso antecipado destes títulos de acordo com as condições de emissão, a qual previa a possibilidade de reembolso a partir do 10º ano de vida dos mesmos.

Empréstimos por obrigações

i) Emissão de 1994 - Petrogal, S.A.

Em 2 de Novembro de 1994, a Petrogal procedeu à emissão de obrigações no montante de milhares de Escudos 30.000.000, redominado para mEuros 149.639, em 2 de Novembro de 2000, destinadas a subscrição particular, aprovada pela Assembleia Geral de 10 de Novembro de 1993, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso será efectuado no 10º ano de vida do empréstimo. Poderá ser efectuado reembolso antecipado por parte da emitente, total ou parcialmente, neste último caso, por redução ao valor nominal, a partir do 6º cupão, anualmente, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores de Lisboa e num jornal de grande circulação, com pelo menos 30 dias de antecedência. Neste caso, haverá lugar a um prémio de reembolso sobre o valor nominal reembolsado antecipadamente de 0,03% no 17º cupão, 0,02% no 18º cupão e 0,01% no 19º cupão.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da Petrogal, os obrigacionistas poderão, deliberar solicitar a renegociação da taxa de juro do empréstimo, e o reembolso antecipado das obrigações.

A taxa de juro corresponde à média da leitura das taxas "Lisbor a 6 meses", dos 5 dias úteis (consideram-se dias úteis aqueles em que os bancos estejam abertos em Lisboa e no Porto) anteriores ao penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,25 pontos percentuais, e arredondada ao 1/16 de ponto percentual imediatamente superior.

Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, em 2 de Novembro e 2 de Maio de cada ano, tendo o primeiro vencimento ocorrido em 2 de Maio de 1995.



ii) 1ª Emissão de 1996 - Petrogal, S.A.

Em 24 de Maio de 1996, a Petrogal procedeu à emissão de obrigações no montante de milhares de Escudos 25.000.000, redeminado para mEuros 124.699, em 24 de Novembro de 2000, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

A taxa de juro corresponde à média da leitura das taxas “Lisbor a 6 meses”, dos 5 dias úteis (consideram-se dias úteis aqueles em que os bancos estejam abertos em Lisboa e no Porto) anteriores ao penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,15 pontos percentuais, e arredondada ao 1/16 de ponto percentual mais próximo.

Os juros foram pagos semestral e postecipadamente, em 24 de Maio e 24 de Novembro de cada ano, tendo vencido o 1º cupão em 24 de Novembro de 1996.

Na data de pagamento do 10º cupão, em 24 de Maio de 2001, foi exercida, parcialmente a opção de reembolso antecipado por parte do subscritor, passando o montante da emissão para mEuros 47.985.

Em 24 de Maio de 2003 (7º ano de vida do empréstimo) procedeu-se, de acordo com as condições de emissão, ao seu reembolso final no montante de mEuros 47.985.

iii) 2ª Emissão de 1996- Petrogal, S.A.

Em 4 de Dezembro de 1996, a Petrogal procedeu à emissão de obrigações no montante de milhares de Escudos 25.000.000, redeminado para mEuros 124.699, em 4 de Dezembro de 2000, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

A taxa de juro corresponde à média da leitura das taxas “Lisbor a 6 meses”, dos 5 dias úteis (consideram-se dias úteis aqueles em que os bancos estejam abertos em Lisboa e no Porto) anteriores ao penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,15 pontos percentuais, e arredondada ao 1/16 de ponto percentual mais próximo.

Os juros foram pagos semestral e postecipadamente, em 4 de Junho e 4 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o 1º cupão em 4 de Junho de 1997.

Na data de pagamento do 10º cupão, em 4 de Dezembro de 2001, foi exercida, parcialmente a opção de reembolso antecipado por parte do subscritor, passando o montante da emissão para mEuros 20.962.

Em 24 de Maio de 2003 (7º ano de vida do empréstimo) procedeu-se de acordo com as condições de emissão, ao seu reembolso final no montante de mEuros 20.962.

iv) Emissão de 1997 - Sacor Marítima, S.A.

Em 30 de Dezembro de 1997 a Sacor Marítima procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 14.964, ao par, destinadas a subscrição particular, aprovada pela Assembleia Geral de 18 de Dezembro de 1997, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

A taxa de juro será correspondente à taxa “Euribor” a 6 meses” registada no 2º dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, adicionada de 0,20% arredondada para 1/16 de ponto percentual imediatamente superior.

O pagamento de juros foi efectuado semestralmente e postecipadamente, em 31 de Dezembro e 30 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 30 de Junho de 1998.

Em 30 de Junho de 2003 a Sacor Marítima, S.A. procedeu ao reembolso antecipado do total remanescente, no montante de mEuros 8.802.

v) Emissão de 1997 – GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Em 25 de Junho de 1997 a GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao valor nominal e de uma só vez, no final do prazo de emissão que é de dez anos.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo por iniciativa do emitente (Call Option), total ou parcialmente. No caso do reembolso parcial este será feito por redução ao valor nominal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do 6º cupão. Neste caso, haverá lugar a um prémio de reembolso sobre o valor nominal reembolso antecipadamente.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP e/ou no caso da GDP deixar de deter, directa ou indirectamente, alguma participação de domínio que, à data de emissão do empréstimo, detenha no capital social das empresas do seu Grupo que tenham por objecto social a distribuição de gás canalizado, os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado das obrigações.

Este empréstimo vence juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa “Lisbor a 6 meses”, adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.



Esta Emissão foi liderada pelo Banco CISF e Banco Português de Investimento, tendo a sua colocação sido garantida por um Sindicato Bancário constituído pelas seguintes Instituições Bancárias:

Instituições Financeiras	Montante	%
Banco CISF	13.592	27,25
Banco Português de Investimento	13.592	27,25
Banco Chemical Finance	4.988	10,00
Caixa Geral de Depósitos	4.988	10,00
Banco Finantia	3.492	7,00
Deutsche Bank de Investimento	3.492	7,00
Banco Mello	1.995	4,00
Banco Nacional Ultramarino	1.247	2,50
Banco Santander de Negócios	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya	1.247	2,50
	49.880	100,00

vi) Emissão de 1998 – LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A..

Em 12 de Agosto de 1998 a LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusivé, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da LisboaGás, os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Lisbor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurado por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

Instituições Financeiras	Montante	%
BES Investimento	13.517	27,10
BPI	13.567	27,20
CISF	13.567	27,10
BNU	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
BBV	500	1,00
	49.880	100,00

vii) Emissão 2003 - Galp Investment Fund

No decurso de 2003 a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações “Notes A” e mEuros 10.500 de obrigações “Notes B”, as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95% respectivamente.

36. Vendas e Prestações de Serviços por Actividade e Mercados Geográficos

As vendas e prestações de serviços realizadas nos exercícios de 2003 e 2002 distribuíram-se da seguinte forma:

	2003	2002
Vendas:		
Mercado Interno	5.531.114	5.369.051
Mercado Externo	1.750.044	1.412.866
	7.281.158	6.781.917
Prestações Serviços:		
Mercado Interno	121.758	114.854
Mercado Externo	10.632	14.404
	132.390	129.258

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

Os resultados por segmentos realizados no exercício de 2003 encontram-se apresentadas em anexo.

38. Imposto sobre o Rendimento

As informações relativas ao imposto sobre o rendimento do exercício, encontram-se na Nota 51.

39. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas nos exercícios de 2003 e 2002 aos órgãos sociais das empresas do Grupo ascenderam a mEuros 3.763 e mEuros 4.533, respectivamente.

41. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas

As empresas incluídas na consolidação procederam em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável nomeadamente:

- Decreto-Lei 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Setembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro;
- Decreto-Lei 264/92, de 14 de Fevereiro, no âmbito do Decreto-Lei 132/95, de 6 de Junho;
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Em 1995, a GDP, S.A. procedeu à realização de duas avaliações independentes do imobilizado da Empresa, tendo em vista a sua reavaliação nos termos do Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro e teve efeitos fiscais aplicáveis ao Decreto-Lei subjacente.



44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros consolidados, em 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Juros suportados - empresas do grupo e associadas	455	238
Juros suportados - outros juros	51.838	78.636
Perdas em empresas do grupo e associadas	7.822	14.211
Amortizações de diferenças de aquisição em partes de capital (Nota 27)	4.112	4.190
Remuneração de títulos de participação	517	741
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 27)	179	336
Provisões de aplicações e investimentos financeiros	-	20.059
Diferenças de câmbio desfavoráveis	107.854	94.196
Descontos de pronto pagamento concedidos	743	611
Outros custos e perdas financeiros	13.907	14.464
	<u>187.427</u>	<u>227.682</u>
Resultados financeiros	(20.912)	(56.607)
	<u>166.515</u>	<u>171.075</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos - empresas do grupo e associadas	4.272	4.757
Juros obtidos - outros	2.441	5.994
Ganhos em empresas do grupo e associadas	30.632	34.961
Rendimentos de imóveis	63	59
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	188	43
Diferenças de câmbio favoráveis	117.492	119.551
Descontos de pronto pagamento obtidos	415	6
Outros proveitos e ganhos financeiros	11.012	5.704
	<u>166.515</u>	<u>171.075</u>

A rubrica de outros custos e perdas financeiros inclui custos com serviços bancários dos quais mEuros 4.492 são referente a comissões de garantias bancárias da subsidiária Transgás- Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A..

O montante mEuros 11.012 registado na rubrica de outros proveitos e ganhos financeiros inclui essencialmente:

- mEuros 3.238 (Nota 52) referente aos juros obtidos decorrentes do contrato de cessão do direito de utilização de infraestruturas de telecomunicação celebrado entre a E3G - Telecomunicações, S.A. e as subsidiárias Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., Lisboaag GDL- Sociedade Distribuidora de gás Natural de Lisboa, S.A. e Lusitaniagás- Companhia de Gás do Centro S.A, nos montantes mEuros 3.011, mEuros 192 e mEuros 35, respectivamente;
- mEuros 1.130 referentes ao efeito da actualização da conta a receber pela venda de terrenos efectuada em exercícios anteriores (Nota 52).
- O montante de mEuros 3.020 correspondente aos juros calculados à taxa das obrigações do tesouro à data de 24/06/1999 (4.914%), contados entre 24/06/1999 e 01/08/2003, incluídos no preço da venda das 217.055 acções da Oni, S.G.P.S., S.A. à EDP (Nota 52).
- mEuros 238 corresponde a amortização no exercício das diferenças de consolidação incluídas nos proveitos diferidos (Nota 10).

O montante de mEuros 51.838 de juros suportados - outros juros encontra-se deduzido do montante de mEuros 7.068 referente aos juros capitalizados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 (Nota 28), e inclui mEuros 301, relativos a juros moratórios (Nota 46 e 59).

As perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas, em 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
Perdas:		
Petrogal Española, S.A. (a)	3.044	-
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (a)	1.182	1.217
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. (b) (c)	1.100	-
Central E, S.A. (b) (c)	591	863
Brisa Access, S.A. (b) (c)	548	590
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A. (b) (c)	503	795
Tagusgás - Empr. de Gás do Vale do Tejo, S.A. (a) (b)	439	335
Portgás - Soc. de Produção e Distrib. de Gás, S.A. (a) (b)	220	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (b) (c)	68	95
Petrogal Angola, Lda.(b)	36	-
Gasfomento Energia, SA (b) (c)	30	-
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A. (a)	26	-
Numero Um (a) (b)	23	119
Lusitaniagás-Companhia de Gás do centro S.A. (a)	6	-
Enerfin - Soc. De Eficiência Energética, S.A. (b) (c)	5	7
Água Solar, S.A.(a)	1	21
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A.(Nota 1)	-	3.294
Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	-	2.254
Visatejo - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	-	2.167
Petrogal Trading Limited	-	1.067
Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A.	-	631
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda	-	440
Sacor Marítima	-	214
Sempre a Postos, Lda.	-	100
Outros	-	2
	7.822	14.211
Ganhos:		
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. (b)	16.372	19.056
CLH- Companhia Logística de Hidrocarburos S.A. (b)	4.197	3.687
Gasoduto Al - Andaluz, SA (b)	2.815	2.244
Gasoduto da Extremadura, S.A. (b)	2.455	1.870
Portgás - Soc. de Produção e Distrib. de Gás, S.A. (b)	2.298	2.052
Petrogal Moçambique, Lda. (b)	911	1.432
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, SARL (b)	609	425
Setgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (b)	384	55
Driftal - Plastificantes de Portugal, S.A. (a)	225	-
Metragaz, S.A. (b)	176	547
Tagus Re, S.A. (b)	149	1.846
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. (b)	33	174
Galpmed - Mediação Seguros, Soc. Unipessoal Lda.(a)	3	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. (a)	2	-
ASA - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda (a) (b)	1	1
Petrogal, S.A.	-	823
Petrogal Angola, Lda. (b)	-	613
TLG - Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	-	117
Natgás - Companhia Portuguesa de Gás Natural, S.A.(Nota 1)	-	19
Outros	2	-
	30.632	34.961

(a) Os ganhos e perdas relativas a estas empresas, resultam do registo pela empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 das diferenças entre os resultados apropriados estimados e reais relativos ao exercício de 2002, através da aplicação do método da equivalência patrimonial.

(b) Os ganhos e perdas relativos a estas empresas, correspondem à apropriação dos resultados do exercício pelo método da equivalência patrimonial e ainda os efeitos resultantes da apropriação pelo Grupo de outras variações ocorridas nos capitais próprios destas subsidiárias e associadas.



(c) Estas subsidiárias apresentam capitais próprios negativos tendo o montante de mEuros 2.800 sido reconhecidos por contrapartida da rubrica provisões para outros riscos e encargos (Nota 3 e 46):

Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	1.082
Central E, S.A.	591
Brisa Access, S.A.	548
Fast Access - Operações e Serviços de Informação Comércio Electrónico, S.A.	503
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	66
Gasfomento Energia, SA	6
Enerfin - Soc. De Eficiência Energética, S.A.	4
	2.800

45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários consolidados, em 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Donativos	1.267	2.333
Dívidas incobráveis	590	165
Perdas em existências	208	386
Perdas em imobilizações	13.216	5.842
Multas e penalidades	336	1.088
Aumentos de amortizações e provisões	730	774
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.870	1.801
Provisão para reestruturação (Nota 46)	476	38.336
Benefícios de Reforma	9.830	9.253
Indemnizações ao pessoal por rescisão de mútuo acordo	-	60
Excesso de estimativa - compensação de encerramento da fábrica de gás de cidade	-	1.439
Outros custos e perdas extraordinários	1.679	5.964
	32.202	67.441
Resultados extraordinários	55.502	(12.946)
	57.182	(6.982)
Proveitos e ganhos:		
Restituição de impostos	160	866
Recuperação de dívidas	2	1
Ganhos em existências	81	85
Ganhos em imobilizações	31.300	5.174
Benefícios de penalidades contratuais	105	10
Reduções de amortizações e provisões	21.551	20.181
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.834	2.541
Amortização de subsídios ao investimento (Nota 49)	24.082	22.273
Benefícios de Reforma (Nota 46)	630	1.163
Outros proveitos e ganhos extraordinários	4.959	2.201
	87.704	54.495

Do montante mEuros 9.830 da rubrica benefícios de reforma no exercício findo em 2003, inclui, essencialmente o montante de mEuros 9.378 referente ao custo da amortização do exercício relativa ao acréscimo de responsabilidades com a actualização de pressupostos utilizados nos estudos actuariais reportados a 1 de Janeiro de 2001, do qual o montante de mEuros 8.067 se refere a Planos com pensões (Nota 21), mEuros 651 se refere aos cuidados de saúde e seguros de vida (Nota 46) e mEuros 660 é relativo à amortização extraordinária de pressupostos devido à redução de responsabilidades dos colaboradores que transitaram para o Fundo de Pensões de Contribuição Definida (Nota 21).

O Grupo Petrogal contratou em 1996 os serviços da Visser Smit Hanab para a construção de um terminal oceânico em Leixões. Dado à falta de adequabilidade do terminal construído ao local e às condições meteorológicas prevalentes e face aos custos incorridos a Petrogal decidiu accionar a Visser em Tribunal Arbitral.

Em 4 de Novembro de 2003 o tribunal arbitral decidiu-se a favor do Grupo Petrogal, condenando a Visser a instalar um novo Terminal Oceânico no local devido, no prazo de 9 meses.

O Tribunal considerou ainda que a Petrogal teria direito a ser ressarcida dos custos directos suportados com este projecto, designadamente com a manutenção do Terminal e Serviço, muito embora não se tenha pronunciado sobre os

custos em concreto reclamados pela Petrogal, considerando que não estava feita a necessária prova no processo. Assim, a Petrogal considera-se credora da Visser pelo montante destes custos que, à data de 22 de Setembro de 2003 ascendiam a mEuros 14.596, montante não relevado contabilisticamente, mas cujo pagamento foi reclamado em 13 de Janeiro de 2004. Foram, contudo, registados em outros proveitos e ganhos extraordinários o montante de mEuros 1.483, associado ao atraso na conclusão do projecto inicial, que por decisão judicial deveriam ser pagos à Petrogal.

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários no exercício de 2003 inclui ainda o montante de mEuros 1.745 relativo à anulação de parte da responsabilidade da Empresa com os cheques de combustível (Nota 52).

O montante de mEuros 1.679 registado na rubrica de outros custos e perdas extraordinárias, inclui essencialmente o montante de mEuros 895 referente ao reconhecimento no exercício de custos com processos judiciais (tendo sido utilizado o montante de mEuros 1.995 da provisão anteriormente constituída (Nota 46)) e mEuros 246 relativos ao reconhecimento no exercício dos custos capitalizados relacionados com encargos anteriores a produção.

O montante de mEuros 21.551 registado na rubrica de redução de amortizações e provisões em 31 de Dezembro de 2003, inclui mEuros 20.843 relativo a redução de provisões (Nota 46).

46. Movimento nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento nas provisões constituídas pelo Grupo foi o seguinte:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Transferência	Saldo Final
Provisões para cobranças duvidosas:					
Clientes de cobrança duvidosa	54.692	7.638	(7.357)	(337)	54.636
Outros devedores	4.566	505	(425)	460	5.106
	59.258	8.143	(7.782)	123	59.742
Provisões para riscos e encargos - benefícios de reforma					
Provisões para pensões (Nota 21):					
Com reformas antecipadas	27.406	5.267	(6.682)	-	25.991
Com pré-reformas	35.374	2.562	(10.369)	3.442	31.009
Cobertas pelo Fundo de Pensões	7.123	2.708	(4.409)	(43)	5.379
Pensões -Benefícios de Reforma	7.559	540	(945)	-	7.154
Regime especial de flexibilização da idade de reforma	7.042	856	(47)	(45)	7.806
Com prémios de reforma	5.293	707	(338)	-	5.662
Com seguro social voluntário	2.126	27	(1.192)	-	961
	91.923	12.667	(23.982)	3.354	83.962
Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde e seguro de vida	99.154	9.284	(7.434)	(16)	100.988
Outras provisões para riscos e encargos:					
Processos judiciais em curso	21.143	414	(2.130)	-	19.427
Reestruturação	50.190	476	(24.224)	(3.543)	22.899
Provisões para impostos	6.417	549	(264)	51	6.753
Partes de capital (Nota 3)	3.917	2.800	(1.887)	(875)	3.955
Riscos e encargos diversos	45.992	6.091	(15.955)	84	36.212
	127.659	10.330	(44.460)	(4.283)	89.246
Provisões para depreciação de existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.657	657	(8.615)	-	2.699
Produtos acabados, intermédios e mercadorias	897	607	-	(58)	1.446
Mercadorias	648	552	(488)	295	1.007
	12.202	1.816	(9.103)	237	5.152
Provisões para investimentos financeiros:					
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 2)	2.127	-	(211)	-	1.916
Outras aplicações financeiras (Nota 27)	20.069	-	-	-	20.069
	22.196	-	(211)	-	21.985
	412.392	42.240	(92.972)	(585)	361.075



Constituição/aumento de provisões:

Do montante de mEuros 42.239 referente à constituição/aumento de provisões:

- i) mEuros 16.712, relacionado com provisões para clientes de cobrança duvidosa, outros riscos e encargos e depreciação de existências, foi registado na rubrica de provisões da demonstração dos resultados consolidados;
- ii) mEuros 17.985, foi registado na rubrica de custos com pessoal da demonstração dos resultados consolidados;
- iii) mEuros 4.441, foi registado na rubrica de custos e perdas extraordinários: do qual o montante de mEuros 476 por reforço de provisão para custos de reestruturação do Grupo (Nota 45), mEuros 3.965 foi registado na rubrica de custos e perdas extraordinárias – benefícios de reforma;
- iv) mEuros 3.101, por contrapartida da rubrica de custos e perdas financeiras, do qual mEuros 301 (Nota 44) foi registado na rubrica de juros suportados - outros, e estão relacionados com os juros de mora de 2003, relativos a provisão para processos judiciais relacionados com taxas de ocupação de subsolo e mEuros 2.800 (Nota 44) para fazer face aos capitais próprios negativos de filiais e associadas;

O total de aumentos de provisões para outros riscos e encargos - riscos e encargos diversos no montante de mEuros 6.091 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 560 pela constituição de provisão para riscos ambientais, nomeadamente associados aos Parques de combustíveis em Aveiro e Real;
- ii) mEuros 1.554 correspondente à menos valia prevista na alienação de Postos de Combustíveis a ocorrer em 2004;
- iii) mEuros 305 para impostos na subsidiária Espanhola;
- iv) mEuros 2.552 para as imparidade de activos em Espanha.

Transferências:

O montante de mEuros 3.442 corresponde à transferência da provisão para reestruturação para a provisão para pré-reformas, correspondente às responsabilidades com o pagamento de pré-reformas para os empregados no activo abrangidos no processo de reorganização do Grupo Galp Energia e no redimensionamento do pessoal da Empresa (Nota 21).

Redução de provisões:

A redução de provisões compõe-se como segue:

	Utilização pelo método directo	Redução
Provisões para cobranças duvidosas	2.533	5.249
Provisões para benefícios de reforma	30.786	630
Provisões para reestruturação	22.104	2.120
Partes de capital	1.738	148
Outras provisões para riscos e encargos	7.883	10.466
Provisões para depreciação de existências	5.567	3.536
Provisões para investimentos financeiros	-	211
	70.611	22.360

O montante de mEuros 22.360, referente à redução de provisões, teve como contrapartida, a rubrica de proveitos extraordinários - reduções de provisões no montante de mEuros 20.843 (Nota 45), proveitos extraordinários - Benefícios de Reforma no montante de mEuros 630 (Nota 45), a rubrica de proveitos financeiros - ganhos em empresas do grupo, no montante de mEuros 149 (Nota 44), e a rubrica de proveitos financeiros - diferenças de câmbio favoráveis no montante mEuros 738 que resulta da actualização câmbial da responsabilidade, ao câmbio a 31 de Dezembro de 2003.

Da utilização pelo método directo da provisão para depreciação de existências, o montante de mEuros 5.124 refere-se à redução de provisão para materiais obsoletos existentes nas Refinarias de Sines e do Porto. Da redução registada, o montante de mEuros 3.162 diz respeito à alteração dos critérios utilizados na fixação da provisão para as peças de reserva, os quais passaram a obedecer aos critérios utilizados para os restantes materiais existentes nas refinarias.

Do total da utilização, pelo método directo da provisão para clientes, mEuros 1.437 referem-se à anulação de dívidas com acção judicial.

Das utilizações directas da provisão para outros riscos e encargos, mEuros 3.205 diz respeito ao abate dos bens da antiga imagem Galp (Nota 27) e mEuros 1.995 foi utilização directa para processos judiciais em curso (Nota 45).

Provisões para outros riscos e encargos:

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo da rubrica provisões para riscos e encargos diversos refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 20.610 para fazer face a perdas potenciais na alienação de postos de abastecimento;
- ii) mEuros 2.749 para fazer face a perdas estimadas na realização de activos através do seu uso continuado;
- iii) mEuros 559 para custos com a remodelação/abandono de postos de abastecimento decorrente da aplicação dos Decretos-Lei nº 246/92 e 302/95;
- iv) mEuros 150 para fazer face ao abate dos bens patrimoniais relacionados com a alteração da imagem da Empresa (essencialmente os existentes nos postos de abastecimento), a qual se prevê a conclusão durante o ano de 2004;



- v) mEuros 6.604 para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela Petrogal onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal;
- vi) mEuros 3.107 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situados no Bloco 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquela área petrolífera. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período.

Provisões para processos judiciais em curso:

O montante de 19.427, relativo a provisões para processos judiciais em curso, inclui o montante de mEuros 8.963, relativo a processos por ocupação do subsolo (Nota 59).

Provisões para reestruturação:

O montante mEuros 22.899 registado na rubrica de Provisão para Reestruturação, enquadra-se no esforço que tem sido levado a cabo pelo Grupo no sentido de melhorar a sua *performance* e apresentação de custos operacionais e manter a sua competitividade face à adversidade do contexto de mercado. Este processo, iniciado já em anos anteriores, passa não só por uma redução dos custos operacionais a curto prazo, como uma optimização das estruturas organizativas, melhorias dos sistemas, processos e práticas e a racionalização dos activos operacionais. Em 31 de Dezembro de 2003, este plano de reestruturação encontra-se aprovado e devidamente definido pelo Conselho de Administração das respectivas Empresas.

Provisões para outras aplicações financeiras:

O montante mEuros 20.069 registado na rubrica de Provisão para outras aplicações financeiras inclui o montante mEuros 19.865 da provisão relativa à participação que o Grupo detém na ONI, S.G.P.S., S.A. (Nota 27).

Provisões para benefícios de reforma:

Conforme mencionado na Nota 21, a Petrogal, apresenta nas rubricas de provisões para pensões o valor actual das suas responsabilidades por serviços passados com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, segurança social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente e do prémio de reforma não cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal. Adicionalmente as empresas do Grupo GDP, apresentam nas rubricas de provisões para pensões, as responsabilidades assumidas pela Lisboa Gás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo, as quais não se encontram cobertos pelo Fundo de Pensões GDP.

A determinação do montante destas responsabilidades actuariais, foi efectuada com base em estudos actuariais preparados por entidade especializada, nos quais foram utilizados os pressupostos e método indicado na Nota 21.

Conforme referido na Nota 23.j), a Petrogal, as empresas do Grupo GDP, a Galp Serviços a Galp Power e a Galp Energia, têm registado em 31 de Dezembro de 2002, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com

cuidados de saúde e seguro de vida por serviços passados dos activos e responsabilidades totais da restante população. O valor actual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos actuariais utilizados no seu calculo, são os seguintes:

		Petrogal	
		2003	2002
		TV 73/77	TV 73/77
Tábua de mortalidade		N/A	N/A
Tábua de invalidez		5,25%	5,50%
Taxa técnica de juro		5,25%	5,50%
Taxa de rendimento dos activos		4,00%	4,00%
Taxa de crescimento dos custos de saúde		65	65
Idade normal de reforma			
Método		Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidade e respectivas coberturas:			
i) Cuidados de saúde:			
Responsabilidades totais:			
Activos		24.513	20.264
Pré-reformados		10.918	7.768
Reformados		91.405	71.520
Total:		126.836	99.552
Coberturas:			
Por provisões		92.653	90.869
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.i)		1.807	2.710
(Ganhos) e perdas não reconhecidas (Nota 23.j)		32.376	5.973
Total		126.836	99.552
ii) Seguro de vida:			
Responsabilidades totais:			
Activos		557	708
Pré-reformados		329	291
Reformados		374	146
Sobreviventes		-	202
Total:		1.260	1.347
Coberturas:			
Por provisões		941	836
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.i)		(29)	(43)
(Ganhos) e perdas não reconhecidas (Nota 23.j)		348	554
Total		1.260	1.347



GDP			
	2003	2002	
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77	
Tábua de invalidez	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	5,25%	5,50%	
Taxa de rendimento dos activos	5,25%	5,50%	
Taxa de crescimento dos custos de saúde	4,00%	4,00%	
Idade normal de reforma	65	65	
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada	
Responsabilidade e respectivas coberturas:			
i) Plano médico:			
Responsabilidades totais:	8.538	7.356	
Coberturas:			
Por provisões	7.186	7.310	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.i)	(556)	(567)	
(Ganhos) e perdas não reconhecidas (Nota 23.j)	1.908	613	
Total	8.538	7.356	
ii) Seguro de vida:			
Responsabilidades totais:	134	114	
Coberturas:			
Por provisões	83	40	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.i)	66	75	
(Ganhos) e perdas não reconhecidas (Nota 23.j)	(15)	(1)	
Total:	134	114	
Outros			
	2003	2002	
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77	
Tábua de invalidez	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	5,25%	5,50%	
Taxa de rendimento dos activos	5,25%	5,50%	
Taxa de crescimento dos custos de saúde	4,00%	4,00%	
Idade normal de reforma	65	65	
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada	
Responsabilidade e respectivas coberturas:			
i) Plano médico:			
Responsabilidades totais:	233	165	
Coberturas:			
Por provisões	104	88	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.i)	49	75	
(Ganhos) e perdas não reconhecidas (Nota 23.j)	80	2	
Total	233	165	
ii) Seguro de vida:			
Responsabilidades totais:	28	22	
Coberturas:			
Por provisões	21	10	
Alteração de pressupostos e metodologia (Nota 23.i)	8	12	
(Ganhos) e perdas não reconhecidas (Nota 23.j)	(1)	-	
Total:	28	22	

A evolução nas responsabilidades da Petrogal, das empresas do Grupo GDP e outras empresas (Galp Serviços, Galp Power, S.G.P.S., S.A. e Galp Energia), com os cuidados de saúde e seguro de vida no exercício de 2003 foi como segue:

	Petrogal		
	Plano Médico	Seguro de vida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	99.552	1.347	100.899
Custo dos serviços correntes	1.095	37	1.132
Custo dos juros	5.737	72	5.809
Benefícios pagos no exercício	(6.548)	(77)	(6.625)
(Ganhos) / Perdas Actuais do exercício	27.000	(119)	26.881
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	126.836	1.260	128.096
CUSTOS DO ANO 2003			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	6.832	109	6.941
Mecanismo do corredor	597	87	684
Amortização da alteração de pressupostos	903	(14)	889
	8.332	182	8.515

O aumento das responsabilidades com cuidados de saúde deve-se ao ajustamento dos prémios per capita a 1 de Janeiro de 2003, os quais aumentaram aproximadamente 29% face a 2002.

	GDP		
	Plano Médico	Seguro de vida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	7.356	114	7.470
Custo dos serviços correntes	174	17	191
Custo dos juros	397	7	404
Benefícios pagos no exercício	(302)	(3)	(305)
(Ganhos) / Perdas Actuais do exercício	913	(1)	912
Liquidações, Cortes e Transferências	(288)	-	(288)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	8.538	134	8.672
CUSTOS DO ANO 2003			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	571	25	596
Mecanismo do corredor	70	-	70
Amortização da alteração de pressupostos	(278)	21	(257)
Liquidações, Cortes e Transferências	(165)	-	(165)
	197	46	243

	Outros		
	Plano Médico	Seguro de vida	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	165	22	187
Custo dos serviços correntes	35	7	42
Custo dos juros	8	1	9
Benefícios pagos no exercício	(8)	-	(8)
(Ganhos) / Perdas Actuais do exercício	61	(1)	60
Liquidações, Cortes e Transferências	(28)	(1)	(29)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	233	28	261
CUSTOS DO ANO 2003			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	43	8	51
Mecanismo do corredor	16	3	19
Amortização da alteração de pressupostos	(20)	1	(19)
	39	12	(51)



O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 7.588, foi registado pelas empresas acima mencionadas na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de custos com o pessoal.

O acréscimo de responsabilidades no montante de mEuros 4.445 e a redução de responsabilidades no montante de mEuros 1.747, resultante da actualização dos pressupostos financeiros e demográficos, foi reconhecido nas demonstrações financeiras como mencionado no ponto 23.j). No exercício de 2003, foram reconhecidos custos, líquido de proveitos, na rubrica de custos extraordinários no montante de mEuros 651 pela amortização parcial destes montantes (Nota 45).

Como mencionado no ponto 23 j), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras só na parte que ultrapassa os limites definidos no “corredor”, as quais são amortizados a partir do exercício subsequente em que são apuradas conforme abaixo descrito.

Derivado do excesso de “corredor” apurado em 31 de Dezembro de 2003, foi contabilizado mEuros 754 pela sua amortização neste exercício.

De seguida apresenta-se por plano de benefícios um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do “corredor” e o intervalo da mesma.

Benefícios	Ganhos e Perdas não reconhecidos	Intervalo de “corredor” (10%)	Excesso para o intervalo de “corredor”	Valor a reconhecer em 2004
Petrogal				
Cuidados de saúde	32.376	12.684	19.692	4.281
Seguro de vida	348	126	222	48
GDP				
Cuidados de saúde	1.908	854	1.054	190
Seguro de vida	(15)	13	28	-
Outros				
Cuidados de saúde	80	23	57	2
Seguro de vida	(1)	3	-	-

Os excessos de “corredor” apurados, no montante total de mEuros 21.023 relativo às responsabilidades com o plano médico e o seguro de vida serão reconhecidos como custos nos exercícios futuros em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos (Petrogal 4,6; Driftal 2,28; Gasfomento 24,7; LisboaGás 5,56; Beiragás 24,56; Galp Energia (toda a população - Seguro de Vida) 25,55; Galp Energia (só ex-GDP S.G.P.S. - Plano Médico) 18,62; Galp Power 31,73; Galp Serviços 27,33; GDP Distribuição 19,4; LusitâniaGás 27,21; Petrogal Exploração 21; Transgás 22,19 e Transgás Atlântico 26,51). Deste modo será registado como custo, líquido de proveitos, o montante de mEuros 4.521.

47. Locação Financeira

Conforme indicado na Nota 23.c) o Grupo regista pelo método financeiro os contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas no montante de mEuros 4.293, dos quais mEuros 1.733 têm vencimento a médio e longo prazo.

49. Subsídios ao Investimento

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe dos montantes dos subsídios ao investimento recebidos e por receber era o seguinte:

Programa	GDP	PETROGAL	Outros	2003	2002
Regen					
Valor recebido	79.361	-	-	79.361	79.361
Programa Energia					
Valor recebido	170.611	-	-	170.611	163.116
Por receber	1.098	-	-	1.098	3.168
	<u>171.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>171.709</u>	<u>166.284</u>
Interreg II					
Valor recebido	129.091	-	-	129.091	129.091
Por receber	13.999	-	-	13.999	4.738
	<u>143.090</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143.090</u>	<u>133.829</u>
Trans-Energy					
Valor recebido	64.721	-	-	64.721	31.768
Por receber	-	-	-	-	23.524
	<u>64.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.721</u>	<u>55.292</u>
Protede					
Valor recebido	19.708	-	-	19.708	19.708
	<u>19.708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.708</u>	<u>19.708</u>
Programa Operacional Economia					
Valor recebido	142.241	-	300	142.541	60.325
Por receber	18.859	-	-	18.859	105.085
	<u>161.100</u>	<u>-</u>	<u>300</u>	<u>161.400</u>	<u>165.410</u>
Dessulfuração de Sines					
Por receber	-	39.513	-	39.513	39.513
	<u>-</u>	<u>39.513</u>	<u>-</u>	<u>39.513</u>	<u>39.513</u>
Dessulfuração do Porto					
Por receber	-	35.307	-	35.307	35.307
	<u>-</u>	<u>35.307</u>	<u>-</u>	<u>35.307</u>	<u>35.307</u>
Outros					
Valor recebido	-	6.363	271	6.634	6.473
	<u>-</u>	<u>6.363</u>	<u>271</u>	<u>6.634</u>	<u>6.473</u>
Total	<u>639.689</u>	<u>81.183</u>	<u>571</u>	<u>721.443</u>	<u>701.177</u>



Estes subsídios encontram-se a ser reconhecidos em resultados, de acordo com o período de vida útil das imobilizações respectivas, tendo no exercício de 2003 sido reconhecido o montante mEuros 24.082 (Nota 45) do qual o montante de mEuros 8.431 (Nota 53) relativo aos projectos de dessulfuração da refinaria de Sines e do Porto.

Do montante de mEuros 108.776 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outros devedores, o montante de mEuros 74.820 respeita a subsídios a receber do Estado Português pela dessulfuração das refinarias de Sines e do Porto e mEuros 33.956 refere-se a subsídios a receber relativos ao programa energia, InterregII e ao Programa Operacional de Economia (Nota 52) .

50. Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo e Produtos Acabados e Intermédios

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2003	2002
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	151.264	102.509
Outras matérias-primas	25.356	33.832
Matérias-primas em trânsito	43.495	121.863
	220.115	258.204
menos: provisão para depreciação de existências (Nota 46)	(2.699)	(10.657)
	217.416	247.547
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	336.638	236.617
Produtos intermédios	96.159	86.750
Produtos acabados em trânsito	563	11.806
	433.360	335.173
menos: provisão para depreciação de existências (Nota 46)	(1.446)	(897)
	431.914	334.276
Produtos e trabalhos em curso	140	771
Mercadorias	70.430	72.360
Provisão para depreciação de existências (Nota 46)	(1.007)	(648)
	69.423	71.712
Adiantamentos por conta de compras	477	298
	719.370	654.604

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 70.430, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto, e a existências da subsidiária Petrolgal Espanhola.

Em 31 de Dezembro de 2003, os valores relativos a existências de produtos em trânsito e à consignação (incluindo ISP) ascendiam a mEuros 44.058 e mEuros 27.359, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 220.767 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas.

51. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos Devedores		Saldos Credores	
	2003	2002	2003	2002
Imposto sobre o valor acrescentado	30.124	31.750	113.224	38.461
ISP - Imposto sobre os produtos petrolíferos	-	-	148.586	141.002
IRS/IRC - Retenções na fonte	-	-	4.527	6.329
Contribuições para a Segurança social	-	-	3.726	3.416
IRC	1.733	9.728	88.199	13.462
Impostos em reclamação - SISA	-	125	-	-
Outros	136	132	471	184
	31.993	41.735	358.733	202.853

O montante de imposto sobre os produtos petrolíferos a pagar refere-se, essencialmente, ao valor deste imposto relativo aos produtos despachados durante o mês de Dezembro.

O Imposto sobre Rendimento no exercício de 2003 incluído na demonstração dos resultados consolidados, tem a seguinte composição:

	Estimativa Imposto	Impostos Diferidos	Total
Grupo Petrolgal	71.065	17.244	88.309
Grupo GDP	35.045	(701)	34.344
Outras	(4.426)	432	(3.994)
Total	101.684	16.975	118.659

A Galp Energia, e algumas das suas subsidiárias, a partir de 31 de Dezembro de 2001, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado tributável apurado na Galp. Contudo, a estimativa de impostos sobre o rendimento da Galp e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados tributáveis.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Verificou-se durante o exercício de 2001, a ocorrência de uma inspecção por parte das autoridades fiscais às declarações fiscais da Petrolgal dos exercícios de 1997 a 1999, cujas propostas de correcção às declarações fiscais apresentadas pela Petrolgal se encontram resumidas no ponto ii) abaixo. As declarações fiscais das empresas do Grupo relativas aos exercícios de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.



A Administração da Galp considera que, as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003.

- ii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações gratuitas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos e que a razão assiste à Petrogal. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, não incluem qualquer provisão para fazer face a estas contingências.
- iii) Como consequência da não aceitação como custo, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), de uma parte (40%) das amortizações resultantes de reavaliações efectuadas pela Petrogal, a matéria colectável de 2003 e de exercícios futuros será aumentada em mEuros 5.441 e mEuros 24.564, respectivamente. Contudo, o efeito fiscal resultante foi já objecto de registo contabilístico através do registo de impostos diferidos conforme mencionado no ponto v) abaixo.
- iv) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Petrogal efectuou uma dotação para o Fundo de Pensões no montante de mEuros 22.235, dos quais mEuros 13.727 não foram reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício de 2003, por aplicação do mecanismo do “corredor” referido na Nota 23 i). De acordo com a legislação fiscal em vigor, quando o valor da dotação efectuada para o fundo de pensões, reflectido numa conta de resultados do exercício ou por via de uma variação patrimonial negativa, acrescida às demais realizações de utilidade social, cumprir, nesse exercício, com os limites/condições do Código do IRC, não se deverá efectuar qualquer correcção ao lucro tributável.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Petrogal incluiu, para efeitos dos limites/condições do Código do IRC, o montante de mEuros 8.508 referente à parte correspondente da dotação acima referida que foi reconhecida em custos do exercício de 2003, da qual resultou um acréscimo na matéria colectável no montante de mEuros 7.013.

De acordo com o mecanismo do “corredor”, supra citado, o montante mEuros 13.727, será diferido e reconhecido de acordo com as regras explicativas na Nota 23 i).

Historicamente a Petrogal, para efeitos dos limites/condições do Código do IRC, tem vindo consecutivamente a apresentar um excesso corrigido ao lucro tributável pelo que os montantes da dotação de 2003 quando reconhecidos em custos serão em parte, de acordo com as perspectivas da Petrogal, corrigidos ao lucro tributável. Tal ocorrência determina uma diferença temporária passível da constituição de um imposto diferido passivo. De acordo com os princípios de prudência recomendados, a Petrogal procedeu ao registo de impostos diferidos conforme mencionado no ponto v) abaixo.

- v) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas participadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias.

O imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28. Em 31 de Dezembro de 2003, existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos activos e passivos registados pelo Grupo como segue:

	Grupo GDP	Grupo PETROGAL	Outros	Total
Impostos diferidos activos:				
Relativos a exercícios anteriores:				
Por provisões/estimativas de custos constituídas em exercícios anteriores mas não aceites como custo fiscal naqueles exercícios	10.097	104.826	19	114.942
Por prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores	854	5.424	325	6.603
Por alteração de taxas de amortização dos direitos de transporte do gás natural	2.002	-	-	2.002
Outros	-	130	40	170
Sub - total (a)	12.953	110.380	384	123.717
Relativos ao exercício:				
Por provisões/estimativas de custos constituídas no exercício, líquidas das utilizações e reduções de provisões no exercício de 2003	(1.101)	(10.039)	(98)	(11.238)
Por alteração de taxas de amortização:				
Saldo Inicial	2.191	-	-	2.191
Utilização do ano	(65)	-	-	(65)
Por prejuízos fiscais reportáveis, líquidos de utilização no ano	128	1.829	(325)	1.632
Pelo efeito da alteração da taxa de IRC	(2.135)	(15.944)	(10)	(18.089)
Outros	21	105	1	127
	(961)	(24.049)	(432)	(25.442)
Total de impostos diferidos activos (Nota 53)	11.992	86.331	(48)	98.275
Impostos diferidos passivos:				
Relativos a exercícios anteriores:				
Por reavaliação de imobilizações corpóreas	2.744	10.161	-	12.905
Pelo diferimento de acordo com o mecanismo do "corredor" da dotação de 2002 não reconhecida em resultados	-	6.600	-	6.600
Outros	2.202	4.017	-	6.219
Sub - total (a)	4.946	20.778	-	25.724
Relativos ao exercício:				
Pelo acréscimo de responsabilidades relativas ao fundo de pensões	-	(1.505)	-	(1.505)
Pela amortização no exercício de imobilizações corpóreas reavaliadas	(145)	(1.573)	-	(1.718)
Por mais-valias obtidas por alienação de imobilizações corpóreas	(693)	-	-	(693)
Pelo efeito da alteração da taxa de IRC nos impostos diferidos passivos	(824)	(3.460)	-	(4.284)
Outros	-	(267)	-	(267)
	(1.662)	(6.805)	-	(8.467)
Total de impostos diferidos passivos (Nota 53)	3.284	13.973	-	17.257

(a) As diferenças entre o saldo final de 2002 (Nota 53) e o saldo inicial do movimento dos impostos diferidos é referente a diferenças entre os resultados apropriados estimados e reais relativos ao exercício de 2002, das subsidiárias da Empresa.



52. Outros Devedores e Credores

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2003		2002	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Outros devedores				
Estado Português (Nota 49)	74.820	-	74.820	-
Subsídios a receber (Nota 49)	33.956	-	136.581	-
Grupo EDP - Electricidade de Portugal	21.109	-	245	-
Valores a receber pela venda de terrenos	16.800	-	19.600	16.800
Onitelecom - Contrato de cedência de fibra óptica	7.326	35.809	7.084	42.625
Empresas do grupo e associadas	7.323	-	13.100	-
Meios de pagamento	5.900	-	630	-
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do bloco 14	4.546	-	5.398	-
Pessoal	4.231	105	2.309	53
Valores a receber de compras com cartões visa / multibanco	1.568	-	2.090	-
Depósitos de garantia e cações	1.233	-	1.031	-
Casa Pia Atlético Clube	1.111	-	1.111	-
Judi Serviços	998	-	998	-
Fundo Regional de Abastecimento dos Açores	967	-	1.340	-
Saldos devedores de fornecedores	608	-	604	-
Organismos públicos	396	-	427	-
EDS Portugal	129	-	344	-
Agência tributária de Espanha	23	-	4.364	-
Inland (alienação terrenos Cabo Ruivo)	-	-	19.797	-
Outros	19.614	3.277	21.176	1.734
	<u>202.658</u>	<u>39.191</u>	<u>313.049</u>	<u>61.212</u>
Provisão para devedores duvidosos (Nota 46)	(5.106)	-	(4.566)	-
	<u>197.552</u>	<u>39.191</u>	<u>308.483</u>	<u>61.212</u>
Outros Credores				
Depósitos de cações e garantias recebidas	12.561	1.389	12.302	1.381
Saldos credores de clientes	4.059	-	3.813	-
Indemnização devida à EDP	3.500	-	3.500	-
Adamastor Capital	3.117	-	3.117	-
Pessoal	920	-	2.674	-
Retenções de garantias	518	-	188	-
Aquisições de acções da Sacor Marítima, S.A.	422	-	791	-
Empresas do grupo e associadas	359	-	6	-
Credores por subscrições não liberadas	332	-	243	-
Escritório de Representação em Luanda	254	-	-	-
Cheques de combustível	99	-	1.922	-
Conta corrente-EDP	-	-	34.251	-
Subsídios	-	-	66	-
Outros	24.815	2.182	36.280	443
	<u>50.956</u>	<u>3.571</u>	<u>99.153</u>	<u>1.824</u>

No âmbito do “Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal” datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrogal em 31 de Dezembro de 2003 tem ainda direito a receber mEuros 74.820 do Ministério da Economia. Em 19 de Novembro de 2003 foi recebida uma carta do Estado Português, informando que do montante atrás referido, mEuros 25.000 seriam recebidos em 2004 e o remanescente, ainda a ser objecto de negociação quanto a prazos, pela compensação de dividendos futuros. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo.

A contrapartida desta conta a receber, foi registada na rubrica de proveitos diferidos - subsídios para investimentos em imobilizado (Nota 53).

O empréstimo à Sonangol no montante de mEuros 4.546 é baseado no acordo contratual estabelecido entre todas as entidades que compõem a “Joint Venture” do Bloco 14. Este empréstimo encontra-se a ser amortizado através da apropriação pela Galp Exploração de parte da produção petrolífera no Bloco 14 correspondente à Sonangol.

O montante de mEuros 7.323 registado no activo relativo a empresas do grupo e associadas refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

O montante registado no activo a receber da Onitelecom, refere-se aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações. Este montante está a ser pago em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 7.161 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos que terminam em 1 de Junho de 2019. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram reconhecidos proveitos no montante de mEuros 4.917 (do qual o montante de mEuros 3.238 é relativo a juros (Nota 44)), ascendendo o saldo dos proveitos diferidos, em 31 de Dezembro de 2003, por reconhecer em exercícios futuros a mEuros 72.689 (Nota 53).

A conta a receber do Fundo Regional de Abastecimento dos Açores, corresponde à compensação a receber pela Galp Açores no âmbito dos acordos estabelecidos com aquela entidade tendo em vista a venda de combustíveis por um determinado preço definido pelo Governo Autónomo daquela região.

O montante registado no passivo relativo a cheques de combustível em circulação representa a responsabilidade da Petrogal por cheques de combustível emitidos e ainda não utilizados. O decréscimo verificado nesta rubrica deve-se ao facto de a Petrogal ter considerado que os cheques de combustível em circulação são utilizados apenas residualmente pelo que registou em outros proveitos e ganhos extraordinários o montante de mEuros 1.745 (Nota 45).

O montante de mEuros 12.561 inclui mEuros 11.017 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Dezembro de 2003, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás.

A rubrica de credores por subscrições não liberadas, em 31 de Dezembro de 2003 corresponde, essencialmente, à participação de capital subscrita pela Petrogal e não realizada na Petrogal Angola e Petrogal Trading, Limited, nos montantes de mEuros 198 e mEuros 127, respectivamente.

O montante de mEuros 3.500, diz respeito à indemnização acordada em 1988/89 entre a EDP – Electricidade de Portugal, S.A. – e a PGP - Petroquímica e Gás de Portugal (antecessora da GDP), caso se viesse a concretizar em momento ulterior a alienação dos terrenos de Cabo Ruivo, entretanto cedidos pela EDP à PGP. Estes terrenos, os quais foram alienados em exercícios anteriores, integravam o património da Cabo Ruivo – Sociedade de Gestão de Instalação de Equipamentos, S.A., tendo a Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. assumido esta responsabilidade devido à fusão por incorporação ocorrida no exercício de 2003 com efeitos a 1 de Janeiro de 2003.

A rubrica outros devedores no montante de mEuros 16.800 respeita à última prestação em dívida pela alienação dos terrenos supra mencionados, a qual será realizada até 9 de Abril de 2004. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002 a Cabo Ruivo – Sociedade de Gestão de Instalação de Equipamentos, S.A. procedeu à actualização desta conta a receber de médio e longo prazo tendo naquele exercício registado o montante de mEuros 1.525 na rubrica de custos e perdas financeiros por contrapartida da rubrica de proveitos diferidos. Em consequência, no exercício de 2003, foi reconhecido na rubrica de proveitos e ganhos financeiros o montante de mEuros 1.130 (Nota 44) associado àquela actualização, ascendendo a rubrica de proveitos diferidos em 31 de Dezembro de 2003 a mEuros 395.



O montante de mEuros 3.117 em dívida à Adamastor Capital refere-se à aquisição pela Petrogal, em exercícios anteriores, da participação financeira na Brisa Access – Prestação de Serviços a Automobilística, S.A..

A rubrica outros credores – outros no montante de mEuros 24.580 inclui os credores para com a Petrogal Espanhola no montante de mEuros 11.219.

A rubrica depósitos de cauções e garantias recebidas, regista a médio e longo prazo o montante de mEuros 1.389 respeitante a cauções recebidas pela subsidiária Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de clientes pela venda de gás engarrafado. O Conselho de Administração entende que este montante não será reembolsado durante o exercício de 2004, pelo que se encontra classificado a médio e longo prazo.

O valor a receber da EDP no montante de mEuros 21.109, inclui mEuros 17.984 mEuros corresponde ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A., no montante de mEuros 14.964 acrescido do montante de mEuros 3.020 relativos a juros (Notas 3 e 44). Esta conta a receber inclui ainda o montante de mEuros 2.921 respeitante ao saldo existente entre o Grupo GDP e a EDP. Esta rubrica é creditada pela cobrança de electricidade efectuadas pela GDP por conta da EDP e é debitada pelas cobranças de gás efectuadas pela EDP por conta da GDP.

53. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 , os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2003	2002
Acréscimos de proveitos:		
Estimativa de vendas de gás realizadas e não facturadas	32.178	19.336
Juros a receber	9.387	7.766
Prestações de serviços e proveitos sulementares a facturar	6.568	6.580
Petróleo bruto Bloco 14 vendido e não facturado	3.756	-
Rappel a receber sobre compras efectuadas em 2003	1.643	-
Venda de produtos acabados a facturar	75	31
Outros acréscimos de proveitos	1.333	4.621
	54.940	38.334
Custos diferidos:		
Impostos diferidos activos (Nota 51)	98.275	122.745
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	56.056	44.277
Custos capitalizados relacionados com encargos anteriores à produção (Nota 23.o))	35.450	38.070
Benefícios de reforma (Nota 21)	59.089	51.129
Prémios mercado papel pagos antecipadamente	5.880	-
Juros, diferenças de câmbio desfavoráveis e outros encargos financeiros	4.050	1.616
Custos pluriennais - manutenção equipamento	1.341	1.929
Encargos com rendas pagas antecipadamente	1.305	1.216
Custos com catalizadores	930	1.174
Seguros pagos antecipadamente	563	424
Custos com pessoal	45	5
Acordo comercial relativo à rede de postos de combustíveis	-	5.528
Outros custos diferidos	10.110	3.588
	273.094	271.701
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos com pessoal	21.408	21.912
Grandes reparações - refinaria de Sines	18.711	13.077
Impostos diferidos passivos (Nota 51)	17.257	25.707
Custos com pessoal - Prémio de produtividade	16.677	14.531
Fornecimentos e serviços externos	11.295	8.048
Juros vencidos e não liquidados	3.786	6.359
Descontos, bónus e rappell relacionados com vendas	3.482	4.602
Grandes reparações - refinaria do Porto	2.494	9.004
Encargos com compras e vendas	1.872	-
Responsabilidades com brindes no âmbito do cartão Fast Galp	1.486	1.605
Custos e perdas financeiras	988	133
Estimativa de IRP - Bloco 14	514	-
Seguros a Liquidar	465	870
Remunerações a liquidar	164	-
Comissões Galp Frota	57	129
Custos a incorrer na manutenção de tanques	-	2.065
Remunerações a pagar relativas a títulos de participação	-	372
Outros acréscimos de custos	7.563	6.891
	108.219	115.305
Proveitos diferidos:		
Subsídios para investimento em imobilizado	612.587	613.890
Cedência capacidade de fibra óptica (Nota 52)	72.689	76.809
Contrapartidas recebidas de clientes	9.294	8.400
Prestações de serviços pagas antecipadamente	458	221
Cedência de direitos	-	1.477
Diferenças de aquisição de partes de capital (Nota 10)	-	238
Outros proveitos diferidos	1.567	2.459
	696.595	703.494



A rubrica de acréscimo de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente a facturação de consumo de Gás Natural a emitir a clientes no mês seguinte.

Do montante de mEuros 9.387 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, o montante de mEuros 9.157 corresponde a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações S.A.

O montante de mEuros 3.756 registado na rubrica de acréscimos de proveitos diz respeito a um carregamento de petróleo bruto efectuado em 2003 no Bloco 14 em Angola e apenas facturado em 2004. Uma vez que o carregamento foi considerado como proveito do exercício de 2003, os encargos com o imposto sobre o rendimento de petróleos ("IRP"), foi também ele especializado no respectivo exercício, na rubrica de acréscimos de custos no montante de mEuros 514.

As despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

Do montante de mEuros 35.450 registado na rubrica de custos diferidos - custos capitalizados com encargos anteriores à produção, mEuros 5.015 refere-se às despesas incorridas pela subsidiária Petrogal Brasil na actividade de pesquisa e produção petrolífera, a qual se encontra em fase pré-operativa e mEuros 30.435 refere-se as empresas do Grupo GDP, que até ao início de entrada em operação, procederam à capitalização dos custos de estrutura (Nota 23.o)).

A Petrogal celebrou em 30 de Novembro de 2000 um acordo comercial com os anteriores proprietários da Idetex no qual estes últimos renunciam à constituição de qualquer empresa com o objectivo de venda de combustíveis durante um período de três anos. Como contrapartida deste acordo comercial, a Petrogal procedeu ao pagamento do montante de mEuros 19.902, que foi reconhecido como custo ao longo do período do acordo supra mencionado. Em consequência, a Empresa reconheceu como custo em 2003, a totalidade remanescente no montante de mEuros 5.528.

O montante de mEuros 5.880 registado na rubrica de custos diferidos - prémios mercado papel pagos antecipadamente refere-se aos prémios opções de "commodities" pagos em 2003, mas que se destinam a cobrir transacções de 2004.

Conforme referido na Nota 23.b), a Petrogal regista os encargos com reparações e manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente numa base de acréscimo no período compreendido entre duas reparações, sendo a parte correspondente a cada exercício registada na demonstração de resultados respectiva por contrapartida da rubrica de acréscimos de custos. Assim, a Petrogal durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 registou, como custo na demonstração de resultados do exercício, os montantes de mEuros 12.685 e mEuros 11.985 relativos àquelas estimativas de custos com grandes reparações nas refinarias de Sines e Porto.

Os montantes registados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, em acréscimos de custos, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, correspondem à especialização naqueles exercícios de diversos custos, para os quais em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Grupo não dispunha ainda das respectivas facturas.

O montante de mEuros 1.486 registado na rubrica de acréscimo de custos refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos a não reatados até 2003, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê virem a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

Conforme referido na Nota 52, a Petrogal registou em 1998, o montante de mEuros 74.820 do subsídio a receber do Estado Português, relativo aos investimentos efectuados para a dessulfuração de gasóleo, nas refinarias de Sines (cujo início de actividade ocorreu em 1997) e Porto (cujo início de actividade ocorreu em 1998). Em consequência, a Petrogal reconheceu em 2003, proveitos no montante de mEuros 8.431 (Nota 49).

O montante de mEuros 9.294 registado na rubrica de proveitos diferidos corresponde às comparticipações recebidas pela Empresa de clientes para a construção de ramais dedicados de gás natural e encontram-se a ser reconhecidos em proveitos, durante o período de concessão.

54. Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no Passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2003	2002
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	5.202	4.150
Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	4.232	4.221
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	4.219	4.433
Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	3.169	2.761
Sopor - Soc.Distribuidora de Combustíveis, S.A.	3.168	2.958
Saaga - Soc. Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	2.219	2.097
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.	841	824
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	557	533
Sempre a Postos - Prod.Alimentares e Utilidades, Lda.	261	197
Galpfer, S.L.	132	150
Natgás-Companhia Portuguesa de Gás natural, S.A.	79	-
CLGM - Comp. Logística de Comb. da Madeira, S.A.	75	-
GITE - Galp International Trading Establishment	41	50
Powercer - Soc. de Cogeração da Vialonga, S.A.	15	-
Carriço Cogeração Soc. Geração de Electricidade e Calor, S.A.	13	13
Petrogal Espanhola, S.A.	-	6.118
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.	-	(1)
Água Solar, S.A.	(1)	-
Combustíveis Líquidos, Lda.	(46)	-
	24.176	28.504

Na sequência da aquisição pela Petrogal S.A. da totalidade da participação na Petrogal Española, S.A. à Tagus RE (empresa do Grupo excluída da consolidação (Nota 2), deixou de existir interesses minoritários através dessa participação.



55. Variação nas Contas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas contas de capital próprio, durante o exercício de 2003, foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Distribuição Resultados	Saldo Final
Capital	829.251	-	-	-	829.251
Prêmios de emissão de ações	82.006	-	-	-	82.006
Diferenças de consolidação (Nota 10)	81.254	-	-	-	81.254
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(15.959)	-	(13.738)	-	(29.697)
Reserva legal	22.198	-	-	5.725	27.923
Outras reservas	27.977	-	-	-	27.977
Resultados transitados	319.329	-	-	65.674	385.003
Resultado líquido consolidado do exercício	114.521	247.446	(13.738)	(114.521)	247.446
	1.460.577	247.446	(13.738)	(43.122)	1.651.163

Por decisão da Assembleia Geral datada de 30 de Maio de 2003, a aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Distribuição resultados aos accionistas	43.122
Reserva legal	5.725
Resultados transitados	65.674
Resultado líquido consolidado do exercício	114.521

Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de obrigações não podem ser distribuídos aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas: o saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício de 2003, correspondem, essencialmente à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial de demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira e foi como segue:

Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:	
Diferenças de Cambio:	
EMPL, LTD.	(7.939) b)
Petrogal Trading Limited	(3.323)
Petrogal Angola, Lda.	(829) a)
Petrogal Moçambique, Lda.	(771) a)
Metragaz, S.A.	(64) b)
Enacol, SARL	6 b)
Petrogal Brasil, Lda.	12
Outros	181 b)
	(12.727)
Outras variações dos capitais próprios:	
Petrogal Angola, Lda.	(1.031) a)
Petrogal Moçambique, Lda.	(217) a)
Gite - Galp International Trading Establishment	(115)
Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	65
Fast Access, S.A.	287
	(1.011)

a)Empresas do grupo excluídas da consolidação (Nota 3)

b)Empresas associadas (Nota 3)

56. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa era composto por 165.850.127 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo 8.000.000 de acções da categoria A e as restantes 157.850.127 acções da categoria B. Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- (i) Aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze, ou mais membros;
- (ii) O direito de que determinadas deliberações não sejam aprovadas, contra a maioria dos votos que lhe correspondam.



57. Detentores do Capital

O capital da Empresa em 31 de Dezembro de 2003, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

Eni Portugal Investments, S.P.A.	33,34%
Estado Português	29,26%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	18,30%
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	14,27%
Iberdrola, S.A.	4,00%
Parpública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.	0,75%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
	100,00%

58. Reservas Petrolíferas

Em 31 de Dezembro de 2003, as reservas provadas e desenvolvidas de petróleo bruto afectas à actividade de exploração petrolífera, encontram-se localizadas em Angola e ascendem, na quota parte do Grupo, a 14.891 milhares de barris.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a produção afecta ao Grupo foi de 1.802 milhares de barris.

59. Responsabilidades Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2003 o Grupo tinha as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo tinha uma responsabilidade contingente relacionado com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Driftal - Plásticos de Portugal, S.A. envolvendo um pedido de indemnização de 19.952 mEuros. O Conselho de Administração desta subsidiária, suportado por opinião do advogado, considera que decorrente deste processo, não resultará qualquer encargo para o Grupo, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito;
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos de mEuros 1.891 de 1994/95, de mEuros 1.016 de 1996, de mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 2.243 de 2000, mEuros 1.145 Euros de 2001, mEuros 1.189 Euros de 2002 e mEuros 1.238 de 2003, respeitantes à "licença de ocupação de via pública" com tubagens de gás existentes no subsolo;
- iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige o pagamento de mEuros 104, respeitante a taxas resultantes da execução de obras no ano de 1994/95;
- iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige o pagamento de mEuros 23, respeitantes à taxa de ocupação do subsolo no ano de 1998 e mEuros 26 de 2001;
- v) A Câmara Municipal de Sintra exige o pagamento de mEuros 11 de 1998, mEuros 504 de 1999, mEuros 1.125 de 2001, mEuros 469 Euros de 2002 e mEuros 482 de 2003 por ocupação do subsolo.

A LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos pelas Câmaras, junto do Tribunal Tributário, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O conselho de Administração da Empresa considera que, decorrente destes processos e das sentenças já proferidas, a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. apenas irá incorrer nos seguintes encargos:

Taxas a pagar (CML exercícios de 1994/5 a 1998)	5.021
Juros de mora até 31 de Dezembro de 2002	3.641
Juros de mora relativos ao exercício 2003 (Notas 44 e 46)	301
Total (Nota 46)	8.963

60. Detalhe de Caixa e seus Equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2003	2002
Caixa	7.566	4.309
Depósitos à ordem	158.765	98.844
Depósitos a prazo	12.632	24.456
Outros Depósitos bancários	-	4.274
Títulos Negociáveis	382	153
Outras Aplicações de Tesouraria	10.870	361
	190.215	132.397
Descobertos bancários (Nota 34)	(295.340)	(274.729)
Total de caixa e seus equivalentes	(105.125)	(142.332)



61. ACTIVOS CONTIGENTES

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP S.G.P.S., S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, S.G.P.S., S.A. e Transgás, S.A. à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP S.G.P.S., S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP S.G.P.S., S.A., Transgás S.G.P.S., S.A., Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais - valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP S.G.P.S., S.A. empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, S.A., GDP S.G.P.S., S.A. e Transgás, S.A., que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um upside para as empresas do Grupo GDP, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre GDP S.G.P.S., S.A. e a Transgás, S.G.P.S., S.A.

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

62. Informação sobre Matérias Ambientais

O Protocolo do Quioto estabeleceu objectivos de redução da emissão de gases com efeito estufa GEE para o período entre 2008 e 2012. Assim, e para poder dar cumprimento a estes objectivos e também às metas fixadas pela União Europeia não ultrapassando as quotas de emissões de gases, a Petrogal iniciou no 2º semestre de 2003 o Projecto de Alterações Climáticas, o qual conta com três fases: i) os objectivos da 1ª. Fase já foram alcançados e prendiam-se com a elaboração do inventário de CO2 de 1999 a 2003 e a definição da estratégia para negociação das licenças de CO2 para o período de 2005/2007 junto das Autoridades; ii) a segunda fase - Negociação - encontra-se a decorrer, e o seu principal objectivo é defender a atribuição de Licenças de Emissão suficientes para a operação das instalações, sem colocar em risco a sua rentabilidade e iii) A terceira fase - adaptação de processos internos - encontra-se em início e visa preparar a Petrogal para uma nova realidade na qual o CO2 passa a ser um activo da Petrogal.

Neste âmbito a Petrogal também tem levado a cabo investimentos com o objectivo de evitar ou reduzir danos futuros de carácter ambiental (Nota 27), assim como tem constituídas provisões para outros riscos e encargos para fazer face a estas matérias, nomeadamente, descontaminação de solos no montante de mEuros 6.604 e remodelação/adaptação de postos de abastecimento no montante de mEuros 559 (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2003 o grupo não registou qualquer passivo contingente de carácter ambiental por ser entendimento da Administração que não existem obrigações que pudessem resultar em efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de Dezembro de 2003.

63. Eventos Subsequentes

Durante o período entre 1 Janeiro de 2004 e a data de emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, não ocorreram quaisquer factos ou eventos materialmente relevantes que devam ser relatados no presente anexo.

O Técnico de Contas

Maria Manuela C. Gomes Almeida

O Conselho de Administração

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Federico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luís del Valle Doblado

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Aos Accionistas da
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade de Galp Energia, S.G.P.S., S.A., bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2003 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos da opinião que, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 6 de Maio de 2004

ANTÓNIO DIAS & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 6.068.937.000 Euros e capitais próprios de 1.651.163.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 247.446.000 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 6 de Maio de 2004

ANTÓNIO DIAS & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



Aos Accionistas e Conselho de Administração da
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 6 de Maio de 2004

Deloitte





CONTAS INDIVIDUAIS

“Obstáculos são as coisas que as pessoas vêem quando desviam os olhos dos seus objectivos”.

Joseph Cossman

Balanços em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		2003		2002	
Activo	Notas	Activo bruto	Amort. e Prov.	Activo liquido	Activo liquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	8 e 10	362	(362)	-	16
Propriedade industrial e outros destinos	8 e 10	235	(194)	41	82
		597	(556)	41	98
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	10	1.231	(748)	483	643
Equipamento administrativo	10	448	(319)	169	176
Outras imobilizações corpóreas	10	87	(22)	85	76
		1.806	(1,089)	717	895
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	1.679.826	-	1.679.826	1.472.213
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	43.711	-	43.711	54.762
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	363	-	363	15.327
Outros empréstimos concedidos	10	90	-	90	90
		1.723.990	-	1.723.990	1.542.392
CIRCULANTE:					
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente	16	747	-	747	12.393
Empresas do grupo	16	378.433	-	378.433	387.407
Adiantamentos a fornecedores		18	-	18	13
Estado e outros entes públicos	28	2.209	-	2.209	9.760
Outros devedores	49	18.423	-	18.423	110
		399.830	-	399.830	409.683
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis	51	10.000	-	10.000	-
		10.000	-	10.000	-
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	51	451	-	451	243
Caixa	51	8	-	8	6
		459	-	459	249
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimos de proveitos	50	3.970	-	3.970	1.909
Custos diferidos	50	513	-	513	29
		4.483	-	4.483	1.938
Total de amortizações			(1,645)		
Total de provisões			-		
Total do activo		2.141.165	(1,645)	2.139.520	1.955.255

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida



Capital próprio e passivo	Notas	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36 e 40	829.251	829.251
Prémios de emissão de ações	40	82.006	82.006
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	51.556	65.295
Reservas:			
Reservas legais	40	27.924	22.198
Reservas livres	40	27.977	27.977
Resultados transitados		385.003	319.329
Resultado líquido do exercício	40	247.446	114.521
Total do Capital Próprio		1.651.163	1.460.577
PASSIVO:			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Provisões para seguros de vida e cuidados de saúde	34	119	59
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.736	1.168
		2.013	1.227
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	226.500	151.500
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	96.043	226.017
Fornecedores, conta corrente		3.492	3.039
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	16	128	63
Empresas do grupo	16	76.296	108.023
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		287	120
Estado e outros entes públicos	28	78.331	152
Outros credores	49	210	240
		254.787	337.654
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de custos	50	5.057	4.297
Total do capital próprio e do passivo		2.139.520	1.955.255

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Frederico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luís del Valle Doblado

Demonstrações dos Resultados por Naturezas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Custos e Perdas	Notas	2003		2002	
Fornecimentos e serviços externos			31.225		34.160
Custos com pessoal:					
Remunerações		8.366		6.571	
Encargos sociais:					
Pensões	34	736		47	
Outros		1.928	11.030	1.729	8.347
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		646		522
Outros impostos indirectos		1.558		1.431	
Outros custos e perdas operacionais		195	1.753	400	1.831
(A)			44.654		44.860
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	6.465		6.535	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo	45	2.758		288	
Outros	45	12.304	21.527	4.160	10.983
(C)			66.181		55.843
Custos e perdas extraordinários	46		632		20.869
(E)			66.813		76.712
Imposto sobre o rendimento do exercício	6		(4.061)		(13.827)
(G)			62.752		62.885
Resultado líquido do exercício			247.446		114.521
			310.198		177.406

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados das naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida



Proveitos e Ganhos	Notas	2003	2002
Prestações de serviços	16	20.003	19.620
Proveitos suplementares (B)	16	6.707 26.710	6.721 26.341
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	262.290	147.436
Outros juros e proveitos similares Relativos a empresas do grupo	45	12.961	3.030
Outros (D)	45	8.227 310.188	46 176.853
Proveitos e ganhos extraordinários	46	10	553
(F)		310.198	177.406
Resultados operacionais (B)-(A)		(17.944)	(18.519)
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		261.951	139.529
Resultados correntes (D)-(C)		244.007	121.010
Resultados extraordinários		(622)	(20.316)
Resultados antes de impostos(F)-(E)		243.385	100.694
Resultado líquido do exercício (F)-(G)		247.446	114.521

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Frederico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luís del Valle Doblado

Demonstrações dos Resultados por Funções para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2003	2002
Prestações de serviços	16	20.003	19.620
Custos das prestações de serviços		(20.003)	(19.620)
Resultados brutos		-	-
Outros proveitos e ganhos operacionais		7.125	7.301
Custos de distribuição		-	-
Custos administrativos		(8.545)	(8.868)
Outros custos e perdas operacionais		(16.744)	(16.561)
Resultados operacionais		(18.164)	(18.128)
Custo/Ganho líquido de financiamento		2.704	(1.244)
Ganhos(perdas) em filiais e associadas	45	255.825	140.901
Ganhos(perdas) em outros investimentos		3.020	(19.865)
Resultados não usuais ou não frequentes		-	(970)
Resultados correntes		243.385	100.694
Imposto sobre resultados correntes	6	4.061	13.827
Resultados correntes após impostos		247.446	114.520
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
Resultados líquidos		247.446	114.520
Resultado por acção		1,49	0,69

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
 Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 Dr. Frederico Ermoli
 Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Giorgio Puce
 Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Dr. José Luis del Valle Doblado

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002



(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2003	2002
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		30.956	9.462
Pagamentos a fornecedores		(22.532)	(33.234)
Pagamentos ao pessoal		(5.727)	(3.970)
Fluxos gerados pelas operações		2.697	(27.742)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		20.197	(4.643)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(20.167)	(14.018)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		2.727	(46.403)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(28)	(70)
		(28)	(70)
Fluxos das actividades operacionais (1)		2.699	(46.473)
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		41.340	38.240
		41.340	38.240
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(6.970)	(50.717)
		(6.970)	(50.717)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(34.370)	(12.477)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.361.456	571.318
Juros e proveitos similares		10.750	28
Empréstimos concedidos		374.519	151.704
		1.746.725	723.050
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.453.566)	(139.430)
Juros e custos similares		(12.676)	(3.356)
Dividendos/distribuição de resultados		(42.023)	(38.146)
Empréstimos concedidos		(286.913)	(482.741)
		(1.795.178)	(663.673)
Fluxos das actividades de investimento (3)		(48.453)	59.377
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(11.384)	427
Efeito das diferenças de câmbio		272	1
Caixa e seus equivalentes no início do período	51	(3.644)	(4.072)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51	(14.756)	(3.645)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
 Eng. Giancarlo Rossi
 Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
 Dr. Frederico Ermoli
 Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
 Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
 Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
 Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
 Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
 Dr. Angelo Mario Taraborrelli
 Eng. Camillo Gloria
 Eng. Giorgio Puce
 Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
 D. José Luis del Valle Doblado

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2003

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Galp Energia, S.G.P.S., SA (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S. A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, S.G.P.S., S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., GDP – Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.

O capital inicial da Galp, no montante de 411.383.565 Euros foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado outro aumento de capital social passando este para 502.164.785 Euros.

Através do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de Julho, é dado início ao processo de privatização da Galp com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social no montante de 327.085.850.Euros subscrito pela Petrocontrol, S.G.P.S., S.A. (“Petrocontrol”), EDP – Electricidade de Portugal, S. A. (“EDP”), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para 829.250.635 Euros.

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos – ENI Portugal Investment, Spa. (“ENI”) e Iberdrola, S.A. (“Iberdrola”) – assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Acções e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11% (REN).

Através do Decreto Lei nº. 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp. Na sequência deste decreto, a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.(REN) adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parpública - Participações Públicas S.G.P.S.,S.A adquiriu 0,75%. A estrutura accionista da Galp após estas operações encontra-se descrita na Nota 37.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.



3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos, as quais reflectem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

	Aumentos / (Diminuições) mEuros
Total do activo líquido	3.929.417
Total do passivo (excluindo interesses minoritários)	3.905.241
Total do capital próprio	-
Resultado líquido do exercício	-
Proveitos totais	7.501.942

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são essencialmente constituídas por despesas associadas à constituição da Empresa, ao aumento de capital e à alteração da denominação social, e licenças de utilização de software, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos (Nota 8).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, foram contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado na rubrica de imobilizações corpóreas, a correspondente responsabilidade no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3 b), são registados em custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, os quais correspondem ao valor atribuído para efeitos de realização em espécie do capital (Nota Introdutória), o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas. Destas diferenças, as respeitantes à primeira aplicação do método de equivalência patrimonial foram registadas no capital próprio na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40).

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício (Nota 45). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Conforme mencionado na alínea h) abaixo o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações de subsidiárias que são expressas em moeda estrangeira é registado na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, do capital próprio.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (participações inferiores a 20%), encontram-se registados ao custo de aquisição na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são registados pelo seu valor nominal.

As perdas estimadas na realização e/ou recuperação de investimentos financeiros, encontram-se registados na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 34).

e) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 6).



g) Cuidados de saúde, seguro de vida e benefícios de reforma

Os encargos a suportar pela Empresa com a prestação de cuidados de saúde, seguros de vida e com benefícios de reforma relativos a ex-empregados da GDP, S.G.P.S., S.A. são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços à Empresa, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para riscos e encargos (Nota 34). Os pagamentos aos beneficiários efectuados no decurso de cada exercício são registados como uma redução destas provisões.

Quando este procedimento é adoptado pela primeira vez, o custo das responsabilidades por serviços passados deverá ser amortizado numa base sistemática de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes no plano a partir do início da contabilização dos benefícios.

Este procedimento está de acordo com a Norma Internacional de contabilidade N.º19.

No final de cada período contabilístico, a Empresa obtém um estudo actuarial e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar (Nota 34).

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados, se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto mais de 10% do total das responsabilidades, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios. Esta política de contabilização está de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 19.

O custo das responsabilidades por serviços passados, resultante da primeira contabilização destes benefícios no montante de 94 mEuros (Nota 34), foi registada no passivo nas rubricas de provisões para benefícios de reforma – responsabilidades por contrapartida da rubrica de provisões para benefícios de reforma – custo dos serviços passados não reconhecidos. Estes saldos são reconhecidos em resultados na rubrica de custos extraordinários de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participante no plano, quotas constantes, com início no exercício de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2003 a provisão constituída reflecte apenas as responsabilidades com os ex-empregados da GDP, S.G.P.S., S.A., integrados nos quadros da Empresa.

h) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de empresas participadas, expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- i) taxa de câmbio vigente á data do balanço para converter todos os activos e passivos,
- ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados
- iii) taxa de câmbio histórica para converter as restantes rubricas de capital próprio.

6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2000 a 2003 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de eventuais revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

A Empresa, e algumas das suas subsidiárias são tributadas através do regime especial de tributação de grupo de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas nos montantes de 3.624 mEuros (Nota 16) e 85.316 mEuros (Nota 16), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 existiam diferenças temporárias que deram origem a impostos diferidos registados pela Empresa, como segue:

Impostos diferidos activos	
Relativos a exercícios anteriores:	
Por provisões constituídas no exercício não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de provisões de exercícios anteriores (Nota 50).	19
	<u>19</u>
Relativos ao exercício:	
Por provisões constituídas no exercício não aceites como custo fiscal, líquidas das utilizações e reduções de provisões no exercício de 2003	60
Pelo efeito da alteração da taxa de IRC	(3)
	<u>57</u>
Total de impostos diferidos activos (Nota 50)	<u>76</u>

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração de resultados por naturezas, tem o seguinte detalhe:

Estimativa de imposto corrente (Nota 28)	(4.004)
Impostos diferidos activos	(57)
	<u>(4.061)</u>



De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas do grupo e associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados proveitos ou custos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente. Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28, não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias. Assim, em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa apresenta uma estimativa de imposto corrente a receber no montante de 4.004 mEuros, quando o resultado contabilístico antes de impostos no exercício findo naquela data ascende a 243.385 mEuros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante os exercícios de 2003 e 2002 foi de 112 e 50, respectivamente, ascendendo a 110 em 31 de Dezembro de 2003.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

Em 31 de Dezembro de 2003, estas rubricas apresentavam os seguintes saldos:

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Despesas de instalação:			
Despesas de constituição	5	(5)	-
Despesas com aumento de capital	282	(282)	-
Despesas com alteração do pacto social	75	(75)	-
	362	(362)	-
Propriedade industrial e outros direitos:			
Software e licenças	79	(52)	27
Programa Team Mate	43	(29)	14
Marketing Analítico e operacional	113	(113)	-
	235	(194)	41
	597	(556)	41

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido nas rubricas de imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto						
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações (Nota 49)	Transfer. e regularizações	Equivalência Patrimonial	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	362	-	-	-	-	362
Propriedade industrial e outros direitos	122	113	-	-	-	235
	484	113	-	-	-	597
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	1.043	188	-	-	-	1.231
Equipamento administrativo	343	145	-	-	-	488
Outras imobilizações corpóreas	87	-	-	-	-	87
	1.473	833	-	-	-	1.806
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	1.472.213	6.299	-	(41.340)	242.654	1.679.826
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 16)	54.762	15.094	-	(26.145)	-	43.711
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 16)	15.327	-	(14.964)	-	-	363
Outros empréstimos concedidos	90	-	-	-	-	90
	1.542.392	21.393	(14.964)	(67.485)	242.654	1.723.990
	1.544.349	21.839	(14.964)	(67.485)	242.654	1.726.393
Amortizações acumuladas						
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. e regularizações	Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas (Nota 8)						
Despesas de instalação	346	16	-	-	-	362
Propriedade industrial e outros direitos	40	154	-	-	-	194
	386	170	-	-	-	556
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transporte	400	348	-	-	-	748
Equipamento administrativo	166	153	-	-	-	319
Outras imobilizações corpóreas	11	11	-	-	-	22
	577	512	-	-	-	1.089
	963	682	-	-	-	1.645

A diferença entre o total do aumento das amortizações acumuladas e o custo com amortizações registado na demonstração dos resultados, decorre de amortizações extraordinárias, no montante de 36 mEuros (Nota 46) reconhecidas na rubrica de custos e perdas extraordinárias.

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, na rubrica de partes de capital em empresas do grupo, tem a seguinte composição:

Saldo inicial	1.472.213
Realização de entrada para cobertura de prejuízos:	
Galp Serviços, S.A.	4.154
Galp Power, S.G.P.S. S.A.	1.145
Pelo aumento de capital social na Galp Serviços, S.A.	1.000
	6.299
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados de exercício (Nota 45):	
Positivos	262.290
Negativos	(5.897)
	256.393
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias:	
Ajustamentos de conversão cambial (Nota 40)	(13.739)
Dividendos recebidos da Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(41.340)
	(55.079)
Saldo Final	1.679.826



15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e aluguer de longa duração incluídas no balanço são as seguintes:

Rubricas	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Equipamento transporte (ALD)	1.172	697	475
	1.172	697	475

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária no montante de 475 mEuros, encontrando-se este montante registado na rubrica de fornecedores, conta corrente.

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, tinham a seguinte composição:

	31 de Dezembro 2003					2003		2002	
	Sede Social	Total Activo	Total Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	%	Valor	%	Valor
Petróleos de Portugal - Petrolgal, SA (a)	Lisboa	2.852.569	1.609.954	1.242.615	203.364	100,00%	1.244.231	100,00%	1.089.469
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., SA (a)	Lisboa	598.784	171.226	427.558	59.428	100,00%	432.824	100,00%	381.555
Galp Serviços, SA	Lisboa	20.721	17.950	2.771	(2.024)	100,00%	2.771	100,00%	-
Galp Power, S.G.P.S., SA (b)	Lisboa	19.544	19.881	(337)	(2.670)	100,00%	-	100,00%	1.189
							1.679.826		1.472.213
Central E, SA (b)	Lisboa	5.785	12.679	(6.894)	(2.915)	20,30%	-	20,30%	-
							-		-

(a) Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, no exercício de 2003 os capitais próprios são corrigidos do efeito das participações minoritárias destas empresas em outras subsidiárias do Grupo Galp.

(b) Estas empresas apresentam em 31 de Dezembro de 2003, capitais próprios negativos pelo que por efeito da aplicação de método da equivalência patrimonial foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 1,736 (Nota 34).

A composição de títulos e outras aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 é como se segue:

	2003		2002	
	Sede Social	%	%	Valor
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Lisboa	10,98%	10,98%	114
ONI, S.G.P.S., SA	Lisboa	0,00%	4,15%	14.964
HARII, S.G.P.S., SA	Lisboa	5,63%	5,63%	249
				363
				15.327

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a Galp alienou as 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A. à EDP.

Os saldos activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2003, com as principais empresas do grupo são os seguintes:

	Saldos activos			
	Cientes conta-corrente	Empresas do grupo	Empréstimos a empresas do grupo (Nota 10)	Acréscimos de proveitos (Nota 50)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	435	75.109	-	281
Petrogal Espanhola, S.A.	-	109	-	60
Lisboagás, S.A.	109	108.114	-	1.202
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	-	76.633	-	1.041
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	91	84.151	25.954	911
Galp Serviços, S.A.	90	2.664	-	129
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	-	39	17.757	69
Galpgeste, Lda.	-	315	-	13
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	-	26.876	-	22
Transgás Atlântico, S.A.	-	159	-	4
Transgás Indústria, S.A.	-	773	-	3
Transgás S.G.P.S., S.A.	-	242	-	9
Tranquizado - Terminais Marítimos, S.A.	(3)	588	-	4
Soturis, S.A.	-	190	-	19
Dianagás, S.A.	-	1.223	-	9
Medigás, S.A.	-	753	-	3
Sacor Marítima, S.A.	-	-	-	7
Setgás, S.A.	-	-	-	8
Outras empresas do grupo	25	495	-	176
	747	378.433	43.711	3.970

	Saldos passivos					
	Empresas do grupo	Fornecedores conta-corrente	Fact Recep Conferência	Fornecedores Imobilizado	Outros credores (Nota 49)	Acréscimos de custos
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	(4.266)	(30)	-	(5)	(57)	(676)
Galp Exploração, Lda.	(7)	-	-	-	-	(3)
Galp Açores, S.A.	(4.500)	-	-	-	-	(16)
Galp Madeira, S.A.	(12.000)	-	-	-	-	(46)
Lisboagás, S.A.	(288)	-	-	-	-	(23)
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	(365)	-	(34)	-	(57)	(3)
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	(385)	(1)	-	-	-	(52)
Galp Serviços, S.A.	(1.906)	-	-	(168)	-	-
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	(570)	-	-	-	-	-
Gasfomento, S.A.	(8)	-	-	-	-	-
Galpgeste, Lda.	(37)	-	-	-	-	-
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	(589)	-	-	-	-	(67)
Transgás Atlântico, S.A.	(5)	-	-	-	-	-
Transgás Armazenagem, S.A.	(6)	-	-	-	-	-
Transgás Indústria, S.A.	(7)	-	-	-	-	-
Transgás S.G.P.S., S.A.	(5.302)	-	-	-	-	(11)
Tanquizado - Terminais Marítimos, S.A.	(23)	-	-	-	-	-
Fast Access - Opera. Serv. Inform. S.A.	-	(8)	-	-	-	-
Driftal, S.A.	(23)	-	-	-	-	-
Soturis, S.A.	(36)	-	-	-	-	-
Sacor Marítima, S.A.	(44.500)	-	-	-	-	(169)
Medigás, S.A.	(17)	-	-	-	-	-
TLG Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	(212)	-	-	-	-	-
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	(234)	-	-	-	-	-
CLT - Comp. Logística Term. Marítimos, Lda.	(1.000)	-	-	-	-	-
Outras empresas do grupo	(10)	-	-	-	-	-
	(76.296)	(39)	(34)	(173)	(114)	(1.066)

Os montantes registados na rubrica do activo Empresas do grupo de 108.114 mEuros a receber da Lisboagás, S.A., 76.633 mEuros a receber da GDP, S.G.P.S. S.A. e 84.151 mEuros a receber da GDP - Distribuição, S.G.P.S. S.A. incluem os montantes de 103.000 mEuros, 66.000 mEuros e 83.000 mEuros respectivamente, relativos a empréstimos de curto prazo a estas subsidiárias, os quais vencem juros a taxas de mercado

Os empréstimos concedidos à Galp Power, S.G.P.S., S.A., e GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A. vencem juros a taxas de mercado para operações da mesma natureza e não têm um plano de reembolso definido.

Os montantes registados na rubrica do passivo empresas do grupo de 4.500 mEuros a pagar à Galp Açores, S.A., de 12.000 mEuros a pagar à Galp Madeira, S.A., 5.302 mEuros a pagar à Transgás, S.G.P.S., S.A. e 44.500 mEuros a pagar à Sacor Marítima, S.A. dizem respeito a empréstimo de curto prazo destas subsidiárias, os quais vencem juros a taxas de mercado.



As rubricas do activo e passivo relativas a empresas do grupo, incluem montantes a receber e pagar, em consequência da adopção do regime especial de tributação de grupos de sociedades na esfera da Galp (Notas 6 e 28), como se segue:

	Empresas do grupo	
	Activo	Passivo
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	55.790	1.065
Lisboagás, S.A.	5.262	4
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	1.172	1
Galp Serviços, S.A.	-	882
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	-	529
GalpGeste, Lda.	315	5
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	-	367
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	21.732	273
Transgás S.G.P.S., S.A.	242	2
Transgás Indústria, S.A.	111	7
Transgás Armazenagem, S.A.	6	6
Transgás Atlântico, S.A.	18	5
Driftal, S.A.	8	-
Eival - Soc. Emp. Inv. Ar. Gases, S.A.	13	-
TLG Transportes Líquidos e Gasosos, Lda.	-	199
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	584	23
Ao Sol - Energias Renováveis, Lda.	-	220
Outras empresas do grupo	63	36
	85.316	3.624

As transacções efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 com as empresas do grupo, foram as seguintes:

	Transacções				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros suprimidos (Nota 45)	Prestações de serviços	Proveitos suplementares	Juros obtidos (Nota 45)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	6.780	736	14.714	2.977	3.073
Galp Exploração, Lda.	34	-	-	428	-
Petrogal Espanhola, S.A.	6	-	-	65	74
Galp Açores, S.A.	-	16	-	18	-
Galp Madeira, S.A.	-	95	-	10	-
Lisboagás, S.A.	309	497	-	127	3.170
GDP - Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	776	2.334
GDP - Distribuição, S.G.P.S., S.A.	39	-	824	273	3.485
Galp Serviços, S.A.	3.750	16	-	583	149
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	(11)	-	-	137	580
GalpGeste, Lda.	280	-	-	119	-
Tagusgás, S.A.	9	-	-	7	-
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	766	-	3.921	157	-
Transgás Atlântico, S.A.	-	-	-	280	-
Transgás Indústria, S.A.	-	-	544	21	-
Transgás S.G.P.S., S.A.	2	297	-	9	-
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	-	-	-	7	18
Fast Access - Opera. Serv. Inform, S.A.	30	-	-	-	-
Soturis, S.A.	23	-	-	181	-
Lusitaniagás - Comp Gás do Centro, S.A.	55	-	-	17	-
Sacor Marítima, S.A.	-	1.101	-	13	-
Setgás - Soc Prod Distribuição de Gás, S.A.	-	-	-	19	-
Beiragás - Comp Gás das Beiras, S.A.	12	-	-	108	-
Medigás, S.A.	1	-	-	5	16
Dianagás, S.A.	1	-	-	6	62
Outras empresas do grupo	5	-	-	364	-
	12.091	2.758	20.003	6.707	12.961

As prestações de serviços e proveitos suplementares prestadas a empresas do grupo, referem-se essencialmente a serviços de gestão, desenvolvimento de imagem, marketing e publicidade.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas relacionadas com o pessoal:

	2003	2002
Dívidas activas (Nota 49)	167	98
Dívidas passivas (Nota 49)	(76)	(108)

28. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, não existiam dívidas em situação de mora como o Estado e outros entes públicos.

Os saldos com estas entidades apresentavam a seguinte composição:

	2003	2002
Saldos Activos		
Imposto sobre valor acrescentado a recuperar	-	93
IRC - estimativa de imposto	-	7.951
IRC a recuperar	2.209	1.716
	<u>2.209</u>	<u>9.760</u>
Saldos Passivos		
IRC - estimativa de imposto	77.655	-
Imposto sobre valor acrescentado a pagar	489	-
Retenção imposto	121	124
Instituições de previdência	66	28
	<u>78.331</u>	<u>152</u>
Saldo Final	<u>(76.123)</u>	<u>9.608</u>

A rubrica passiva relativa a IRC – estimativa de imposto em 31 de Dezembro de 2003, tem o seguinte detalhe:

	IRC relativo			Total
	à Empresa Nota 6	a subsidiárias (Nota 16) a receber	a pagar	
IRC - estimativa de imposto	4.004	2.129	(85.316)	(79.183)
IRC - Retenções efectuadas por terceiros	33	1.495	-	1.528
Total	4.037	3.624	(85.316)	(77.655)

32. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2003, está em vigor uma garantia com o Banco Comercial Português no montante de 2.394 mEuros.



34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo final
Provisões para riscos e encargos - benefícios de reforma	-	161	(3)	158
Provisões para pensões	-	161	(3)	158
Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde e seguro de vida (Nota 3. g)	59	68	(8)	119
	59	68	(8)	119
Outras provisões para riscos e encargos (Nota 16)	1.168	568	-	1.736
	1.168	568	-	1.736
	1.227	797	(11)	2.013

Do montante de 797 mEuros referente à constituição/aumento de provisões:

i) 229 mEuros relacionados com provisões para pensões e provisão para cuidados de saúde foi registado por contrapartida da rubrica de custos com o pessoal da demonstração dos resultados no montante de 201 mEuros e por contrapartida da rubrica de custos extraordinários no montante de 28 mEuros (Nota 46), ii) 568 mEuros, por contrapartida da rubrica de custos e perdas financeiras para fazer face aos capitais próprios negativos de filiais e associadas .

Em 31 de Dezembro de 2003 a Empresa registou adicionalmente o montante de 535 mEuros na rubrica de custos com o pessoal, relativamente a contribuição para o fundo de contribuição definida do grupo Galp Energia.

O montante de 11 mEuros referente à redução de provisões teve como contrapartida a rubrica de proveitos extraordinários – outros no montante de 3 mEuros e uma utilização pelo método directo no montante de 8 mEuros.

A provisão para outros riscos e encargos existente em 31 de Dezembro de 2003, refere-se às responsabilidades da Empresa, pelos prejuízos acumulados nas suas subsidiárias Galp Power no montante de 337 mEuros e Central E no montante de 1.399 mEuros (Nota 16).

Os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nos estudos actuariais utilizados para cálculo das suas responsabilidades com o plano médico, seguros de vida e reserva são os seguintes:

	2003	2002
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Taxa de rendimento dos activos	5,25%	5,50%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábua de invalidez	N/A	N/A
Taxa de turnover	0,00%	0,00%
Encargos de Gestão	N/A	N/A
Idade normal de reforma	65	65

Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e Respectivas coberturas:		
i) Plano Médico		
Responsabilidades Totais	230	123
Coberturas:		
Por Provisões	101	50
Alterações de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g)	49	66
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g)	80	7
	230	123
ii) Seguro de Vida		
Responsabilidades Totais	24	18
Coberturas:		
Por Provisões	18	9
Alterações de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g)	7	9
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g)	(1)	-
	24	18
iii) Benefícios de reforma		
Responsabilidades Totais	178	-
Coberturas:		
Por Provisões	158	-
Alterações de Pressupostos e Metodologia (Nota 3.g)	(6)	-
Ganhos e perdas não reconhecidos (Nota 3.g)	26	-
	178	-

A evolução nas responsabilidades da Empresa com plano médico, seguros de vida e benefícios de reforma e custos destes contabilizados no exercício de 2003 foi como segue:

	Plano médico	Seguro de vida	Benefícios de reforma	Total
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2002	123	18	-	141
Custo dos serviços correntes	35	6	18	59
Custo dos juros	8	1	9	18
(Ganhos)/Perdas Actuais do exercício	(8)	-	151	143
Liquidações, Cortes e Transferências	72	(1)	-	71
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2003	230	24	178	432
CUSTOS DO ANO 2003				
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	43	7	27	77
Mecanismo do "corredor"	-	-	1	1
Amortização da alteração de pressupostos	15	2	(3)	14
Liquidações, Cortes e Transferências	-	-	134	134
	58	9	159	226

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de 77 mEuros, foi registado pela Empresa na demonstração de resultados do exercício na rubrica de custos com o pessoal.



Derivado do acréscimo de responsabilidades relativos ao início da contabilização destes benefícios, que foi reconhecido nas demonstrações financeiras como explicado na Nota 3g), a Empresa reconheceu como custos, na rubrica de resultados extraordinários, o montante de 14 mEuros relativo à amortização do exercício de 2003.

Pela amortização do excesso de “corredor” apurado a 31 de Dezembro de 2002, foi contabilizado como custos com o pessoal o montante de 1 mEuros.

Pelo facto da empresa ter assumido como custos as responsabilidades com os ex-empregados GDP, S.G.P.S., S.A. foi contabilizado como custos com o pessoal e como custos extraordinários, para efeitos de criação dessa provisão o montante de 125 mEuros e 9 mEuros, respectivamente.

Como mencionado no ponto 3.g), os ganhos e perdas actuariais, são registados nas demonstrações financeiras pela totalidade do desvio acumulado – não reconhecido. A parte que ultrapassa os limites definidos no “corredor” de 10%, será amortizada, a partir do exercício subsequente em que apurado, conforme a seguir descrito.

Benefícios	Ganhos e Perdas não reconhecidos	Intervalo de “corredor” (10%)	Excesso para o Intervalo de “corredor”	Valor a reconhecer em 2004
Plano médico	80	23	57	2
Seguro de vida	(1)	2	-	-
Reserva	26	18	8	-

A totalidade de ganhos e perdas não reconhecidos, se superiores em valor absoluto ao intervalo de “corredor” (10% do valor das responsabilidades) serão custo do ano seguinte em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que são de 26 para toda a população e de 18 para os ex-empregados GDP, S.G.P.S. S.A.. Deste modo sabemos já que no ano de 2004 haverá a contabilizar um custo de 2 mEuros derivado da amortização do excesso de “corredor” agora apurado.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa era composto por 165.850.127 acções com o valor nominal de cinco Euros cada, sendo 8.000.000 de acções da categoria A e as restantes 157.850.127 acções da categoria B. Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- (i) Aprovar a eleição de três, quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de onze, treze, ou mais membros;
- (ii) O direito de que determinadas deliberações não sejam aprovadas, contra a maioria dos votos que lhe correspondam.

37. DETENTORES DO CAPITAL

O capital, em 31 de Dezembro de 2003, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

Estado Português	29,26%
ENI Portugal Investment, S.P.A.	33,34%
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	18,30%
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	14,27%
Iberdrola, S.A.	4,00%
Parública - Participações Públicas, S.G.P.S., S.A.	0,75%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,04%
	<u>100,00%</u>

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A variação ocorrida nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2003 foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultados	Saldo Final
Capital	829.251	-	-	-	829.251
Prêmios de emissão de acções (quotas)	82.006	-	-	-	82.006
Ajustamento de partes capital em filiais e associadas (Nota 10)	65.295	-	(13.739)	-	51.556
Reserva legal	22.198	-	-	5.726	27.924
Reservas livres	27.977	-	-	-	27.977
Resultados transitados	319.329	-	-	65.674	385.003
Resultado líquido do exercício	114.521	247.446	-	(114.521)	247.446
	1.460.577	247.446	(13.739)	(43.121)	1.651.163

Por decisão da Assembleia Geral datada de 30 de Maio de 2003, a aplicação dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Reservas legais	5.726
Resultados transitados	65.674
Dividendos	43.121
Resultado líquido do exercício	114.521

Reservas legais

De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal e o prémio de emissão de obrigações não podem ser distribuídos aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

O saldo inicial desta rubrica de ajustamentos de partes de capital compreende essencialmente o efeito dos ajustamentos efectuados directamente aos capitais próprios pelas subsidiárias Petrogal S.A. e GDP S.G.P.S., S.A. aquando do registo pela primeira vez dos impostos diferidos, no montante de 78.830 mEuros. Adicionalmente, o saldo inicial desta rubrica e os movimentos ocorridos no exercício de 2003, correspondem, à variação entre exercícios dos saldos acumulados dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de subsidiárias que se encontram expressas em moeda estrangeira.

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da Empresa no exercício de 2003 e 2002, ascenderam a 2.324 mEuros e a 2.457 mEuros, respectivamente.



45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Juros suportados - empréstimos bancários	9.634	2.592
Juros suportados - juros de mora	1	201
Juros de suprimentos (Nota 16)	2.758	288
Juros suportados - outros juros	30	1.189
Perdas em empresas do grupo e associadas	6.465	6.535
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.767	158
Outros custos e perdas financeiros	872	20
	<u>21.527</u>	<u>10.983</u>
Resultados financeiros	<u>261.951</u>	<u>139.528</u>
	<u>283.478</u>	<u>150.512</u>
Proveitos e Ganhos:		
Juros obtidos - empresas do grupo e associadas (Nota 16)	12.961	3.030
Juros obtidos - outros	170	16
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	262.290	147.436
Diferenças de câmbio favoráveis	4.635	30
Descontos de pronto pagamento obtidos	402	-
Outros proveitos e ganhos financeiros (Nota 49)	3.020	-
	<u>238.478</u>	<u>150.512</u>

As perdas e ganhos em empresas do grupo e associadas em 2003, têm a seguinte composição:

	Perdas	Ganhos
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. (a)	1.179	203.200
GDP S.G.P.S., S.A.	-	59.090
Galp Serviços - Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A.	2.024	-
Galp Power, S.G.P.S., S.A.	2.670	-
Central E, S.A.	592	-
	<u>6.465</u>	<u>262.290</u>

(a) Corresponde essencialmente a gratificações atribuídas a empregados em consequência da aplicação de resultados do exercício de 2002.

O total de perdas de empresas do grupo no montante de 6.465 mEuros foi registado por contrapartida na rubrica de investimentos financeiros no montante de 5.897 mEuros e da rubrica de provisões para outros riscos e encargos no montante de 568 mEuros (Nota 34).

O montante de 3.020 mEuros registado na rubrica de outros proveitos e ganhos financeiros correspondem aos juros calculados à taxa das obrigações do tesouro à data de 24/06/1999 (4.914%), contados entre 24/06/1999 e 01/08/2003, incluídos no preço da venda das 217.055 acções da Oni, S.G.P.S., S.A. à EDP. (Nota 49).

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Donativos	367	969
Perdas em imobilizações	-	19.865
Multas e penalidades	-	2
Aumento Amortizações (Nota 10)	36	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	183	-
Insuficiência estimativa imposto	18	-
Benefícios de reforma (Nota 34)	28	19
Outros custos e perdas extraordinários	-	14
	<u>632</u>	<u>20.869</u>
Resultados extraordinários	<u>(622)</u>	<u>(20.316)</u>
	<u>10</u>	<u>553</u>
Proveitos e Ganhos:		
Correcções relativas a exercícios anteriores	7	256
Excesso estimativa imposto	-	234
Benefícios de reforma (Nota 34)	3	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	-	63
	<u>10</u>	<u>553</u>

48. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Dívidas a instituições de crédito				
Empréstimos internos	70.828	226.500	222.124	151.500
Descobertos bancários (Nota 51)	25.215	-	3.893	-
	<u>96.043</u>	<u>226.500</u>	<u>226.017</u>	<u>151.500</u>

Os empréstimos bancários vencem juros à taxa de mercado, sendo o plano de reembolso do montante de 226.500 mEuros registado a médio e longo prazo, como segue:

- mEuros 150.000, em Fevereiro de 2005
- mEuros 12.750, em Junho de 2005
- mEuros 12.750, em Dezembro de 2005
- mEuros 12.750, em Junho de 2006
- mEuros 12.750, em Dezembro de 2006
- mEuros 12.750, em Junho de 2007
- mEuros 12.750, em Dezembro de 2007



49. OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2003	2002
Outros devedores		
Pessoal (Nota 25)	167	98
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	17.984	-
Cauções	214	3
Outros	58	9
	<u>18.423</u>	<u>110</u>
Outros credores		
Pessoal (Nota 25)	76	108
Empresas do grupo e associadas (Nota 16)	114	114
Outros	20	18
	<u>210</u>	<u>240</u>

O valor a receber da EDP no montante de 17.984 mEuros corresponde ao exercício do direito potestativo de opção de venda de 217.055 acções da Oni S.G.P.S., S.A., no montante de 14.964 mEuros (Nota 10) acrescido do montante de 3.020 mEuros relativos a juros (Nota 45).

A rubrica de outros credores – empresas do grupo, em 31 de Dezembro de 2003, corresponde à compra da participação de 10,98% na Adene – Agência para a Energia, S.A. à Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. e à GDPS – S.G.P.S., S.A., nos montantes de 57 mEuros e 57 mEuros, respectivamente.

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 estas rubricas apresentavam o seguinte detalhe:

	2003	2002
Acréscimos de proveitos (Nota 16):		
Juros a receber	2.462	1.206
Outros acréscimos de proveitos	1.508	703
	<u>3.970</u>	<u>1.909</u>
Custos diferidos:		
Impostos diferidos activos (Nota 6)	76	19
Outros custos diferidos	437	10
	<u>513</u>	<u>29</u>
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	1.151	950
Seguros a liquidar	114	20
Bónus de desempenho	1.219	969
Encargos com pessoal cedido	772	595
Juros a liquidar	896	538
Fornecimentos e serviços externos obtidos	905	1.036
Outros acréscimos de custos	-	189
	<u>5.057</u>	<u>4.297</u>

A rubrica de outros custos diferidos inclui o montante 250 mEuros relativos ao patrocínio da Super Liga Galp Energia corresponde ao custo a reconhecer no exercício de 2004.

51. DETALHE DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2003	2002
Caixa	8	6
Depósitos à ordem	451	243
Descobertos bancários (Nota 48)	(25.215)	(3.893)
Outras aplicações de tesouraria	10.000	-
	14.756	(3.644)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Maria Manuela C. Gomes Almeida

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Dr. António Luís Guerra Nunes Mexia
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. Mário Manuel Machado de Abreu
Dr. Frederico Ermoli
Dr. Rui Nuno Tavares de Almeida Moreira da Cruz
Eng. Guido Manuel Negrelli e Albuquerque
Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo
Prof. João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camillo Gloria
Eng. Giorgio Puce
Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos
D. José Luis del Valle Doblado

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Aos Accionistas da
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2003 preparado pelo Conselho de Administração e das propostas nele incluídas. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 5 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 6 de Maio de 2004

ANTÓNIO DIAS & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 2.139.520.000 Euros e capitais próprios de 1.651.163.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 247.446.000 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar em separado, e que reflectem, relativamente às contas individuais, diferenças que se encontram resumidas na Nota 3.

Lisboa, 6 de Maio de 2004

ANTÓNIO DIAS & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



Aos Accionistas e Conselho de Administração da
Galp Energia, S.G.P.S., S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada para os fins indicados no parágrafo 4 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, o que será efectuada em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar em separado, e que reflectem, relativamente às contas individuais, diferenças que se encontram resumidas na Nota 3.

Lisboa, 6 de Maio de 2004

Deloitte





EXCERTO DA ACTA

“A visão é a arte
de ver o que é invisível”.

Jonathan Swift

Excerto da Acta 2/2004 da Assembleia Geral



No dia **vinte e sete de Maio de dois mil e quatro**, pelas onze horas, reuniu na sede social, na Rua Tomás da Fonseca, Edifício Galp, 15º andar, em Lisboa, a Assembleia Geral Anual da sociedade **Galp Energia, SGPS, S.A.**

(....)

Passou-se, então, à discussão e deliberação sobre os assuntos da Ordem do Dia.

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas Individuais do exercício de 2003.

O Presidente da Mesa deu início a este ponto da Ordem do Dia.

(....)

Seguidamente não tendo nenhum dos presentes manifestado a intenção de se pronunciar o Presidente da Mesa tomou o silêncio dos presentes como sinónimo de satisfação e submeteu então o Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2003, bem como os demais documentos de prestação de contas à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício de 2003

O Presidente da Mesa referiu a necessidade de se proceder à aprovação em separado do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício de 2003, documentos já do conhecimento de todos os accionistas. Não tendo nenhum dos presentes manifestado intenção de se pronunciar, foram o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do exercício de 2003, bem como os demais documentos de prestação de contas submetidos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

O Presidente da Mesa referiu ter uma proposta apresentada pelo accionista EDP para alterar a ordem dos dois últimos pontos da Ordem do Dia, passando o actual ponto quatro para ponto três e o ponto três para ponto quatro, pelo que submetia a votação a admissão desta proposta. Não tendo nenhum dos presentes manifestado intenção em intervir o Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta de alteração dos restantes pontos da Ordem do Dia que foi aprovada por unanimidade.

Assim sendo o Presidente da Mesa passou de seguida ao agora ponto três da Ordem do Dia.

3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização

O Presidente da Mesa perguntou alguém gostaria de tomar a palavra, tendo o representante do accionista EDP apresentado a seguinte proposta:

“Proposta de deliberação apresentada pelo accionista EDP relativa à apreciação da Administração e Órgão de Fiscalização durante o ano de 2003”

Considerando os Relatórios de Gestão apresentados pela Administração relativos ao ano de 2003, a *performance* da empresa neles revelada, em termos de objectivos e de resultados alcançados e o empenho e dedicação demonstrados pelos Membros do Conselho de Administração na prossecução desses resultados;

Considerando a actividade desempenhada pelo órgão de fiscalização durante o exercício em apreço, reflectida na análise constante dos relatórios de fiscalização apresentados;
Propõe-se que os accionistas deliberem o seguinte:

Expressar um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização, relativo ao desempenho alcançado durante o exercício de 2003.
Lisboa, 27 de Março de 2004.”

O Presidente da Mesa questionou se alguém se opunha à apresentação desta proposta e não tendo havido manifestações nesse sentido considerou admitida a proposta submetendo-a de imediato a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

(....)

E, nada mais havendo a deliberar, o Presidente agradeceu aos presentes a colaboração que haviam dado à condução dos trabalhos da Assembleia e declarou suspensa a sessão, tendo sido elaborada a presente Acta a qual vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral, também na qualidade de Secretário da Sociedade.

Confirmo a exactidão do excerto da Acta da Assembleia Geral da Galp Energia, SGPS, S.A. nº 2/2004, de 27 de Maio de 2004.



Edição Galp Energia
Rua Tomás da Fonseca
Torre C - 1600-209 Lisboa
Telefone 217 242 500
Fax 217 242 965
www.galpenergia.com

Concepção



Fotografias

Manuel Aguiar, Eng.º Luís Ferreira e Banco de Imagem

